UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-graduação em Ciência Política

Tese de Doutorado

A ascenção da direita no Brasil, Argentina, Chile e Uruguai: reflexões a partir da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe

Letícia Baron

Pelotas, 2023

LETÍCIA BARON

A ascenção da direita no Brasil, Argentina, Chile e Uruguai: reflexões a partir da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe

Tese de Doutorado a ser avaliado como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas.

Orientador: Bianca de Freitas Linhares
Linha de Pesquisa: Teoria Política e Teoria Social Contemporâneas

Pelotas
2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

B265a Baron, Letícia

A ascensão da direita no Brasil, Argentina, Chile e Uruguai : reflexões a partir da teoria do discurso de Laclau e Mouffe / Letícia Baron ; Bianca de Freitas Linhares, orientadora. — Pelotas, 2023.

309 f.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Teoria do discurso. 2. Ascensão da direita . 3. Populismo. 4. América Latina. 5. Fim do ciclo progressista. I. Linhares, Bianca de Freitas, orient. II. Título.

CDD : 320

Elaborada por Michele Lavadouro da Silva CRB: 10/2502

Letícia Baron

A ascenção da direita no Brasil, Argentina, Chile e Uruguai: reflexões a partir da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe

Tese aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 26 de junho de 2023.

Banca examinadora:

Prof. Dra. Bianca de Freitas Linhares (Orientadora), Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dra. Luciana Maria de Aragão Ballestrin, Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Daniel de Mendonça, Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Fabrício Pereira da Silva, Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

À Vova.

Agradecimentos

Ao fim deste trabalho, sinto que tenho muito a agradecer pelas contribuições, cuidado e afeto que recebi enquanto procurava respostas à uma série de perguntas. Quero, inicialmente, agradecer meus pais e do meu irmão, que não deixaram que a distância significasse ausência. À minha mãe, que revisou e estimulou a escrita de cada capítulo. Minha eterna gratidão por tê-los na minha vida.

Por ter me mostrado, com empolgação curiosa, a política latino-americana, agradeço ao Hermes. E ter tido paciência em responder a todos os meus questionamentos, revisar meu material, aprimorar minhas conclusões e compartilhar experiências de vida.

Por ter me conduzido por caminhos seguros, pela disponibilidade, profissionalismo, amizade e apoio incondicional, agradeço à minha orientadora Bianca. Sem seus direcionamentos e acolhimento, a tese não seria possível. Minha gratidão ao Professor Daniel de Mendonça, por ter, ainda na graduação, me apresentado o encanto da teoria política e ter me acompanhado nesta jornada. Meu reconhecimento, também, à Professora Luciana Ballestrin que, na disciplina de projeto de tese, abriu as primeiras portas dos caminhos que trilhei nos anos seguintes.

Agradeço também aos colegas que compõe o Grupo de Pesquisa Ideologia e Análise do Discurso, com quem compartilhei os muitos desafios da vida acadêmica e que, sem dúvida alguma, trouxeram belos sentidos para essa caminhada.

Minha gratidão ao Professor Francisco Panizza, que me supervisionou no meu período como aluna visitante na London School of Economics and Political Science e que trouxe muitos e melhores elementos para pensar a democracia e as instituições na América Latina.

Agradeço também aos meus companheiros de vida, que compartilharam comigo percalços e alegrias nesses últimos anos e foram essenciais para a conclusão do presente trabalho: Marcela, Carol, Mari e Michele. Vocês foram fundamentais nesse período. Agraço também à Dani, Júlio, Jurandir, Luma, Mateus e Rodrigo, que compreenderam minhas ausências e, com muita generosidade, trouxeram sua visão sobre os eventos que busco analisar.

Meu reconhecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pelo suporte material que foi de grande importância para a consecução deste trabalho.

Resumo

BARON, Letícia. **A ascenção da direita no Brasil, Argentina, Chile e Uruguai:** reflexões a partir da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe. Orientadora: Bianca de Freitas Linhares. 2023. 309 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

Considerando o esgotamento do ciclo progressista na América Latina, a presente pesquisa tem por finalidade compreender como se constituiu e hegemonizou o discurso da direita no contexto eleitoral na Argentina (2015), no Brasil (2018), no Chile (2017) e no Uruguai (2019), a partir da construção teórica de Laclau e Mouffe. A hipótese de pesquisa é a de que o discurso da direita na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai tornou-se hegemônico porque ela articulou em torno do nome de seus candidatos as demandas que o progressismo não conseguiu mais satisfazer após o esgotamento do boom dos commodities. O método de pesquisa é construído a partir das categorias de relações de equivalências, diferenças e antagonismo defendidas por Laclau e Mouffe. Constitui o corpus de análise da pesquisa os planos de governo dos candidatos, vídeos alimentados no canal oficial de cada candidato exclusivamente durante o período eleitoral e os debates oficiais devidamente registrados na justiça eleitoral de cada país. O material foi analisado e classificado em 16 nós: crítica ao governo, democracia, economia, educação, inclusão social, infraestrutura, justiça, meio ambiente, modelo de estado, política externa, povo, religião, saúde, segurança, trabalho, valores. A análise dos sentidos discursivos demonstra que os quatro discursos analisados promoveram diversas críticas ao modelo de gestão estatal promovido pelos governos progressistas, acusando-o de excludente, ineficiente e corrupto. Eles articulam sentidos discursivos na defesa de um estado desburocratizado e eficiente, além de defender posições liberais na economia e conservadoras nos costumes. Concluiu-se que os discursos analisados articulam os sentimentos de abandono e cuidado para articularem, em relações de equivalências, as demandas insatisfeitas pelos governos progressistas, construindo um povo de oposição às gestões de esquerda.

Palavras-chave: Teoria do Discurso. Ascenção da direita. Populismo. América Latina. Fim do ciclo Progressista.

Abstract

BARON, Letícia. The rise of the right-wing in Brazil, Argentina, Chile, and Uruguay: reflections based on Laclau and Mouffe's Discourse Theory. Advisor: Bianca de Freitas Linhares. 2023. 309 f. Theses. (Doctorate in Political Science) – Institute of Philosophy, Sociology and Politics, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2023.

Considering the exhaustion of the progressive cycle in Latin America, this research aims to understand how right wing discourse was constituted and hegemonized in the electoral context in Argentina (2015), Brazil (2018), Chile (2017) and Uruguay (2019) from the perspective of Laclau and Mouffe's theoretical framework. The research hypothesis is that right wing discourse in Argentina, Brazil, Chile and Uruguay became hegemonic because the right wing was able to connect their candidates to demands that progressive politicians could no longer satisfy after the exhaustion of the commodities boom. The research method is created based on categories of chamber of equivalence, difference and antagonism defended by Laclau and Mouffe. The research analysis is constituted by the candidates' government plans, videos uploaded on each candidates' official channel exclusively during the electoral period and the official debates registered in the electoral court of each country. The material was analyzed and classified into 16 nodes: critiques to government, democracy, economy, education, social inclusion, infrastructure, justice, environment, state model, foreign affairs, people, religion, health, safety, work, values. The analysis demonstrates that the four discourses that were analyzed promoted several critiques to the model of state management promoted by progressive governments, accusing it of being exclusionary, inefficient and corrupt. They articulate themselves in chamber of equivalences defending an efficient and non-bureaucratic state besides liberal positions in the economy and conservative positions in terms of values. The conclusion is that the analyzed discourses articulate feelings of abandonment and care in order to articulate, in chambers of equivalence, the demands unmet by progressive governments, creating a people opposed to left wing governments.

Keywords: Discoursive theory. Latin America. Populism. Rise of the right-wing. The end of progressive cycle.

Lista de Figuras

Figura 01	Nuvem de palavras com os significantes mais recorrentes nos discursos dos candidatos.....	184
Figura 02	Classificação dos discursos no software *NVivo*.....	185
Figura 03	Classificação em torno do nó crítica ao governo.....	186
Figura 04	Classificação em torno do nó segurança.....	187
Figura 05	Mapa da violência.....	223
Figura 06	Síntese das principais críticas ao governo progressista.....	267

Lista de Quadros

Quadro 01	Mandatos presidenciais de esquerda (1998-2023).....	16
Quadro 02	Demandas insastisfeitas em cada nó analisado.....	269

Lista de tabelas

Tabela 01	Relações dos vídeos analisados no youtube.....	180
Tabela 02	Relações dos debates analisados.....	181
Tabela 03	Quantidade de trechos classificados.....	189
Tabela 04	Cobertura dos nós nos documentos analisados.....	191

Lista de Gráficos

Gráfico 01 Conteúdos condicionais do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional..... 80

Sumário

Introdução..... 15

Capítulo 01 - Populismo(s): teoria(s) e a América Latina..... 23

1.1. Populismo: conceitos em disputa..... 24

1.1.1. A concepção de populismo como estratégia..... 25

1.1.2. A percepção ideacional do populismo..... 27

1.1.3. A concepção de populismo da Escola de Essex: o trabalho de Ernesto Laclau..... 29

1.2. Populismo como democracia: a contribuição de Ernesto Laclau..... 31

1.2.1. Pressupostos teóricos..... 32

1.2.2. A lógica populista..... 43

1.3. América Latina: o lugar dos populismos..... 54

1.3.1. Vargas e Perón: o populismo clássico das décadas 1930 – 1940..... 55

1.3.2. Populismo e neoliberalismo: os governos latino-americanos na década de 1990..... 58

1.3.3. Populismo radical: Equador, Venezuela e Bolívia no século XXI..... 61

1.3.4. Um novo ciclo populista na América Latina?..... 68

Capítulo 02 – Política Econômica: das reformas neoliberais à crise dos Commodities..... 73

2.1. Redemocratização e os caminhos do neoliberalismo: as reformas dos anos 80 e 90..... 75

2.1.1. O declínio dos governos militares e a redemocratização..... 75

2.1.2. O Consenso de Washington e as reformas neoliberais..... 79

2.2. Mudanças de paradigmas? A política econômica dos governos de esquerda no boom dos commodities..... 89

2.2.1. Constrangimentos e escolhas políticas: o contexto discursivo regional nos primeiros anos de governo progressista..... 91

2.3. A crise dos commodities: uma ruptura no modelo de desenvolvimento..... 104

2.3.1. A recessão global e a crise nas exportações: o declínio das economias nacionais..... 104

2.3.2. Os efeitos sociais e econômicos da recessão..... 106

Capítulo 03 – Ideias em movimento: a constituição das direitas na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai..... 112

3.1. Do regime militar à estabilização democrática: a reestruturação dos partidos políticos no Argentina, Brasil, Chile e Uruguai..... 113
3.1.1. Da repressão à pluralização: o novo e o velho consolidam a democracia..... 114
3.1.2 Rearticulando sentidos: a direita e o pacto neoliberal 118
3.2. O nascer do progressismo na América Latina: a esquerda no poder..... 127
3.2.1. O resplandecer da Maré Rosa: a direita e o jogo de sombras..... 128
3.2.2. A Esquerda no Poder e o Deslocamento do Centro..... 139
3.2.3. Breves suspiros: a organização da direita no Chile e na Argentina..... 141
3.3. O ocaso do Ciclo Progressista: as direitas no poder..... 145
3.3.1. Em busca da hegemonia: as direitas e a disputa partidária na Argentina, Uruguai e Chile..... 146
3.3.2. Do impeachment de Dilma Rousseff a Jair Bolsonaro: a construção da extrema-direita no Brasil..... 156
Capítulo 04 – Análise do Discurso: construindo o método de pesquisa..... 166
4.1. A pesquisa: método e procedimento..... 167
4.1.1. As transformações latino-americanas e os critérios de escolha dos casos analisados..... 167
4.1.2. O contexto eleitoral dos quatro países analisados..... 169
4.1.3. O material de análise..... 178
4.1.4. O procedimento de análise do discurso..... 181
4.2. Quantificando as codificações: os primeiros resultados..... 188
Capítulo 05 - Os sentidos da mudança: aproximações e diferenças no discurso e Maurício Macri, Sebastián Piñera, Jair Bolsonaro e Luis Lacalle Pou..... 192
5.1. Em busca da mudança: a crítica aos governos do ciclo progressista..... 192
5.1.1. Gestão dos recursos públicos..... 193
5.1.2. A política do autointeresse..... 195
5.1.3. Corrupção..... 197
5.2. Para onde mudar: os projetos do novo governo..... 201
5.2.1. Projeto Econômico..... 201
5.2.2. Precisamos investir: infraestrutura para o país crescer..... 205
5.2.3. Eficiência, baixa carga tributária e desburocratização: o novo modelo

de Estado..... 208
5.2.4. Desregulamentação e flexibilização: as relações de trabalho..... 212
5.2.5. Educação..... 214
5.2.6. Segurança..... 222
5.2.7. Inclusão e Políticas sociais: gestão e ampliação..... 225
5.2.8. Saúde..... 232
5.2.9. Política Externa: por uma atuação livre de ideologismos 235
5.2.10. Meio Ambiente..... 237
Capítulo 06 – Discursos em Disputa: a construção da mudança no Brasil, Argentina, Uruguai e Chile..... 244
6.1. As razões da mudança: ética na política..... 245
6.2. Justiça: independência e eficiência..... 249
6.3. Democracia: sentidos em disputa..... 251
6.4. Em nome de Deus: a Religião e o discurso político..... 256
6.5. Mobilizando sentimentos: abandono e cuidado no discurso da direita..... 259
6.5.1. Abandono e desesperança: abismos entre governo e povo..... 260
6.5.2. Reduzindo as distâncias: a direita que quer cuidar dos cidadãos..... 262
6.5.3. Vamos juntos: a construção da unidade..... 264
6.6. Aproximações e diferenças nos quatro discursos analisados..... 267
Conclusão..... 277
Referencial bibliográfico..... 282

Introdução

A Maré Rosa na América Latina se deu nos primeiros 15 anos do século XXI e foi caracterizada pela chegada ao poder de partidos, movimentos e lideranças de esquerda (PEREIRA DA SILVA, 2014). Esses grupos deram início a uma nova forma de governar na América Latina, que – de diferentes maneiras - buscou a redução da pobreza sem que necessariamente fossem rompidos os laços com o neoliberalismo (PANIZZA, 2009). O país precursor de tal movimento foi a Venezuela, com a eleição de Hugo Chávez em 1998. O exemplo foi seguido pelo Chile, Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador, Nicarágua, Paraguai e El Salvador, demonstrando a capacidade de multiplicação e estabilização geradas pelo movimento (PEREIRA DA SILVA, 2019). No quadro abaixo, sistematizam-se as vitórias eleitorais dos governos alinhados com este ciclo (Quadro 01).

Os governos acima elencados foram analisados, pelo seu ineditismo e relevância, por diversos teóricos (CASTAÑEDA, 2006; ARDITI, 2008; CAMERON, 2009; PANIZZA,2009). Eles apontam que um contexto internacional favorável (com o fim da Guerra Fria) e a ampliação programática das novas esquerdas conferiram-lhes maior adaptação organizativa e flexibilidade, propiciando a manutenção e ampliação de seus governos (PANIZZA, 2009). Nos países em que as esquerdas chegaram ao poder em meio às crises – como é o caso de Venezuela, Bolívia e Equador – os governos progressistas lograram êxito em promover propostas mais radicalizadas, que buscaram a refundação da sociedade por meio de transformações constitucionais e modificação drástica das políticas públicas. Em outras situações, como é o caso brasileiro, chileno e argentino, as políticas sociais foram desempenhadas sem transformações profundas e rompimentos com a lógica de mercado. Segundo Pereira da Silva (2019), nos países andinos as transformações foram possíveis não só por vontade governamental, mas também porque naquela região a oposição estava mais debilitada.

Contudo, na segunda década do século XXI, a emergência de um contexto econômico desfavorável na região propiciou a organização de forças contrárias aos governos progressistas. Em 2014, já foi possível observar que os governos que compunham a Maré Rosa, desgastados pelos sucessivos anos no poder, passaram a enfrentar eleições mais competitivas (SVAMPA, 2019). No ano seguinte, a oposição aos governos tomaria novos e nítidos contornos, com o início do processo de impeachment da Presidenta brasileira Dilma Rousseff e com a vitória eleitoral de

Mauricio Macri na Argentina.

Quadro 01 – Mandatos presidenciais de esquerda (1998-2023)

País	Presidente e Mandato Exercido			
Venezuela	Hugo Chávez (1999-2001)	Hugo Chávez (2001-2007)	Hugo Chávez (2007-2013)	Nicolás Maduro (2013 -)
Chile	Ricardo Lagos (2000-2006)	Michelle Bachelet (2006-2010)		Michelle Bachelet (2014-2018)
Brasil	Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006)	Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010)	Dilma Rousseff (2011-2014)	Dilma Rousseff (2015-2016)
Argentina	Nestor Kirchner (2003-2007)	Cristina Kirchner (2007-2011)	Cristina Kirchner (2011-2015)	
Uruguai	Tabaré Vazquez (2005-2010)	José Mujica (2010-2015)	Tabaré Vazquez (2015-2020)	
Bolívia	Evo Morales (2006-2010)	Evo Morales (2011-2015)	Evo Morales (2016-2019)	
Equador	Rafael Corrêa (2007-2009)	Rafael Corrêa (2009-2013)	Rafael Corrêa (2013-2017)	
Nicarágua	Daniel Ortega (2007-2012)	Daniel Ortega (2012-2016)	Daniel Ortega (2016-2020)	Daniel Ortega (2020-2024)
Paraguai	Fernando Lugo (2008-2012)			
El Salvador	Maurício Funes Cartagena (2009-2014)	Salvador Sánchez Cerén (2014- 2018)		

Fonte: Adaptado e atualizado de Pereira da Silva (2014)

Tais transformações consolidaram o que alguns autores vêm chamando de novo ciclo à direita na América Latina (SCHAVELZON,2016; MEDEIROS, 2018;

PEREIRA DA SILVA, 2018), propagando uma nova leitura dos ideais conservadores e liberais. É como se convivessem duas forças na região: movimentos e partidos vinculados à nova direita e os remanescentes do ciclo progressista, que buscam a todo custo manter-se no poder. A região vive conflitos diplomáticos e de interesses, expressos pela transitoriedade e peculiaridade do momento atual (PEREIRA DA SILVA, 2018). A direita ascende por meio de deposições (como é o caso de Honduras, Paraguai e Brasil) e, também, pela tutela de eleições (como no caso argentino, chileno, uruguaio e brasileiro) (PEREIRA DA SILVA, 2018).

Sem desconsiderar a relevância política das rupturas causadas pela cassação prematura dos mandatos presidenciais, tem-se que os contextos de disputa eleitoral são significativos para que se possa compreender a mudança de paradigma discursivo entre a maioria da população dos países da região, demonstrando as mudanças no processo de articulação e hegemonização dos discursos. Nesse sentido, se constituem interessantes casos de análises os contextos daqueles países que optaram pela via eleitoral para mudar principais cargos políticos, destacando-se as experiências chilena, argentina, brasileira e uruguaia abaixo sintetizadas.

O primeiro país a demonstrar ruídos na hegemonia de esquerda na região foi o Chile, com a eleição de Sebastián Piñera no ano de 2010. Sua eleição se deu em decorrência do esgotamento dos partidos e movimentos de esquerda, que não conseguiram se articular para eleger um candidato comum (GAMBOA; MORALES, 2016). Há de se referir que o então candidato não conseguiu satisfazer os anseios dos chilenos, não logrando êxito em sua reeleição em 2014. Contudo, os partidos auto identificados com a direita Unión Demócrata Independente (UDI) e com a Renovación Nacional (RN) aumentaram significativamente o número de cadeiras no parlamento federal na eleição de 2014 em relação à eleição de 2010, apesar da vitória do Partido Socialista, de Bachelet, no Executivo.

Para o pleito de 2017, a direita apresentou-se com três candidatos distintos: Felipe Kast, José Manuel Ossandon e, novamente, Sebastián Piñera. O primeiro candidato, vinculado ao recém-criado partido Evopoli[1], se apresentou ao público como liberal no âmbito econômico e dos costumes, opondo-se ao passado ditatorial chileno e às violações dos direitos humanos que ocorreram no período (KALTWASSER, 2019). O segundo candidato, por sua vez, rompeu seus laços com o tradicional partido

[1] O Evopoli se constituiu como partido político em 24 de julho de 2015. Para mais informações: <https://www.evopoli.cl/conoce-evopoli/historia/>.

chileno RN e se colocou como uma alternativa para aqueles que defendiam o conservadorismo nos costumes e o efetivo combate à delinquência no país. Sebastián Piñera, o preferido entre os três por ser apoiado pelos dois tradicionais partidos chilenos RN e UDI, construiu sua campanha fazendo duras críticas à política econômica de Bachelet (KALTWASSER, 2019). Com um pouco mais de 35% dos votos válidos, Sebastián Piñera foi conduzido para o segundo turno e foi eleito Presidente do Chile em 17 de dezembro de 2017.

Na Argentina, a oposição ao governo Kirchner foi catalisada pela Propuesta Republicana (PRO), um partido criado no ano de 2010 com o objetivo de representar uma direita mais contemporânea, preocupada com o avanço da esquerda no continente ao mesmo tempo que assume em seu programa os ganhos sociais trazidos pelas administrações (LEVITSKY, LOXTON, VAN DYCK, 2016). O PRO apresentou rápido crescimento político, detendo junto com o Partido Demócrata Nacional (PDN), 27 cadeiras no Senado (de um total de 72) e 107 cadeiras na Câmara dos Deputados (de um total de 257). Seu principal líder, Maurício Macri, foi o responsável pela derrota do candidato do partido de Cristina Kirchner em 2015. Ele construiu sua campanha em um contexto de ampla polarização, favorecido pelo desgaste dos governos de situação e pelos incipientes impactos negativos da crise econômica (VOMMARO, 2019). Colocando-se como o candidato da moderação e da eficiência, ele fez promessas de transparência e eficiência econômica que agradou classes urbanas e populares (SVAMPA, 2019). O modelo dicotômico estabelecido entre os dois candidatos funcionou como uma estrutura de inteligibilidade da realidade política, retirando da apatia os alheios à política e orientando tanto os que se identificavam com o campo popular democrático como com o modelo liberal republicano (VOMMARO, 2017).

O caso brasileiro é igualmente emblemático. Se a direita no Brasil ascendeu em 2016 com o impeachment da então Presidente Dilma Rousseff e o posterior governo de Michel Temer, ela ganhou contornos de radicalidade com a vitória eleitoral de Bolsonaro em 2018 (SANTOS; TANSCHEIT, 2019). Sua candidatura foi construída em um contexto discursivo extremamente complexo, caracterizado pelo esgotamento do governo petista e de uma incapacidade da esquerda em promover respostas favoráveis aos anseios da população (MESSEMBERG, 2017). É certo que o candidato de extrema-direita conseguiu capitanear o apoio de relevantes lideranças religiosas (capilarizadas por todo o interior do país), da elite econômica e militar, além de contar

com a simpatia da vasta gama de brasileiros insatisfeitos com as denúncias de corrupção (MURILLO, 2019). O clima eleitoral de 2018 foi de intensa polarização política e de severos antagonismos, que dividiram a sociedade brasileira em dois campos distintos e irreconciliáveis (PENTEADO; LERNER, 2018)

Inserido neste contexto, o Uruguai foi o último país a experimentar uma transição à direita. Após 15 anos ininterruptos da administração da Frente Ampla (FA), um partido de centro-esquerda que chegou ao governo nacional pela primeira vez em 2005 (ROSENBLATT, PIÑEIRO, BENTANCUR, 2019), uma coalizão de partidos de centro e de direita conduziram Luis Lacalle Pou, do Partido Nacional (PN) à chefia do Poder Executivo. As eleições presidenciais uruguaias se dividiram em dois turnos: o primeiro deles, que ocorreu no dia 27 de outubro de 2019, foi vencido pelo candidato da FA, Daniel Martínez. Ele obteve 39% dos votos, enquanto o PN atraiu 28,6% do eleitorado. O Partido Colorado contou com 12,3% dos votos válidos, seguido pelo partido de inspiração militar Cabildo Aberto (CA), que fez 11% dos votos e conquistou o melhor desempenho de um quarto partido desde o retorno da democracia, em 1985 (ROSENBLATT, PIÑEIRO, BENTANCUR, 2019).

No dia 24 de novembro de 2019 ocorreu o segundo turno das eleições presidenciais. O PN, liderado por Luis Lacalle Pou, encabeçou uma coalizão de centro-direita denominada Coalición Multicolor, da qual fizeram parte cinco partidos: o PN, o PC, CA e outros dois partidos menores (Partido de la Gente e o Partido Independiente). Pela pequena diferença de 1,5% dos votos, que se traduz em 37.042 eleitores, a coalizão de centro-direita venceu o pleito eleitoral, que se caracterizou pelo segundo turno mais competitivo do Uruguai desde que se adotou o modelo eleitoral atual, em 1999 (MARTÍNEZ, 2019).

Para além do expediente tradicional da democracia representativa, tais eleições são centrais porque consumam o fim de um modelo de governo progressista na região (HUNTER, POWER, 2019). A ascensão dos candidatos se dá em contexto de disputas sociais e da aceleração de polarizações, no qual evidenciam-se os sentimentos de desencanto e decepção (SVAMPA, 2019). Eles se traduzem em tendências eleitorais até então inéditas na região, como o surgimento de novos partidos de extrema direita competitivos no cenário eleitoral (KITSCHELT, 2018) e a inauguração de padrões de comportamento eleitorais até então nunca vistos (MURILLO, 2019).

Tendo em conta tal cenário, a pesquisa visa responder ao seguinte

questionamento: *Considerando o esgotamento da Maré Rosa, como se constituiu e se hegemonizou o discurso da direita no contexto eleitoral na Argentina (2015), no Brasil (2018), no Chile (2017) e no Uruguai (2019)?* A hipótese de pesquisa relaciona-se ao contexto discursivo em que estes discursos emergiram: os governos progressistas ascenderam ao poder em um período de bonança econômica, fomentado pelo aumento das exportações de matérias primas. Ao longo deste período, eles foram eficientes em gerar acomodação e satisfazer diferentes demandas espalhadas pelo corpo discursivo, ampliando as relações de equivalências em torno de si e construindo sua hegemonia. Contudo, o fim do período do boom dos commodities ruiu com o sistema de alianças que sustentava o progressismo, proliferando-se demandas insatisfeitas na sociedade. Logo, a hipótese de pesquisa defende que: *O discurso da direita na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai tornou-se hegemônico pela articulação das demandas populares que o progressismo não conseguiu mais satisfazer após o esgotamento do boom dos commodities.*

O objetivo geral da pesquisa é comparar os processos de articulação discursiva que culminaram no esgotamento dos governos progressistas argentino, brasileiro, chileno e uruguaio e os processos de transformação política que gerou a hegemonização dos discursos à direita. Para que ele seja atingido, devem-se cumprir os seguintes objetivos específicos:

A- Analisar contexto econômico regional após declínio do boom dos commodities e suas consequências políticas na estabilidade dos governos progressistas.

B - Considerando cada contexto nacional, compreender como a direita se constituiu discursivamente após a redemocratização.

C- Identificar como se dá o processo de construção discursiva nos quatro discursos analisados, visando a construção da hegemonia.

D- Identificar as semelhanças que existem nos processos de construção discursiva e as demandas em comum que compõem as relações de equivalências dos quatro contextos analisados.

E- Compreender as diferenças que existem entre as cadeias de equivalências, que dizem respeito às particularidades dos contextos analisados.

A análise proposta será amparada nas ferramentas e nos pressupostos epistêmicos da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe. Segundo o primeiro autor (1980, p. 89), “uma teoria da dominação e do poder não pode ser baseada exclusivamente na análise de seus efeitos, mas precisa também ser uma teoria da

construção discursiva de antagonismos". A complexidade do fenômeno latino-americano, na qual permeiam diversos elementos inéditos na historiografia da região, não pode ser totalmente apreendido sem que seja compreendido como se construiu a disputa discursiva entre direita e esquerda e quais estratégias foram utilizadas pela primeira para hegemonizar o discurso em relevantes países da região, pondo fim em um longo ciclo político que contou com amplo apoio popular.

Partindo das premissas da referida teoria, a tese constrói-se a partir da comparação entre os processos de articulação discursiva nas campanhas presidenciais de Maurício Macri, Jair Bolsonaro, Sebastián Piñera e Luis Alberto Lacalle Pou e quais são as semelhanças, diferenças, deslocamentos e transformações por que passaram tais discursos. Nesse sentido, tem-se que a pesquisa se justifica em sua originalidade, relevância e operacionalidade. Ainda que importantes cientistas políticos tenham se debruçado sobre as transformações por que tem passado os presidencialistas latino-americanos, as bases de dados que compilam os artigos, teses e dissertações na área apontam para a existência de uma lacuna de pesquisas que apresentem análises sobre o processo de transformação política pela qual a região tem passado.

Os resultados da pesquisa são apresentados em seis capítulos. O primeiro deles tem por finalidade explicar as filiações teóricas e os principais conceitos utilizados para o desenvolvimento do projeto, em especial as noções de articulação discursiva, antagonismo, hegemonia e demandas insatisfeitas. O segundo capítulo, por sua vez, discute as transformações econômicas e sociais por que passaram os países depois do período da redemocratização, enfatizando três fases distintas: as reformas neoliberais que ocorreram ao longo da década de 1990 e os custos sociais de sua implementação nos quatro países analisados, a mudança de paradigma proposto pelos governos progressistas e as estratégias para inclusão social e, por fim, a crise no modelo de exportação que impactou no modelo de desenvolvimento adotado pelos países.

O terceiro capítulo volta-se à compreensão sobre como, desde o período da redemocratização, a direita se constituiu como discurso político nos quatro países analisados e seus esforços em busca da hegemonia discursiva. Os argumentos desenvolvidos apontam que a direita não é um corpo discursivo hegemônico e que existem disputas internas entre grupos defensores do período ditatorial, por um lado, e grupos que defendem a democracia e o liberalismo como valores sociais

fundamentais.

Uma vez compreendido como a direita se situa no campo político dos quatro países analisados, têm-se condições de adentrar na análise do material coletado no âmbito da presente pesquisa. O quarto capítulo explica, então, como se desenvolveu o método da pesquisa. Ele justifica-se porque, no âmbito da Teoria do Discurso, tem-se desenvolvido múltiplos procedimentos de pesquisa com potencial explicativo de realidades complexas, o que contribuiu para o desenvolvimento de métodos com inspiração pós-estruturalistas. O presente trabalho é um esforço de contribuir neste campo, e definiu-se por explicitar como a pesquisa se desenvolveu para inspirar outros trabalhos a trilhar caminhos similares.

Os capítulos cinco e seis versam sobre o processo de articulação discursiva dos quatro discursos analisados. No primeiro deles, são analisados elementos programáticos vinculados não só à crítica ao modelo de governo no período anterior, como também à definição de prioridades de governo em áreas estratégicas. No último capítulo, são analisados os valores e o entendimento que os quatro discursos fazem da democracia, bem como as estratégias discursivas utilizadas para a construção do povo.

Conclui-se que, mobilizando os sentimentos de abandono e de cuidado, os quatro discursos estabelecem relações afetivas com os cidadãos que guardam demandas insatisfeitas em relação ao governo anterior, principalmente pela incapacidade do Estado em garantir o crescimento econômico, a geração de emprego e serviços públicos de qualidade

Capítulo 01 - Populismo(s): teoria(s) e a América Latina

O termo *populismo* tem se tornado recorrente no vocabulário de jornalistas, politólogos e economistas na última década. Entre analistas consolidados e intérpretes, parece haver pouca dúvida sobre seu significado, seu viés ideológico ou político, embora haja evidente confusão quando ele precisa ser traduzido em um conceito. Apresentando um cunho eminentemente elusivo, o populismo pode ser usado para caracterizar uma diversidade de experiências empíricas sem que nenhuma delas informe, de forma definitiva, suas nuances, contornos e limites.

Segundo Howarth; Griggs (2015), a imprecisão do conceito está vinculada à indeterminação do fenômeno a que ele alude. Os teóricos contemporâneos não oferecem respostas definitivas para os diversos questionamentos de quem se propõe a se aprofundar nos estudos sobre populismo: seria ele um movimento ou uma ideologia? Quais são os limites que o populismo pressupõe? Há uma vagueza que contribui para que haja poucas análises políticas deste fenômeno, embora seja inquestionável sua relevância para eventos atuais. De La Torre (2019), ao justificar a importância destes estudos, ressalta que líderes populistas - ao invocar a vontade do povo - promoveram mudanças nas elites que governavam a Ásia, África, as Américas, o Oriente Médio e a Europa. O fenômeno, já recorrente nas literaturas latino-americanas desde 1930-40 e costumeiramente associado a democracias mais frágeis, também tem sido observado em democracias consolidadas: nos Estados Unidos, ele está ligado à eleição de Donald Trump e, na Inglaterra, ao movimento Brexit. Em outras democracias europeias, os chamados partidos populistas estão ficando mais fortes e já chegaram ao poder em países como Itália, Hungria, Grécia e Polônia.

Ao analisar esses fenômenos, especialistas e escolas compreendem o populismo de diferentes formas. Para alguns, o populismo pode representar a pior ameaça para a democracia, ao subverter seus princípios e colocar em risco os direitos humanos já consolidados (BRINKS; LEVITSKY, MURILLO, 2019). Para outros, ele manifesta o espírito verdadeiramente democrático ao falar em nome do povo (LACLAU, 2013). Em comum, as duas correntes concordam que os líderes populistas dividem a sociedade em admiradores e opositores ao politizar certas questões que, ignoradas pela elite política tradicional, mobilizam importantes segmentos sociais.

Sabendo da polissemia que envolve o conceito, a primeira parte do capítulo tem por finalidade apresentar as diferentes escolas que tem o populismo como

elemento central. Conforme será demonstrado no final do tópico, a pesquisa foi desenvolvida amparada pelo substrato teórico e epistêmico da Escola de Essex. Dito isso, a segunda parte do capítulo é desenvolvida de modo a demonstrar quais são as principais categorias teóricas utilizadas pelos autores filiados a esta corrente, em especial Ernesto Laclau. As noções de antagonismo, relações de equivalências, hegemonia e demandas insatisfeitas são centrais para a análise proposta no presente trabalho, influenciando a construção metodológica e os resultados da pesquisa. O capítulo é finalizado apresentando-se o olhar sobre as experiências latino-americanas, lançando-se questionamentos sobre a utilização do termo para eventos passados e contemporâneos.

É importante destacar que o populismo, enquanto conceito, é relevante para o trabalho porque serve de substrato analítico para a construção do povo na perspectiva de Laclau (2013). Neste sentido, a primeira parte do capítulo tem finalidade situar o leitor sobre as diferentes correntes que existem e as filiações desta pesquisa.

1.1. Populismo: conceitos em disputa

O populismo, enquanto rótulo político, foi utilizado na América Latina nos estudos de governos que contavam com amplo apoio popular, a exemplo de Getúlio Vargas e Juan Perón na Argentina (WEFFORT, 1968), e, por muito tempo, foi nessa região que se produziu a mais expressiva literatura sobre o tema. A compreensão da significação do populismo na região reproduziu condições particulares, principalmente as ferramentas baseadas na teoria da dependência ou da modernização, que tendia a compor entendimentos de múltiplos domínios de conhecimento e situava o populismo em determinados estados de desenvolvimento (WEYLAND, 2001). As concepções modernistas, por exemplo, consideravam que o populismo era um impedimento ao processo de industrialização, urbanização e educação. Já aqueles que se filiavam à teoria da dependência, acreditavam que as constantes crises dos países em desenvolvimento incitavam a mobilização social e a organização popular (DE LA TORRE, 2019). Em comum, essas duas concepções viam um populismo como um evento historicamente datado, vinculado a um estágio específico de crescimento social e econômico. Ele era compreendido em sua dimensão social, material e, especialmente, política.

A perspectiva histórica, contudo, enfrentou mudanças a partir de um novo entendimento de populismo motivado por novas circunstâncias empíricas. Na América

Latina, alguns líderes - como Alberto Fujimori no Peru, Carlos Menem na Argentina e Fernando Collor no Brasil - apresentaram características que em muito pareciam com a construção teórica acerca dos governos das décadas de 1930-40, apesar de eles operarem restringidos pelo controle fiscal exigido pela ordem neoliberal (PANIZZA, 2009). Na Europa, neste meio tempo, as democracias liberais consolidadas tiveram de lidar com a emergência de partidos radicais de extrema-direita, que tinham um elemento antissistêmico similar ao observado nos líderes latino-americanos. Apesar das circunstâncias distintas e dos avanços conceituais, as origens do populismo serviram como base para as formulações seguintes do fenômeno.

Atualmente, conforme apontam Mudde e Kaltwasser (2017), ainda são muitas as disputas discursivas estabelecidas entre teóricos e analistas políticos sobre se o populismo efetivamente existe e, em existindo, o que ele significa exatamente. Dentre as produções acadêmicas sobre o tema, destacam-se diferentes vertentes que se diferenciam não só na forma como entendem o populismo, como também na sua relação com a democracia. Nos próximos subtópicos, objetiva-se apresentar as mais importantes perspectivas contemporâneas sobre populismo (ideacional, estratégica e discursiva), demonstrando as razões por que esta última serve de substrato epistêmico e teórico desta pesquisa.

1.1.1. A concepção de populismo como estratégia

Esta concepção de populismo, vinculada aos trabalhos de Kurt Weyland (2001; 2017) e Robert Jansen (2011), compreende o fenômeno como uma estratégia de acumulação e mobilização de poder no qual um líder personalista busca ou exerce o governo através do apoio direto e anti-institucionalizado de uma maioria de apoiadores não organizados e no qual seus princípios e ideias não são particularmente importantes (WEYLAND, 2001). O foco desta escola, segundo Roberts (2019), é a pesquisa sobre como os líderes populistas buscam e exercem o poder. O populismo é concebido em termos estratégicos e se emprega em qualquer situação na qual busca-se acender e manter-se no poder a partir da constante mobilização em massa de seus apoiadores.

Dentre os pesquisadores que se aproximam dessa concepção de populismo, há uma pluralidade de visões. Inclusive, há concepções divergentes sobre quais são os elementos essenciais para se caracterizar o que é a estratégia populista. Por exemplo, Resnick considera que o populismo é “uma estratégia eleitoral para mobilizar

apoio a determinado partido" (RESNICK, 2015, p. 319). Para Mayorga, ele é "um padrão de política na qual um líder carismático explora um discurso ideológico para defender os pobres e excluídos, através do qual eles ganham apoio eleitoral e legitimidade democrática para exercer o poder" (MAYORGA, 2012, p. 237). Roberts define o fenômeno como "mobilização política de massa articulada em torno de líderes personalistas que mudam as elites estabelecidas" (ROBERTS, 2008, p. 56). As linhas divisórias sobre os diferentes entendimentos estão expressas nas palavras-chave que cada autor utiliza para compreender o fenômeno: estratégia eleitoral, padrão de política, estilo político.

As definições apresentadas são parte de um processo indutivo, baseado na observação de casos e na comparação no tempo e espaço de casos semelhantes. Ele varia de acordo com as circunstâncias nacionais e o contexto econômico e político, havendo uma disputa, entre os diferentes teóricos, sobre o que é considerado essencial: enquanto determinadas características são fundamentais para determinados autores, para outros são incidentais. A variedade de posições afeta a extensão do conceito e a classificação de determinados eventos empíricos, trazendo insegurança para as análises propostas. Não há consenso entre os autores de que o populismo é baseado em apelos políticos ou uma determinada relação estabelecida entre os líderes e seus seguidores. Weyland exclui a possibilidade de apelos na sua definição de populismo, tido como "uma estratégia política para acender e manter-se no poder" (WEYLAND, 2001, p. 03). De la Torre, por outro lado, considera essa uma característica essencial: "populismo é uma mobilização baseada em fortes apelos retóricos ao povo e a mobilização da multidão em nome de um líder" (DE LA TORRE, 2010, p. 32). Para o primeiro autor, a forma como o líder populista se comunica com seus eleitores não é essencial na estratégia populista; para o segundo, é. Disso decorre que, para Weyland, o apelo retórico é de importância secundária, enquanto que, para De la Torre, os apelos do líder são particularmente importantes para distinguir o populismo de outros fenômenos de organização de massa, como o fascismo. A ausência de consenso sobre os termos que constituem o fenômeno ainda é um desafio a ser enfrentado pela escola estratégica, dado que a teoria não pode adaptar-se a todas as situações da realidade.

As discussões sobre as características organizacionais e os tipos de mobilização que podem caracterizar o populismo faz com que o consenso entre os pesquisadores resida no fato de que toda a investida populista deve se dar em relação

às instituições (DE LA TORRE, 2015). Porém, ao eleger tal atributo como essencial, os pesquisadores desta corrente têm de desconsiderar outras experiências cujo potencial transformador se aproxima de seus aportes teóricos, tão somente porque elas não se desenvolvem em contextos eleitorais e não necessariamente visam a formação de governo. Para esta corrente, o populismo serve para um fim específico, e as formas para atingir tal fim podem ser tanto retóricas quanto organizacionais, tendo ele a finalidade exclusiva de tornar acessível o poder ao líder (ROBERTS, 2015). Em razão de tais escolhas, a conceitualização política do populismo se restringe à busca de suas causas e consequências.

O mérito dos estudos desta corrente é a compreensão de que os líderes utilizam os apelos populistas de forma estratégica para alcançar o poder. Contudo, eles prestam pouca atenção sobre as razões que fazem com que os admiradores sigam, geralmente por longos períodos e com forte senso de lealdade, o líder personalista. Ademais, por detrás da compreensão dos sujeitos democráticos, reside o entendimento de que as massas não agem de forma racional e se mostram incapazes de seguir seus próprios interesses. É fato que as escolhas políticas não são guiadas exclusivamente pelo consciente racional, como também é prejudicial a compreensão de que o povo não está apto a fazer escolhas políticas válidas e definir o que ele acredita ser seu melhor caminho.

1.1.2. A percepção ideacional do populismo

A perspectiva ideacional, cujos principais expoentes são Rovira Kaltwasser e Cas Mudde, explica as causas e consequências do populismo em termos de ideias, que se estruturam em torno da luta entre dois polos opostos: o bem, expresso na vontade das pessoas ordinárias, contra o mal, manifestado pela elite corrupta. Embora a definição dual proponha uma redução da complexidade do fenômeno, não se pode dizer que os autores compreendam o populismo como um conceito fechado. Em ordenamentos complexos, o discurso populista compete com outros discursos e se combina com ideologias da política tradicional para gerar apelo popular. Ele também precisa interagir com elementos materiais e com os anseios das pessoas ordinárias (HAWKINGS, KALTWASSER, 2018).

Se comparado com as demais escolas, a corrente ideacional é relativamente nova. Como consequência, seus elementos centrais ainda não estão totalmente definidos (MUDDE; KALTWASSER, 2017). Atualmente, esta corrente avança na

construção de argumentos causais e no desenvolvimento de uma metodologia de inspiração positivista focada nas ideias dos líderes populistas. Em relação ao que significa o populismo, é possível dizer que existe um consenso entre os estudiosos filiados a esta corrente: o populismo é definido como uma ideologia complementar ou um enquadramento discursivo no qual os indivíduos compreendem a política como uma luta entre as boas-intenções das pessoas ordinárias contra uma elite conspiratória (MUDDE, 2004). Há um pressuposto teológico e dualístico na concepção defendida por essa perspectiva: a massa de cidadãos honestos, sujeitos à vontade da elite corrupta, se unifica em torno de um líder para restaurar seu direito à soberania.

Apesar de algumas escolas orientadas pela perspectiva ideacional verem o populismo como um conjunto de ideias, elas concordam que o populismo representa um tipo diferente se comparado com as ideologias tradicionais, como o conservadorismo, liberalismo ou socialismo. Nesta perspectiva, ele se combina com ideologias tradicionais para produzir subtipos (MUDDE, KALTWASSER, 2013). Através de tal distinção, os autores acreditam que podem explicar o porquê de os líderes populistas agirem e parecem diferentes de tais políticos, e como líderes de extrema-direita e extrema-esquerda podem ser unificados em torno de um mesmo rótulo.

Assim como outras concepções de populismo, a perspectiva ideacional dá especial importância ao papel das ideias na definição e explicação do fenômeno. O discurso do líder populista é compreendido, pelos pesquisadores filiados nesta corrente, de forma objetiva através do manejo das ferramentas tradicionais da ciência política, como, por exemplo, aquelas fornecidas pela concepção behaviorista do comportamento eleitoral (HAWKINGS, KALTWASSER, 2018). Eles buscam compreender as variáveis e os processos causais que agregam, de um lado, o campo da política com as decisões individuais dos eleitores, sempre orientando suas construções teóricas com as evidências empíricas dos contextos analisados (HAWKINGS, KALTWASSER, 2018). A tarefa, para esses autores, é identificar formas através das quais as ideias populistas adquirem apelo eleitoral e reconfiguram as instituições políticas, ao mesmo tempo que propõem uma explicação sobre as circunstâncias que dão vazão aos seus apelos ideológicos que radicalizam o que antes eram perspectivas tradicionais. Eles reivindicam que a compreensão do populismo como ideologia fornece importantes elementos para compreender a base de apoio de partidos e movimentos (HAWKINGS, KALTWASSER, 2018).

Certamente, a perspectiva idealista foi amplamente recepcionada em trabalhos acadêmicos na Europa e, em certa medida, também na América Latina. A concepção de que o populismo separa a sociedade em dois grupos homogêneos e opostos - a elite corrupta e as pessoas puras - não é exclusiva desta perspectiva, estando presente em diversos estudos. Contudo, mesmo sabendo que as ideologias podem sofrer gradações, a caracterização do evento populista foge dessa lógica. Não é possível classificar um político ou movimento como mais ou menos populista; ou ele é, ou não é. Conforme defende Panizza e Stavrakakis (2021), procurar o populismo no âmbito das ideias políticas ou em ideologias específicas deve conduzir a enganos, porque é impossível por diversas razões. O populismo opera como uma lógica, uma retórica ou como um estilo de começar, enquadrar e performar projetos políticos. Normativamente, o que distingue o populismo não é a expressão de certo moralismo, mas a forma como ele é performado. Um político tradicional e um político populista podem defender o mesmo ponto de vista sobre determinado assunto, mas a forma como eles o desenvolvem e o apelo popular presente em seu discurso serão diametralmente diferentes.

1.1.3. A concepção de populismo da Escola de Essex: o trabalho de Ernesto Laclau

A perspectiva discursiva do populismo está associada ao trabalho de Ernesto Laclau (2013) e pode ser considerada uma das teorias mais influentes, não só pelos avanços conceituais e teóricos que ele propôs, como também porque orientou diversas experiências em todo o mundo. Diferente das duas perspectivas anteriores, ao invés de focar no conteúdo das ideologias populistas ou no seu apelo de classe, Laclau desenvolveu uma teoria formal do populismo, compreendendo-o como uma prática política que cria identidades populares (PANIZZA, STAVRAKAKIS, 2021).

Para Laclau, o populismo refere-se a uma lógica de articulação específica que envolve uma dimensão especial da realidade social através de relações equivalenciais. O campo social se estrutura em cadeias de equivalências de demandas insatisfeitas, antagonizadas contra o establishment incapaz de atender os anseios populares. Nesta perspectiva lógico-discursiva, o significante “povo” opera como um ponto nodal em torno do qual significantes - frequentemente antitéticos - são articulados para definir quem são as pessoas que o representam. De acordo com Laclau, a constituição performativa do povo não ocorre em um vácuo político. Ela se

dá através de práticas articulatórias que disputam a hegemonia da constituição de identidades populares.

Na fala do dia a dia, o populismo remonta abuso de poder e aponta para um mau funcionamento do corpo político. Os líderes populistas são tidos como demagogos autoritários que apelam às emoções do eleitorado para garantir seu apoio, recorrendo a preconceitos e ressentimentos para incitar os eleitores contra a ordem política estabelecida. Eles têm pouca consideração pelas instituições democráticas e procedimentos, falam para as pessoas o que elas querem ouvir sem considerar as consequências políticas e econômicas a longo prazo (OSTIGUY, MOFFIT, 2021). Através do seu desenvolvimento teórico, Laclau busca romper com tal estigma e inserir o populismo como uma categoria chave nas teorias políticas e democráticas contemporâneas. Para ele, o populismo, longe de ser um fenômeno patológico, é um conceito fundamental para se compreender a democracia. Ele retira do conceito qualquer ambiguidade, considerando-o a verdadeira corporificação das políticas democráticas (PANIZZA, STAVRAKAKIS, 2021).

Ao defender tal perspectiva, Laclau propõe mudanças na maioria das teorias sobre populismo, que sempre o consideraram uma afronta à democracia (URBINATI, 2014). Dessa forma, Laclau modifica os termos do debate teórico sobre o populismo, dado que ele passa a constar como uma ferramenta normativa desejável na política, enquanto a democracia representativa é retratada como uma máquina institucional despolitizada que neutraliza o poder emancipatório do político. A crítica do autor não é direcionada ao fenômeno populista, mas sim ao funcionamento dos regimes democráticos. Disso decorre que recebem sua reprovação todos aqueles fenômenos que retratam o populismo em termos de anormalidade, desvio ou manipulação. Segundo Laclau, populismo não é um evento político irracional, mas sim a “expressão de uma política específica” (LACLAU, 2013, p. 136).

A democracia liberal e o populismo estão calcados no princípio da soberania popular, e compartilham alguns dilemas relacionados ao tratamento que deve ser dado às maiorias, minorias, exclusões e garantias (PANIZZA, STAVRAKAKIS, 2021). Porém, a visão populista e a tradição constitucional que caracteriza a democracia liberal diferem na forma como compreendem o papel dos detentores de soberania e na forma com que organizam a representação política. Diferente da representação do populismo - tida como uma parcela que se diz o todo articulada em relações antagônicas contra o *status quo* - a democracia liberal concebe os cidadãos em sua

individualidade, racionalmente colocados em um ambiente político supostamente apto a lidar com as diferenças e propício à negociação de interesses em nome do bem comum. Diferentemente, a proposição de Laclau tem o mérito de trazer a centralidade na categoria do povo, considerando como verdadeiramente democrático o movimento que articula a vontade da maioria organizada.

É indiscutível que, mobilizando diferentes influências teóricas do movimento pós-estruturalista francês, Laclau apresenta uma teoria robusta para compreensão dos movimentos populistas. A compreensão do fenômeno a partir da construção política do povo viabiliza que diferentes contextos possam ser analisados, dado que o autor não determina tipologias pré-estabelecidas que o qualificam. Isso se dá porque os processos de significação estão vinculados ao contexto político que lhe dá condições discursivas de existência. As características dos movimentos populistas de extrema direita na América Latina não são as mesmas que as vistas na Europa, e o conceito de populismo deve trazer elementos suficientes para enquadrar-se nas mais diferentes experiências.

A maioria dos estudos sobre populismo reside na análise do conteúdo ideológico, ideacional ou organizacional de projetos políticos particulares, a fim de determinar quando eles são populistas ou não. Compreendendo populismo como uma lógica discursiva distinta, a teoria do discurso de Laclau propõe um significativo deslocamento da ênfase do conteúdo para a forma, que permite um entendimento mais rico do apelo ao povo, particularmente entre aquela parcela do *demos* que se vê excluída do uso dos direitos sociais e políticos (PANIZZA, STAVRAKAKIS, 2021).

Por sua sofisticação teórica e por apresentar um conceito robusto de populismo, a proposição de Laclau servirá de substrato epistêmico e teórico da tese. No próximo tópico, serão tratados os conceitos elementares que compõem o conceito, bem como sua relação com a democracia.

1.2. Populismo como democracia: a contribuição de Ernesto Laclau

A compreensão sobre a ascensão da direita na América Latina é complexa, dado que a análise pressupõe a influência de diversas variáveis que condicionaram o convencimento da maioria da população sobre as vantagens de eleger tais políticos. Nesse sentido, considerando os diferentes arranjos institucionais e a divergência de interesses entre discursos distintos que apoiaram tal projeto político, exige-se a aplicação de uma teoria que dê conta de posições diferenciais sem que ela implique

em reducionismos, explicações definitivas ou idealismos. Consciente de tamanho desafio, a presente pesquisa foi construída a partir dos pressupostos teóricos e epistêmicos da teoria do discurso de Laclau e Mouffe.

O aparato desenvolvido por Laclau - que remete ao trabalho seminal publicado com Mouffe em 1985 no livro Hegemonia e Estratégia Socialista - se debruça sobre novas concepções de democracia, voltadas para a compreensão de que os processos de identificação são sobredeterminados e múltiplos. Nesse sentido, eles propõem uma abordagem não essencialista, focada especificamente no papel da hegemonia na construção de identidades populares, e rompem com a antiga influência dos estudos marxistas que atribuíam à identificação de classe papel predominante na formulação política. A concepção de democracia dos autores deixou de ser compreendida em termos de instituições particulares, mas como uma lógica política emancipatória baseada na soberania do povo (PANIZZA, 2008).

Ainda que enquadrados como autores pós-marxistas, Laclau e Mouffe dialogam com diversas áreas do conhecimento - como a filosofia desconstrutivista de Derrida, da psicanálise Lacaniana e da linguística de Saussure - para propor um aparato teórico original, que privilegia as categorias da contingência, da indeterminação e da precariedade como dimensões do social. Isso faz com que sua contribuição seja considerada “uma das mais relevantes contribuições à teoria política do século XX” (LOPES; MENDONÇA; BURITY, 2015, p. 18).

1.2.1. Pressupostos teóricos

Desde a década de 1960, a linguística vem propondo estudos que vinculam a linguagem com a estruturação do inconsciente e da ideologia (BURITY, 2010). No Brasil, estes estudos ecoaram no campo das ciências humanas na década seguinte, quando foram traduzidos importantes artigos publicados por teóricos franceses que fomentaram discussões vinculando a linguagem, a subjetividade e a realidade social (LOPES, 2012).

Defendendo que a linguagem está inserida nos jogos de poder e é parte das vivências sociais, os novos estudos que se iniciaram romperam com o consenso entre linguistas sobre o foco de suas pesquisas, antigamente voltadas aos usos populares e eruditos da língua (BARROS, 2006). Há um deslocamento na concepção de discurso, que passa a ser analisado também pelo lugar que ocupa nas relações sociais de produção, circulação e trocas de bens materiais e simbólicos (BURITY,

1997). Conforme Burity (2010, p. 10), “a realidade social é, como no adágio popular, “dita-e-feita”, não há distância nem sequência entre um mundo duro dos objetos e um mundo etéreo dos signos”. Inaugura-se uma nova concepção, ainda ignorada por diversos campos científicos, que defende que o simbólico interpela a materialidade do real.

A partir dos estudos de Saussure, Lacan e Foucault, descortinou-se uma nova noção de discurso - que não mais restringiu-se às falas, palavras e intenções - para passar a incorporar instituições, costumes, moda, procedimentos e comportamentos sociais (BARROS, 2006). Rompe-se, de forma definitiva, com a ideia de um sujeito livre, racional e autônomo. Conforme explica Burity:

> O sujeito está posicionado, delimitado por instituições, pelos coletivos dos quais participa, pela temporalidade da sua formação social, pela incompletude de seu domínio sobre o mundo e pela intransparência de sua própria experiência de si. O discurso, como lugar de produção de sentido, é um lugar no qual essas duas dimensões se articulam (BURITY, 2010, p. 10).

Fortemente influenciados pelos novos estudos sobre discurso, Laclau e Mouffe lançaram o livro “Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical” em 1985. Através desta obra, trouxe-se ao âmbito da política as discussões que estavam, até então, restritas ao mundo da filosofia e da linguagem, construindo um novo campo do saber a partir da transformação e recontextualização das categorias linguísticas. Para além de ser um fenômeno social, a linguagem passa a ser composta por mecanismos retóricos ou de articulação de sentidos que condiciona lógicas sociais e políticas. A teoria do discurso político propõe

> uma teoria de identificação dos significantes cuja contestação ou múltiplo investimento por parte de vários atores sociais permite construir articulações que alteram a ordem vigente – deslocada por crises ou deslegitimada por fracassos ou arbitrariedades – e apontam para alternativas emancipatórias. (LOPES; MENDONÇA; BURITY, 2015, p. 16).

As categorias desenvolvidas na obra lançada em 1985 propiciam uma análise política baseada na investigação dos processos de significação, através dos quais são construídas representações que preenchem, de forma contingente e precária, a função de vazio universal (PANIZZA, STAVRAKAKIS, 2021). A hegemonia é alcançada quando os discursos abdicam de sua particularidade e articulam-se em relações de equivalência em oposição a um outro antagônico, produzindo, ao mesmo tempo, novos sentidos discursivos e a divisão do social em dois campos distintos e, em alguma medida, complementares.

Vinte anos depois, Laclau refina tais categorias e as reapresenta no livro “A

Razão Populista". Nesta obra, Laclau foca na construção de identidades e em como o povo emerge como um ator coletivo. Baseado em referenciais empíricos de diversos contextos históricos, ele revisita as teorias sobre populismo de forma crítica e inova ao propor que a categoria assuma centralidade ontológica nos regimes democráticos.

Estas duas obras teóricas, junto de outros livros, artigos e capítulos publicados nos anos de intensos estudos acadêmicos, ofereceram respostas interessantes para questões elementares para a democracia contemporânea: a construção e representação da classe trabalhadora e o papel das demandas populares na transformação política. Junto com Mouffe, Laclau desenvolveu um projeto de democracia radical que dá conta de recepcionar os novos movimentos sociais e os procedimentos de identificação política, fomentadas pelas novas formas de 'universalismo contingente' ocasionados pela fragmentação de políticas radicais em função de novas formas de particularismo e identidade (HOWARTH; GRIGSS, 2022). Cada uma das diferentes fases dos escritos do autor é informada por uma perspectiva não essencialista e não reducionista das práticas e relações sociais.

Valendo-se das contribuições do autor, busca-se apresentar, nos próximos subtópicos, uma visita às principais categorias de análise que compõem os pressupostos da pesquisa e que orientam a construção metodológica deste trabalho.

A crítica pós-fundacional e a teoria do discurso

O pós-fundacionalismo é uma perspectiva filosófica que surgiu na segunda metade do século XX na França, com o objetivo de problematizar, a partir de diferentes abordagens, as certezas consolidadas na ciência, como o positivismo clássico, a metafísica e o estruturalismo clássico (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014). O movimento é composto por uma pluralidade de autores, que partem de bases conceituais distintas, mas que se unificaram em torno da necessidade de desconstruir o cientificismo e o essencialismo que dominavam o contexto acadêmico até então (MARCHART, 2009; WILLIAMS, 2013).

A origem das críticas pós-fundacionais remete à concepção anti-fundacional, segundo a qual não há fundamentos que sustentem as estruturas (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014). Rompendo com tal concepção, os pós-fundacionalistas não refutam a ideia de que existam fundamentos, mas sustentam "a impossibilidade de um fundamento último" (MARCHART, 2009, p. 15). Baseados nos estudos de Heidegger, Derrida e Lacan, os pós-fundacionais trazem ao âmbito científico as

noções de contingência e precariedade, que inviabilizam a fixação última de sentido.

Ao privilegiar a contingência, os autores concebem o social a partir da noção de falta. Conforme explica Abbagnano (2007), os fundamentos contingentes ensinam que aquilo que é não necessariamente estava determinado a ser e que poderia ser, em seu lugar, qualquer outra coisa. Os fundamentos normativos estáveis são refutados em favor de uma concepção do social marcada pela precariedade, parcialidade, historicidade e instabilidade dos fundamentos.

Ao se questionar sobre o fundamento, Heidegger oferece à filosofia a noção de “abismo” (Ab-grund). O filósofo considera que a ausência do fundamento corresponde à natureza de um abismo, qual seja, de um fundamento sem fundo (BARROS; LINHARES; MENDONÇA, 2016). Nesta concepção, o fundamento não desaparece por completo. Explica Marchart (2009, p. 34) que o fundamento só desaparece, "unicamente na medida em que passa através de um “abismo” que é o fundamento: o fundamento funda no abismo.” O autor segue explicando que

> Quando nos referimos ao “fundamento sem fundamento”, como na citação acima, a preposição “sem” deve ser compreendida não como uma “ausência/vazio radical”, mas como uma “retirada”, um “apagamento” da ideia forte de fundamento (fundamento último) (Marchart, 2009, p. 36).

Conforme explica Marchart, a ausência de fundamento não se relaciona a uma impossibilidade empírica, mas sim à impossibilidade de estabelecer um único fundamento diante da multiplicidade de fundamentos possíveis. (BARROS; LINHARES; MENDONÇA, 2016). Ao defender que o fundamento está assentado em um abismo, Heidegger rompe com um ideal de cientificidade baseado na busca de leis universais. Ainda que jamais tenham se conhecido pessoalmente, Derrida complementa as observações do filósofo alemão, garantindo importante substrato epistêmico para o pós-fundacionalismo.

Profundamente incomodado com a incessante busca, no âmbito das ciências sociais, de leis universais, Derrida propôs uma releitura de todas as produções da época. No texto “A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas” (DERRIDA, 2002), o filósofo francês questiona a existência de um único e eterno centro nas estruturas que fundam as relações sociais. Nesse sentido, explica o autor que

> O conceito de estrutura centrada é com efeito o conceito de um jogo fundado, constituído a partir de uma imobilidade fundadora e de uma certeza tranquilizadora, ela própria subtraída ao jogo. A partir desta certeza, a angústia pode ser dominada, a qual nasce sempre de uma certa maneira de

> estar implicado no jogo, de ser apanhado no jogo, de ser como ser logo de início no jogo (DERRIDA, 2002, p. 230-231).

Ao questionar a imobilidade do fundamento, o filósofo argelino não abandona por completo a ideia de estrutura, mas sim "mantém os fundamentos (parciais), porém abandonam-se as essências, os fundamentos transcendentes, os centros imóveis" (BARROS; LINHARES; MENDONÇA, 2016, p. 176). Marchart (2009), apoiando-se nas conclusões de Derrida, destaca que a inexistência de fundamentos finais decorre da noção de falta constitutiva, e não do excesso de jogos possíveis.

A noção de ausência/falta impossibilita a totalização do social, prescrevendo a inexistência de um centro fundante eterno e imóvel. Explica Derrida que:

> Se então a totalização não tem mais sentido, não é porque a infinidade de um campo não pode ser coberta por um olhar ou um discurso finito, mas porque a natureza do campo – a saber a linguagem e uma linguagem finita – exclui a totalização: este campo é com efeito o de um jogo, isto é, de substituições infinitas no fechamento de um conjunto finito. Este campo só permite estas substituições infinitas porque é finito, isto é, porque em vez de ser um campo inesgotável, como na hipótese clássica, em vez de ser demasiado grande, lhe falta algo, a saber, um centro que detenha e fundamente o jogo das substituições (DERRIDA, 2002, p. 244-245).

Pode-se afirmar, portanto, que a noção de falta constitutiva prejudica a existência de fundamentos finais. O campo, então, abre-se ao infinito e abre as possibilidades de existências de infinitos fundamentos contingentes e parciais que, por determinado período, exerçam a função de centro. A epistemologia pós-estrutural e pós-fundacional convida, portanto, à desconstrução de fundamentos que justifiquem a sociedade de forma definitiva, propondo um rompimento com a noção de verdades absolutas e essencialismos universalizantes.

Sobredeterminação e totalidade do social

Os estudos de Laclau são influenciados pelas construções do teórico marxista Louis Althusser, em especial do livro “Os Aparelhos Ideológicos do Estado”. Neste livro (2022), partindo da premissa de que o Estado é uma máquina de repressão, o autor se questiona sobre quais ferramentas são utilizadas pelo ente estatal para garantir e conservar a exploração da classe trabalhadora. Ele elabora uma categoria de institucionalização da ideologia, que é necessária para que o Estado garanta a manutenção da ordem vigente. Dessa forma, o uso da força se torna dispensável, dado que os cidadãos estão sob controle. O trabalhador, neste cenário, convive desde os primórdios de sua vida escolar com a ideologia que o domestica e o condiciona à

lógica de subserviência à classe burguesa, reproduzindo internamente o *status quo* sem questionar a ordem material do mundo. Disso decorre que os aparelhos ideológicos do estado, principalmente a escola enquanto ente que auxilia na formação de subjetividades, fomenta uma relação de dominação.

Se o objetivo do filósofo francês era contribuir para a consolidação do marxismo estrutural a partir do desenvolvimento de hipóteses sobre como o Estado exerce dominação sobre os trabalhadores, ele também trouxe para a teoria do discurso de Laclau uma importante contribuição. A partir do diálogo com a psicanálise lacaniana e com os estudos da linguística, ele defende a ideia de que, se uma sociedade capitalista depende de certas condições de produção para existir, elas devem ser reproduzidas *ad infinitum*. Como consequência, o processo de identificação não é dado por uma única realidade do social, e sim por infinitas ordens. Isso quer dizer que não é possível atribuir um processo de identificação a uma única e suficiente causa.

Laclau e Mouffe, ao se debruçar sobre as construções teóricas do autor, explicam que ele "manteve o determinismo econômico enquanto elemento organizador da sociedade" (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 169) e que, por isso, não teria levado seu argumento às suas últimas consequências. Isso não reduz, no entanto, a contribuição do autor na compreensão das relações sociais no mundo contemporâneo e na recepção de importantes debates até então ignorados.

Compreendendo, portanto, que o conceito de sobredeterminação pode receber uma leitura pós-estrutural, o autor conclui que:

> Cada formação social tem suas próprias formas de determinação e autonomia relativa, que são sempre instituídas através de um complexo processo de sobredeterminação e não podem, por conseguinte, ser estabelecidas a priori (Laclau, 2000, p. 105).

Conforme demonstrado nos tópicos seguintes, as práticas discursivas constituem e estruturam o social. Elas buscam constituir uma totalidade a partir da representação de particularidades que, por meio de formação de relações de equivalências, disputam a hegemonia discursiva. Esse processo não é fechado, estando sujeito à constante mobilidade e contestação, impossível de ser totalmente apreendida. Laclau (2000, p. 104) defende que "a totalidade fundante se apresenta a si mesma como um objeto inteligível do conhecimento" (LACLAU, 2000, p. 104). O discurso, para hegemonizar-se, tem a pretensão de ocultar o caráter sobredeterminado e contingente do social.

Discurso, hegemonia e antagonismo

A partir do rompimento com a perspectiva marxista e essencialista, a construção teórica de Laclau abdica de qualquer prescritividade ou normatividade teórica, opondo-se à busca de verdades atemporais pela impossibilidade de fechamento completo de sentidos. Assim, assume centralidade na teoria a percepção de discurso e as articulações em relações de equivalências que buscam hegemonizar o campo discursivo. A teoria do discurso combina um aparato sofisticado da produção social de sentido com ênfase no político e no caráter antagônico que os discursos adquirem através de sua articulação em pontos nodais distintos, como, por exemplo, o povo.

Ao ser questionado por David Howarth, Laclau explicita que, na sua construção teórica, o discurso equivale a uma ontologia geral (LACLAU, 2014, p. 231). É a partir dos processos de significação que são constituídos todos os aparatos e ferramentas de análise que orientam a teoria do discurso, e que admitem posições de sujeito precárias, contingentes e abertas. O significado é constitutivo da realidade social e, por conseguinte, das identidades subjetivas e coletivas. Os discursos interpelam os objetos e buscam hegemonizar o espaço público e moldar o processo de tomada de decisão (PANIZZA, 2009, p. 34).

O discurso, na percepção do autor, não está restrito ao mero exercício mental de organização de frases gramaticalmente estruturadas que transmitem ideias. Ele tem um caráter material, ou seja, não há diferença entre o discurso e a práxis. (LACLAU E MOUFFE, 2015, p. 180). Laclau explica que:

> O discurso é o terreno primário de constituição da objetividade como tal. Por discurso, como já tentei esclarecer várias vezes, não quero dizer algo que seja essencialmente restrito às áreas da fala e da escrita, mas qualquer complexo de elementos no qual as relações cumpram um papel constitutivo. Isto quer dizer que os elementos não preexistem ao complexo relacional mas se constituem através dele (LACLAU, 2013, p. 68).

A teoria do significado relacional de Laclau tem influência da linguística estrutural de Saussure. Este autor (SAUSSURE, 2006) propõe uma distinção entre dois tipos de linguagens: a linguagem diacrônica (que se debruça sobre a evolução histórica da língua) e a linguagem sincrônica (que compreende a linguagem como um conjunto de signos relacionados e interdependentes). Voltando-se ao estudo da linguagem sincrônica, Saussure inaugura uma forma de entender a língua em sua dimensão holística, se referindo a ela como um sistema (SAUSSURE, 2006, p. 102).

Ele argumenta que a língua e a fala são institutos distintos: enquanto a língua se coloca a todos os sujeitos como um complexo sistema de signos e regras que deve ser respeitado, os atos de fala são individuais. Nesse sentido, pode-se dizer que o sujeito tem liberdade de fala dentro dos limites impostos pela linguagem. Para ilustrar seu pensamento, o autor equipara a linguagem a um jogo de xadrez: é possível que um jogador movimente uma determinada peça de formas distintas, mas todas elas devem ser autorizadas pelas regras do jogo. Assim também é a fala: pode-se falar um mesmo enunciado de diversas formas, mas todas elas devem estar autorizadas pelas regras da linguagem.

A ideia da discricionariedade limitada da fala é complementada pela noção de signo linguístico. Definindo o signo como a união entre o conceito (significado) e a imagem acústica (significante), ele introduz no campo da linguagem a noção de que o signo não está vinculado a uma coisa por traços de origem ou descritivos, mas sim pela arbitrariedade dos processos de significação, que possuem caráter relacional e negativo. Conforme explica Laclau, "As identidades linguísticas são exclusivamente relacionais", um ponto reconhecido como "um princípio fundamental que envolve a constituição de todas as identidades sociais" (LACLAU, 2000, p. 207).

Em entrevista para David Howarth, Laclau sintetiza sua noção de discurso, no qual ele explica que “A prática social se constitui através da lógica do significante - isto é, em torno dos movimentos complexos que dominam a relação entre significante e significado. E isso inclui não somente palavras, como ações” (LACLAU, 2014, p. 235). Ele exemplifica seu raciocínio a partir do processo de significação em torno do termo *commodities* que Marx adota no livro “O Capital”. Diz o autor que o livro se inicia com a alegação que a riqueza das sociedades modernas se apresenta como um imenso arsenal de commodities. Segundo Laclau, quando Marx faz esta alegação, ele não está dizendo que as nações somente possuem commodities e não bancos, sistemas financeiros e negócios internacionais; o que ele está dizendo é que ele vai fazer uma diferenciação conceitual que se inicia na lógica interna do commodities. Da mesma forma, quando Laclau assevera a centralidade ontológica do signo, ele está comprometido a construir diferenciações a partir da lógica do significante (LACLAU, 2014, p. 234).

O processo de atribuição de sentido se dá no campo da discursividade, através das práticas articulatórias. Elementos, até então dispersos de forma aleatória no campo, são agregados e se transformam em momentos. Esse processo implica na

“modificação de identidades, ou melhor, em uma alteração semântica de seus conteúdos particulares anteriores ao seu ingresso na prática articulatória” (MENDONÇA, 2003, p. 141). O discurso, então, “é a totalidade estruturada resultante desta prática articulatória” (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 178).

Laclau e Mouffe esclarecem que “a transformação de elementos em momentos nunca é completa” (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 194), dada a impossibilidade de fechamento completo dos sentidos. Para a teoria do discurso, as identidades se constituem a partir de uma prática articulatória, que as unificou em torno de um ponto nodal que exerce, de forma contingente e precária, a função de um centro. Mendonça (2007, p. 62) afirma que “[a prática articulatória] evidencia uma orientação, uma estrutura interna, ainda que contingente e precária”. Ao explorar a relação dos pontos nodais, Laclau e Mouffe explicam que

> Qualquer discurso se constitui como tentativa de dominar o campo da discursividade, de deter o fluxo das diferenças, de constituir um centro. Chamaremos os pontos discursivos privilegiados desta fixação parcial de pontos nodais (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 187).

O ponto nodal é caracterizado por ser um discurso que abdicou de toda sua particularidade para representar diversos outros discursos. Ele deve ampliar seus conteúdos, incorporar elementos e abdicar de sentidos iniciais, para que ele não entre em choque com outras identidades por ele articuladas (MENDONÇA, 2007, p. 252). Esse processo é fomentado pela existência de outro discurso que o nega, que os autores convencionaram chamar de antagonismo. Segundo Laclau e Mouffe (2015, p. 125), “a presença do outro impede-me de ser totalmente eu mesmo. A relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas”. As relações estabelecidas entre os dois discursos são definidoras das formas como eles socialmente se reconhecem e dialogam com as demais estruturas existentes. Por exemplo, existem várias correntes que defendem diversas compreensões sobre o que é ser feminista no mundo contemporâneo. Nesse sentido, elas mantêm relações de diferença entre si. Contudo, quando se deparam com um discurso machista, todas elas se unificam em torno de um significante vazio, expresso na oposição a qualquer tipo de discriminação de gênero. O machismo, neste sentido, tem dupla função: ele fomenta uma articulação entre os diferentes discursos feministas para que estes defendam sentidos compartilhados, ao mesmo tempo que traça uma linha divisória que delimita os significados da prática feminista.

Em razão do antagonismo, o processo de significação não é infinito: em dado

momento, sua produção de sentidos é bloqueada por outro discurso que o nega. Laclau e Mouffe o definem como “o limite de toda a objetividade” (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 198), justamente porque ele inviabiliza que o processo de significação siga seu curso infinito e se operacionalize o fechamento completo dos sentidos discursivos.

A relação entre dois discursos antagônicos é de oposição e complementaridade. Ao mesmo tempo que o antagonismo oferece limites aos discursos, ele também é condição necessária da sua existência. Valendo-se do exemplo acima, tem-se que o discurso feminista somente faz sentido na medida em que persistem discursos machistas. Quando essas práticas forem eliminadas, as relações de sentido tomarão outra forma e buscarão novas reivindicações.

Para compreender como o antagonismo opera, Laclau e Mouffe apresentaram - no livro Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma Democracia Radical - as relações de equivalências e diferenças. Nesta obra, as duas características são apresentadas a partir da análise da constituição das identidades no período da colonização latino-americana. O poder dominante expressava-se, neste período, por meio de distinções expressas na vestimenta, cor da pele, costumes e linguagem. Embora não se trate de categorias idênticas, elas são utilizadas para identificar a mesma figura- o colonizador. Elas perdem parcialmente sua singularidade para adquirir uma significação comum.

A partir de tal exemplo, Laclau e Mouffe (2015) propõem uma série de questionamentos sobre como se constituem as identidades. Eles ponderam que, caso fosse possível tornar equivalentes todas as características diferenciais do colonizador, todas as particularidades inerentes às categorias vestimenta, cor de pele, costumes e linguagem deixariam de existir e elas somente seriam identificadas a partir da oposição que naturalmente fazem ao discurso colonizado. Sua identidade torna-se exclusivamente negativa. Contudo, uma identidade não pode se apresentar nestes termos. Eles só podem se tornar equivalentes na medida em que compartilhem sentidos em comum, sem que sejam apagadas suas diferenças. Explicam os autores que:

> A dissolução do caráter diferencial das posições dos agentes sociais por meio da condensação equivalencial nunca é completa. Se a sociedade não é completamente possível, tampouco o é totalmente impossível. Isso nos permite formular a seguinte conclusão: se a sociedade nunca é transparente a si, por ser incapaz de constituir-se em um campo objetivo, tampouco o antagonismo é inteiramente transparente, já que ele não logra dissolver totalmente a objetividade do social (LACLAU E MOUFFE, 2015, p. 207).

Dessa forma, as relações que se estabelecem nunca se dão entre discursos totalmente iguais: eles guardam, entre si, determinadas particularidades que sempre fugirão ao processo de significação comum. O antagonismo, neste contexto, exerce a função de evitar que essas diferenças se apaguem, ao mesmo tempo que viabiliza a articulação discursiva entre todos os discursos. No mundo complexo, os antagonismos operam sempre que um discurso é negado. Logo, “há uma variedade de antagonismos possíveis no social, muitos deles em oposição uns aos outros” (LACLAU E MOUFFE, 2015, p. 209). As particularidades de cada discurso - expresso pelas relações de diferença - ampliam as combinações que podem ser fomentadas e tornam o social um campo altamente complexo. Dessa forma, para além de feminista, um discurso pode ser antirracista e ecológico, sem que isso comprometa as diferentes posições que ele possa adquirir na complexa lógica do social.

A construção teórica proposta pelos autores pressupõe a existência de contínuos deslocamentos que denunciam os limites da ordem simbólica, fomentando a constante articulação em relações de equivalências e diferenças. Ainda que a ordem discursiva vigente apreenda esforços para evitar transformações e fissuras, ela não é capaz de contornar as crises próprias de todo projeto político, que é permeado pela contingência e precariedade. Ao explicar o processo de articulação e da construção de pontos nodais, Panizza e Stavrakakis frisam que

> “[...] um ponto nodal nunca é o fim da história ou uma resolução final para todas as contradições e antagonismos. Melhor dizendo, é uma cristalização temporária, uma fixação parcial da balança de forças e representações, que será temporariamente aceito como o "senso comum" da comunidade, o que a comunidade toma como certo.” (PANIZZA, STAVRAKAKIS, 2021, p. 35)

Antagonismo e luta são cruciais, na medida em que todos os projetos que buscam sedimentar a verdade sempre enfrentam seus limites político-discursivos. Se, como Laclau observa, todos os discursos já estão deslocados, não há identificação completa ou fechamento social. Se, em adição, não há uma forma predeterminada para lidar com as questões e dores políticas, o que pode emergir é um pluralismo irredutível dos projetos políticos. A competição por projetos acaba por resultar em guerras de posições antagônicas, na qual dois discursos disputam a produção da verdade através de operações hegemônicas.

Conforme Laclau: “entendo por ‘hegemonia’ uma relação em que um conteúdo particular assume, num certo contexto, a função de encarnar uma plenitude ausente” (LACLAU, 2013, p. 122). Nesse sentido, a operação hegemônica pressupõe a prática

articulatória entre discursos em relações de equivalências, nos quais um ponto nodal abdica de sua particularidade para representar toda a cadeia. A cadeia de relações opõe-se, em relações antagônicas e com maior força, a um discurso que o nega. Enquanto ela tiver o monopólio da produção da verdade em determinado contexto, que será sempre contingente e precária, ela será hegemônica. Sobre o caráter sempre aberto do social, explicam Laclau e Mouffe que:

> Nenhuma lógica hegemônica pode dar conta da totalidade do social e constituir seu centro, pois neste caso uma nova sutura teria se produzido e o conceito de hegemonia teria se autoeliminado. A abertura do social é, então, precondição de toda a prática hegemônica (LACLAU E MOUFFE, 2015, p. 222).

A hegemonia é lugar vazio objeto de disputas entre os múltiplos discursos que organizam e dinamizam o campo social. A estabilização hegemônica é sempre resultado de uma interação plural, cujas causas e consequências não são pré-determinadas. Ela não advém de um centro de poder pré-estabelecido, e poderá sempre ser objeto de contestação. A política existe, nesta perspectiva teórica, a partir do equilíbrio de duas condições: a) que as equivalências não anulem as particularidades de cada discurso, a ponto deles terem uma única identidade; b) que as particularidades não se tornem absolutas, a ponto de inviabilizar a aglutinação dos discursos em lutas para atingir fins populares mais amplos (BALSA, 2011, p. 74).

A articulação em relações de equivalências e diferenças, motivada pelo corte antagônico, são condições para a hegemonia. Essa última opera na construção de solidariedades em diferentes níveis, orquestrando diferentes posições de sujeito, processos de universalização e generalização de identidades (CARLÉS, 2010, p. 13). As operações hegemônicas provocam, a longo prazo, o processo de estabilização de um processo de significação, razão por que elas, muitas vezes, se confundem com a própria percepção de política (BALSA, 2011, p. 78). Os movimentos, que são implícitos em tempos de normalidade e explícitos em tempos de crise, são constituidores do sujeito político e influem na lógica populista.

1.2.2. A lógica populista

Laclau propõe uma teorização formal sobre populismo, na qual a construção do povo dentro de uma relação antagônica contra um determinado outro exerce a

função primordial. Segundo Panizza (2015), o conceito está calcado em dois critérios: a divisão da sociedade em dois campos e a defesa dos excluídos. O primeiro se refere a uma lógica de articulação específica que envolve uma dimensão espacial da realidade social. Segundo esse critério, o campo sociopolítico é estruturado como uma relação dicotômica e antagonística entre dois blocos: nós (os marginalizados, os excluídos, a maioria silenciosa) e eles (o establishment, os 1%, a oligarquia, a União Europeia, a elite liberal, etc). O critério também implica que os atores populistas tomam lugar ao dizer que representam os excluídos, os silenciados, os reprimidos ou os sub-representados. Nesta gramática, o "povo" e a "soberania popular" é o que mais frequentemente expressa a sensibilidade política populista, remetendo ao segundo critério: o centrismo no povo. O significante "o povo" opera como um ponto de referência em torno do qual outros significantes e ideias são articulados.

Nos próximos subcapítulos, busca-se a compreensão sobre como o povo é construído e essa lógica, quando inserida em um contexto permeado por diversas lutas hegemônicas, reduz a complexidade do social a dois polos antagônicos. Especialmente importante para a pesquisa que se propõe no desenvolvimento desta tese, também se explora a relação entre a emergência do populismo e o contexto de crises.

Demandas populares e a construção do povo

A construção política do povo ocorre a partir de uma unidade mínima de análise, que o autor chama de demanda social (LACLAU, 2013, p. 118). Partindo da ambiguidade do termo em língua inglesa – que em determinados contextos pode significar solicitação e em outros pode significar exigência – o autor desenvolve uma tipologia para distinguir o que pode vir a se tornar uma lógica política populista. O primeiro caso, vinculado à noção de demanda como solicitação, se dá em um cenário em que determinado grupo se vê afetado por alguma situação compreendida como injusta e busca o Estado para que este intervenha na situação. Caso o Estado aja de forma satisfatória e o grupo se sinta atendido em suas necessidades, o caso dá-se como resolvido. Esse tipo de demanda, que o autor chama de demanda democrática, não cria condições para uma lógica política populista (LACLAU, 2013, p. 120).

O populismo pode surgir quando o Estado não dá conta de atender as solicitações (demandas democráticas) de determinado grupo. Tomando-se o exemplo dado pelo próprio autor (LACLAU, 2013, p. 123), suponhamos que uma grande massa

de migrantes agrários tenha decidido ir morar na periferia de uma grande cidade a fim de se inserir na classe trabalhadora urbana industrial. Ao construir suas casas em uma região antes não habitada, surgem demandas habitacionais (por exemplo, fornecimento de uma rede de luz, água e esgoto). Os novos habitantes levam tais demandas ao conhecimento do Estado, que nada faz para melhorar suas condições de moradia. Com o passar do tempo, a ineficiência institucional em atender os interesses de determinados segmentos populacionais se reverterá em um sentimento de oposição e de não pertencimento entre aqueles não atendidos. Quanto maior for o número de pessoas cujos interesses não são considerados pelo Estado, maior será a cadeia de equivalências formada por aqueles discursos que se opõem à forma do gerenciamento institucional. Essa pluralidade de demandas, que podem ser traduzidas como exigências, quando tomadas em conjunto e em relações de equivalências contra o inimigo (no caso, a instituição estatal) são denominadas pelo autor como demandas populares. Em um nível muito incipiente, visto que ainda faltam condições para o populismo, pode-se dizer que o povo começa a se constituir como um ator histórico potencial e se gesta uma configuração populista pela existência de dois requisitos: a) há uma articulação de demandas que permitem a emergência do povo e; b) há a formação de uma fronteira antagônica que separa o povo do poder institucionalizado.

Embora a compreensão das cadeias de equivalências e do antagonismo seja precondição para se apropriar do fenômeno do populismo, dar-lhes por suficiente seria furtar-se à complexidade do conceito. Por certo, quando articuladas em cadeias de equivalências, as demandas privilegiam os sentidos discursivos compartilhados em detrimento de suas particularidades. Tal articulação se dá a partir da identificação de todos os elos das cadeias com um princípio de identidade que cristaliza todas as reivindicações (LACLAU, 2013, p. 135). Conforme explicitado no tópico anterior, esse denominador comum tem que necessariamente advir da própria cadeia: trata-se de uma demanda individual que, por razões circunstanciais (e imprevisíveis) assume centralidade naquele contexto discursivo. A demanda passa a não só representar seu próprio interesse, mas também se torna o interesse de toda a universalidade (LACLAU, 2013, p. 136). Ela assume cargas semânticas que antes lhe eram estranhas e que, de alguma forma, modificam sua identidade. Esse fenômeno é replicado para toda a cadeia de equivalências: todos os discursos acabam por se dividir entre o particularismo de suas próprias demandas e os aspectos universais da cadeia em que

estão inseridos. A operação é mais notória no significante que se forja universal, porque – para estar nessa posição – ele potencializa os aspectos universais em detrimento de suas particularidades, tornando-se um significante potencialmente vazio (LACLAU, 2013, p. 154). Contudo, conforme ressalta o autor (LACLAU, 2013, p. 154), as demandas não compartilham em uma relação de equivalência um conteúdo positivo (caso fossem, seriam idênticas) e sim o fato de que todas elas permanecem irrealizadas por conta do discurso antagônico.

A discussão sobre o significante vazio traz à tona um tema recorrentemente abordado quando da discussão sobre o populismo: a necessária existência de um líder. Quando colocadas em relações de equivalências, a heterogeneidade dos elos que a compõem é apagada em detrimento do significante vazio, que acaba por fundamentar (de forma sempre precária e contingente) aquela demanda. Em um contexto de heterogeneidade – como é o social, expresso pela tensão entre as equivalências e diferenças – o significante vazio tem o condão de constituir uma singularidade. Ele confere unidade conceitual àquela cadeia de equivalências, sem a qual o discurso sociopolítico se desintegraria em uma viagem psicótica e nenhum significado político seria possível (STAVRAKAKIS, 2007).

É também relevante, para o entendimento da lógica populista, a compreensão das razões por que um significante, diante da pluralidade de significantes que compõem a cadeia de equivalências, é promovido à categoria de nome. A força desse investimento, segundo Laclau (2013), está na ordem dos afetos. Essa categoria, cuja existência se dá também ao nível da linguagem, está no cerne das relações de equivalências justamente por explicar o investimento que os elos das equivalências fazem naquele que se transforma em um significante vazio. Valendo-se das contribuições de Freud e Copjec, Laclau explica tal investimento através da noção de pulsões parciais que Lacan chama de Objeto A. Tendo em vista que o sujeito, para Laclau, é o sujeito do inconsciente (LACLAU, 2017, p. 544), tem-se que ele é caracterizado por uma falta constitutiva que ele busca satisfazer com objetos parciais, cuja finalidade é dar uma falsa sensação de completude que se desfaz no tempo pela completa impossibilidade de se preencher o vazio. O Objeto A adquire, nesse contexto, a função de uma totalidade: ele é causa de desejo, porque ele traz a promessa da completude que o bebê sentia com a mãe antes dele ser castrado ao adentrar no mundo da linguagem (GLYNOS; STAVRAKAKIS, 2008, p. 263). Contudo, porque a completude almejada não é possível, a promessa do Objeto A é perene e

impossível de ser cumprida, gerando novos movimentos em busca de outros objetos que tragam a mesma promessa de completude (GLYNOS; STAVRAKAKIS, 2008, p. 264).

Para Laclau, “o Objeto A é o elemento chave de uma ontologia geral” (LACLAU, 2013, p. 178), porque – partindo de uma noção de sujeito faltoso – os investimentos realizados sempre partem de objetos parciais que – por sua promessa de completude – assumem uma função totalizadora. A escolha dos objetos parciais é aleatória (não há nenhuma garantia e tampouco é possível prever aquele que assumirá tal função), mas – uma vez escolhidas – é a sua própria materialidade que se torna fonte do gozo. É como se os elos das cadeias de equivalências fizessem uma aposta de completude na concretização da promessa de um significante vazio e atingissem o gozo quando essa promessa fosse concretizada. Contudo, como o objeto A assumiu naquele contexto a função totalizadora, a sua concretização faz com que os discursos busquem novas formas de gozo (LACLAU, 2013, p. 179). O cerne de tal investimento está no afeto, que é elemento primordial do populismo. É por isso que, diferente das correntes tradicionais que enxergam a existência de um líder como um indício de autoritarismo, Laclau o considera indispensável à lógica populista (MOUFFE, 2018, p. 70).

Conforme explanado até agora, o populismo pressupõe a existência de demandas populares não atendidas que se articulam em relações de equivalências em torno de um significante que abdica de sua particularidade em prol da universalidade da cadeia e que se antagoniza a um inimigo comum. Há um investimento afetivo de todos os elos da cadeia de equivalência em torno do significante vazio, o que justifica a escolha de um líder. Embora não sejam desconsideradas as diferenças entre os discursos, em um contexto discursivo antagônico, ele expressa uma singularidade e chama para si o título de povo. Essa construção é sempre política, precária e contingente. Isso quer dizer que o povo nunca está dado a priori; ele necessita ser constituído, podendo, nesse sentido, assumir diversas conformações discursivo-ideológicas (MENDONÇA, 2019, p. 187).

Significantes flutuantes e heterogeneidade do social

O arranjo de tais conceitos parece esgotar a discussão sobre o populismo, visto que parecem demonstrar como o fenômeno deve ser implementado. É nesse sentido

que Laclau traz novos – e pertinentes – questionamentos sobre o tema: o que acontece quando as forças dos dois lados da fronteira antagônica se deslocam para outras direções? E o que acontece quando querem se incorporar à cadeia de equivalência um discurso que afronta o conteúdo particular de outros discursos que estão articulados? (LACLAU, 2013, p. 193). Esses questionamentos podem ser respondidos pelo que o autor chamou de significantes flutuantes e heterogeneidade do social.

Laclau pondera sobre uma tensão sempre presente quando da formação de cadeias de equivalências: uma vez articuladas em elos de uma mesma cadeia, não há subordinação das relações de diferença sob as relações de equivalências. Porém, é inegável que a inscrição em uma cadeia restringe a autonomia das demandas, que abdicaram de parte de suas particularidades (LACLAU, 2013, p. 193). A tensão entre as relações de equivalências e diferenças é exemplificada pelo autor através da atuação do Partido Comunista Italiano nas décadas de 1940 e 1950. No período, o partido impulsionou demandas democráticas em uma grande variedade de frentes. Dessa forma, houve uma melhor definição de objetivos e maior eficiência na ação tática dessas demandas. Porém, por outro lado, elas ficaram submetidas ao partido (LACLAU, 2013, p. 195).

A tensão entre os extremos está sempre presente nas cadeias de equivalências, que podem se romper se houver um desequilíbrio entre elas. A organização desses significantes depende de uma fronteira dicotômica: ao mesmo tempo em que eles se articulam pela negação do inimigo antagônico, permanecem diferenças entre eles que os coloca em relações de equivalências. É nesse cenário que assume importância a noção de significante flutuante. Ele toma lugar quando as fronteiras dicotômicas, ainda que não desapareçam, se tornam imprecisas pela formação, no lado oposto, de uma cadeia de equivalências nas quais demandas populares são articuladas com elos diferentes (LACLAU, 2013, p. 198). Esse cenário acaba gerando uma autonomia dos significantes populares, de tal forma que seu significado se torne indeterminado entre fronteiras alternativas de equivalências (LACLAU, 2013, p. 199).

Embora as noções de significante vazio e flutuante se aproximem na prática, seus conceitos não se confundem. Os significantes vazios pressupõem a existência de uma fronteira estável, através da qual a formação do povo se dá em torno de um significante que busca universalidade. Os significantes flutuantes, por sua vez, tomam

lugar quando as fronteiras não estão definidas e os significantes operam em diferentes dimensões (LACLAU, 2013, p. 201). Elas não devem, contudo, serem compreendidas como opostas: é difícil de imaginar, na realidade social, uma situação em que a fronteira fosse inteiramente imóvel, porém é igualmente difícil de pressupor uma flutuação sem qualquer fixação parcial (LACLAU, 2013, p. 201). As duas noções decorrem de operações hegemônicas e podem estar presentes – e serem indistinguíveis – nas construções políticas de povo.

É igualmente complexo, porém de fundamental importância, a compreensão da heterogeneidade das demandas que compõem as cadeias de equivalências. É perfeitamente possível que existam duas demandas que sejam opostas em suas reivindicações específicas. Em uma situação como esta, na qual não estão formados dois discursos antagônicos em torno de um significante vazio, tais diferenças são deixadas de lado, no sentido de não moldar a identidade de quem está dentro (LACLAU, 2013, p. 207). Dito de outro modo: entre os dois discursos, não se estabelecem relações de diferença porque, para que se possa fazer tal afirmação, se faz necessário um espaço no qual tal diferença seja representável.

A heterogeneidade, diferentemente, ocupa um espaço comum. E este espaço, fundamentado em um abismo, propicia o constante deslizamento dos significantes a sempre aberta produção de sentidos. Rompendo com tradições essencialistas (como o marxismo), Laclau demonstra, através do exemplo da classe trabalhadora, que os pontos de ruptura e de contestação não estão condicionados à formulação de uma identidade prévia, e sim são constituídos – de forma precária e contingente – pelo contexto discursivo no qual estão inseridos. Para exemplificar tal raciocínio, Laclau vale-se da figura do trabalhador (LACLAU, 2013, p. 222): o trabalhador é aquele que vende sua força de trabalho. Ele não necessariamente está articulado em torno de uma luta política: ele só se inserirá nela se quiser resistir a algo posto. Disso decorre que o antagonismo não é inerente às relações de produção: ele se estabelece quando houver uma identidade de resistência que se coloca contrária a ela (LACLAU, 2000, p. 74). São os contextos políticos que articulam as demandas em torno de determinados sentidos: não é possível afirmar de antemão como essa luta se organizará. É possível dizer que as relações de antagonismo, o significante vazio e a tentativa de hegemonia somente se fazem possível pela presença do heterogêneo.

A construção política do povo, através das cadeias de equivalências, sempre será algo a mais do que a negação do outro institucionalizado. No âmbito daquilo que

pode ser simbolizado, o heterogêneo se encontra no campo da diferença: para que existam equivalências os conteúdos semânticos dos discursos não podem ser idênticos, é preciso que exista um elemento particular.

Nesse sentido, a principal consequência da heterogeneidade para o populismo consiste na compreensão de que o campo popular possui uma complexidade que jamais poderá ser sintetizada. E é justamente porque ela existe, que o jogo político torna difícil a fixação de limites fixos e claros entre o que é interno e o que é externo e entre o que são significantes vazios e o que são significantes flutuantes (LACLAU, 2013, p. 202). A lógica política consiste, em larga medida, no deslocamento das fronteiras políticas e, justamente por isso, a operação política se traduz na construção de um povo. Esse processo pressupõe a definição de novas fronteiras, que são sempre instáveis e sujeitas aos deslocamentos.

As lutas que visam a constituição de um povo são, por si mesmas, lutas políticas. Considerando que a política se fundamenta em um abismo, não é correto incutir-lhe conteúdo próprio: todas as lutas que decorrem de uma articulação de sentidos em torno de um ponto nodal, visam promover reestruturações que reconstituem o social. É por isso que, na perspectiva do autor, a construção de alguma noção de povo é condição indispensável para que um discurso seja considerado político (LACLAU, 2013, p. 227) e, também por isso, não existe intervenção política que não seja populista em alguma medida. O autor adverte, contudo, que nem todos os projetos políticos são igualmente populistas e que eles dependem da extensão da cadeia de equivalências que unificam as demandas (LACLAU, 2013, p. 228). Quanto maior for a cadeia de equivalências, maiores serão as tendências disruptivas deste discurso e, consequentemente, sua capacidade de polarizar a sociedade em dois campos distintos (LACLAU, 2013, p. 229).

Partindo-se do entendimento do povo como um ator ativo no processo de construção política, a lógica populista desenvolvida por Laclau pressupõe, portanto: a) relações de equivalências hegemonicamente representadas por meio de significantes vazios; b) os deslocamentos das fronteiras internas por meio da produção de significantes flutuantes e c) uma heterogeneidade constitutiva que torna impossíveis os movimentos dialéticos e que dá verdadeira centralidade à articulação política (LACLAU, 2013, p. 231). Conforme explica Mouffe (2018, p. 10-11), o populismo é uma estratégia discursiva para construir uma fronteira política que divide a sociedade em dois campos: os excluídos e aqueles que estão no poder. Ele não

pode ser confundido com uma ideologia ou com algum regime político, tampouco ser vinculado a um programa de governo específico. É uma forma de fazer política que se coloca quando a hegemonia dominante se desestabiliza pela multiplicidade de demandas insatisfeitas, e se vê ameaçada e desestruturada por uma formação que a antagoniza. Quando a estrutura hegemônica se vê ameaçada pelo discurso antagônico do povo, tendo de se reestruturar, é que se dá o verdadeiro momento do político.

Populismo e a noção de crise

A construção política do povo requer a homogeneização de grupos sociais altamente heterogêneos com interesses divergentes e identidades múltiplas. O líder, nesta dinâmica, exerce a função de ser uma unidade imaginária de pessoas completamente heterogêneas, como se ele fosse uma superfície para a inscrição de desejos, afetos e solicitações de atores populares diversos (PANIZZA, STAVRAKAKIS, 2021). Ele é resultado da articulação de demandas insatisfeitas em relações de equivalências contra um detentor de poder que é indesejado, na qual os diversos discursos abdicam de sua particularidade em prol do comum, que é a extinção da ordem estabelecida. Como consequência, a invariabilidade populista envolve a articulação através de um chamado performativo que cria o que, supostamente, deveria ser expresso.

Os processos populistas não são estáticos e pressupõem alguns eventos deslocadores que unificam demandas não atendidas e fazem emergir uma nova representação, forte o suficiente para o dividir o campo social através da submersão das diferenças em uma polaridade singular (PANIZZA, STAVRAKAKIS, 2021). Como toda articulação discursiva, a construção performativa do povo nunca tem lugar no vácuo político. Ele sempre pressupõe um discurso contrário, que se diz efetivamente democrático porque defende os princípios, acordos e formas das instituições da democracia representativa liberal. Stavrakakis (2017) aponta que, em vários exemplos, os líderes populistas reclamam que seus inimigos ignoram ou tentam aprisionar a vontade popular para esconder o real comprometimento que eles têm com quem realmente representam.

Dada a complexidade do fenômeno, cumpre o questionamento sobre quais poderiam ser os elementos a causarem um deslocamento na gramática do social que dá condições de emergência discursiva para a lógica populista. Laclau apresentou, já

no seu trabalho seminal, a primeira resposta. Para ele, a emergência do populismo pressupunha um contexto de crise: "A emergência do populismo é historicamente vinculada com uma crise de um discurso ideológico dominante que é parte de uma crise mais ampla" (LACLAU, 1977, p. 175).

Naturalmente, as relações entre a construção discursiva de crise e de populismo não se restringem a relações causais simples. Para o Moffitt (2015), a crise nunca se apresenta de uma forma neutra e objetiva: ela somente se torna acessível por meio de uma mediação, através da qual já se está estabelecido o processo de significação que apreende, de forma parcial, a forma como o contexto deve ser socialmente compreendido. Ela é muito do que é feito dela, da forma como ela se transforma em um evento político. Em sentido semelhante, explica Panizza que:

> Uma crise é um fenômeno que somente pode ser experienciado através de uma performance e uma mediação, através do qual um sistema falho é levado ao nível de uma crise sistêmica. Nessa perspectiva, a performance da crise deveria ser vista como interna ao populismo, como uma figura central do fenômeno em si. (PANIZZA, 2009, p. 22)

Os líderes populistas participam ativamente na espetacularização da falha que permeia o contexto de crise, mobilizando o povo contra um outro que se mostra extremamente perigoso, simplificando os termos e o terreno do debate político, defendendo uma liderança forte e rápida intervenção política para resolver todos os impasses criados (MOFFITT, 2015). Ao mobilizar a psicanálise lacaniana, Laclau e seus seguidores trazem para a arena política sujeitos políticos complexos, cujo processo de escolha é resultado de movimentos conscientes e inconscientes. Disso decorre que as identificações coletivas nunca são meramente o resultado de um cálculo racional. Elas mobilizam a paixão daqueles identificados com um apelo e mobilizam todo um aparato emocional (STAVRAKAKIS, 2017, p. 72). Em complemento aos apelos linguísticos, o populismo também pressupõe processos de investimento afetivo. Através deste processo, representações particulares e articulações discursivas adquirem saliência profunda e são transformadas em ferramentas que, a longo prazo, moldam a identidade de objetos particulares e os transformam em políticos.

O processo de constituição de hegemonia não envolve somente os sentidos discursivos que são articulados, como também mobiliza a forma com que o líder populista performa na arena política. Em uma realidade social heterogênea e flutuante, o investimento afetivo pressupõe a habilidade de despertar emoções, que

vão desde sentimentos primários (como a raiva e a culpa) a sentimentos complexos (ressentimento, orgulho, culpa, decepção, inveja) (SULLIVAN, 2021), que variam de acordo com os contextos políticos que lhes dá condições de emergência. Estudos realizados em democracias maduras que experienciam a ascensão de líderes de extrema-direita concluem que o processo de identificação reacionário está calcado nos sentimentos de raiva e impotência por parte de indivíduos que se sentem ignorados pelas lideranças políticas tradicionais e que buscam extravasar seu descontentamento, por meio do apoio de políticos que performam discursos polêmicos e antissistêmicos e que despertam uma complexa combinação de afetos fluidos e mutáveis (FERRARI, 2021; SULLIVAN, 2021).

Panizza e Stavrakakis (2021), ao se debruçar sobre as diferentes experiências populistas, determinam que a relação entre populismo e a percepção de crise pode ser sumarizada através das seguintes proposições:

> a) Um profundo deslocamento econômico e social é necessário, mas não suficiente, ponto de partida para a emergência de discursos populistas.
> b) Uma crise de narrativa populista ressalta os deslocamentos que ocorreram na sociedade, e culpam certos políticos e atores sociais pela sua ocorrência (normalmente, o establishment político, mas também os imigrantes, a oligarquia, a elite econômica etc.).
> c) Uma forma de sair da crise é articulada por atores populistas "em nome do povo" para proteger as vítimas da crise (os excluídos, os pobres, os muitos, os trabalhadores).
> d) A performance populista de uma crise é um gatilho para reações antipopulistas que normalmente envolve chamar os "populistas" como aqueles que reclamam falar em nome do povo.
> e) Os populistas não são os únicos a adotar tal performance. Uma variedade de outras forças políticas, incluindo forças antipopulistas, criaram narrativas alternativas para a crise. Em adição, diferentes tipos de performance populista também podem antagonizar-se em dada conjuntura.
> f) Tanto os populistas, como os antipopulistas, podem - em princípio - incluir elementos ideológicos de direita (exclusão, xenofobia, nativismo) e de esquerda (igualitarismo, participação). (PANIZZA, STAVRAKAKIS, 2021, p. 27-28)

Os autores defendem que a percepção de crise não é um dado da realidade, mas uma percepção construída e significada no campo político. A depender do contexto discursivo e dos antagonismos criados, a hegemonia construída de forma precária e contingente pode sofrer abalos significativos, orientando a sociedade de forma dual e polarizada. É neste contexto específico, no qual os sentimentos estão mobilizados através de fortes processos de identificação, é que a percepção de crise pode orientar para transformações e deslocamentos. Quando se debruça sobre o contexto europeu, Mouffe (2018) conclui que as democracias contemporâneas vivem um momento populista porque a hegemonia liberal está em xeque. A crise financeira

de 2008 teve o papel de desestabilizar tanto o sistema financeiro quanto o sistema representativo, desvelando os limites das sociedades e das democracias. Desde então, as instituições têm falhado em apresentar soluções para as crises e restabelecer a confiança em seu funcionamento, abrindo espaço para práticas populistas.

Diferente do que ocorre na Europa, os latino-americanos estão tão acostumados a conviverem com o significante crise atrelado às suas políticas econômicas quanto estão habituados a cunhar o termo populista para os diferentes governos que buscam materializar os anseios populares. A região oferece terreno fértil para o estudo de processos de identificação política e de constituição de hegemonia, desafiando as generalizações que costumeiramente são feitas quando são estudadas as democracias no continente Europeu. A compreensão das percepções de crise é seminal para o entendimento dos deslocamentos e mudanças institucionais e democráticas por que passou a região no último século. Neste sentido, no próximo tópico, se analisará as diferentes experiências populistas vividas na região e as transformações que elas geraram na região.

1.3. América Latina: o lugar dos populismos

Ainda que a América Latina não tenha sido pioneira nas experiências populistas, é fato inquestionável que a relação do povo com seus líderes em diferentes momentos históricos na região contribuiu de forma decisiva para os debates conceituais sobre o termo. Desde as décadas de 30 e 40 até o momento atual, os líderes populistas dominaram o cenário regional e foram precursores de relevantes mudanças, de sorte que é impossível a compreensão da construção da cidadania sem passar pelos governos de Juan e Eva Perón na Argentina, Getúlio Vargas no Brasil, Victor Raúl Haya de la Torre no Peru ou José María Velasco Ibarra no Equador.

A literatura sobre populismo aponta que os governos locais passaram por diferentes ciclos desde o início do século XXI. Dessa feita, considerando os vínculos que se estabelecem entre a região e o aprimoramento teórico do conceito, nesta última sessão serão analisados como se constituíram e os projetos defendidos pelos populistas em cada ciclo regional, iniciando-se com o populismo clássico de Vargas e Perón, o populismo neoliberal da década de 1990, os populismos de esquerda, concluindo com questionamentos sobre a pertinência da utilização do conceito em

experiências contemporâneas.

1.3.1. Vargas e Perón: o populismo clássico das décadas 1930 - 1940

Denominados pela literatura como “populismos clássicos”, os governos que se formaram durante as décadas de 1930 e 1940 na região, cujos exemplos de maior expressão são Getúlio Vargas no Brasil e Juan Perón na Argentina, modificaram as estruturas de poder. A constituição dos Estados Latino-Americanos, na segunda metade do século XIX, se deu em torno de oligarquias agroexportadoras e defensoras do liberalismo (LACLAU, 2006, p. 118), que foram exitosas em se inserir no mercado mundial. Como consequência, iniciou-se na região um rápido processo de urbanização e industrialização, que rompeu com o dinamismo político local e que deu condições de emergência de uma nova classe operária, sedenta pelo reconhecimento de seus direitos (LACLAU, 2006, p. 118).

No Brasil, desde a Proclamação da República, o poder era revezado entre as elites de São Paulo e de Minas Gerais, prática conhecida como política café com leite. A participação política, principalmente das pessoas mais pobres, era muito restrita e não era raro que os processos eleitorais fossem caracterizados por fraudes (GROPPO, 2009, p. 65). As eleições presidenciais que ocorreram em 1930, contudo, deram início a uma mudança de paradigma. Washington Luis, presidente paulista, deveria indicar seu sucessor mineiro. Contudo, rompendo com as tradições, ele indicou Júlio Prestes à presidência, outro paulista. Isso fez com que Minas Gerais migrasse para o terreno de oposição, cujo principal expoente era o gaúcho Getúlio Vargas. Ao analisar a construção discursiva em torno de Vargas, Groppo conclui que ele foi eficiente em construir em torno da figura de Prestes uma ameaça à institucionalidade e, em articular em torno de sua candidatura inimigos históricos (GROPPO, 2009, p. 165). Vindo do Rio Grande do Sul, que estava fora do círculo tradicional da política brasileira, Vargas representou o interesse das demais oligarquias locais em romper com a hegemonia paulista-mineira, além de, no Rio Grande do Sul, unificar partidos opositores em torno de seu nome (GROPPO, 2009, p. 78).

Apesar dos esforços oposicionistas, Vargas não venceu as eleições e seu candidato à Vice-Presidência, João Pessoa, foi assassinado em 26 de julho de 1930. O fato foi considerado estopim para a Revolução Constitucionalista, que trouxe questionamentos à legitimidade do governo de Prestes. Foi neste contexto discursivo

que Vargas conseguiu articular em torno de si a possibilidade de reestruturação do imaginário político e colocou-se como a única alternativa apta a unificar as forças nacionais e constituir um governo estável. Groppo, ao analisar os editoriais e discursos políticos da época, concluiu que Vargas “não era descrito e nem percebido como um novo discurso político, mas sim como um “manejador de crises” de um imaginário político decomposto” (GROPPO, 2009, p. 89). A construção discursiva em torno de Vargas foi eficiente em destituir-lhe das particularidades locais vinculadas ao seu partido no Rio Grande do Sul, esvaziando os sentidos discursivos a ponto de ele ser a encarnação do desejo das elites locais por representação política nacional e estabilidade institucional (GROPPO, 2009, p. 93).

Ao comparar a articulação de sentidos e o contexto que deu condições de emergência do discurso populista no Brasil e na Argentina, Laclau ressalta diferenças importantes. Se Vargas atuou como um ponto nodal entre as demandas das elites políticas regionais, a construção discursiva de Perón tomou caminhos diferentes (LACLAU, 2006, p. 119). LACLAU (2006, p. 119) explica que a maioria da população Argentina se concentrava no triângulo formado pelas cidades de Buenos Aires, Córdoba e Rosário. Isso permitiu que seu discurso tivesse vieses nacionalistas mais nítidos do que de Vargas, que estava sempre constrangido pelas particularidades discursivas daqueles que formavam sua base de apoio. A ascensão política de Perón se iniciou em 1943 quando, após um golpe, um Grupo de Oficiais Unidos assumiu a chefia do Poder Executivo na Argentina e nomeou-o como Secretário de Trabalho e Provisão. No exercício de suas funções, Perón estreitou seus vínculos com a classe trabalhadora e fortaleceu o papel dos sindicatos, inclusive subrogando-os em atribuições que antes eram desempenhadas de forma clientelista pelas elites locais. Enquanto exercia tal função, Perón atuou no reconhecimento de diversos direitos da classe trabalhadora (como aumento de salários, regulação das condições de trabalho, férias pagas, etc), que foram legitimadas em torno de uma ideia de justiça social. Amparado pela população, Perón alçou ao cargo de vice-presidente. No desempenho de suas funções, no entanto, os seus posicionamentos pró-sindicatos e classes trabalhadoras fizeram ruir o apoio das elites (LACLAU, 2009, p. 819). Groppo analisa que a construção discursiva de Perón construiu diversos antagonismos com as elites rurais, que se viam constrangidas ao cumprimento da nova legislação trabalhista. Em 08 de outubro de 1945, Perón foi preso e, imediatamente, os sindicatos, em especial a Confederação Geral do Trabalho, reagiram. Foram organizadas diversas

manifestações que acuaram o governo federal e acabaram resultando na sua liberação e o tornaram um forte candidato à Presidência da República (GROPPO, 2009, p. 136).

A articulação de sentidos em torno do significante Perón foi complexa. A emergência do peronismo traz consigo um processo generalizado de deslocamentos e formações de novas fronteiras discursivas que inviabilizam sua apreensão positiva e direta (LACLAU, 2013, P. 306-307). Seu caráter heterogêneo em relação às diferentes posições políticas na Argentina dificultam a própria simbolização de sua carga semântica. Segundo Laclau (2013, p. 307), a classe trabalhadora, os militares e a igreja se articularam em torno do significante “justiça social”, que assumiu contornos tão amplos a ponto de construir unidades que ultrapassaram os limites territoriais, sociais e econômicos, conduzindo Perón à Presidência da República em 1946.

No governo, Vargas e Perón promoveram mudanças na estrutura econômica nacional, consolidando o modelo de substituição de importações e buscaram consolidar a indústria (DE LA TORRE, 2017, p. 201). Eles foram eficientes em buscar inspiração nas pessoas comuns para construírem seu povo: sem desconsiderar os interesses das elites econômicas, eles também souberam construir sua pauta em torno da inclusão e reconhecimento dos direitos da classe trabalhadora (GROPPO, 2009, p. 254). Laclau, ao se questionar sobre como este populismo foi construído, defende que a construção do antagonismo se deu em torno das ideias de liberalismo e democracia. Na América Latina, diferente do que ocorreu na Europa, o liberalismo não encontrou totalmente a democracia, visto que ele flertou com as elites colonizadoras de inspiração monárquica por um longo período. Neste contexto, as oligarquias não foram capazes de absorver as demandas das massas, o que propiciou que os símbolos democrático-populares se apresentassem como iliberais. Essa dicotomização, na visão do autor, criou uma divisão de águas permanente entre a tradição liberal e a tradição nacional-popular, e dá a tônica das articulações discursivas deste período (LACLAU, 2006, p. 120).

O populismo clássico surge a partir de mudanças estruturais nas sociedades latino-americanas, que migram do campo à cidade e substituem o modelo manufatureiro para o industrial. Vargas e Perón personificam os anseios de uma classe emergente, que busca ser incluída na ordem política. Eles propõem uma nova distribuição de poder e de consensos políticos, inaugurando uma nova ordem e um

novo sistema de organização política que orientou posicionamentos políticos por um vasto tempo no Brasil e opera até hoje na Argentina.

1.3.2. Populismo e neoliberalismo: os governos latino-americanos na década de 1990

Depois de um longo período dominado por regimes militares, a democracia liberal emergiu, no final da década de 1980, como uma forma de representação política hegemônica, baseada no pluralismo e na proliferação de diferenças em um contexto complexo. Parecia haver um contexto político avesso ao autoritarismo, voltado ao fortalecimento dos partidos políticos e à consolidação da sociedade civil, no qual dificilmente se poderia prever haver espaço para a formação de líderes populistas (PANIZZA, 2009, p. 74). Os altos índices de inflação apontavam a necessidade de reformas pró-mercado altamente impopulares, muito distantes das ideias de solidariedade entre as classes e políticas redistributivas que caracterizaram o populismo clássico (PANIZZA, 2009, p. 89).

Foi neste contexto improvável que, no final da década de 1980 e início da última década de 1990, a América Latina viu surgir governos com traços pouco tradicionais e que mobilizavam os anseios populares por mudanças efetivas (PANIZZA, 2000a, p. 147). Ao analisar o contexto específico da região naquele período, Panizza argumenta que as lutas por redemocratização prometeram para a população a solução de todas as suas demandas, inclusive a estabilização da moeda e o pleno emprego. Contudo, os governos recém-eleitos não tiveram condições de cumprir com o esperado, gerando uma crise de representação que foi canalizada por líderes, como Carlos Menem na Argentina, Alberto Fujimori no Peru e Fernando Collor de Mello no Brasil (PANIZZA, 2000a, p. 143).

A falência do modelo de substituição das importações, materializada pelos altos índices de desemprego e inflação, criou condições para que os então líderes atribuíssem à elite política a responsabilidade pelas mazelas do povo (PANIZZA, 2009, p. 79). Os partidos políticos e as elites políticas eram retratadas não só como alheias aos desejos e necessidades do eleitorado, mas como inimigas das pessoas simples. Pinto analisa que os discursos foram construídos em confluência com o imaginário popular da época que defendia que os políticos “não estavam nem aí para o povo” (PINTO, 2005, p. 203). Em 1990, as eleições presidenciais peruanas foram disputadas entre o escritor Mario Vargas Llosa e um desconhecido filho de imigrantes

japoneses. Quando questionado sobre o que pensava sobre o então oponente, Mario teria respondido que não o considerava uma ameaça, porque ninguém conhecia aquele "*chinito*". Fujimori transformou a provocação em apelo político, lançando no dia seguinte a frase: "Aqui estamos, os *chinitos* e os *cholitos* (mestiços pobres)". Ele articulou em torno de sua candidatura os anseios de toda a população não branca no Peru, que se identificou com sua performance política e o conduziu para o mais alto cargo do Poder Executivo (DE LA TORRE, 2017, p. 208). Tomando caminhos similares, as eleições do Equador também foram definidas por uma frase dita pelo então Presidente León Fabres Cordeiro, ao se referir aos eleitores de Abdalá Bucaram Ortiz. Disse ele que os eleitores de Abdalá, que concorria pela terceira vez à presidência da República, eram um bando de prostitutas e ladrões. Em sua campanha, Bucaram respondeu que as únicas prostitutas e ladrões que existiam em seu país eram os membros da oligarquia equatoriana, que deveriam ser extirpados da política nacional. Assim como Fujimori, Bucaram foi eleito com o apoio dos segmentos mais empobrecidos do Equador, contrariando os interesses da elite econômica e corporificando os valores e culturas daqueles que ele acreditava ser os autênticos equatorianos (PANIZZA, 2009, p. 93).

A oposição a figuras tradicionais da política também fez com que esses líderes se colocassem como *outsiders*. No Brasil, em 1989, as eleições estavam divididas entre duas lideranças de esquerda – Luiz Inácio Lula da Silva pelo PT e Leonel Brizola pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) – e um político jovem, que acumulava na biografia ter sido governador de Alagoas. Vindo de um estado periférico e imbuído de acabar com a corrupção no Executivo federal, Fernando Collor de Mello construiu sua candidatura a partir da crítica à classe política tradicional (PANIZZA, 2000b, p. 178). Sua imagem foi atrelada a de um político jovem e enérgico, que operava acima dos interesses dos sindicatos de trabalhadores e organizações patronais, buscando o melhor interesse para o Brasil. Sua missão, no governo, era retirar os privilégios dos burocratas ineficientes, conhecidos como marajás (PANIZZA, 2000b, p. 184).

Traçando caminho similar, Carlos Menem colocou-se como o candidato do Partido Justicialista nas eleições presidenciais de 1989, contrariando os interesses de importantes lideranças do partido. Ele trouxe a rejeição interna para sua campanha, alegando que ela se opunha à política tradicional que beneficiava uma pequena elite e propondo-se a fazer mudanças na política econômica que atendessem os interesses da realidade argentina, independente da classe social. Segundo Panizza (2000a, p.

141), Menem e Collor esforçaram-se para transmitir terem os atributos de liderança e capacidade de tomada de decisões, tidas como indispensáveis aos grandes presidentes. Eles também criaram vínculos com celebridades populares e empresas de televisão, o que os auxiliou a criar processos de identificação com as camadas populares. Eles tinham uma base de apoio similar, expressa por uma aliança entre a elite e o setor informal empobrecido, além de defenderem um viés anti-institucional que trazia desconfiança aos políticos tradicionais e desfazia os partidos políticos e o Congresso, com apoio da opinião pública (Panizza 2000a, p. 143).

Uma vez no governo, os líderes populistas implementaram uma série de medidas que alinhavam os países latino-americanos ao receituário do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, como a implementação de um programa de privatizações e a retirada dos obstáculos ao livre comércio internacional (DE LA TORRE, 2017, p. 206). Em certa medida, seus governos contaram com o apoio das grandes instituições financeiras que, no início de sua gestão, acreditavam que, como político outsiders, eles poderiam agir com muita autonomia em relação ao establishment e em relação aos seus apoiadores. Para Weyland, as reformas pró-mercado deram aos presidentes neopopulistas ferramentas úteis para reduzir o poder e autonomia do estado, ao mesmo tempo que permitiu que o governo guardasse dinheiro e subsidiasse os custos políticos dos ajustes sem sacrificar os gastos sociais (WEYLAND, 1996, p. 5). Isso não quer dizer, contudo, que eles promoveram o Estado ao *status* de uma instituição autônoma capaz de garantir a boa governança e o bom funcionamento do mercado (PANIZZA, 2009, p. 103). Ao contrário, ao invés de despolitizar o Estado, eles o repolitizaram para agir de acordo com seus interesses. Foram criados pacotes de modernização tecnocrática do Estado, através da implementação de novas agências que foram, muitas vezes, patrocinadas com recursos das instituições financeiras internacionais, mas que tiveram de conviver com as estruturas tradicionais da política e apresentaram baixo grau de eficiência (PANIZZA, 2009, p. 103 - 104)

O populismo é um momento da política, e a permanência destes líderes no poder dependeu das particularidades locais e da capacidade que cada um deles teve de acomodar conflitos. No Equador, Bucaram governou por apenas seis meses e, com dificuldades para construir uma base parlamentar, foi afastado sob a acusação de não ter condições mentais para governar. No Brasil, fragilizado e sem apoio no Congresso Nacional, Collor sofreu pressões e renunciou para não sofrer um processo de

impeachment. Menem e Fujimori, por outro lado, prosperaram e foram reeleitos. O regime de Fujimori colapsou no seu segundo governo, quando surgiram escândalos de corrupção e fraude eleitoral. Menem foi parado porque suas tentativas de mudar a Constituição argentina fracassaram e ele não pode concorrer, pela terceira vez, ao cargo de Presidente da República (DE LA TORRE, 2017, p. 2012).

A experiência latino-americana na década de 1990 demonstra que o populismo não é uma exclusividade de governos de centro-esquerda, e que ele pode adotar características de acordo com o contexto em que estão inseridos. Assim como na década de 30, os líderes buscaram construir um povo em oposição a uma elite. Contudo, os conteúdos semânticos desta operação mudaram consideravelmente, bem como os efeitos práticos destas escolhas nas operações políticas. Por meio destes governos, foram implementadas reformas em prol do livre mercado que não teriam os mesmos contornos em outros momentos históricos, porque oneravam a população mais empobrecida e traziam alto custo político aos proponentes. O processo de identificação e a legitimidade dos governos tornou possível que o neoliberalismo e as reformas pró-mercado fossem implementadas na região com eficiência, modificando os laços e as características dos países latino-americanos com o resto do mundo.

1.3.3. Populismo radical: Equador, Venezuela e Bolívia no século XXI

As reformas neoliberais que ocorreram na maioria dos países latino-americanos na década de 1990 prometiam a racionalização dos recursos do estado e a abolição do clientelismo, através do fortalecimento das instituições (DE LA TORRE, 2017, p. 115). Para o receituário dominante, o livre mercado e a democracia liberal haviam fundamentado uma nova ordem regional e o populismo não era uma ameaça factível. Na vida ordinária dos cidadãos, no entanto, o neoliberalismo não havia se consolidado e se acumulavam necessidades sociais não atendidas e inseguranças econômicas, canalizadas por sentimentos de profundo descontentamento político (PANIZZA, 2009, p. 125).

Os partidos políticos de direita, precursores das reformas na década de 1990, não tiveram capacidade política para lidar com os anseios cada vez maiores da população. Em decorrência das mudanças sociais e das crises econômicas, eles foram progressivamente perdendo seu eleitorado cativo e suas bases rurais

tradicionais (PANIZZA, 2009, p. 132). Se o controle do aparato estatal deu a estes partidos acesso a importantes recursos para as práticas clientelistas, as reformas no papel do Estado foram progressivamente limitando os recursos disponíveis para o clientelismo de massas. As práticas seguiram existindo, porém cada vez mais limitadas à recepção de quadros por parte dos aparatos políticos que colonizaram o Estado e menos pela distribuição de recursos às bases clientelistas populares. Como consequência, a população lidava com o decrescimento econômico e com a queda nos níveis de qualidade de vida, ao mesmo tempo que os governos se tornaram intocáveis e não responsivos (PANIZZA, 2009, p. 139). Em muitos locais, o governo se mostrou incapaz de entregar reformas que trouxessem nítidos impactos positivos no padrão de vida das pessoas, o que resultou na perda de apoio político e no acúmulo de mágoas em relação à elite política (PANIZZA, 2009, p. 142).

Foi no contexto de forte oposição ao neoliberalismo e de descontentamentos acumulados contra a elite política que ressurgiu, no século XXI e vinte anos depois de se iniciar o mais longo período de democratização na região, o populismo radical. Na prática e na teoria, os limites deste fenômeno são de difíceis demarcações e não raro são experiências amplamente debatidas (WEYLAND, 2009; PANIZZA, 2009; DE LA TORRE, 2017). Há uma rica discussão sobre quais experiências podem ser enquadradas como populistas, que remete à inexatidão do termo e ao uso corriqueiramente pejorativo que ele detém no vocabulário cotidiano e acadêmico. No Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Equador e Venezuela, após um longo período de retração, a esquerda logrou êxito em eleger-se, em um período que ficou conhecido como Maré Rosa (PANIZZA, 2009) ou Onda Rosa. Embora todos estes governos estejam orientados pela crítica ao neoliberalismo, não se pode dizer que eles sejam, por si só, populistas. Castañeda (2012) e De la Torre (2017) propõem uma divisão entre a experiência brasileira, chilena e uruguaia em relação às transformações que ocorreram na Bolívia, Equador e Venezuela. Para eles, no segundo caso, o personalismo dos líderes flertou com os limites democráticos e com a estabilidade institucional.

Ao se debruçar sobre a variedade de classificações propostas para os governos de esquerda latino-americanos, Panizza demonstra que não existem classificações mais ou menos corretas, mas sim aquelas que são mais ou menos apropriadas aos objetivos de cada pesquisa (PANIZZA, 2015, p. 197). Considerando que o tópico aqui proposto tem por finalidade conhecer as condições estruturais que

deram vazão ao fenômeno populista, optou-se por se afastar do caráter mais generalista das explicações propostas por Castañeda e De La Torre. Parte-se do pressuposto de que o populismo deve ser analisado pelas estruturas anteriores e atuais ao fenômeno para compreender sua dimensão social e política. Neste sentido, a diferença entre os governos tidos como mais moderados em relação aos classificados como populistas pode estar vinculado a duas variáveis dependentes e complementares: a) a base social que fez ascender os governos e b) como a lógica de representação dos chefes do Poder Executivo foi construída (PANIZZA, 2015).

Os partidos de esquerda sempre tiveram uma vida difícil na América Latina, considerando que não raro sua existência era questionada e, em muitos episódios, delegada à clandestinidade. A ascensão das lideranças dos partidos aos principais cargos do Poder Executivo somente se deu após um período de estabilização democrática, que propiciou o amadurecimento das experiências de governo e acúmulos diversos sobre o funcionamento das instituições e gestão de conflitos (PANIZZA, 2015, p. 194). Tomando por exemplo o PT, cujas bases sociais remete aos sindicatos de trabalhadores, intelectuais e movimentos sociais, houve um progressivo aumento na representação institucional destas lideranças até que, depois de concorrer às diversas eleições presidenciais, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito. No Uruguai, a Frente Ampla constituiu-se como partido na redemocratização e, à semelhança dos partidos brasileiros, construiu-se a partir das experiências em governos locais. Estes partidos compartilham entre si a confiança nas eleições e nas instituições democráticas e operam dentro dos padrões de comportamento eleitoral previstos (PANIZZA, 2015, p. 202).

Os governos populistas, no entanto, observam outra lógica. Eles surgem em contextos caracterizados pela desconfiança nas elites políticas e nos partidos, no qual os cidadãos se identificam e não sentem que suas demandas são solucionadas pela institucionalidade. Os líderes, estabelecendo uma relação personalista com os seus eleitores, assumem a representação do povo ao interpretar suas demandas e seus interesses, às vezes difusos, e o transformam em processos de identificação política (PANIZZA; PHILIP, 2011). O líder personalista tem um papel democrático na criação de imaginários coletivos e de resgate da política das jaulas da burocracia e da tecnocracia. Para estes líderes, a política não necessariamente deve seguir as regras do jogo institucional ou adotar a resolução tecnocrática dos problemas sociais, o que, para alguns teóricos, pode significar um rompimento com as ideias e princípios da

democracia liberal (PANIZZA; PHILIP, 2011). A performance de Hugo Chávez, Rafael Correa e Evo Morales[2], centrada no apelo direto ao povo contra a ordem política e econômica de seus países e dividindo a sociedade em dois campos distintos, são exemplos da manifestação populista. Eles se engajaram em campanhas permanentes, usando da conveniência das eleições frequentes para retirar elites antigas e consolidar suas hegemonias (PANIZZA, 2015). Buscando promover a equidade e a justiça social, estes líderes se compreendiam como a corporificação de formas superiores de democracia que resolveria os déficits de participação e representação da democracia liberal, melhorando as condições de vida do povo (PANIZZA; PHILIP, 2011).

A tensão entre a forma de governar dos populistas e os ditames das instituições da democracia liberal sempre são exemplificativos do papel transgressor que estes governos desempenharam. Antes desconhecido, Hugo Chávez ganhou relevância na política venezuelana depois de dar um golpe fracassado em 1992. Embora não tenha sido bem-sucedido, ele ajudou a criar condições discursivas para o questionamento do governo vigente, que ruiu no ano seguinte. Tal fato foi rememorado na campanha presidencial de 1998 quando, sob a promessa de deter o neoliberalismo e o cartel dos políticos corruptos, Chávez foi eleito e se transformou, para todas as escolas, o mais representativo caso de populismo na América Latina contemporânea (LACLAU, 2013; ROBERTS, 2007; WEYLAND, 2003). Ainda em sua campanha, Chávez criou uma linha divisória entre o povo, de um lado, e, de outro, os apoiadores do neoliberalismo - os partidos políticos tradicionais e a partidocracia. Ele queria não só romper com o *status quo* político e econômico, mas também refundar a ordem política através da criação de instituições inclusivas e participativas e um sistema econômico mais justo (PANIZZA, PHILIP, 2011).

Uma vez no governo, Chávez convocou os cidadãos venezuelanos a votar em pleitos nacionais e locais, eleições para uma Assembleia Constituinte e, inclusive, um referendo e dois plebiscitos que o autorizaria a ser reeleito indefinidamente (PANIZZA,

[2] Há uma discussão sobre se o governo dos Kirchner, na Argentina, pode ser considerado populista. Sabe-se que a eleição de partidos de esquerda em oposição às políticas do Menem aproxima a realidade argentina da ascensão dos governos no Equador, Venezuela e Bolívia, além de o país ter vivido protestos que desestabilizaram temporariamente o sistema político como um todo. A Argentina, no entanto, se afasta dos casos mais radicais, na medida em que nenhum membro da família Kirchner conseguiu mudar as bases do sistema partidário no país, optando por agir nas brechas da institucionalidade. Quando se tornou presidente, Nestor Kirchner era mais um insider do que um outsider, que se valeu do legado do peronismo e pouco conseguiu construir uma base kirchnerista.

2015, p. 203). Chávez atuou ativamente para criar demandas no discurso comum, redefinindo as fronteiras políticas, organizando e mobilizando os setores populares e construindo uma nova ordem institucional. O que fez do chavismo uma ruptura radical na sociedade venezuelana são suas dimensões políticas, normativas, culturais e institucionais, que combinam uma estratégia populista de dividir a sociedade em dois campos antagônicos, com elementos de nacionalidade popular, democracia participativa e discursos socialistas (PANIZZA, 2015, p. 204).

Assim como no chavismo, a construção em torno do nome de Evo Morales também remete à crise do neoliberalismo e da classe política tradicional na Bolívia. Na década de 90, o receituário neoliberal implementado não foi eficiente em combater o uso do estado em prol de grupos políticos (PANIZZA, PHILIP, 2011). O então presidente Sánchez de Lousada propôs, então, uma agenda de reformas que serviriam para trazer mais eficiência e transparência para o Estado, mas que, ao fim, serviu como estopim para revoltas populares. As reformas não serviram para consolidar o sistema de partidos, e sim para ampliar a crise de representação, porque contribuíram para demonstrar que as discussões locais não influenciaram na formação de novas formas de participação e nem nas decisões macroeconômicas. O caráter regionalista e socialmente restrito deste processo de modernização acabou por exacerbar divisões regionais, de classe, étnicas e culturais na Bolívia, cristalizando duas narrativas antagônicas. Uma dessas narrativas, anunciadas pelas elites políticas e econômicas dos estados de Santa Cruz e Tarija, comparou o desenvolvimento da região culturalmente moderna, economicamente próspera e branca com as montanhas indígenas, pouco desenvolvidas economicamente. Outra narrativa, desenvolvida por intelectuais indígenas, consolidou-se no aniversário de 500 anos de colonização espanhola e convidou um processo de ressignificação da herança colonizadora e do nacionalismo indígena (PANIZZA, PHILIP, 2011). A oposição da maioria indígena voltou-se contra a opressão e exclusão promovida pela elite mestiça, que perpetuava uma herança cultural pela subordinação às ditaduras do colonialismo e, no passado mais recente, aos poderes neocoloniais, cuja maior expressão era o neoliberalismo (PANIZZA, PHILIP, 2011).

Isso abriu oportunidades para formação de novas estruturas locais e para formação de novos candidatos antissistema e não tradicionais. No mesmo ano que Chávez foi eleito presidente da Venezuela pela primeira vez, Morales fundou o partido Movimento ao Socialismo (MAS), que o conduziu, em 2005, à Presidente da

República. Sua vitória é resultado das lutas populares que expuseram o abismo entre legalidade e legitimidade no seio das instituições bolivianas. Sua candidatura apelou pelo apoio da maioria indígena da população, mas transcendeu suas origens étnicas ao propor uma coalizão popular mais ampla (DE LA TORRE, 2017, p. 210). Morales construiu uma narrativa que unificava o povo desprivilegiado da Bolívia - particularmente aqueles que participaram dos protestos de massa contra a privatização do gás e da água, os agricultores da coca e os indígenas, que sofreram mais de 500 anos de exclusão política, econômica e cultural. Sua campanha estava baseada na defesa de novas instituições políticas, reforma agrária efetiva e o controle estatal das reservas naturais, em oposição à tentativa norte-americana de restringir o plantio de coca na região, além de garantir a gestão dos recursos, como água e gás (PANIZZA, PHILIP, 2011).

A ascensão de Rafael Correa, no Equador, também tem relação com a instabilidade institucional e o aumento do descontentamento popular expresso por meio de diversos protestos em todo o país. Em um contexto de alta volatilidade eleitoral, a fragmentação partidária e a perda do apoio das tradicionais forças partidárias e as constantes mobilizações levaram à cassação de três presidentes entre 1996 e 2005, demonstrando a fraca legitimidade do sistema político local (WEYLAND, 2009). Ainda que as manifestações que ocorreram neste período conturbado tenham filiações à direita e à esquerda, um movimento - chamado *forajido*- se tornou especialmente importante na articulação de demandas e na queda do presidente Lucio Gutiérrez, em 2005. Ele era formado por cidadãos urbanos de classe média com poucos vínculos com os movimentos sociais, que usavam os celulares para coordenar as ações e que elegeram um importante líder: Rafael Correa (PANIZZA, PHILIP, 2011)

Corrêa era um civil e um tecnocrata com doutorado concluído pela Universidade de Illinois. Em decorrência de sua função, ele serviu brevemente como Ministro da Economia no governo seguinte e fez uso desta posição para se colocar como um candidato presidencial em 2006. No primeiro turno, ele recebeu 22,8% dos votos (CONAGHAN, 2016). Contudo, ele foi capaz de mobilizar diversas forças anti *status quo*. Colocando-se como um líder que encabeçaria uma revolução cidadã contra os partidos políticos e a elite corrupta, Corrêa propôs-se a fundar uma nova ordem constitucional, com participação democrática radical e participativa. Encabeçando o espírito do movimento *forajido*, o então desconhecido candidato foi declarado vencedor das eleições majoritárias em 2006 (CONAGHAN, 2016).

O estilo de Corrêa no governo foi descrito como em campanha permanente. Para Panizza (2015), ele mantinha antagonismos constantes, dado que ele atacava a imprensa, seus adversários internos, os governos norte-americanos e colombianos, bem como o FMI e o Banco Mundial, assim como o neoliberalismo. Essas políticas eram combinadas com políticas de redistribuição. Em seus primeiros meses no governo, ele dobrou o orçamento para assistência aos pobres, dobrou os créditos para casas populares e reduziu as taxas de luz para consumidores de baixa renda. Ele também adotou uma estratégia que incluía uma série de plebiscitos e eleições que cristalizaram os antagonismos políticos com os partidos tradicionais, performando inclusões majoritárias e dando a Correa legitimidade para redesenhar as instituições políticas (PANIZZA, 2015).

Os populistas radicais trouxeram de volta as velhas utopias de esquerda de socialismo e revolução, mas com uma nova perspectiva. Ao invés da violência, estes líderes defendiam o papel revolucionário de um poder constituinte. O poder constituinte era compreendido como uma força revolucionária que deveria ser continuamente ativada para deter as instituições políticas corruptas que serviam aos interesses dos poderes estrangeiros e das elites locais. As novas constituições, com a participação de movimentos sociais e cidadãos comuns, deveriam desenhar novas regras com o objetivo de expandir os direitos dos cidadãos ao mesmo tempo que concentravam poder na figura do presidente (PANIZZA, PHILIP, 2011).

Na perspectiva deles, a democracia assumia um caráter polivalente. Para Correa, por exemplo, a essência da cidadania democrática residia no espaço socioeconômico e dependia de políticas estatais para defender a justiça social (CONAGHAN, 2016). Para Chávez e Maduro, avançar na democracia dependia recolocar as instituições não responsivas da democracia liberal por novas formas de participação direta (PANIZZA, 2015). Para Morales, a democracia significou substituir ou complementar as instituições liberais pela democracia comunal indígena, desenvolvida para ampliar a participação indígena (PANIZZA, 2015). Eles agiram no espaço político como quadros em branco, nos quais grupos heterogêneos e até mesmo divergentes depositaram suas demandas, angústias, urgências e esperanças.

A forma como eles constituíram seu povo e conduziram seu governo é diferente e nacionalmente localizada. Contudo, eles partilham de características em comum: a) Todos eles foram eleitos em momentos políticos turbulentos e depois de um longo período de crises; b) Os três eram rebeldes e pouco conhecidos até ascenderem ao

poder; c) Eles se autoproclamam socialistas e foram mais radicais do que moderados quando estavam no poder. Os três lideraram sociedades altamente fragmentadas e conseguiram, a partir de exercícios discursivos complexos, simplificar o campo social e dividi-lo em dois campos antagônicos, construindo inimigos - a imprensa, o neoliberalismo, a partidocracia (PANIZZA, PHILIP, 2011). Eles performaram como *outsiders* políticos que nem sempre agiram dentro das regras do jogo da democracia liberal, mas sim fizeram o seu próprio jogo. A história pessoal de Chávez (como um líder que falhou no golpe de 1992 na Venezuela), Morales (líder dos plantadores de coca) e Corrêa (líder de um movimento oposicionista aos partidos políticos tradicionais) serve como um lembrete do vácuo político que separa esses candidatos da ordem institucional representada pelos políticos tradicionais. Por certo, sua performance e seu governo estão sujeitos a inúmeras críticas. Contudo, é inquestionável que eles surgem do déficit substantivo da democracia para atender as demandas populares na década de 1990, e promovem mudanças na legitimidade do novo sistema que eles fundaram.

1.3.4. Um novo ciclo populista na América Latina?

Alguns autores têm estabelecido conexões entre o populismo e a emergência da direita radical na América Latina (CAS MUDDE, 2019), em alusão ao desempenho eleitoral de José Antônio Kast nas duas últimas eleições chilenas e de Jair Bolsonaro no Brasil. Segundo Roberts e Zanotti (2021), esse novo momento do populismo na América Latina se caracterizaria ideologicamente por se filiar ao radicalismo de direita originário da Europa Ocidental e exerce influência sobre outras organizações políticas na região, como o CA no Uruguai e de Nagib Bukele no El Salvador.

Segundo estes autores, filiados à perspectiva ideacional do populismo, estas novas manifestações na América Latina têm relação com a forma como a direita se estruturou pragmaticamente. A direita, nas sociedades muito desiguais, possui um núcleo central que é composto pelas poucas pessoas que compõem a elite econômica (ZIBLATT, 2017). No aspecto eleitoral, isso coloca estes partidos em desvantagem e a alternativa é encontrar meios que não estejam relacionados com o projeto econômico para atrair os eleitores de massas. É por isso que a direita se articula com valores e identidades culturais conservadoras. A construção do povo em torno de ideais étnico-raciais e/ou religiosos são especialmente atrativos porque permitem que estes partidos dialoguem com os anseios das classes mais baixas e disputem, com

os partidos de esquerda, seus votos, sem que tenham que alterar seu programa econômico. Roberts e Zanotti (2021) embasam suas conclusões a partir do discurso eleitoral de Jair Bolsonaro no Brasil em 2018 e de José Antonio Kast no Chile em 2019, que abdicam de propostas propositivas no plano econômico e focam na defesa de valores tradicionais e morais religiosos.

As conclusões dos autores não dissonam das análises do discurso proposta por Luz (2022) e Barros e Lago (2022) acerca da performance de Jair Bolsonaro no período eleitoral. Luz apontou pela centralidade da moral na construção do discurso, concluindo que "é majoritariamente através dela que são estabelecidos os parâmetros de pertença e a subjetivação das identidades do bolsonarismo" (LUZ, 2022, p. 162). A construção do povo se deu a partir da mobilização dos conceitos de trabalho, defesa da propriedade privada, da fé cristã, da ordem e das tradições, expresso na ideia de "cidadão de bem". Explica a autora que

> (...) a identidade do "cidadão de bem" pode ser resumida por sua reivindicação como sendo "uma maioria honesta, trabalhadora, conservadora e cristã (perspectiva afirmativa), que não concorda com a corrupção, com a ideologia da esquerda, com a impunidade dos criminosos, com a situação econômica e com o estado de coisas de modo geral (perspectiva reativa), e que anseia por um país melhor no qual possam voltar a ter orgulho de serem brasileiros (perspectiva unificadora)" (LUZ, 2022, p. 170).

Barros e Lago argumentam que a construção discursiva em torno do cidadão de bem mobiliza os afetos do povo brasileiro na justa medida em que oferece a eles a sensação de segurança e de ordem, ameaçada pelas constantes transformações econômicas e culturais. Para os autores, a promessa de ordem é atingida quando derrotado os inimigos construídos, materializado nas elites administrativas, cívicas e intelectuais de esquerda (BARROS; LAGO, 2022, p. 79). Valendo-se das categorias analíticas da escola de Essex, os três autores defendem, igualmente, que a construção de povo bolsonarista é populista.

Roberts e Zanotti (2021) defendem que a América Latina vive o quarto período populista, caracterizado por políticos de ultradireita. Embora tal conclusão não esteja de todo errada, ela apaga movimentos de igual caráter envolvendo figuras à esquerda, como é o caso das articulações em torno do nome de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil (BARROS; LAGO, 2022) e de Gabriel Bóric no Chile (LUNA, 2022). Os dois políticos foram eleitos por pleitos altamente disputados, cuja polarização social e ressentimentos em relação à política contribuíram para uma crise de representação.

No caso brasileiro, Lula já teve experiências no governo e, em decorrência

delas, enfrentou investigações por denúncias de corrupção. Se isso servia para os opositores como uma justificativa para aboli-lo do terreno político, ao passo que, para seus apoiadores, muitos deles beneficiários de programas sociais desenvolvidos em seus governos, a perseguição era resultado de sua escolha política. Barros e Lago (2022, p. 85) afirmam que a construção discursiva de Lula visa equipará-lo aos humildes, que são perseguidos por uma elite poderosa. Ele justificou a perseguição que sofreu e sua prisão injusta pelos acertos das suas políticas redistributivas, e não por ter cometido atos de corrupção. Gabriel Boric não acumulava experiências anteriores no Poder Executivo chileno. Vindo das mobilizações estudantis, a sua candidatura expressou o voto pela esperança. Lunna (2022, p. 48) demonstra que ele teve talento nato para o manejo dos elementos simbólicos e gestos para atrair a simpatia do público, construindo na maioria dos chilenos a necessidade de abandonar os laços com a classe política tradicional cúmplice do modelo baseado na exclusão social, defendendo a urgência da criação de uma nova ordem social.

Eventos sociais complexos, principalmente quando atingem contornos regionais, exigem reflexão. É certo que os discursos da ultradireita se conectam com um contexto mundial mais amplo, e, por isso, chamam mais atenção. A sua existência demonstra que os consensos sobre o que pode ou não ser dito no âmbito da política passou por uma transformação nos últimos anos na América Latina, indicando uma vitória das ideias religiosas e conservadoras. Contudo, parece prematuro dizer que suas candidaturas – expressas nas figuras de Jair Bolsonaro e José Antônio Kast – são tão expressivas a ponto de dominarem o momento político na região. É sempre necessário lembrar que, nas eleições de 2022 e 2021, respectivamente, venceram Luiz Inácio Lula da Silva e Gabriel Boric, candidatos da esquerda moderada em oposição aos dois candidatos da direita radical. A análise dos contextos eleitorais nestes países indica que o populismo tem se colocado como uma alternativa às crises de representação, o que indica que se está vivendo um novo momento e que as diferentes forças disputam a significação de democracia e de povo. É prematuro, no entanto, definir os contornos desta disputa e, mais ainda, os seus impactos regionais e na qualidade da democracia.

***

A polissemia em torno do termo populismo ainda não foi completamente eliminada nos trabalhos de teoria política. Talvez nunca o seja. As experiências que

trazem sentido ao termo são múltiplas, e ele tem sido aceito para qualificar líderes, partidos e governos, o que contribui para gerar mais confusão. O populismo, como compreendido neste trabalho, não é uma ideologia e sim uma estratégia política para aqueles que mobilizam a noção de soberania popular para se articularem contra uma realidade posta. O conceito serve como substrato epistêmico e teórico para a construção do método de pesquisa, que mobiliza a noção de demandas populares insatisfeitas, relações de equivalências e diferenças, antagonismo e hegemonia para compreender a construção discursiva dos quatro candidatos analisados.

Capítulo 02 – Política Econômica: das reformas neoliberais à crise dos Commodities

A primeira década do século XXI pode ser lembrada como um período de grandes transformações na América Latina. Rompendo uma ressaca de longos anos, as forças de esquerda protagonizaram relevantes avanços na região. A tendência – iniciada em 1998 com o triunfo de Hugo Chávez na Venezuela – foi seguida por diversos países na região, que escolheram a via eleitoral alternativa àquelas que defendiam as reformas implementadas no final dos anos 1980 e 1990. Ainda que se tenha que reconhecer que o processo não foi uniforme, foi constante no discurso dos candidatos – radicais ou moderados – um posicionamento contrário ao neoliberalismo e um rompimento com as ideias de centro-direita que dominaram a região nas décadas anteriores.

A última década do século XX surgiu com a difícil tarefa de consolidar a democracia, que fora duramente golpeada pelos militares ao longo dos anos 60 e 70. As lideranças regionais estavam dispostas a deixar seu passado turbulento e promover a modernização da região, adotando um receituário que conjugava a democracia liberal, a liberalização econômica e a integração regional[3] (PANIZZA, 2009). Essa fórmula tinha relativo apoio das elites e das classes populares, como vem a demonstrar as vitórias eleitorais de Carlos Menem na Argentina em 1999 e Fernando Henrique Cardoso no Brasil em 1994 e 1998 (KINGSTONE; POWER, 2000). Criou-se um consenso centrista em torno da relevância das eleições para garantir a democracia e em torno da impertinência de uma sociedade polarizada para a estabilidade social e econômica, ao passo que o vocabulário dos “direitos humanos” se tornou senso comum no jargão político (VELLINGA, 1993).

Contudo, o consenso firmado começou a ruir em 1994, quando o México vivenciou uma crise financeira – chamada “Crise da Tequila” – que afetou a maioria das economias da região nos anos de 1990 (PANIZZA, 2009). A volatilidade econômica fez esse período ser popularizado como a nova década perdida, fazendo menção ao decrescimento econômico e descontrole inflacionário que caracterizou a

[3] A conjugação de princípios e orientações econômicas no período ficou conhecido como Consenso de Washington, que será abordado no tópico 2.2.

década de 1980. A renda per capita caiu na região e a pobreza cresceu em termos absolutos e relativos, ampliando os efeitos da estagnação econômica no cenário social de forma devastadora (SMITH, 2005).

Foi dado o contexto para o surgimento de um novo discurso desenvolvimentista, reativo aos efeitos socialmente deletérios da conjunção entre globalização e neoliberalismo (SANTOS, 2018). O período entre 2003 e 2008 foi caracterizado por mudanças políticas e econômicas, impulsionadas pelo aumento no preço dos commodities e, consequentemente, pelo alto crescimento na região (SVAMPA, 2019). Em parte, por conta das melhorias econômicas, mas também por que houve a implementação de novos programas sociais, a pobreza atingiu seu nível mais baixo desde a década de 80 em termos relativos e houve uma significativa queda na inequidade (GRUGEL; RIGGIROZZI, 2016). Com alto apoio popular, os governos progressistas buscaram insuflar o crescimento econômico, retornando ao paradigma do desenvolvimento das forças produtivas (SANTOS, 2018).

Se a bonança econômica trouxe pacificação social entre a elite e a classe trabalhadora, os governos progressistas puderam articular o ajuste estrutural e o mito do desenvolvimento econômico, calcando suas políticas econômicas na financeirização da exportação primária, na capitalização dos pobres e no consumo importado (ABELES; VALDECANTOS, 2017). Buscando um equilíbrio tênue entre as intenções liberalizantes da globalização e a soberania na esfera nacional, os governos compartilharam de uma visão de mundo que visava combater o subdesenvolvimento com o crescimento econômico e acabaram, por vezes, reduzindo a política a técnicas de gestão banalizadas por uma lógica mercantil (SANTOS, 2018).

Sem ter rompido definitivamente com a histórica dependência do mercado externo (MORENO-BRID; GARRY, 2017), o modelo de desenvolvimento baseado na exportação de bens primários foi duramente atingido com a desvalorização dos commodities que ocorreu nos anos de 2012 e 2014 (OCAMPO, 2017). A tênue linha que equilibrava os interesses divergentes deu sinais de rompimento, que foi consolidado no ano de 2015 com a vitória de Maurício Macri nas eleições presidenciais na Argentina (SANTOS, 2018). Nos anos seguintes, a pacificação regional deu lugar a um contexto amplamente polarizado, no qual ganhava força as organizações e movimentos à direita na região.

Em pouco tempo, as forças de esquerda – que pareciam consolidadas – ruíram

de forma surpreendente, em processos de transformação política e econômica que, em alguns contextos, tensionam inclusive os sentidos da democracia. A historiografia latino-americana mostra quão vulnerável a democracia é ao conflito político, particularmente quando os tradicionais grupos dominantes na região se veem tolhidos ou ameaçados em seus interesses (PANIZZA, 2009). As instituições demonstraram ser suscetíveis ao conflito em tempos de crise, a julgar pelos muitos presidentes na região que não puderam concluir seu mandato constitucional nos anos 1990 e início dos anos 2000 (PANIZZA, 2009). Tal processo parece se repetir quando analisados os processos de impeachment do então Presidentes Fernando Lugo no Paraguai em 2012 e Dilma Rousseff no Brasil em 2016. Desde então, a região vive um processo de polarização intensa, que revela a existência de diversos conflitos não intermediados.

O processo de transformação reestrutura a política, produzindo ganhadores e perdedores (sendo que os últimos tentam resistir valendo-se de todos os meios disponíveis). Se há resistência por parte da classe dominante aos processos de transformação, torna-se mais difícil a manutenção de um ambiente democrático e se faz necessária redefinições que reestruturam o social (PANIZZA, 2009). Debruçando-se sobre as políticas econômicas dos governos progressistas, o capítulo é motivado pelo questionamento sobre como certas ideias perderam, em tão pouco tempo, seu status hegemônico e como as limitações econômicas condicionaram as escolhas dos agentes políticos.

Para atingir tal fim, o capítulo divide-se em quatro partes distintas. A primeira delas volta-se ao contexto da década de 90 e a definição de políticas que visavam à estabilização econômica e a contenção da inflação na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. A segunda parte, relacionada a este, analisa a ascensão dos governos progressistas e as políticas adotadas para o desenvolvimento no contexto de valorização dos commodities. A terceira parte, relacionada com o ocaso do ciclo progressista, visa compreender os efeitos para a estabilidade dos governos da crise dos commodities nos anos de 2012 e 2014, seguida pela última parte que discute tais efeitos na vida dos cidadãos e sua interferência nos processos de identificação política.

2.1. Redemocratização e os caminhos do neoliberalismo: as reformas dos anos 80 e 90

Influenciado pelas políticas de Estado europeias – principalmente inglesas – o neoliberalismo propagou-se em diversas partes do mundo, inclusive na América Latina. No plano econômico, ele está calcado em uma série de crenças que, associadas ao laissez-faire, consolidou a ideia de que a competição entre atores privados é a principal fonte de inovação e crescimento e que a intervenção estatal torna as atividades ineficientes (CAMPBEL, 2001). No âmbito da política, o neoliberalismo se propõe a apresentar soluções concretas a problemas econômicos, baseado na defesa dos benefícios da redução da intervenção estatal nas relações econômicas, do livre comércio e da baixa tributação (WILLIAMSON, 1990).

A natureza diversa e mutável das ideias neoliberais significa que seus significados não podem se dar em abstrato e que são provisoriamente fixados por certos discursos que são, eles mesmos, objeto de mudança e contestação (PANIZZA, 2009). Dito de outra forma, o neoliberalismo deve ser compreendido como uma construção relacional, cujo significado é definido e redefinido pelas lutas políticas entre seus defensores e críticos em busca de hegemonia. Neste subcapítulo, se buscará como se deu a fixação de sentidos do neoliberalismo, desde a falência dos governos militares até as reformas promovidas na década de 90.

2.1.1. O declínio dos governos militares e a redemocratização

Os militares, que ascenderam na região por meio de golpes, mantiveram um modelo de desenvolvimento altamente intervencionista, no qual o Estado assumiu o papel de impulsionar a indústria nacional por meio da subsídios que ultrapassavam em muito o mero suporte estrutural (PORTES; NAVA, 2017). Tal investimento, no contexto regional, serviu para consolidar o setor produtivo nacional em detrimento do externo, o que gerou um passageiro crescimento econômico. Tomando-se o exemplo do Brasil, verifica-se que na década de 70 o país apresentou um aumento no Produto Interno Bruto (PIB) em uma média de 7,4% por ano. O setor industrial cresceu mais que o dobro que o setor agrícola (8,4% contra 4,1%), empregando 25% da força produtiva, em contraposição aos 12% na década de 1950 (BOLOYRA, 1986).

Contudo, incapaz de conter os efeitos da crise mundial gerada pelo aumento do petróleo em 1973, o modelo de substituição das importações sofreu algumas alterações (PORTES; NAVA, 2017). As ideias de liberalização do mercado

influenciaram, em graus diferentes, as políticas desenvolvidas por setores tecnocráticos na Argentina, no Chile e – em menor medida – no Uruguai (PORTES; NAVA, 2017). Diferente do governo brasileiro, eles buscaram reorganizar a economia e a sociedade através da adoção de princípios econômicos alternativos, que se contrapunham à estagnação econômica e à inflação que tomou a região no final da década de 70 (SANTOS, 2018). O governo militar chileno, o primeiro e mais radical reformador do mercado, é o principal exemplo de como se deram as transformações. Ao fim dos anos 70 e começo dos anos 80, a economia chilena era a que mais crescia e suas políticas dissonavam do que acontecia nos demais países (LUNA, 2016). O modelo de desenvolvimento calcava-se na ideia de que o país possui uma população pequena, mas que é rico em recursos naturais. Isso tornava inviável a consolidação de uma indústria nacional amparada no exíguo mercado interno, que poderia ser compensada com a exportação dos recursos naturais e com a importação das divisas necessárias (SANTOS, 2018). Os críticos da ditatura militar dizem que essas políticas somente poderiam ser adotadas mediante o uso de força e repressão, tendo em conta que jamais seriam aprovadas em um debate democrático pelos custos sociais que acarretavam (KINGSTONE, 1999).

A abertura ao mercado externo, contudo, trouxe efeitos deletérios na década de 80. Entre os anos 1978 e 1981, a economia chilena passou por um período de expansão (chamado de Milagre Chileno). O aumento nas exportações – e a estabilidade nas importações – fez com que o preço do dólar baixasse significativamente. No fim do ano de 1981, o valor do cobre baixou e houve um aumento na taxa de juros, que levou ao superendividamento (PORTES; NAVA, 2017). Em junho de 1982, o dólar dobrou de valor e – somado à situação desvantajosa na indústria nacional – obrigou o Estado a tomar medidas para conter a paralisia econômica (PORTES; NAVA, 2017). A crise chilena propagou-se para os demais países do Cone-Sul, que vivenciaram picos inflacionários e estagnação econômica, que acabaram por comprometer os governos militares.

Tanto o Chile quanto o Uruguai deram fim aos governos militares por meio de consultas populares. Desgastado por conta da crise econômica e pela dificuldade de conter a inflação, Pinochet chamou um plebiscito para o dia 05 de outubro de 1988 que tinha por finalidade eleger um novo chefe para o Poder Executivo. A oposição venceu com 55,99% dos votos, dando fim ao governo ditatorial (SANTOS, 2018). No Uruguai, o processo de transição para a democracia trouxe consigo os partidos

políticos, os sindicados e os movimentos sociais contrários à ditadura. Em 1980, eles juntaram forças em uma campanha para se opor à institucionalização e prolongamento do governo militar. Após a vitória da Campanha do Não, as organizações populares desempenharam um papel ativo na mobilização contra a ditadura. Os protestos de massa em novembro de 1983 foram uns dos maiores na história do país e contribuíram para o isolamento da ditadura militar e o enfraquecimento da negociação com os partidos políticos, dando fim ao regime em novembro de 1984 (BLAKE, 1998)

No Brasil, a crise política do regime militar foi acelerada pelo fugaz crescimento econômico entre 1978 e 1980, seguido por uma recessão econômica entre 1981 e 1983. A elite nacional apoiou fortemente o Golpe Militar de 1964 e as mudanças econômicas introduzidas pelos primeiros governos (SELCHER, 1986). O seu apoio começou a ruir na segunda metade dos anos 1970, quando os líderes começaram a questionar o papel do Estado na economia e o modelo autoritário de tomar decisões políticas sem que fossem consultadas as organizações de negócios (GILLESPIE, 1991). A insatisfação com o governo aumentou nos primeiros anos da década de 1980, com a redução do crescimento econômico e o aumento da inflação (RAMA, 1987). Os militares se isolaram politicamente, ao passo que as lideranças industriais migraram para a oposição (PAYNE; BARTEL, 1995). Nas campanhas das Diretas Já, que mobilizaram diversos setores da sociedade brasileira em torno da ideia de votar para presidente, proeminentes membros da comunidade industrial juntaram forças com a oposição (PAYNE; BARTEL, 1995).

Nos quatro países, o retorno à democracia estava permeado de esperanças de mudanças sociais e econômicas (PANIZZA, 2009). O debate da redemocratização privilegiou questões envolvendo os direitos humanos e a garantia dos direitos individuais e coletivos, afastando-se de questões econômicas (PANIZZA, 2009). Em verdade, as críticas aos governos militares estavam focadas na desigualdade e inequidade, e não exatamente no papel do Estado como indutor do desenvolvimento. Por conta disso, as ideias consolidadas nos anos anteriores foram bem recebidas nas então recentes disputas eleitorais, nas quais os candidatos de direita e de centro-direita lograram significativo êxito (CAMPOS, 2018). No Chile, a coalizão de centro-esquerda Concertación venceu as eleições presidenciais e parlamentares, mas as leis eleitorais impostas pela ditadura Pinochet deu substancial representação no Congresso para as forças da direita (CAMPOS, 2018). Na Argentina, o Partido

centrista Unión Cívica Radical (UCR) derrotou os então Justicialistas de Direita, mas os partidos da esquerda não tiveram representação política significativa no Congresso (CAMPOS, 2018). No Uruguai, as primeiras eleições democráticas foram dominadas pelos tradicionais partidos Nacional e Colorado, sendo a Frente Ampla uma terceira via distante (PANIZZA, 2009). No Brasil, ainda que as forças de esquerda tenham disputado o segundo turno para as eleições presidenciais em todos os pleitos, elas somente ascenderam ao poder em 2003.

Vigorou entre os primeiros governos democraticamente eleitos um diagnóstico econômico inicial dos primeiros governos democraticamente eleitos que, apesar dos problemas do país, não havia necessidade de promover reformas estruturais (PANIZZA, 2009). Isso foi empregado, inclusive, como uma tática para atrair a confiança das elites que apoiaram os governos militares. No Chile, após a derrota do regime militar em 05 de outubro de 1988, as organizações Confederação da Produção e Comércio (em espanhol, Confederación de la Producción y el Comercio - CPC), iniciou um período de intensa negociação com os partidos de oposição e com os movimentos sindicais para que fossem feitas algumas concessões ao setor no futuro governo democrático. Foi assegurado às elites que eles não deviam temer a democracia, que o novo governo não romperia com as reformas econômicas da era Pinochet e que zelariam pela proteção da propriedade privada e da estabilidade econômica (PANIZZA, 2009). Na Argentina, nos primeiros anos do governo democrático de Alfonsín (1983-89), a redução da inflação era o principal objetivo a ser atingido, sem que houvesse uma preocupação mais ampla como a distribuição de renda e com a restauração do crescimento econômico.

Foi somente na segunda metade da década de 80 que a questão econômica ganhou relevo político. Nos quatro países estudados, especialmente na Argentina e no Brasil, a falha da economia heterodoxa em prever a transformação da inflação em hiperinflação tornou o que era originalmente uma crise econômica em uma questão de ordem social (LUNA, 2018). A crise se tornou uma crise política, compreendida pela falha do Estado em regular as relações sociais. Uma série de manifestações tomaram as ruas, tornando a manutenção dos governos um desafio impossível. Ficou evidente que os deslocamentos produzidos pela hiperinflação e pela recessão econômica não poderiam ser reparados pela adoção de políticas públicas alinhadas ao modelo de substituição de importações (LUNA, 2018). A crise tornou possível a emergência de novas possibilidades interpretativas que passaram a fazer sentido e

que trouxeram soluções possíveis para a reconstrução da ordem social.

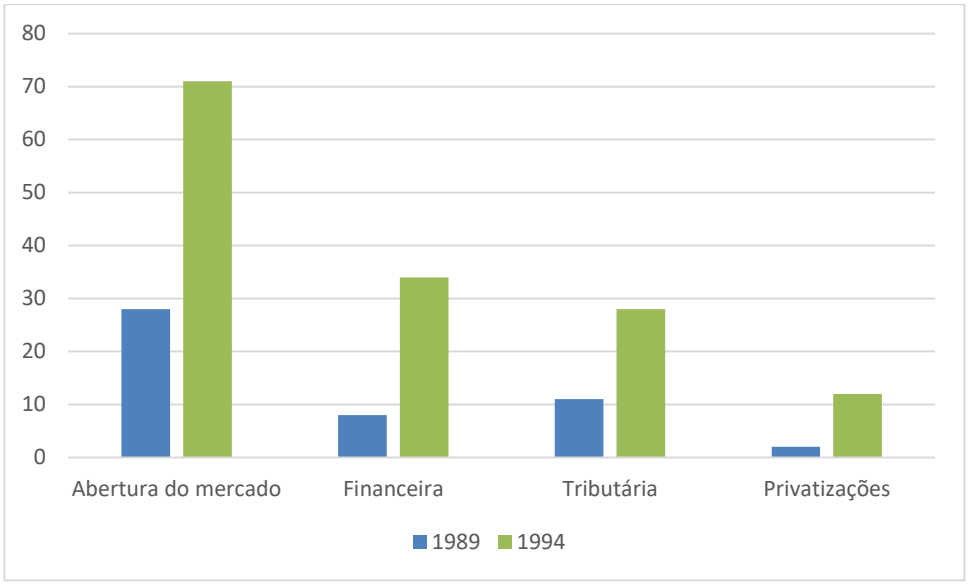
Foi neste contexto que ganhou maior espaço as ideias de livre mercado. Ideologicamente, a ascensão das ideias neoliberais na América Latina eram parte de um contexto internacional mais amplo que atingia os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. As mudanças na percepção econômica foram orientadas pela crise do modelo keynesiano que teve lugar no primeiro mundo após o fim da expansão de mercados que ocorreu nas décadas de 1950 e 1960. Esses desdobramentos justificaram a ascensão do modelo de capitalismo de livre mercado representado pelas administrações de Reagan nos Estados Unidos e de Thatcher na Grã-Bretanha (PANIZZA, 2009). Além disso, estava sendo iniciado o processo de globalização capitalista cujas dimensões se tornaram aparentes na década de 90 (PANIZZA, 2009).

2.1.2. O Consenso de Washington e as reformas neoliberais

A falha nos planos anti-inflacionários na década de 1980 criou condições para a emergência de novas formas de representação política centradas em líderes que prometiam um rompimento com o passado e estavam preparados para implementar reformas econômicas radicais. Em um contexto internacional, havia uma forte pressão para que fossem realizadas reformas de livre mercado, principalmente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), que eram as únicas instituições que estavam dispostas a emprestar dinheiro para os países endividados e imersos em uma crise inflacionária sem precedentes.

O consenso que vigorou entre os economistas e os tecnocratas ficou conhecido como Consenso de Washington. Ele consistia em um receituário para o desenvolvimento econômico, que pregava a disciplina fiscal, reforma tributária, privatizações, desregulamentação, abertura para investimentos externos, a defesa do livre comércio e do livre mercado (WILLIAMSON, 1999). Tais reformas foram impostas pelas instituições financeiras internacionais como condição para o empréstimo de fundos aos países latino-americanos, que se viram obrigados a acatá-las em alguma medida como condição para retomada do crescimento econômico (WILLIAMSON, 1999). Em um trabalho minucioso, Sebastián Edwards analisou as cláusulas condicionais nos contratos firmados entre as instituições de direito internacional e os Estados latino-americanos, denunciando uma explícita pressão por mudanças estruturais (Gráfico 01).

Gráfico 01 – Conteúdos condicionais das propostas do BM e do FMI



Adaptado de Edward (1995, p. 105)

Conforme se depreende do gráfico, o número de exigências de reformas aumentou três vezes no período compreendido entre 1989 e 1994. A inclusão da região em um mercado global incluiu a retirada da proteção aos produtos nacionais, a redução de impostos para a mercadoria estrangeira, além da adaptação do sistema financeiro para receber e enviar operações com instituições de outros países. Também foi objeto de tensionamento externo a privatização de empresas públicas. Tais requisitos foram colocados como condição para a realização de empréstimos internacionais, bem como para a inclusão da região nos cenários econômicos mais competitivos.

As reformas de mercado ofereceram agora aos governos democráticos um diagnóstico claro dos problemas econômicos e uma agenda para a restauração da ordem política e econômica. As denúncias que os economistas liberais faziam da ineficiência do modelo anterior ressonaram entre a população, criando uma imagem do Estado como corrupto, arbitrário, predatório e ineficiente. As reformas eram vendidas como um programa de modernização que corporificava a mudança, um significado político central em tempos de crise. Além disso, a ideia de descentralização, competição e empoderamento da sociedade civil oferecia os prospectos para uma economia mais eficiente e uma democracia mais controlada pelo povo. Nesse contexto, as reformas de livre mercado perderam sua associação

histórica com os regimes militares e se tornaram articuladoras de novos discursos políticos. Proeminente entre estes, estava a “política de anti-política”, enunciada por diferentes códigos ideológicos pelos tecnocratas do livre mercado e por uma nova geração de líderes populistas.

Foi neste contexto que a América Latina viu ressurgir o espectro de novos líderes populistas, que acreditava estarem restritos às experiências varguista e peronista na década de 30. A emergência de políticos personalistas, como Carlos Menem na Argentina e Fernando Collor de Mello no Brasil, trouxe uma nova dinâmica política alinhada com as reformas do livre mercado (PANIZZA, 2009). Eles representavam um projeto de modernização política e econômica, que era intolerante com os antigos políticos corruptos (no caso de Collor) e que se identificava e compartilhava da cultura popular (no caso de Menem). Ambos tinham em comum sua base de apoio (uma aliança entre a elite e o setor informal), um viés anti-institucional que questionava os políticos e o Congresso e a concentração do poder na figura do Presidente (WEYLAND, 1999). Culpando os governos passados pela crise do modelo de substituição das importações, eles comprometiam-se a agir de acordo com os princípios da boa governança e da economia de mercado.

Menem foi eleito presidente argentino em 08 de julho de 1989. Durante a campanha eleitoral, não fez uma cartilha de propostas específicas, mas pediu aos eleitores que acreditassem em suas propostas. Uma vez eleito, teve uma alta taxa de autonomia para impor reformas. Ele usou de sua posição de autoridade para construir uma coalizão política e para adquirir apoio político e popular para as reformas, fazendo uso das tradicionais máquinas políticas do peronismo e de novos líderes políticos, de figuras nacionais pró-negócios e de economistas de seu e outros partidos. O apoio que ele recebeu foi fundamental para a sua agenda, embora elas tenham se implementado de forma mais lenta na área trabalhista por conta da oposição do sindicalismo organizado. Em 1995, somente 30% das reformas na área foram completadas (ETCHEMENDY; PALERMO, 1997). Os governadores das Províncias também exerceram sua influência no Congresso, de sorte que após 1993 não passou nenhum projeto que fosse contrário aos interesses locais. Isso resultou na sobrevivência de “enclaves iliberais” e em uma parcial implementação de reformas (PANIZZA, 2000). Entre 1991 e 1994, o PIB argentino cresceu 33%, o consumo aumentou 37% e o investimento em 120%. Em 1994, a inflação foi de 4%. Entre 1989 a 1993, a Argentina foi o quarto país que recebeu mais investimento externo no mundo

em desenvolvimento, e o primeiro entre os países latino-americanos (BUSTOS, 1995).

No Brasil, Fernando Collor de Mello – um político outsider que se colocou com um candidato antissistema, anticorrupção e pró reformas de modernização da economia – venceu o candidato do PT Luiz Inácio Lula da Silva em 1989 (PANIZZA, 2000). Seu plano econômico combinava um plano anti-inflacionário heterodoxo (o então chamado Plano Collor), que incluía o congelamento das contas bancárias por dezoito meses, período no qual se daria um processo de privatizações e de liberalização econômica (PANIZZA, 2000). Ainda que ele tenha sofrido impeachment em 1992, o plano seguiu seu curso guiado pelo seu vice-Presidente, Itamar Franco (PANIZZA, 2000).

Os dois líderes apelaram aos pobres desorganizados, que foram as principais vítimas da hiperinflação e que não tinham acesso à seguridade social. Em decorrência do cenário de hiperinflação na década de 80 e 90, as coalizões vencedoras conseguiram unificar os interesses dos setores populares e das classes mais altas. Os muito ricos e os mais humildes apoiaram candidatos contra o sistema que se comprometiam com a realização de reformas e com a estabilidade. Foi isso que aconteceu quando do triunfo do Partido Justicialista nas eleições para a Câmara dos Deputados em setembro de 1991 e na reeleição de Carlos Menem (FRAGA, 1996), bem como na eleição de Fernando Collor de Mello em 1989 (PANIZZA, 2000).

Ao longo deste período, foram realizadas importantes privatizações na Argentina e no Brasil. Collor criou o chamado Programa Nacional de Desestatização, que tinha por finalidade ampliar a receita e cortar os gastos com empresas deficitárias (CARVALHO, 2012). Dentre as 68 empresas que constavam no rol de privatizáveis, ele conseguiu vender apenas 18 em seu governo. Os governos seguintes – especialmente os de Fernando Henrique Cardoso – deram prosseguimento ao plano. No caso argentino, as privatizações atingiram setores centrais, como distribuição de água, de gás e a produção e a transmissão de energia elétrica. (CASSAGNE, 2004).

Diferente do Brasil e da Argentina, a política uruguaia e chilena buscou estabilizar forças e consolidar a democracia. No contexto chileno, os partidos à direita desgastaram-se após o período ditatorial, o que facilitou que as forças opositoras assumissem a Chefia do Poder Executivo. A década de 1990 foi marcada pela transição democrática e pela pacificação entre segmentos divergentes, conduzidas pelas lideranças do Partido Democrata-Cristão Patricio Aylwin (1990-1994) e Eduardo Frei Ruiz-Tagle (1994-2000) (MODONESI, 2012). O Uruguai redemocrático emergiu

tendo como partidos centrais o PN e PC. As forças de esquerda se unificaram em torno da Frente Ampla (FA), cuja participação na política institucional contribuiu para ampliar a polarização ideológica e a contestação. Ainda que no período entre 1984 a 2000 tenham sido os partidos tradicionais a elegeram os Presidentes da República, nenhum deles constituiu maioria no Parlamento. Isso dificultou a formação de consensos, especialmente nas questões que afetavam os sindicatos. A política, nesse contexto, se deu através do diálogo interinstitucional entre o Poder Executivo e Legislativo, buscando-se a formação de consensos em torno da necessidade de realização das reformas (SANTOS; NARBONDO; OYHANTÇABAL; GUTIÉRREZ, 2013).

Conforme explorado no tópico anterior, as reformas que ocorreram no Chile durante os anos 1980 premeditaram o Consenso de Washington e contribuíram para dar plausibilidade ao receituário para o resto da região. Por conta disso, ao longo da década de 1990, o país já apresentava altos índices de empresas privatizadas e diversos serviços haviam sido transferidos para a iniciativa privada. Dentre esses, destaca-se as mudanças no Ensino superior: em 1996, havia 242 instituições privadas em oposição à 25 instituições públicas, sendo que 63% dos recursos totais gastos provinham do setor privado (FERNÁNDEZ, 2005). O governo de Patricio Avlwin, caracterizado pela governabilidade, reformou a legislação trabalhista, promovendo avanços nas garantias do trabalhador em relação a indenizações nas situações de demissões. Ele também implementou importantes projetos para modernizar o estado, que incluíam desde a contratação de tecnocratas até a avaliação dos servidores por desempenho (FERNÁNDEZ, 2005).

No Uruguai, as reformas dependiam de coalizões políticas para serem implementadas. Diferentes segmentos foram representados em um grupo de trabalho, chamado Grupo de Trabajo Tecnico de la Reforma del Estado conduzido por Eduardo Cobas, um uruguaio que trabalhou para o BM e auxiliou na reforma administrativa da Bolívia (AROCENA; SUTZ, 2003). O Banco Interamericano de Desenvolvimento desempenhou um papel proeminente em dar assistência técnica e financeira ao projeto. Contudo, como a Constituição uruguaia exigia que alguns temas fossem votados por plebiscitos e outros exigissem maioria qualificada no Parlamento, algumas sugestões não foram incorporadas por sua alta impopularidade. Dentre estas, destaca-se a política de privatizações: em relação aos demais países analisados, o número de empresas públicas privatizadas foi significativamente menor

no Estado uruguaio (AROCENA; SUTZ, 2003).

Apesar do contexto internacional comum e da adoção das mesmas receitas em busca da estabilização econômica, cada país adotou certas medidas para conter a inflação e gerar estabilidade econômica. No caso brasileiro, tal objetivo foi atingido pelo Plano Real. A base do plano, desenvolvido por Fernando Henrique Cardoso enquanto Ministro da Fazenda de Itamar Franco, consistia na apreciação cambial do real (paridade com o dólar) e abertura comercial para estimular as importações. Com isso, foi possível conter os preços, ainda que a custa da indústria nacional (CENTENO, FERRARO, 2017). Inicialmente, o desequilíbrio foi mitigado pelas privatizações, pela entrada de capital estrangeiro, pelos incentivos governamentais para a exportação e, principalmente, pela entrada de capital especulativo. Para tornar o país atrativo no contexto internacional, o governo promoveu a abertura do mercado financeiro a títulos públicos lançados e cotados no exterior, convertendo o país em um emissor de capital fictício (PAULANI, 2008). Se tal medida foi exitosa em trazer estabilidade para a moeda, ela também consolidou o Estado como instrumento de transferência de riqueza nacional para os circuitos financeiros internacionais (SANTOS, 2018). Isso agravou os desequilíbrios estruturais nas contas nacionais e reduziu a margem de manobra do Estado para enfrentá-las (SANTOS, 2018). Em síntese, o Plano Real em 1994 colocou o Brasil no papel de valorizar o capital financeiro internacional. Ainda que o país tenha se consolidado como destino dos capitais especulativos, eles se tornaram indispensáveis para a estabilidade econômica nacional (SANTOS, 2018).

No caso Argentino, o plano de convertibilidade da moeda foi adotado no ano de 1991. Assim como no caso brasileiro, procedeu-se com a abertura comercial e a dolarização de parte significativa da produção de bens e a dependência de fluxos de capitais estrangeiros (SANTOS, 2018). Após um ano de governo, Menem foi bem sucedido não só em restaurar a ordem econômica, como também em fazer mudanças radicais. Entre 1990 e 1993, ele tinha o controle das duas Casas do Congresso e de importantes sindicatos vinculados ao peronismo, além de contar com o apoio da maioria dos governadores. Isso lhe deu legitimidade para concentrar o poder no Poder Executivo e facilitou-lhe a realização das reformas com um senso de urgência não observado nos demais países (PANIZZA, 2009).

No Uruguai, as reformas tiveram como objetivo central abrir a economia para o investimento estrangeiro. Por conta disso, elas tiveram um nítido componente fiscal, que foi apresentado como uma estratégia gradual de modernizar o estado, além de

trazerem a promessa de tornar o produto uruguaio mais atrativo no âmbito do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) (PHILIP; PANIZZA, 2005). Elas também foram acompanhadas por mudanças na burocracia, que visavam a modernização e racionalização da estrutura administrativa (PHILIP; PANIZZA, 2005).

Sob coordenação de Eduardo Frei Ruiz-Tagle (1994-2000), o Chile fez uma abertura negociada dos mercados. Foi nesse período que se iniciaram as negociações com a União Europeia, que se reverteram no aumento do PIB e na criação de novos postos de trabalho (ARELANO, 2005). O país também privatizou os portos e as empresas públicas de tratamento da água, além de impor rígidas regras sob o funcionalismo público, que passou a receber de acordo com a sua produtividade. Diversos setores da sociedade civil, principalmente vinculados aos sindicatos, se opuseram às reformas, mas não conseguiram pressionar os parlamentares para compor maioria no Congresso Nacional (ARELANO, 2005).

As reformas nos quatro países ganharam o apoio de importantes setores da economia, aumentando a autoridade presidencial e propiciando a formação de novas alianças políticas. O fim da hiperinflação e a restauração do crescimento econômico legitimou governos reformistas, que se consolidaram como solucionadores dos problemas mais urgentes do período. Foram diversos os setores que se beneficiaram das medidas: a classe média usufruiu da liberalização do crédito para o consumo de bens importados, além de oportunidades de trabalho bem remunerados nas multinacionais (TEDESCO, 1999). Os perdedores potenciais das reformas foram compensados por novas oportunidades econômicas em outros setores, bem como prestando serviços bem remunerados ao Estado. A constelação de fatores também neutralizou temporariamente os protestos e forças de oposição (TEDESCO, 1999).

Contudo, tal contexto começou a se modificar na segunda metade dos anos 90. Por influência dos Estados Unidos, o México sempre foi considerado um modelo para as instituições financeiras internacionais e um destino atrativo para o capital estrangeiro (PANIZZA, 2009). Contudo, em 1994, o país se viu em meio a uma crise que ficou popularmente conhecida como Crise da Tequila. Isso ocorreu porque esgotaram-se as reservas internacionais do país e, desconfiados, os investidores estrangeiros decidiram deixá-lo (SPRINGER; MOLINA, 1995). O peso desvalorizou-se e o governo não conseguiu reverter os efeitos da crise que se avizinhava. O FMI e o BM, em um primeiro momento, afirmaram que não iriam financiar o fundo mexicano, deixando o país sem alternativas para reverter a crise. Após um mês de alta

instabilidade, eles liberaram um pacote, do qual 20 bilhões de dólares foi dado pelo governo norte-americano através de seu Fundo de Estabilização Estrangeira (US Exchange Stabilization Fund - ESF) (PANIZZA, 2009). A desvalorização da moeda mexicana afastou os investidores estrangeiros, mas o auxílio internacional fez que o país se recuperasse rapidamente. No contexto sul-americano, somente a Argentina foi afetada pela crise mexicana (CANO, 1999). O PIB argentino caiu 4,6% em 1995 e cresceu apenas 4,4% em 1996 (IADB, 1997). Os efeitos deletérios da crise foram parcialmente cobertos pela entrada de capital estrangeiro e pelas privatizações, que foram facilitadas pelo aumento da oferta de crédito internacional (KOSACOFF, 2010). A rápida recuperação foi tida como uma evidência da força da economia, levando o governo Menem à reeleição em 1995. A crise mexicana, contudo, deu os primeiros sinais da fragilidade do processo de modernização latino-americano, dado que muitos países atingiram estabilidade macroeconômica contando com o fluxo de capital estrangeiro, que tende a produzir curtos ciclos de crescimento seguido por outros períodos de contrações que sobrecarregaram sobretudo as populações mais carentes (WIARDA, 1995).

No ano de 1997, houve um colapso econômico em diversos países asiáticos, que levantou severos receios de um comprometimento global. Os efeitos da crise adentraram o ano de 1998, quando a Confederação Russa declarou a moratória de seus gastos públicos e a desvalorização de sua moeda (SANTOS, 2018). A crise afetou a região mais seriamente do que a crise mexicana. Os investidores perderam a confiança nos mercados emergentes, e houve uma significativa fuga de capitais nos quatro países analisados. Entre 1998 e 2003, a economia entrou em um novo ciclo de volatilidade, baixo crescimento econômico e de ineficiência no combate à pobreza (PANIZZA, 2009).

Ainda que tenham se reelegido Fernando Henrique Cardoso no Brasil, Carlos Menen na Argentina, e Jorge Batlle – um defensor das reformas pró-mercado no Uruguai - foram necessárias diversas medidas para proteção da moeda nacional que não necessariamente contiveram as manifestações populares (PANIZZA, 2009). A Argentina, que mergulhou em uma crise em 1999, se viu obrigada a promover renegociações de sua dívida com as instituições financeiras internacionais para acessar novos créditos, às expensas de medidas antipopulares. Em novembro de 2001, foi decretado o congelamento dos depósitos bancários (*corralito*), como medida para conter a fuga de capitais. Durante esse período, a classe média se proletarizou,

enquanto servidores públicos e pensionistas sofreram cortes em seus rendimentos para contemplar as exigências do FMI (SANTOS, 2018). Os servidores eram pagos com títulos públicos (os famosos *patacones*), o que gerou redução salarial e confusão monetária. Apesar de todas as medidas, em dezembro de 2001 o FMI anunciou que não socorreria mais o país, já que o governo cumpria seus compromissos de forma insuficiente (SANTOS, 2018). A atitude governamental incitou maiores protestos populares, que foram violentamente reprimidos pelo Estado e que geraram a perda de 39 vidas e inúmeros feridos. O Presidente Fernando de La Rua renunciou e escapou do Palácio Presidencial (GAMBINA, 2017).

A instabilidade econômica argentina repercutiu no Uruguai. Além do adoecimento do gado para exportação por focos de febre aftosa em 2001, houve uma acelerada corrida para o saque de fundos bancários no primeiro semestre de 2002. No período, quase metade dos depósitos foram retirados, cabendo ao Estado socorrer as principais instituições financeiras do país. Houve uma supervalorização do dólar, que conduziu diversos uruguaios (que firmavam seus compromissos financeiros em dólar) ao endividamento e ao desemprego. Os índices de pessoas sem trabalho no período atingiram 17% da população ativa, um dos maiores índices da década. A desigualdade entre ricos e pobres agudizou-se, comprometendo a qualidade de vida de significativas parcelas da população.

A crise argentina antecipou e denunciou que uma mudança estava em curso na região. Ela modificou os rumos do desenvolvimento e questionou, de forma derradeira, as políticas do Consenso de Washington.

2.1.3. Os custos sociais das reformas

O período de esperança no início do processo de democratização da América Latina, acompanhado da adoção de reformas que contaram com certo apoio popular, se mostrou frágil no tempo. Em 1996, 61% da população dos quatro países analisados declarou-se apoiadora da democracia em detrimento de qualquer outra forma de governo, mas somente 27% dos cidadãos latino-americanos estavam satisfeitos com a forma como ela funcionava em seus países (LATINOBARÔMETRO, 1996). A desilusão com o regime democrático demonstrou que o processo de ajuste econômico e os deslocamentos que houve na estrutura estatal mostrou-se particularmente doloroso para alguns setores da população (PANIZZA, 2004).

A ideia de democracia defendida na década de 80 foi substituída pelo controle

de agências econômicas, particularmente os Bancos Centrais e os departamentos de financiamento estatal. No topo do decisionismo, constava uma elite tecnocrata que intervinha a partir de consultorias privadas e por meio da representação das instituições financeiras internacionais (PANIZZA, 2004). Em diversos países da região, principalmente na Argentina, Brasil e Uruguai, as reformas da administração pública despolitizaram a sociedade civil e introduziram novas formas de gerenciamento estatal (PHILIP; PANIZZA, 2005).

Segundo relatório realizado pela ECLAC, a primeira metade da década de 90 trouxe importantes avanços em termos de estabilidade macroeconômica, inserção no mercado internacional e integração regional (ECLAC, 2002). Ainda que se tenha tido redução na pobreza em termos relativos (ela reduziu de 41% para 39% da população entre 1990 e 1994), ela aumentou em termos absolutos e atingiu marcas nunca alcançadas. Enquanto 16% das famílias viviam abaixo da linha de pobreza em 1980, esse número subiu para 18% em 1990 (OCAMPO, 1998). A inequidade foi o fator que mais contribuiu para a falta de progresso na redução da pobreza. O impacto das reformas de livre mercado foi mais indireto que direto, na medida que o processo de globalização se volta a inserção da mão de obra qualificada e desconsidera os grandes contingentes populacionais tolhidos de oportunidades educacionais adequadas (OCAMPO, 1998). O crescimento econômico criou poucas vagas de trabalho, e a maioria delas eram voltadas para o setor informal. A cada 100 vagas criadas entre 1990 e 1995, 84 não eram formalizadas. Da população economicamente ativa, 56% dela era informal. Isso repercutiu nos índices de produtividade, na efetivação dos direitos trabalhistas e nas condições de vida da população (OCAMPO, 1998). A inequidade econômica exacerbou as divisões sociais, atingindo principalmente as parcelas populacionais negras, feminina, famílias lideradas exclusivamente por mulheres e indígenas. O modelo de exclusão perpetrou índices de baixa oportunidade educacional, altos índices de desemprego e a presença exacerbada em setores de baixa remuneração, como a agricultura (PANIZZA, 2009).

A ampliação nas oportunidades de viagens e de comunicação expôs a população regional a uma relação simbólica próxima, mas materialmente distante do mundo do consumo de bens luxuosos e de estilos de vida influentes. O contraste entre as condições de uma minoria rica e de uma maioria tolhida dos direitos humanos mais básicos aprofundou os sentimentos de privações (PANIZZA, 2009). A população mais jovem foi particularmente exposta a esse tipo de mensagem, inacessível a maioria

deles.

Segundo Roberts (2002), as duas décadas de democratização política e de crise econômica ampliaram as desigualdades sociais e as diferenças de classes sociais repercutiram na arena política. A classe trabalhadora se viu enfraquecida não só pelas transformações irruptivas na organização do mercado de trabalho, como também pelos padrões de organização social que acentuaram inequidades e que tolheram possibilidades de transformações. A sociedade nos anos 90 era formada por um reduzido setor formal razoavelmente remunerado, enquanto houve uma significativa ampliação no setor informal mal remunerado (PORTES; HOFFMAN, 2003). A politização e a mobilização de setores de classes se tornaram mais dificultoso por conta da fragmentação do mercado de trabalho, pela desindustrialização, pela privatização e pelos cortes no investimento público (PORTES; HOFFMAN, 2003).

Ao fim dos anos 1990, o baixo crescimento econômico significou que o número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza foi maior do que no começo da década (ECLAC, 2002). O emprego e o subemprego atingiram um vasto número de famílias, que não tiveram acesso à seguridade social e outros benefícios da economia formal. As reformas não geraram o crescimento necessário para a emergência de sociedades mais prosperas e iguais, conforme haviam prometido (PANIZZA, 2004). Em verdade, o número de sujeitos excluídos aumentou significativamente, ao passo que o Estado foi reduzido ao mínimo e não mais conseguiu atender as demandas crescentes. É nesse contexto de descontentamento e decepção, que o modelo democrático da década de 90 chegou ao seu esgotamento e abriu lugar para novas construções discursivas, dessa vez dominadas por partidos e lideranças alinhados com a ideologia de esquerda (PANIZZA, 2009).

2.2. Mudanças de paradigmas? A política econômica dos governos de esquerda no boom dos commodities

Ao longo da década de 90, firmou-se o entendimento de que o enfraquecimento do setor popular tinha poucas condições de oferecer resistência à hegemonia do Consenso de Washington e aos governos de centro-direita. As lideranças e partidos de esquerda haviam se tornado forças periféricas na região (ECHEGARAY, 2006). Em decorrência do processo de descentralização política, elas atuavam mais em nível local, incorporando em sua gramática novos elementos culturais, ideológicos e organizacionais do movimento antiglobalização (NACIONAL; GRIER, 2013). A

resistência às reformas de livre mercado emergiu por meio de novos movimentos sociais, como os *piqueteros* na Argentina, que organizaram a população pobre afetada pela crise e desassistida de políticas sociais (HAGGARD, KAUFMANN, 2013).

Os movimentos sociais recém criados mesclaram-se com outros tradicionais na região, principalmente no final da década de 1990 e início dos anos 2000 (SILVA, 2000). Eles foram essenciais para restaurar o elemento combativo das esquerdas, auxiliando em seu sucesso eleitoral (MOTTA, 2006). Nesse período, importantes partidos – como o PT no Brasil, FA no Uruguai e o PJ na Argentina – se consolidaram e ganharam força institucional, inclusive assumindo os governos municipais de grandes cidades como Buenos Aires, Montevideo e centenas de cidades no Brasil. Isso os auxiliou a confrontar seus próprios mitos e testar políticas alternativas em nível local (PANIZZA, 2004).

O espaço político adquirido foi utilizado para fazer severas críticas à política neoliberal implementada pelos governos federais (NACIONAL; GRIER, 2013). Quando as eleições ocorreram em um contexto de péssima performance econômica, os defensores de tal modelo tenderam a ser punidos independente da orientação política geral do povo. Segundo Panizza (2009), não é uma coincidência que a ascensão da esquerda coincidiu com “meia década perdida” de crescimento negativo e aumento da pobreza. Isso abriu uma janela de oportunidades para candidatos de esquerda, que conseguiram unificar demandas populares por mudança junto a programas para o desenvolvimento nacional. Eles também foram exitosos em construir no neoliberalismo e nas políticas econômicas domésticas e internacionais um inimigo a ser severamente combatido (NACIONAL; GRIER, 2013).

A vitória de Hugo Chávez na Venezuela, seguida por diversas outras lideranças na América Latina, deu início a um período no qual o sistema político da região se alinhou aos ideais sociais-democráticos de promoção de políticas públicas para redução da desigualdade social e desenvolvimento humano (HAGGARD, KAUFMANN, 2013). Tais ideias se propagaram em um contexto no qual a ideia democrática, depois de submetida ao rigoroso teste das crises dos anos 90, se mostrou consolidada e as identidades políticas se fragmentaram em amplas e complexas demandas por inclusão social, especialmente após as diversas transformações no papel do Estado causado pelas reformas neoliberais (HAGGARD, KAUFMANN, 2013). Inserido nesse contexto, o desafio dos governos constituiu-se na acomodação dos conflitos que se deram entre aqueles que se beneficiaram com as

reformas de livre mercado e aqueles que foram substancialmente afetados por elas.

Nesse sentido, o objetivo deste subcapítulo é compreender quais são os limites e os avanços dos governos de esquerda em promover um modelo de crescimento mais equitativo, reajustando a balança democrática para atender aos interesses de diversos atores sociais. Para tanto, a primeira parte do texto tratará das escolhas políticas possíveis, ao passo que a segunda parte falará sobre como os governos progressistas dos quatro países analisados lidaram com o período de bonança econômica.

2.2.1. Constrangimentos e escolhas políticas: o contexto discursivo regional nos primeiros anos de governo progressista

As decisões que os governos tomam – para além do contexto discursivo que lhes impõem limitações e constrangimentos – também são orientadas pelas escolhas e pelos cálculos estratégicos (PANIZZA, 2008). Esse conjunto de fatores não são imutáveis e são definidos e redefinidos pelas escolhas estratégicas que lhes servem como guia (PANIZZA, 2008). Isso significa que, para além de fatores externos que impactam nas políticas (como o preço dos commodities e a força do mercado interno), há um vasto campo de alternativas possíveis. A discricionariedade também inclui as adesões a visões alternativas em relação ao desenvolvimento econômico. Por certo, os governos ascenderam ao poder com um diagnóstico sobre as razões que levaram à falha do neoliberalismo e com uma série de princípios que poderiam ser seguidos em contraposição à ortodoxia que caracterizou a década de 90 (FLORES-MACÍAS, 2012). Contudo, elas não se traduziram em modelos econômicos alternativos em nenhuma das experiências analisadas (PANIZZA, 2009).

Já em 2003, imediatamente após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, os governos brasileiro e argentino publicaram um documento chamado “O Consenso de Buenos Aires”[4] com o objetivo de fixar alternativas políticas e econômicas para o Cone Sul. Os governos comprometeram-se com o desenvolvimento sustentável e a distribuição equitativa de seus benefícios, em gerar emprego e renda para além de assistência social paliativa, com o fortalecimento das instituições estatais, com a profissionalização da administração pública e com a criação de condições favoráveis

[4] LEIA a íntegra do Consenso de Buenos Aires. Folha de São Paulo, São Paulo, n° 27.223, out. de 2003. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u54487.shtml. Acesso em: 14 jul. 2020.

para os negócios do investimento produtivo (CONSENSO DE BUENOS AIRES, 2003). O documento também demonstrou o compromisso das duas administrações com a educação como ferramenta de inclusão social, com a integração regional e com o cumprimento de acordos internacionais que visavam a proteção do meio ambiente. Apesar da carta de boas intenções, os países falharam em implementá-las e em desenvolver conjuntamente um modelo alternativo de desenvolvimento (PANIZZA, 2009).

Conforme Bresser Pereira (2007), modelos econômicos alternativos são difíceis de conceber e ainda mais de implementar. Os acordos e pronunciamentos compartilhados entre os países do Cone Sul são significativos das crenças em comum entre os governantes, mas não necessariamente indicaram como elas devem ser traduzidas em práticas políticas (FLORES-MACÍAS, 2012). O neodesenvolvimentismo – doutrina que caracteriza os governos de esquerda no início do século XXI – critica o desenvolvimentismo tradicional por ter calcado sua estratégia de protecionismo indiscriminado e por seu baixo comprometimento com o equilíbrio fiscal, ao passo que também ataca a ortodoxia neoliberal por sua abertura prematura ao capital estrangeiro, liberalização incondicional dos negócios e suas estratégias para conter a inflação (DAVIS, 2004). Por outro lado, ele compartilha com o desenvolvimentismo tradicional a crença no investimento estatal, mas enfatiza que o investimento deveria ser seletivo e primar pelo controle de gastos (MACHADO; SAMPAIO JUNIOR, 2012). Com a ortodoxia neoliberal, ele compartilha do gosto por um modelo de crescimento orientado para a exportação e da crença na importância da estabilidade macroeconômica, embora ele defenda que a abertura econômica deveria ser baseada na negociação e em concessões recíprocas. A política macroeconômica deveria almejar mais do que o controle inflacionário, mirando uma balança de pagamento estável e uma taxa de câmbio favorável às exportações de manufaturados, além de garantir altos índices de emprego (MOLLO, SAAD FILHO, 2006). Como política inicial de governo, dever-se-ia focar no controle dos ativos estrangeiros através da ampliação do poder regulatório dos Bancos Centrais, na implementação de uma nova política industrial voltada para os produtos de alto valor agregado e em reformas tributárias que deveriam aumentar as contribuições e promover distribuição de renda (BRESSER PEREIRA, 2007)

Apesar do receituário comum, não é possível sintetizar em uma ideia simples as visões de desenvolvimento dos quatro governos. As diferentes políticas

econômicas adotadas revelam que os contextos locais interferem em muito nas possibilidades e constrangimentos impostos (FLORES-MACÍAS, 2012). É fato que os quatro países compartilhavam uma realidade de alta dependência da exportação dos commodities, que se via ameaçada pela emergência das economias chinesa e indiana no mundo globalizado (ABUGATTAS; PAUS, 2007). Porém, cada governo deveria lidar com suas realidades domésticas, que variavam em relação aos déficits em relação à infraestrutura, capital humano e tecnologia, além do legado indesejável das reformas de livre mercado no crescimento econômico, aumento da pobreza e na inequidade (MORENO-BRID; PAUNOVIC, 2008).

Sem desprezar o papel do Estado para indução do desenvolvimento econômico, tem-se que os governos são dependentes do setor privado para geração de empregos e para novos investimentos (SKINNER; TORRAS, 2006). Por conta disso, em certa medida eles estavam condicionados aos interesses do empresariado local e multinacional, que se traduzia em pressões políticas diretas e indiretas para adoção de medidas que favorecessem a inciativa privada, que incluíam desde isenções fiscais até investimentos em infraestrutura para instalação de novas fábricas (FLORES-MACÍAS, 2012).

Outro constrangimento relevante dizia respeito à necessidade de os governos formarem coalizões políticas com parlamentares de centro ou centro direita, dado que a esquerda não compôs a maioria em nenhum governo nas primeiras eleições dos anos 2000 (LUNA; FILGUEIRA, 2009). A balança entre os interesses dos grupos apoiadores da esquerda – como lideranças sindicais e movimentos ruralistas – contrastava com a necessidade de os governos cederem para garantir a governabilidade (REMMER, 2012). O modelo de Estado intervencionista desenhado pela esquerda viu-se condicionado e moldado pelas tradicionais forças políticas da direita, que reduziram a capacidade de implementar políticas sociais de forma eficiente (PANIZZA, 2009). Isso gerou uma série de desgastes, que comprometeram o delicado equilíbrio de forças que sustavam o modelo de desenvolvimento na região.

Os governos conseguiram atingir um satisfatório desempenho na acomodação dos interesses – que cominou em uma onda de reeleições e vitórias eleitorais na esquerda da região – muito em conta do boom dos commodities. A região experimentou alto crescimento econômico, aumento no número de empregos e uma significativa redução na pobreza (LUNA; FILGUEIRA, 2009). A Argentina, o Brasil e o Uruguai conseguiram cumprir integralmente com suas obrigações junto ao Fundo

Monetário Internacional, aumentando suas margens de autonomia nacional e ampliando os recursos disponíveis para o investimento público (ECLAC, 2008). Se isso contribuiu para aumentar o prestígio internacional do Cone Sul, também foi um fator determinante para que cada país se voltasse a sua realidade e buscasse as melhores formas para conciliar seus interesses e promover o desenvolvimento (REMMER, 2012). Em certa medida, tal atitude restringiu o projeto inicial encabeçado por Brasil e Argentina de um desenvolvimento cooperativo e regional, comprometendo em definitivo o projeto de um novo modelo que rompesse com as estruturas anteriores (REMMER, 2012).

2.2.2. Políticas econômicas em um cenário econômico favorável: diferentes escolhas

Conforme visto no tópico anterior, ainda que os países estejam inseridos em um contexto internacional comum, diversas variáveis internas influenciaram e condicionaram a escolha das políticas econômicas adotadas no período. Quando se debruça-se sobre os quatro casos analisados, verifica-se que eles se subdividem em dois blocos distintos: o Chile, Uruguai e Brasil adotaram políticas mais alinhadas com o neoliberalismo, enquanto a Argentina rompeu de forma mais radical com tais princípios. Dessa forma, esse subcapítulo está dividido em duas partes: a primeira visa analisar o contexto e políticas chilena, uruguaia e brasileira, ao passo que a segunda versa sobre a Argentina.

Acomodação sem conflito: a experiência brasileira, chilena e uruguaia

As lideranças progressistas brasileira, uruguaia e chilena ascenderam ao poder em um contexto discursivo altamente polarizado: de um lado, havia um gigantesco contingente populacional que sofria com os efeitos negativos das escolhas políticas tomadas ao longo da década de 90 e, de outro, havia os poderosos interesses dos grupos que se consolidaram com as reformas neoliberais. Sem realizar uma ruptura com esses últimos – que viram grande parte de seus interesses serem atendidos e seus lucros aumentarem significativamente – os governos progressistas fizeram uso de um contexto internacional favorável para a ampliação de reformas sociais relevantes (LUNA; FILGUEIRA, 2009). A partir de 2003, com a expansão econômica da China e dos Estados Unidos, a economia mundial voltou a apresentar índices de crescimento positivos. Isso fez com que os dois países buscassem na América Latina

matéria-prima para sua indústria, tornando a região atrativa para o mercado financeiro e especulativo (PANIZZA, 2009).

Exemplificativo da tensão que tomou conta do mercado na região é a campanha e eleição do candidato petista Luiz Inácio Lula da Silva em 2003. Ainda na campanha presidencial em 2002, o PT apresentou um programa econômico alinhado às políticas econômicas favoráveis ao mercado e com projetos de inclusão social através de políticas públicas (OCAMPO, 2017). A moderação econômica, que apareceu de forma inédita nas campanhas do partido, foi adotada em decorrência de diversos constrangimentos estruturais, cálculos estratégicos e aprendizados acumulados durante a década de 90 (PANIZZA, 2009). Isso não foi suficiente para acalmar os mercados, que retiraram seus capitais do país assim que saiu o resultado eleitoral (PANIZZA, 2009). O então presidente eleito, antes mesmo de assumir seu cargo, buscou minimizar os efeitos da instabilidade publicando uma “Carta ao Povo Brasileiro”, comprometendo-se a cumprir com a política macroeconômica adotada durante os governos de Fernando Henrique Cardoso. Como consequência, o partido teve de adotar significativos elementos do programa que havia denunciado, nos anos anteriores, como injusto (LUNA; FILGUEIRA, 2009). O dilema era claro: como atrair a confiança dos mercados sem trair o desejo das pessoas que votaram no partido, considerando que a o apoio da opinião pública é fundamental para a formação de coalizões políticas no legislativo (PANIZZA, 2009).

Honrando com seus compromissos de campanha, o governo do Presidente Lula seguiu uma política macroeconômica de austeridade fiscal, que foi mais ortodoxo do que aqueles adotados pelas administrações anteriores (PAIVA, 2006). Isso contribuiu para a manutenção de uma inflação baixa e uma balança comercial favorável, mas teve um impacto negativo no crescimento, emprego e investimento, particularmente em 2003 e no começo de 2004 (ARMAN; BAER, 2008). Por certo, a política macroeconômica não adotou todas as diretrizes do governo Fernando Henrique Cardoso. O governo foi mais circunspecto na adoção das reformas estruturais neoliberais. A única reestruturação circunstancial que ocorreu no primeiro governo foi a reforma previdenciária, que adotou diversos princípios da direita e que colocou o governo em conflito com membros de seu próprio partido, com os servidores públicos e com a base de apoio que foi negativamente afetada (MENDONÇA, 2010). Outros aspectos da política econômica foram mais próximos aos valores tradicionais do PT, como, por exemplo, a inexistência de privatizações e o bloqueio da proposta

de uma zona de livre comércio nas Américas em favor de uma integração regional exclusiva do Cone Sul (ABELES; VALDECANTOS, 2017).

A ortodoxia petista surpreendeu muitos observadores e decepcionou lideranças de esquerda que esperavam por atitudes mais radicais (ARDITI, 2008). As justificativas para a moderação variam desde os constrangimentos impostos pelos mercados até a negativa de que os programas adotados eram, de fato, neoliberais. As políticas contraditórias do primeiro ano de governo reduziram o crescimento do PIB em 0,54% em 2003. Tal índice foi o mais baixo entre as economias emergentes e inferior à média nacional (ECLAC, 2008). A intervenção do Estado foi baixa no período, apesar de o país estar entrando em um momento de maior estabilidade econômica em decorrência do aumento do valor dos commodities, principalmente o petróleo e insumos agrícolas (PANIZZA, 2009).

O Uruguai, que foi governado por mais de 150 anos por partidos de direita, rompeu com as tradições ao eleger o candidato da FA Tabaré Vázquez como Presidente da República em 2005. Os movimentos sociais e populares viram na inovação o começo de um novo ciclo, que não necessariamente se desenvolveu nos termos em que esses tinham idealizado. O mandato popular implicou em mudanças estruturais, mas sem maiores protagonismos populares nas decisões do governo (PANIZZA, 2009). A valorização dos commodities também foi fundamental para o fortalecimento da economia, que viu a exportação de bens quadruplicar no período entre 2004 e 2013, principalmente por conta de sua parceria comercial com a China (JENKINS, 2013). Assim como o governo petista, a receita adotada pelo governo foi a implementação de políticas de redistribuição de renda sem arriscar as condições de estabilidade econômica (ABELES; VALDECANTOS, 2017). Nos primeiros 30 dias do governo Tabaré Vázquez, o então Ministro da Economia e Finanças Danilo Astori assinou uma carta destinada ao FMI, na qual assegurava o comprometimento do governo em dar continuidade às políticas macroeconômicas neoliberais (CENTENO; FERRARO, 2017). Isso se traduziu na introdução de uma série de medidas ainda nos três primeiros anos de governo, incluindo a Reforma Tributária e a discussão da legislação em matéria de saúde e equidade social (ABELES; VALDECANTOS, 2017).

Durante o primeiro governo da FA, houve melhorias no poder aquisitivo dos trabalhadores (o salário real aumentou 36,6% entre 2005 e 2012) e redução no desemprego (de 16% em 2004 a 6,4% em 2012). Isso contribuiu para a ampliação do movimento sindical, que multiplicou por três a quantidade de filiados no período,

inclusive entre os setores de difícil vinculação. Em 2003, havia 110.000 filiados, ao passo que em 2013 eram 353.000 (NAHOUM, 2013). Isso ampliou o poder de barganha das organizações na efetivação dos direitos trabalhistas. O governo também criou a Agência Nacional de Habitação (em espanhol, Agencia Nacional de Vivienda - ANV), que foi mais ativa no segundo governo da FA. Considerando a questão uma emergência nacional, foi desenvolvido um plano de impacto socioambiental, cuja execução foi atribuída à iniciativa privada, garantido benefícios e isenções fiscais (NAHOUM, 2013).

O Partido Socialista do Chile, sob liderança de Ricardo Lagos, foi submetido a menores constrangimentos porque já estava consolidada a necessidade de se manter o modelo de liberalização econômica iniciada na década de 70 (RAY; GALLAGHER, 2017). Contudo, diferente da década de 90, os governos progressistas ampliaram o papel do Estado na economia, conferindo-lhe maiores poderes regulatórios e ampliando os gastos sociais direcionados aos setores mais pobres da sociedade (RAY, GALLAGHER, 2017).Assim como nos casos brasileiro e uruguaio, os governos progressistas no Chile não fizeram nenhuma mudança significativa na matriz econômica. Eles priorizaram a estabilidade macroeconômica e fiscal, compreendida como um requisito para atrair investimentos e garantir a competitividade econômica.

O governo Lagos lançou em 2000 a regra fiscal estrutural, que estabelece um superávit fiscal de um 1% do PIB em pequeno e médio prazo. Dessa forma, ele conseguiu desenvolver uma política fiscal contracíclica, aumentando a credibilidade do país e a trazendo maior estabilidade ao investimento externo (MUÑOZ GOMA, 2007). Em 2007, sob comando de Bachelet, tal política foi revista e o valor foi reduzido para 0,5% do PIB. Isso se justificou porque o país vivia uma valorização do cobre, de tal sorte que o valor anterior comprometeria significativa parcela do orçamento chileno que poderia ser utilizado em outras frentes (ZIBECHI, 2013).

Os gastos sociais foram instrumentalizados por meio de políticas sociais relevantes nos três governos analisados. No caso brasileiro, o programa mais importante do Presidente Lula foi o Bolsa Família (HALL, 2006). A historiografia do Bolsa Família é ilustrativa da estratégia adotada e adaptada do governo anterior. O programa surgiu na década de 1990 para garantir a transferência de renda, como condição imposta pelas instituições financeiras internacionais para aliviar os custos sociais das reformas de livre mercado (PANIZZA, 2009). A ampliação da desigualdade social na região fez com que tais programas se tornassem políticas permanentes,

visando a inclusão dos pobres pelo mínimo consumo (PANIZZA, 2009). Durante o primeiro mandato do Presidente Lula, foi desenvolvido o Programa Fome Zero que, mais tarde, foi incluído com outros quatro programas sociais implementados ao longo dos governos de Fernando Henrique Cardoso e passou a denominar-se Bolsa Família. O programa transfere renda mensal às famílias carentes, impondo como condição que as crianças se mantenham na escola e tenham acompanhamento médico periódico (AMAN; BAER, 2008).

O governo uruguaio adotou, nos dois primeiros anos do ciclo progressista, o Plano de Atenção a Emergência Social (em espanhol, Plan de Atención Nacional a la Emergencia Social - PANES), que tomou medidas muito similares ao Programa Bolsa Família brasileiro, além de acompanhar a inserção dos jovens carentes no mercado de trabalho, assistir e capacitar os moradores de rua e desenvolver programas de inclusão cultural e alfabetização (PANIZZA; PHLIP, 2005). A esse programa, somou-se também o Plano de Equidade (em espanhol, Plan de Equidad), que promovia a articulação de atores sociais com o Estado por meio de mecanismos de participação, além de desenvolver as regiões de fronteira (PANIZZA, PHILIP, 2005). No ano de 2005, o governo criou o Ministério de Desenvolvimento Social (em espanhol, Ministerio de Desarrollo Social - MIDES), que tinha por finalidade gerir políticas compensatórias e assistenciais. Por meio delas, o número de pessoas vivendo em situação de extrema-pobreza caiu de 4% em 2005 a 0,5% em 2012 (SANTOS et al, 2013) e em pobreza reduziu de 36% em 2005 para 13% em 2012 (MELAZZI, 2013). É importante destacar que, embora o governo tenha incluído importantes segmentos da população pelo consumo, as políticas não foram capazes de redistribuir a renda, falhando em uma das suas principais promessas de campanha.

No Chile, apesar da orientação neoliberal dominante, os governos progressistas investiram 67,3% dos gastos totais em investimentos sociais entre 2001 e 2007 (CENTENO; FERRARO, 2017). No governo de Ricardo Lagos, foram adotados dois programas importantes: o Plano Auge, que visava a garantia de saúde aos setores mais pobres da população e também educação obrigatória até os 12 anos; e o Plano Chile Solidário, que consistia em transferência de renda às famílias indigentes (LUNA, 2016). Eles visavam a construção de um sistema de proteção social orientado à suprir as necessidades de 225.000 famílias que viviam em situação de extrema pobreza. Eles foram implementados pelo Ministério de Planejamento e Cooperação (em espanhol, Ministerio de Planificación y Cooperación - MIDEPLAN) em parceria

com os municípios e com as próprias famílias. Uma vez selecionados, os núcleos assistidos firmaram um contrato com o Estado, no qual se comprometiam a superar os aspectos de maior precariedade, enquanto o Estado garantia uma série de medidas que envolviam o acesso à saúde, educação e trabalho (MELAZZI, 2013).

No governo Bachelet, foi criado um Programa de Pensões Solidárias, que englobava dois tipos de benefícios que se destinavam à população que não tinha nenhum ou um programa de pensão de baixo valor (LUNA, 2018). No ano de 2006, Bachelet convocou um Conselho para pensar políticas voltados para um grupo de trabalhadores independentes, em sua maioria mulheres de baixa qualificação. Eles apresentaram diversas medidas para aumentar a cobertura do sistema previdenciário, para melhorar a competência da Administração, ao mesmo tempo que se desenhou um pilar solidário contributivo. De acordo com dados oficiais, essas transformações beneficiaram 60% da população que ingressou no mercado de trabalho, ao mesmo tempo que auxiliou pessoas com mais de 65 anos com dificuldades para atingir a aposentadoria (LUNA, 2018).

Ainda que alinhados a uma orientação ideológica de esquerda, os programas de redistribuição de renda às populações carentes faziam parte das recomendações das instituições financeiras internacionais para a região, e não iam em desencontro com as expectativas do mercado global. Segundo Stolowicz (2011), elas buscavam uma reestruturação social que servisse de substrato para gerar consensos em torno do capitalismo e da defesa do liberalismo. Tal pacto não foi quebrado nem mesmo na crise iniciada no ano de 2007 no setor imobiliário norte-americano e que tomou proporções globais catastróficas no ano de 2008. A manutenção do crescimento das economias chinesa, russa e indiana manteve altos os preços dos commodities e sustentaram as políticas no período (CENTENO; FERRARO, 2017).

A estabilidade que tal movimento gerou propiciou que os países, principalmente o Brasil, ampliassem a intervenção do Estado na política econômica. No segundo mandato de Lula, combinou-se a manutenção da disciplina fiscal e o controle inflacionário, típicos da ortodoxia macroeconômica, com formas de intervenção estatal mais alinhadas com o pensamento neodesenvolvimentista (CENTENO, FERRARO, 2017). Simbólica dessa mudança foi a defesa do intervencionismo através de programas sociais que visavam modificações estruturais nas relações societárias (TAVOLARO; TAVOLARO, 2007). O carro-chefe dessa mudança no Brasil foi o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Lançado em 2007, o PAC foi um

programa de investimento público e privado em infraestrutura que visava o aumento do crescimento nacional (ABELES; VALDECANTOS, 2017). O governo também promoveu uma política industrial através de subsídios do Banco Nacional de Desenvolvimento. O Chile e o Uruguai possuem uma estrutura produtiva pouco diversificada, sendo que o principal objetivo dos governos no período foi a consolidação de um ambiente institucional estável para atrair capital e incentivar a competitividade (SANTOS, 2018). No Chile, os governos Lagos e Bachelet implementaram numeroso instrumentos e políticas de apoio ao desenvolvimento produtivo. Em termos gerais, focou-se em estimular a produtividade de setores mais ameaçados pelo neoliberalismo, como pequenas e médias empresas (MUÑOZ GOMA, 2007). Os recursos destinados em 2001 foram de aproximadamente 1 milhão de dólares, que representa 1,3% do PIB chileno (SILVA; SANDOVAL, 2005). No Uruguai, os governos da FA implementaram projetos que visavam o desenvolvimento e aumento da competividade através da formação de conglomerados produtivos. Eles também impulsionaram o investimento nacional e estrangeiros mediante incentivos legais, como a Lei de Proteção ao Investimento e às Zonas Francas (MELAZZI, 2013).

As políticas devem ser analisadas tendo-se em conta que as escolhas governamentais não são somente influenciadas pelo aprendizado político, como também pelo peso dos interesses afetados por ela. As alternativas políticas disponíveis para os governos eram amplas, porém sua implementação requeria confrontos com “o mercado” e a imposição de custos a grupos sociais específicos, especialmente aqueles que ganharam mais nas reformas neoliberais (MOLLO, SAAD FILHO, 2006). Nesse sentido, eles tiveram dificuldades em contrariar interesses poderosos, particularmente daqueles vinculados ao setor financeiro (MOLLO, SAAD FILHO, 2006). O contexto econômico favorável, ocasionado pelo boom dos commodities, propiciou a continuidade de certas políticas neoliberais junto da consolidação do programa de distribuição de renda, evitando que o governo tivesse que selecionar quais seriam os setores beneficiados por suas políticas (AMAM, BAER, 2008). Contudo, ainda que duradouro, tal pacto terminou com a crise dos commodities.

O retorno do Estado: a experiência argentina

No contexto argentino, as políticas econômicas adotadas pelos governos Kirchner tiveram um viés mais politizado, que incluiu o questionamento da neutralidade das instituições. Nesse sentido, os governos se aproximaram mais da

política confrontadora adotada pelo Equador e pela Venezuela do que a moderação brasileira, chilena e uruguaia. Isso se deu também pelos efeitos nefastos que a crise de 2001 gerou na sociedade argentina, que conduziu mais da metade da população para a pobreza (PANIZZA, 2009).

O governo de Fernando de La Rúa foi interrompido pela incapacidade de responder de forma apropriada ao contexto da crise. O seu mandato foi finalizado por Eduardo Duhalde, que tomou importantes medidas em busca de maior estabilidade econômica. Ele determinou o fim da convertibilidade, o que permitiu que o governo conseguisse agir na política cambiária e fiscal para reduzir a inflação (SANTOS, 2018). Quando Néstor Kirchner assumiu a Presidência, em 2003, ele também tomou relevantes decisões para reconstruir a autoridade do Estado e redefinir a matriz sócio-política da Argentina sem a influência do neoliberalismo (SVAMPA, 2017). Enfrentando as limitações de não ter a maioria no Congresso e as críticas de seu próprio partido, Néstor conseguiu impulsionar uma retomada industrial motivada pelo aumento dos produtos importados e pela valorização das manufatureiras locais. Ele também priorizou as exportações primárias. Segundo Santos (2018), entre 2002 e 2007, a indústria do país cresceu 73,5% e o PIB subiu mais que 50%, em uma média anual de 8,5%. Isso se reverteu na redução do número de pessoas vivendo abaixo do nível da pobreza para 20,6% e diversos argentinos foram incorporadas ao mercado de trabalho.

A política e a economia foram combinadas a serviço de um projeto que visava fortalecer a autoridade do Estado e os poderes do Executivo Federal para implementação de uma estratégia que retomava os elementos da tradição argentina (PAUS, 2012). Construiu-se um corte antagônico com as Administrações dos anos 1990, tidas como desindustrializantes, corruptas, especulativas e sem comprometimento social (PAUS, 2012). Atribuindo aos militares a responsabilidade pela implementação do neoliberalismo, eles construíram uma linha política ininterrupta que incluiu o período ditatorial e os governos democráticos da década de 1980 e 1990 (PAUS, 2012). A demonização daquele período histórico permitiu aos Kirchner se colocarem como um projeto alternativo, fazendo referência aos movimentos nacionais-populares dos anos 1960 e 1970 (SLIPAK, 2007). Isso viabilizou que fossem reconstruídas as relações históricas entre o Partido Justicialista e os sindicatos e setores de negócios (SANTOS, 2018), bem como a cooptação do movimento *piqueteiro* e outras organizações sociais através de uma fusão de

financiamento e controle estatal (SANTOS, 2018).

No cenário econômico, o governo seguiu uma política de moeda fraca para estimular o crescimento através da competitividade nas exportações e substituição de importações (ABELES; VALDECANTOS, 2017). O produto mais importante para a exportação primária foi a soja, acompanhada de hidrocarbonetos e pela inédita exportação de minérios. No final dos anos 2010, o agronegócio ocupava 22 milhões de hectares sobre os 33 milhões de hectares cultiváveis no país, dos quais 90% estavam destinados a soja (PALMISANO, 2017). Ao mesmo tempo, o país investiu na expansão da mineração. Beneficiado com a segunda maior reserva mundial de gás xisto e a quarta de petróleo não convencional, esse setor cresceu 20.000% na primeira década deste século, figurando como importante setor nas exportações (ABELES; VALDECANTOS, 2017).

A renda extra foi taxada pelo governo e foi utilizada para manter uma balança fiscal favorável e para subsidiar as empresas públicas de serviços essenciais, que estavam com os preços congelados desde 2001 (RAY; GALLAGHER, 2017). Além disso, o dinheiro foi fundamental para o financiamento dos programas sociais e para a compra do apoio dos governos nas províncias. Diversas empresas estatais foram reestatizadas, sob o argumento de que elas contribuiriam para suplementar o mercado doméstico e evitar o retorno da inflação (SANTOS, 2018). Na prática, elas concentraram-se em empresas que apresentaram problemas, como as Aerolíneas Argentinas, os correios, a empresa de águas e a própria YPF. Enquanto isso, as companhias com maiores lucros permaneceram privadas, usufruindo de subsídios estatais (SANTOS, 2018).

A estratégia híbrida do governo de Néstor Kirchner – que envolvia ortodoxia fiscal, nacionalismo econômico e intervenção estatal – foram bem recebidas pela população (MORENO-BRID; GARRY, 2017). Depois de um cenário catastrófico na década de 1990, houve melhoria nos índices sociais e econômicos. Tal contexto local, aliado a existência de uma oposição dividida e fraca, conduziu facilmente à eleição de Cristina Kirchner em 2007 (MORENO-BRID; GARRY, 2017). Contudo, se os anos de 2003 a 2007 foram de amplo crescimento econômico, o primeiro governo de Cristina foi caracterizado pela desaceleração econômica e a intensificação das pressões inflacionárias. Por conta do retorno ao pagamento da dívida externa, no fim de 2008 o país já apresentava uma situação de considerável déficit fiscal (MORENO-BRID; GARRY, 2017).

Como alternativa, o governo buscou intensificar os gastos sociais como medida para manter o mercado interno aquecido. Porém, a estratégia empregada não foi suficiente para conter os efeitos da crise fiscal do Estado argentino (SANTOS, 2018). O governo teve de buscar fontes de renda alternativas, que recaíram sobre o setor do agronegócio por ele representar a maior força produtiva nacional (MEDEIROS, 2017). Tal proposta foi muito mal recebida pelo setor, que durante quatro meses organizou diversos protestos, que incluíam desde marchas até o bloqueio de estradas (SANTOS, 2018). O projeto de autoria presidencial foi aprovado na Câmara dos Deputados, mas empatou no Senado. Coube ao Vice-Presidente da República, Julio Cobos, dar o voto de minerva em favor dos ruralistas (MEDEIROS, 2017).

O conflito agrário foi sucedido por duas medidas sociais e complementares: a estatização do sistema previdenciário (A Administradora de de Fondos de Jubilaciones y Pensiones) e o projeto de assistência à famílias com crianças carentes Asignación Universal Por Hijo (KATZ, 2014). São duas políticas complementares porque, segundo Katz (2014), a estatização do sistema previdenciário colocou à disposição do Estado recursos utilizados no programa social. No plano fático, a implementação desses programas incrementou as pressões inflacionárias e desgastou a imagem do governo. A reeleição de Cristina Kirchner em 2012 se deu em contexto amplamente polarizado, no qual houveram diversos conflitos com a imposição e a imagem de Néstor Kirchner – falecido em 2010 – foi utilizada para reforçar a imagem da necessidade de se ter o Estado como construtor da nação (SVAMPA, 2017). O cenário de instabilidade sobre o futuro da economia argentina estava consolidado, principalmente porque o governo não foi capaz de atrair os níveis de investimento necessários para sustentar o crescimento econômico sustentável e a longo prazo (RAY; GALLAGHER, 2017).

Diferente dos outros três governos analisados, o casal Kirchner desenvolveu uma política econômica muito mais estatista e menos institucionalizada, com altos poderes concentrados no Executivo. Eles também entraram em conflito com poderosos atores nacionais e internacionais, promovendo um programa de desprivatizações de empresas e afrontando os princípios de responsabilidade fiscal e menor intervencionismo consolidados na década anterior. Em comum, os quatro países compartilham da dependência econômica da exportação de matéria-prima com baixo valor agregado, consolidando a condição de subserviência ao mercado externo. Eles também falharam no desenvolvimento de uma indústria de alta tecnologia, que

tornasse a região competitiva em relação aos países asiáticos. Em geral, o caso argentino é particular porque apresenta, ao menos no terreno discursivo, uma expressa rejeição ao neoliberalismo, que norteou as escolhas econômicas e políticas nesse período.

2.3. A crise dos commodities: uma ruptura no modelo de desenvolvimento

A crise de 2008 gerou um período de curta recessão em diversos países latino-americanos, especialmente no México. Isso se refletiu em uma recessão geral em 2009, que foi a pior experiência na região desde 1983. A recuperação foi intensa em 2010, embora não tenha se mantido nos anos seguintes: entre 2012 e 2013, as taxas de crescimento dos países reduziram uma média de 3% ao ano (CENTENO; FERRARO, 2017). Por conta disso, é mais correto falar de um “quinquênio latino-americano” do que de uma “década latino-americana”, dado que poucos países conseguiram crescer a taxas anuais superiores a 6% em um ano no período entre 2003-2013 (GRUGEL; RIGGIROZZI, 2018). No caso dos quatro países analisados, somente o Uruguai atingiu essa marca.

Para compreender as escolhas possíveis e o efeito da crise nas democracias, o subcapítulo será dividido em duas partes distintas. A primeira tem por finalidade compreender como se deu a crise, enquanto a segunda se debruça sobre os efeitos sociais dela.

2.3.1. A recessão global e a crise nas exportações: o declínio das economias nacionais

Conforme explorado no tópico anterior, a crise no hemisfério norte – iniciada em 2008 e potencializada nos anos seguintes – fez com que o preço dos derivados do petróleo começasse a cair em 2012 e colapsasse na segunda metade de 2014. O preço dos agrícolas diminuiu em 2008, mas logo se recuperou nos anos seguintes. Ele atingiu seu pico em 2011, decrescendo moderadamente desde então (GRUGEL; RIGGIROZZI, 2018) O declínio foi inicialmente modesto (mais forte para os minerais e agricultura típica do que para os derivados do petróleo), mas começou a se espalhar depois de 2014. Os negócios latino-americanos também foram afetados, experienciando em 2014 seu terceiro ano consecutivo de deterioração (ECLAC, 2015) e seguindo o mesmo ritmo nos anos seguintes.

O contexto internacional favorável, explorado na primeira década de

governança progressista, agora se viu ameaçado pelo enfraquecimento do valor dos commodities iniciado em 2012 e consolidado em 2014. A crise de 2008 gerou diversos riscos na recessão econômica nos países da região, mas eles foram muito mais moderados do que aqueles vivenciados nas décadas anteriores pela existência de reservas de fundos (MAINWARING; LIÑÁN, 2015). Os quatro países estudados podem ser divididos, em relação ao seu desempenho econômico, em dois grupos distintos: o primeiro, composto pelo Chile e Uruguai, que tiveram um decrescimento, mas ainda continuaram operando com taxas altas de crescimento e, o segundo, composto pelo Brasil e pela Argentina, cujas taxas de crescimento caíram entre 2010 e 2011 e continuaram a apresentar taxas muito baixas, beirando a estagnação. De forma genérica, a deterioração do modelo se dá pela inversão na balança de negócios (motivada pela queda nas exportações) e pela falta de interesse internacional na região (CENTENO; FERRARO, 2017).

Junto da recessão econômica, a redução do preço dos commodities desgastou a balança de pagamentos dos países latino-americanos, que passaram a contar com déficits em suas reservas na segunda metade de 2014 (GRUGEL; RIGGIROZZI, 2018). O Uruguai, que sob o governo da FA vivenciou 10 anos de crescimento econômico, teve um déficit de 4,9% em 2014, que aumentou nos anos seguintes (GRUGEL; RIGGIROZZI, 2018).

Se os países usufruíam de bom crédito com as instituições financeiras internacionais pela bonança do ciclo anterior, essa visão começou a se deteriorar a partir de 2014 (MAINWARING; LIÑÁN, 2015). Houve uma singela fuga de capitais das economias emergentes, além da queda na exportação de matérias primas e conflitos políticos estagnantes (como foi o caso do impeachment de Dilma Rousseff no Brasil). Por conta disso, fica mais difícil manter o pacto de classes consolidado no modelo anterior e os governos precisam fazer escolhas difíceis entre quais grupos serão protegidos da crise (SANTOS, 2018). À exceção do Chile, a contribuição do governo diminuiu a índices muito baixos, gerando uma contração nos recursos destinados ao desenvolvimento econômico. Como resultado, houve uma queda no investimento e nas taxas de consumo, que eram os principais motores de crescimento dos países no período de recessão internacional (GRUGEL; RIGGIROZZI, 2018).

Muito das incertezas do período foram associadas à economia chinesa. Houve redução em sua exportação que levou a um choque de mercado em junho de 2015. A conexão com a China é crítica para a América Latina, dado que ela foi o parceiro mais

dinâmico da região na última década (ECLAC, 2015) e também porque ela ocupa uma posição central no mercado de commodities global. Verificou-se uma redução significativa no valor dos produtos exportados, especialmente do agronegócio, que caíram um terço entre 2011 e 2015, e as fontes de energia, que caíram pela metade. Os países não conseguiram se recuperar de forma efetiva desde as transformações na demanda chinesa (LEVITSKY, 2018).

Há diversas interpretações sobre as causas que geraram uma queda no crescimento dos países latino-americanos, em especial o caso brasileiro, chileno, uruguaio e argentino. Em comum, eles compartilham o entendimento que as reformas de livre mercado – iniciadas na década de 90 e não totalmente revertidas no ciclo progressista - e o modelo de exportação ortodoxo adotado nesse período se mostrou, de forma efetiva, não ser uma boa engenharia para gerar crescimento econômico. A estratégia de desvalorização cambial para incentivar as exportações reforçou o papel de subordinação que a região tradicionalmente tinha em relação aos centros tecnológicos e produtivos, bem como a tornou muito suscetível aos mercados externos. Ainda que os países tenham demonstrado preocupação em implementar programas sociais para reduzir as desigualdades, elas também se atrelaram aos rendimentos das exportações primárias, gerando uma inclusão social muito frágil e pouco duradoura.

2.3.2. Os efeitos sociais e econômicos da recessão

Ainda que os níveis de desigualdade atuais sejam menores do que aqueles no início da década de 90, houve significativos retrocessos na qualidade de vida de significativas parcelas da população a partir de 2013 (CENTENO; FERRARO, 2017). Em todos os países analisados, o fim do auge das matérias primas repercutiu na redução na taxa de crescimento da renda familiar, gerando movimentos de protesto. Na via eleitoral, a decepção se traduziu em votos contrários aos governos de situação que visavam denunciar a perda do poder aquisitivo e a erosão dos benefícios garantidos pelos governos federais (MORENO-BRID; GARRY, 2017).

O menor dinamismo econômico, combinado com a crescente desigualdade, resultou no aumento das taxas de pobreza, justamente quando as capacidades fiscais dos Estados para oferecer mecanismos de compensação foram reduzidas. Segundo a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), desde 2015 os índices de pobreza na região vêm aumentando. Em 2019, 191 milhões de latino-americanos

viviam na pobreza, dos quais 72 milhões estavam em situações extremas. Em relação a 2014, 27 milhões de pessoas perderam o poder aquisitivo, sendo que 26 milhões passaram para a pobreza extrema. O descontentamento da população é geral e resta evidente que o progresso da primeira década não se sustentou (SANTOS, 2018).

Os governos progressistas não conseguiram cumprir sua principal promessa, que era o desenvolvimento de uma indústria nacional competitiva no contexto externo. As escolhas do governo brasileiro são ilustrativas do equívoco nas escolhas políticas adotadas (SANTOS, 2018). O governo petista optou por conciliar os aspectos positivos do neoliberalismo com o lado bom do novo desenvolvimentismo, comprometendo-se com o crescimento econômico, com a indústria, com a estabilidade da moeda e com a austeridade fiscal (CENTENO; FERRARO, 2017). Nessa lógica, a escolha mais acertada seria industrializar as grandes empresas de capital nacional, através de políticas praticadas pelo Itamaraty para a expansão das vendas e a concessão de crédito do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS). Concentrou-se capitais em setores da economia brasileira internacionalmente competitivos, no campo das exportações primárias e da construção civil (SANTOS, 2018). Durante o ciclo de expansão econômica no primeiro governo Dilma a política pode ser considerada exitosa. Contudo, a conjunção da desaceleração econômica e os escândalos de corrupção, comprometeram a ideia. Diversas denúncias explicitaram condutas ilegais envolvendo as empreiteiras, empresas vinculadas ao petróleo e indústrias exportadoras de produtos alimentícios. Como consequência, a confiabilidade no projeto foi comprometida, além de os setores não contemplados pelo projeto do governo não mais se sentirem representados pela política econômica adotada e iniciarem uma contundente política oposicionista, que gerou mais instabilidade política e, por conseguinte, econômica (CENTENO; FERRARO, 2017).

As políticas adotadas pelos quatro governos analisados obedeceram, em alguma medida, a ortodoxia e acataram os parâmetros do neoliberalismo (MORENO-BRID; GARRY, 2017). As quatro economias continuaram a operar como uma plataforma de valorização do capital financeiro internacional e consolidaram o papel tradicional da América Latina como exportadora de matéria-prima aos países desenvolvidos. As tentativas de criar uma burguesia industrial nacional esbarraram nas escolhas e limitações estratégicas do período, e foram de todo aniquiladas com a queda no preço dos commodities (que era, no período, a fonte de financiamento dos

programas sociais e econômicos) (CENTENO; FERRARO, 2017). Em consequência, intensificaram-se as tendências de desnacionalização da indústria, a devastação ambiental e superexploração do trabalho, além da abertura ao comércio e finanças internacionais que ampliou a vulnerabilidade às crises (ABELES; VALDECANTOS, 2017). No contexto brasileiro, o corte de gastos federais reduziu os subsídios e, como consequência, ampliou o número de trabalhadores desempregados. Segundo a pesquisa realizada pelo IBGE, a taxa de desocupação do trimestre encerrado em novembro de 2016 atingia 12,1 milhões de trabalhadores contra os 9,1 milhões registrados no ano anterior (MORENO-BRID; GARRY, 2017).

Os trabalhadores foram especialmente afetados após a crise econômica, ampliando-se o número de terceirizados e informais nos quatro países analisados. Emblemático nesse tema é o contexto chileno, no qual as forças produtivas se veem constrangidas pelo neoliberalismo há mais de três décadas. A situação de precarização no trabalho é evidente: como o salário mínimo afixado em 270 mil pesos em 2017, o povo obriga-se a acumular dois trabalhos ou mais e, ainda assim, 79,6% das pessoas que trabalham dois turnos por dia têm uma renda inferior à 500 mil pesos (LUNA, 2018). A instabilidade também é um elemento característico do sistema, dado que 3 em 4 trabalhadores estão submetidos à contratos flexíveis, inclusive no serviço público (KREMERMAN, PAES, 2016). Ao fim de 2016, 40,6 da população não estava associada a nenhuma legislação trabalhista, não podendo se defender legalmente ou contar com o amparo de sindicatos (BREGA, 2017).

A precariedade do assalariamento, tanto no Chile quanto nos demais países analisados, é agravado pelo endividamento familiar. No Chile, 80% da população adulta está endividada, sendo que desta 76,1% tem renda mensal inferior a 500 mil pesos e 21,2% recebem menos de 225 mil pesos (KREMERMAN; PAES, 2016). No contexto regional como um todo, o debilitamento das organizações de trabalhadores, acompanhada pela precariedade laboral e pobreza contribuem para ampliar a desigualdade e comprometem a qualidade de vida das populações mais vulneráveis (LUNA, 2018).

Não existem indicadores de desigualdade que meçam a perda do consumo real que foi experimentado pela população desde o fim do ciclo dos commodities, especialmente porque todos os governos aumentaram os impostos indiretos que recaem sobre os produtos e que atingem, de forma mais brutal, as famílias de baixa renda (ABELES; VALDECANTOS, 2017). Contudo, é sabido que os subsídios que os

governos aplicavam em serviços essenciais – como em tarifas elétricas e no fornecimento de água – diminuíram de forma considerável, especialmente no Brasil, Argentina e Uruguai – e comprometem o orçamento das famílias em situação de extrema pobreza (ABELES; VALDECANTOS, 2017).

Quando se toma em conta o retrocesso no bem-estar da população desde o fim do auge das matérias-primas, também registrou-se significativa retração nos sistemas previdenciários e de educação. No contexto brasileiro, a recessão conduziu diversos trabalhadores a informalidade, sem que lhes fossem possível a contribuição previdenciária e a tutela do Estado em situações adversas. Quando questionados sobre se se preocupavam em perder o emprego nos próximos 12 meses, 30,3% da população dos quatro países analisados disse estar muito preocupada em 2013, sendo que tal número subiu para 41,5% em 2018 (LATINOBARÔMETRO, 2018). No Chile, as contribuições para o sistema previdenciário são privadas desde a década de 1970 (LUNA, 2018). A falta de regulamentação e a instabilidade no regime de trabalho condena milhões de trabalhadores a uma velhice austera, com renda inferior ao salário mínimo. Em 2016, a média nacional das pensões foi de 207.409 pesos ao mês, valor inferior ao salário mínimo no período (250.000 pesos) e totalmente incompatível com os gastos com saúde regulares na terceira idade (ABELES; VALDECANTOS, 2017).

Em matéria de educação, a recessão também limitou o projeto de desenvolvimento nacional. No Uruguai, o projeto de interiorização das universidades não se implementou por completo, dificultando que a população carente acessasse o ensino superior (ABELES; VALDECANTOS, 2017). No Brasil, os governos Lula e Dilma ampliaram o número de vagas nas universidades públicas ao mesmo tempo que incentivaram a consolidação de universidades particulares de baixo custo ou à distância (SANTOS, 2018). Considerando que o acesso às universidades públicas é mais concorrido e restrito à população que teve acesso à educação de melhor qualidade, o ensino privado precarizado formou a população de baixa renda. Em um mercado competitivo, os esforços em formação não foram devidamente reconhecidos, e a promessa do governo de reverter formação superior em melhores salários não foi confirmada (SANTOS, 2018).

Na Argentina, buscou-se a formação de jovens para o mercado de trabalho. Contudo, a crise reduziu o número de postos disponíveis e um grande contingente populacional não se viu incluído na população economicamente ativa. O caso chileno é ainda mais complexo, dado que cerca de 80% da despesa recai sob as famílias

(BRUNNER, 2008). Diante da precarização das relações de trabalho no país, muitas delas não conseguem honrar seus compromissos. Em março de 2010, registravam-se em torno a 270 mil jovens endividados, que, em 2016, superavam 730 mil, enquanto a inadimplência do sistema alcançava 38,7% (KREMMERMAN; PAES, 2016). Do ponto de vista qualitativo, a educação está voltada ao mercado, dado que este é um requisito para acessar os financiamentos (GONZALEZ; GUSMÁN, 2012).

Quando se leva em consideração o retrocesso do bem-estar da população, ocasionado pela recessão econômica e a incapacidade fiscal dos Estados em garantirem os programas de distribuição de renda no mesmo nível dos anos anteriores, o descontentamento com o regime democrático resta evidente. Segundo os dados do Latinobarômetro, enquanto 49,3% da população dos quatro países analisados estava muito ou mais ou menos satisfeita com a democracia em 2013, o índice caiu para 31,2% em 2018 (LATINOBARÔMETRO, 2013; 2018). Os governos progressistas adotaram uma política que visava garantir os interesses da elite dominante, enquanto o período de bonança permitiu o desenvolvimento de programas sociais. Por maiores que tenham sido os esforços para que a população carente se sentisse incluída na estrutura estatal, ela não conseguiu esconder o privilégio dos grupos tradicionalmente vencedores. Quando questionados se as políticas do Estado se voltavam para os interesses do povo ou de grupos poderosos, 66% da população dos quatro países analisados apontou o segundo grupo em 2013, ao passo que o índice cresceu para 77,7% em 2018 (LATINOBARÔMETRO, 2013; 2018).

As escolhas políticas dos governos progressistas, embora tenham tentado, não conseguiram reduzir o hiato entre os grupos mais pobres – tolhidos dos principais elementos da cidadania – e uma minoria rica, que pode implementar cada vez mais seu consumo de luxo. Segundo o Latinobarômetro, somente 24,1% da população dos quatro países pesquisados acreditava que a distribuição de renda em seu país era justa ou muito justa em 2013, sendo que o número decaiu para 11% em 2018 (LATINOBARÔMETRO, 2013; 2018). Após depositar suas esperanças em uma construção de uma nova ordem social, as classes baixas e médias seguiram enfrentando situações difíceis provocadas por um contrato social em que o Estado poupa em serviços e benefícios para os grupos mais vulneráveis, enquanto mantêm os interesses das instituições financeiras internacionais e a subserviência ao mercado externo.

* * *

Conforme demonstrado neste capítulo, o período da redemocratização na América Latina, acompanhado pelas reformas neoliberais ditadas pelo Consenso de Washington, redefiniu o papel e o tamanho do Estado. Se elas foram bem sucedidas em conter a inflação e os gastos estatais, elas também geraram um desiquilíbrio entre os beneficiários e os excluídos. Os quatro países terminaram o século com um vasto contingente populacional vivendo em situações de pobreza.

Prometendo romper com tal modelo, os governos progressistas assumiram a chefia do Poder Executivo no início do século XXI. Contudo, em maior ou menor medida, elas mantiveram as políticas neoliberais e buscaram valer-se de um período de bonança econômica – gerado pelo aumento no valor das matérias-primas – para incluir as populações menos favorecidas. Contudo, tal modelo entrou em recessão a partir de 2013, abalando o delicado equilíbrio mantido entre o atendimento dos interesses do grande mercado e da população de baixa renda. A balança pendeu para o primeiro lado e, a partir de 2014, os índices de desigualdade voltaram a aumentar na região.

A complexidade desse fenômeno – que envolveu a frustração com um modelo de governo que prometia grandes mudanças sociais – é difícil de ser apreendido. É fato que os discursos da direita, que ascenderam após 2015, valeram-se dos setores descontentes com as medidas adotadas na década anterior para ganhar popularidade e ascender no cenário eleitoral.

Capítulo 03 – Ideias em movimento: a constituição das direitas na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai

A historiografia do continente sul-americano revela que o desenvolvimento econômico e democrático da região envolve movimentos contraditórios, complexos e não lineares (ROBERTS, 2012). O fim do período ditatorial fez com que ruíssem, ao menos parcialmente, as estruturas de poder que legitimavam um modelo desenvolvimentista calcado na supressão das liberdades individuais e dos direitos políticos. A recém-criada democracia, na década de 1980, tinha o desafio de reestruturar o poder político a partir de novos valores que fossem capazes de absorver conflitos e gerar acomodação sem colocar em risco a ordem vigente (LEVITSKY, 2012).

Considerando que o processo de formação estatal resultou em um centro reconhecido de poder na América Latina, a luta entre as forças a favor e contra a submeter o poder político ao controle democrático formam e deformam governos (MUNCK, 2012) e não se pode desconsiderar que, no período de redemocratização, houve a necessidade de conciliar as lutas por maior democratização com os anseios autoritários (LEVITSKY; MURILLO, 2009). Como consequência, convivem fenômenos políticos históricos e novas formas de organização que constrangem e estruturam a ação política e partidária. A compreensão sobre como essas duas estruturas operam é essencial para que se possa apreender como as regras do jogo político são definidas, interpretadas e subvertidas em discursos políticos (PANIZZA, 2009).

A estruturação partidária está inserida em um contexto discursivo complexo, no qual a formação de identidades é sempre precária e cambiante. O objetivo deste capítulo é compreender como, ao longo do período da democratização, a direita se constituiu como discurso político nos quatro países analisados e quais os esforços em busca da hegemonia discursiva. Para os fins da pesquisa, compreende-se que o conceito de direita não pode ser apreendido como uma totalidade de ideias difundidas através dos tempos, mas sim um conjunto de conceitos, distinções e argumentos que ganham sentido conforme são articulados e estabilizados em determinados contextos políticos que lhe dão ocorrência. A questão não é esgotar todas as possibilidades de significações em torno das lideranças e partidos deste espectro político, mas sim demonstrar como – através de uma aparência de política ideologicamente orientada – há excesso de sentido que deixa o termo aberto a interpretações, contestações e redefinições.

A fim de cumprir com seu objetivo, o capítulo se divide em três partes distintas. Na primeira, analisa-se como o sistema de partidos se estruturou após a redemocratização. Vinculada à primeira, a segunda parte tem por finalidade compreender como, após consolidada a democracia, as forças políticas se organizaram no campo político até a ascensão das forças progressistas, que, por seu ineditismo, impactaram na dinâmica de partidos. Por fim, a última parte se debruça sobre o esgotamento da experimentação progressista e a ascensão das forças à direita na região.

3.1. Do regime militar à estabilização democrática: a reestruturação dos partidos políticos no Argentina, Brasil, Chile e Uruguai

A literatura sobre partidos na América Latina relata um abismo entre o funcionamento ideal das instituições e a realidade local, na qual convivem formas de organização muito díspares e historicamente ameaçadas por rupturas (LEVITSKY, 2012). Desde o século XX, o ponto central do conflito centra-se na disputa em torno da democracia e suas alternativas, sendo persistentes as forças antidemocráticas dispostas a hegemonizar a política (MUNCK, 2012).

Os primeiros anos deste século pareciam ter reduzido a dispersão desses discursos, visto que o século XXI anunciava com otimismo a inédita manutenção dos regimes democráticos representativos na maioria da região (ROBERTS, 2012). Contudo, mudanças estruturais no padrão de disputas partidárias em relevantes países, como o Brasil, o Chile, a Argentina e o Uruguai, demonstram que é um erro acreditar que a questão democrática na América Latina segue completamente resolvida, visto que o confronto entre as diferentes forças ultrapassa as barreiras institucionais e emerge, com frequência, na forma de conflitos (ROBERTS, 2012).

Visando compreender como a direita se constituiu como discurso em meio à redemocratização, esta primeira parte do capítulo é dividida em dois subitens cronologicamente interligados e interdependentes. O primeiro deles tem por finalidade se debruçar sobre o fim do regime ditatorial e a proliferação de partidos nos quatro países estudados, destacando a convivência de duas forças à direita distintas no contexto latino-americano. O segundo frisa a importância das reformas neoliberais para a organização do sistema político e, em específico, para a modernização dos sentidos em torno da direita e os custos políticos das decisões das lideranças

neoliberais que implementaram as reformas na década de 1990.

3.1.1. Da repressão à pluralização: o novo e o velho consolidam a democracia

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, os quatro países viveram – dentro de suas peculiaridades e diferentes condições internas – a suspensão das garantias democráticas e o domínio militar sobre todos os poderes representativos. A liberdade de associação e de constituição partidária estava, neste contexto, prejudicada pela perseguição a qualquer ideia crítica ao regime, o que inviabilizou a constituição de um sistema de partidos com identidades plurais e representativas (MUNCK, 2012).

Essa realidade foi se modificando com um arrefecimento progressivo do domínio militar, quando o modelo de substituição de importações esgotou-se e culminou em um cenário de desabastecimento e hiperinflação (ROBERTS, 2012). Em 1979, desgastado pelo decrescimento econômico e por protestos populares, o governo autoritário brasileiro foi o primeiro a demonstrar os sinais da transição "lenta, gradual e segura"[5] que se daria na década seguinte. Em janeiro daquele ano, no Brasil, foi revogado o Ato Institucional n° 5, seguido – em agosto – pela promulgação da Lei da Anistia e, em dezembro, pela "Lei Orgânica dos Partidos Políticos", que extinguiu o bipartidarismo protagonizado pela ARENA e pelo MDB[6] e abriu possibilidade de as forças opositoras ao governo se alinharem em diferentes partidos (NOGUEIRA, CHAUÍ, 2012).

Neste mesmo período, na Argentina, o regime militar ruiu, muito por conta de crises internas (GUTIÉRREZ, 2003). O então Presidente Leopoldo Galtieri enfrentava uma crise dupla: o aumento da inflação e, a partir de 1982, a disputa com o Reino Unido pelo domínio das Ilhas Malvinas. O conflito foi resolvido em junho daquele ano e a derrota do governo militar custou-lhe significativo apoio da população. O Presidente foi substituído e foram convocadas eleições para a presidência em outubro

[5] O termo "transição lenta, gradual e segura" foi cunhado durante o Governo Geisel (1974 - 1979) como mote para caracterizar uma série de ações que apontavam para a abertura política do país e o fim dos governos militares, como a permissão do pluripartidarismo e a promulgação da Lei de Anistia.

[6] Entre 1966 e 1979, por força do AI - 2, era permitida a existência de apenas dois partidos no Brasil: a ARENA, que era a base de sustentação do regime militar, e o MDB, que fazia às vezes de oposição ao regime e unificava diversas correntes políticas em torno da redemocratização do país. A tolerância com o partido de oposição servia, na época, para dar a imagem de relativa legalidade ao regime ditatorial perante as forças internacionais, tendo em vista que eles mantiveram o Congresso Nacional (embora esse tenha sido fechado algumas vezes e suas funções fossem reduzidas) e tenha permitido o pluralismo partidário (GASPARI, 2002).

de 1983 (IVANCICH, 2004). Diferente do caso brasileiro, no qual a sociedade civil pressionava o governo por mudanças, o colapso abrupto da ditadura argentina impediu a organização da oposição e tornou mais moroso o processo de consolidação do multipartidarismo (LEVITSKY, 2005).

Também na década de 1980, o declínio dos regimes militares uruguaio e chileno veio por meio da derrota dos regimes autoritários em plebiscitos. A cúpula uruguaia desejava, diante dos desgastes, reinstitucionalizar-se como governo apoiado pela grande maioria da população (MATHIAS; VALES, 2010). Por conta disso, no dia 30 de novembro de 1980, aplicou um plebiscito constitucional que visava garantir a permanência dos militares no poder. Contudo, tal pretensão foi rejeitada por mais de 56% dos votos válidos, o que contribuiu para o fomento de movimentos em prol da abertura democrática (RILLA, 2004). No Chile, o governo militar propôs um plebiscito para definir a continuidade do governo do General Augusto Pinochet no dia 05 de outubro de 1989, que foi refutado por 55,71% dos votos válidos (GARRETÓN, 1992). Esse resultado é um marco da estagnação do projeto do líder autoritário em manter-se no poder e desencadeou um processo de transição para a democracia, moldado pelas negociações entre o regime e a oposição (GARRETÓN, 1992).

As disputas em torno dos sentidos discursivos que envolviam o processo de transição democrática impuseram uma série de mudanças ao sistema partidário tradicional dos quatro países. Os partidos reconstruíram, paulatinamente, suas identidades partidárias e reestruturaram os alinhamentos competitivos entre as forças políticas de diferentes orientações (PANIZZA, 2009). O papel que os partidos viriam a desempenhar começou a ser desenhado ainda quando das negociações que antecederam o fim do ciclo ditatorial.

No Uruguai, diante do evidente desgaste do governo militar, iniciou-se em 1982 a abertura do regime. Em 1984, as lideranças autoritárias e representantes dos principais partidos, entre eles os partidos Colorado[7] e da Frente Ampla firmaram um acordo que ficou conhecido como “Pacto do Clube Naval”. Como resultado das negociações entre as diferentes forças, foi editado o último Ato Institucional – o AI-19 – que convocou eleições em novembro de 1984 e garantiu as liberdades democráticas

[7] Há uma discussão sobre se as lideranças do Partido Nacional efetivamente participaram das negociações porque eles adotaram uma postura muito rígida, em função de que, em junho de 1984, seu líder Wilson Ferreira Aldunate foi preso pelo regime militar quando retornava do exílio. O partido adotou a postura de somente conversar se fosse garantida a liberdade de seu líder (SEMPOL, 2008).

até o ano seguinte, quando um novo plebiscito definiria as diretrizes de uma nova Constituição (LOPEZ, 1995). O pacto é importante para a reestruturação do jogo de partidos no Uruguai, não só por ser um marco do fim do regime autoritário, como também porque acolheu e aceitou a Frente Ampla como alternativa democrática após 150 anos de hegemonia dos Partidos Nacional e Colorado, o que não havia ocorrido desde sua criação (SEMPOL, 2008). Em 1989, o partido elegeu Tabaré Vásquez prefeito de Montevideo e, em 1992, ele já estava integrado ao sistema de partidos tradicionais dos órgãos representativos (MOREIRA, 2000).

Assim como no caso uruguaio, o plebiscito chileno foi negociado com a oposição política. Ciente de que seu governo se aproximava do fim, a elite do governo de Pinochet passou a arquitetar, na segunda metade de 1989, uma estratégia tanto para garantir a autonomia corporativa militar no próximo regime como, também, para que eles seguissem influindo politicamente por meio da institucionalização da maior quantidade de espaços autoritários quanto possível (NEGRETTO, 2015). A Concertación de Partidos por la Democracia[8], junto com lideranças de direita articuladas em torno da Renovación Nacional, buscavam a garantia da consulta popular e a redução da influência militar no futuro, principalmente vedando que se tivesse acesso a cargos importantes da Administração Pública (MARTINS, 2000). A resposta popular à pretensão de Pinochet foi dura: além da derrota do regime, os grupos alinhados ao autoritarismo foram derrotados nas eleições (MARTINS, 2000).

No Brasil e na Argentina, as eleições presidenciais se deram por meio da organização popular. No caso argentino, diante da crise posta e já apontada, o pleito presidencial se deu ainda em 1983. Os movimentos de contestação da ditadura, em especial as correntes majoritárias do movimento estudantil, se articularam em torno da candidatura de Raúl Ricardo Alfonsin. Assim que eleito, a junta militar dissolveu-se (JELIN, 2008). No Brasil, as eleições diretas para chefe do Poder Executivo passaram a ser discutidas no Congresso Nacional a partir da Emenda Dante de Oliveira, que propunha uma mudança constitucional que tinha a pretensão, na prática, de acabar com o regime autoritário. A emenda foi votada e rejeitada na noite de 25 de abril de 1984, não sem antes motivar gigantescas manifestações em todo o país conhecidas

[8] Concertación de Partidos por la Democracia foi uma coalizão formada pelos partidos Partido Demócrata Cristano, Partido por la Democracia, Partido Socialista de Chile e Partido Radical de Chile, que governou o Chile entre 1990 e 2010. Ela foi criada em 1988 a partir da articulação de lideranças e partidos que se opunham ao governo ditatorial de Pinochet.

como “Diretas Já” (SINGER, 2000). No ano seguinte, em 1985, foi realizada eleição indireta para Presidente da República, vencida por Tancredo Neves, então pertencente ao MDB e o primeiro presidente civil depois de 20 anos de governo militar. Em 1989, Fernando Collor de Mello, que então compunha o Partido da Reconstrução Nacional (PRN)[9], foi eleito presidente pelo voto direto, dando início à 3ª República (SINGER, 2000).

Inobstante os sinais evidentes do declínio do domínio militar na política latino-americana, não se pode dizer que ele se extinguiu (MAINWARING; SCULLY, 1994). Os antigos apoiadores pulverizaram-se em novos partidos, travestidos de democráticos, e seguiram traçando sua influência nas políticas nacionais (MAINWARING; SCULLY, 1994). No Brasil, o partido apoiador do regime militar ARENA transformou-se no Partido Democrático Social (PDS). Em 1985, por um divisão do partido, surgiu o Partido da Frente Liberal (PFL). Anos mais tarde, formou-se o PPB (Partido Progressista Brasileiro), atualmente Partido Progressista (PP). Ambos abrigaram, em seus quadros, próceres dos quadros militares e representantes das oligarquias regionais que antes apoiavam o regime antidemocrático (CAMPELLO DE SOUZA, 1988). Além de comporem importantes bancadas nas casas legislativas, eles formaram - junto com PSDB - a coalizão da direita. Marco Maciel, que foi deputado federal pela ARENA no período militar e passou a pertencer, após a redemocratização, aos quadros do PFL, foi vice-presidente durante os dois governos do tucano Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002) (TAROUCO; MADEIRA, 2013).

No Chile, após a realização do plebiscito, os entusiastas do regime militar agruparam-se em dois partidos, a Avanzada Nacional e a UDI (RIVERA; JESÚS, 2006). Nas eleições presidenciais de 1989, os dois partidos tiveram de coligar e se subordinar à Renovación Nacional, o que só foi possível porque eles aceitaram em flexibilizar suas posições mais autoritárias (GARRETÓN, 1992). Isso viabilizou que eles conseguissem garantir importantes cadeiras no Congresso, o que lhes concedeu poder de veto e de barganha no seio da coalizão direitista (RIVERA; JESÚS, 2006). No período de transição, isso serviu de grande triunfo porque impediu que as

[9] O Partido da Reconstrução Nacional foi batizado com este nome em 1989, com a filiação de Fernando Collor de Mello. Antes daquela data, o partido chamava-se Partido da Juventude e não tinha relevância eleitoral em termos de cargos e votos. Ele ganhou notoriedade em decorrência do apoio eleitoral que a população deu à Collor, nas eleições de 1989, sob a promessa de combate à corrupção. Construindo sua campanha a partir da lógica populista, o apoio à Collor em nada se relacionava ao seu partido, que gozou de relevância política somente no período em que esse foi presidente (PANIZZA, 2005).

negociações entre a direita democrática - centrada no RN - com a esquerda avançasse na velocidade exigida para a consolidação do novo regime (RIVERA; JESÚS, 2006).

No contexto argentino, a ditadura findou de forma abrupta e o primeiro governo democraticamente eleito, de Raul Alfonsin propôs uma série de medidas voltadas à investigação das ações cometidas no regime anterior. Apesar de ser de direita, a elite política da Argentina adotou uma postura crítica ao regime autoritário, o que descontentou as lideranças militares, que se insurgiram através de pressões políticas e levantes. Sua influência não pode ser desconsiderada, tendo em vista que o governo seguinte - sob a gerência de Menem - instituiu as juntas de conciliação e isentou os militares de grande parte de suas responsabilidades (GUTIÉRREZ, 2001).

No Uruguai, as negociações que resultaram no Pacto do Alto Naval fizeram surgir entre os militares o anseio por um acordo que garantisse, ao menos parcialmente, que parte da autoridade permanecesse em suas mãos (GUYER, 2007). Nos quartéis, se formaram dois grupos com opiniões distintas: uns desejavam a criação de um partido representativo do regime militar, ao passo que outros desejavam a saída do poder da forma mais ordenada possível (SEMPOL, 2008). Formou-se um acordo, segundo o qual as Forças Armadas seguiram com suas funções institucionais mesmo após a realização do pleito eleitoral. O PC, na condição de apoiador do regime, concentrou a maioria das candidaturas militares e elegeu, naquelas eleições, Julio María Sanguinetti Presidente da República. No seu governo, foi encaminhado ao Parlamento a Lei de Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado, que isentou os militares de responsabilidade sobre a maioria dos crimes cometidos no período anterior (SEMPOL, 2008).

Ainda que nenhuma das lideranças vinculadas ao regime militar tenha sido eleita para a chefia do Poder Executivo em nenhum dos quatro países, eles seguiram influindo na política. No bojo das coalizões à direita, conviviam dois grupos distintos: os remanescentes do período autoritário e outros, críticos ao regime, que desejavam a consolidação e estabilização democrática (MAINWARING; SCULLY, 1994). Se as forças de esquerda se consolidaram como alternativas eleitorais relevantes, o campo da direita inaugurou um novo período de negociações, predominado pelos acordos e disputas discursivas pela hegemonia do campo.

3.1.2 Rearticulando sentidos: a direita e o pacto neoliberal

A última década do século XX iniciou com o desafio de sedimentar as disputas entre os diferentes atores políticos e alinhamentos ideológicos no terreno democrático. As experiências da transição foram fundamentais para a estruturação das relações entre dois blocos ideologicamente distintos e, também, para fixar as regras de alianças entre partidos imbuídos de objetivos comuns. Campello de Souza (1992), ao analisar o campo da direita no Brasil nos primeiros anos da década de 1990, identificou o debate estabelecido entre a “nova” e a “velha” política: a mais antiga, cuja origem remonta os governos da década de 30, colocava no centro do desenvolvimento nacional as atribuições do Poder Executivo; e a nova, surgida no período da redemocratização, defensora da redução das atribuições do Estado e entusiasta da capacidade do mercado moderar e dinamizar a economia nacional. Como nenhuma dessas duas correntes tinha condições de hegemonizar seu campo político e padeciam de uma estrutura organizacional própria, elas protagonizaram importantes alianças no Poder Legislativo e, não raro, compartilhavam os mesmos interesses eleitorais (CAMPELLO DE SOUZA, 1992).

Dentre as pautas eleitorais que melhor representaram a direita na região neste período foi a defesa intransigente do neoliberalismo como alternativa política e econômica para o desenvolvimento. Vigorava um consenso - fomentado pelas diretrizes do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial - sobre a necessidade de transferir ao setor privado a iniciativa sobre os serviços básicos, cabendo ao Estado a mera regulação e fiscalização dos serviços (PANIZZA, 2009). A autonomia estatal em relação aos setores economicamente dominantes da estrutura é o ponto central para que se possa construir uma democracia mais inclusiva, dado que o Estado desempenha uma atividade essencial na mediação de conflitos redistributivos pela correção das desigualdades socioeconômicas (PANIZZA, 2009).

Através da adoção deste receituário, seguido pela abertura das fronteiras para o capital externo, tinha a promessa de retirar os países da estagnação dos últimos anos dos governos militares, gerar empregos e estabilizar os índices inflacionários (PANIZZA, 2009). No Brasil, Fernando Collor de Mello e, na Argentina, Carlos Menem, foram populares precursores destas ideias. Eles conseguiram articular, em torno de seu nome, relações de equivalências entre a elite e os setores mais populares da sociedade em torno de sentidos que envolviam a necessidade de reformas pró-mercado, além de construírem uma retórica popular de combate à corrupção, crítica dos políticos e do Congresso e a promessa de concentração de poderes na figura do

Presidente da República (PANIZZA, 2009).

As candidaturas de Collor e de Menem decorreram de alianças políticas que englobaram setores da nova e da velha direita (GERCHUNOFF; TORRE, 1996). O presidenciável brasileiro era dono de uma trajetória política que envolvia passagens pelo Partido Democrático Social, pelo PMDB e, por fim, pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), pelo qual participou das eleições de 1989 - as primeiras no Brasil em que o voto para Presidente seria direto (KINZO, 1993). Menem compunha o Partido Justicialista (PJ), que havia disputado e perdido, em 1983, as primeiras eleições diretas para presidente após a ruptura democrática. Sua candidatura foi costurada a partir de uma divisão que havia se estabelecido no interior do partido: dentre a enorme variedade de orientações que constituem o peronismo - que envolvem setores de direita e de esquerda e pessoas oriundas da parte de cima e de baixo da hierarquia social (OSTIGUY, 1997), os opositores da cúpula peronista que perderam as eleições de 1983 se aglutinaram sob a denominação comum de “renovadores”. Adotando uma retórica modernista, eles buscaram diferenciar-se da direita peronista tradicional, tida como autoritária, oriunda do ramo sindical. Eles introduziram, no partido, alguns princípios básicos, como a instituição do voto direto como meio de seleção de candidatos ao governo e de dirigentes partidários (FERRARI, 2011). Isso foi fundamental para que Menem vencesse, através de uma coalizão que envolvia os renovadores e setores de centro-esquerda do partido, as prévias e se colocasse como candidato à Presidência da República. Tanto as candidaturas de Collor quanto de Menem eram altamente improváveis, tendo em vista que eles disputavam com lideranças bem estabelecidas no período da transição (MACIEL, 2014).

A alçada ao poder dos dois candidatos envolveu a formação de uma lógica discursiva populista que mobilizou o nome do povo (PANIZZA, 2009). Valendo-se de uma crise de representação estabelecida, principalmente, pela incapacidade de os governos da primeira geração democrática garantirem a ordem econômica, eles se colocaram como *outsiders* ou pseudo-*outsiders* que lutavam contra o núcleo duro da política, defendendo a modernização econômica como uma forma de melhorar as condições de trabalho e a vida das camadas mais populares (PANIZZA, 2009; PANIZZA, 2000).

A retórica foi construída em um período de crise econômica e política aguda. As esperanças da população não se centravam na implementação de uma gama específica de políticas defendidas no período de campanha eleitoral, mas sim no

anseio pela restituição da ordem social (LUNA; KALTWASSER, 2014). Isso deu aos dois Presidentes eleitos alto grau de autoridade para redefinir a agenda política de acordo com as urgências do momento, que apontavam para a adoção irrefletida das diretrizes definidas pela tecnocracia influenciada pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (PANIZZA, 2009). A retórica construída nesse período redefiniu as linhas divisórias da política: a nova fronteira não se estabelecia mais entre um presente democrático e um passado autoritário, mas sim entre uma nova agenda econômica e um modelo antigo de desenvolvimento econômico (LUNA; KALTWASSER, 2014). No discurso neoliberal, os regimes de desenvolvimento da década de 1950 e 1960, os governos militares da década de 1960 e a redemocratização da década de 1980, representavam a falência de um modelo de desenvolvimento, baseado em um Estado inchado e ineficiente (LUNA; KALTWASSER, 2014).

Menem foi mais efetivo em transformar os anseios da população em vitória eleitoral, tendo sido reconduzido à chefia do Poder Executivo em 1995. Ele desenvolveu políticas que trouxeram uma estabilidade momentânea, o que foi suficiente para reestruturar a ordem e reconstruir relações efetivas entre representantes e representados, o que foi fundamental para legitimar as reformas (GERCHUNOFF; TORRE, 1996). Collor teve sorte diferente: seu governo durou aproximadamente dois anos, quando - sob investigações por corrupção - ele renunciou ao seu cargo. Seu governo foi finalizado pelo vice-presidente Itamar Franco (MDB), cujo principal mérito foi instituir, em 1993, o Plano Real que foi bem-sucedido em controlar a hiperinflação que persistia no Brasil desde a década anterior. O sucesso desta política conduziu o então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (PSDB) à Presidência da República em 1994 (PANIZZA, 2001).

A vitória do PSDB nas eleições de 1994 inaugurou uma nova lógica na estruturação partidária brasileira, que vigorou até 2018 (ABRANCHES, 2018). Até então, os parlamentares que apoiavam o regime militar, associados à velha direita política, tinham representatividade suficiente para apresentar obstáculos à consolidação democrática no Brasil. Isso implicava na inexistência de um sistema estruturado de partidos que pudessem fazer oposição eficaz contra o PT (que era, à época, a principal força à esquerda) (POWER, 2002). Em 1994, a vitória de Fernando Henrique Cardoso, candidato do partido do PSDB, marcou a ascensão da direita moderada, defensora do liberalismo econômico, das privatizações e das reformas pró-

mercado. Ela se constituiu, desde então, como a principal força de oposição à esquerda no contexto nacional, ainda que tenha feito alianças com partidos oriundos da antiga ARENA (ROMA, 2002). Os vínculos entre as duas direitas foram proveitosos para todos os partidos, tendo em vista que isso foi fundamental para a sobrevivência eleitoral da velha direita, como também para a liderança tucana da centro-direita do espectro político (VIEIRA, 2016). A partir de então, a polarização entre PSDB e PT provocou um claro declínio do autoritarismo e um esforço para os herdeiros políticos da ARENA deslocarem-se ao centro (POWER, 2002). O governo Cardoso ficou marcado pela disputa discursiva entre o liberalismo econômico: a divisão entre esquerda e direita deixou de estar associada ao apoio ou não ao regime autoritário e passou a vincular-se à defesa ou não das privatizações (TAROUCO; MACHADO, 2013). Em alguma medida, tanto o Estado como o sistema partidário estavam homogeneizados por organizações e/ou coalizões de direita (KAYSEL, 2015).

No Uruguai, os partidos políticos são centrais na constituição do Estado e atuam como espinhas dorsais do conjunto de identidades sociais e políticas. Na década de 1990, essa interlocução trouxe características importantes para o sistema de partidos recém-constituído: as estruturas partidárias capturaram e colonizaram o aparato estatal, propiciando a criação de uma burocracia weberiana que condiciona a autonomia e as escolhas à burocracia partidária (MIERES, 1998). Os partidos políticos sempre imprimiram seus interesses e versões sobre as políticas estatais, principalmente os tradicionais Partidos Nacional e Colorado. Segundo Panizza (2004), os altos níveis de clientelismo de base partidária reforçaram o caráter amplo e fortemente incorporador dos partidos tradicionais - em especial o PC - e forçou alguns pactos de distribuição de poder entre as diferentes forças da coalizão tradicional. O controle mútuo que essas duas forças exercem historicamente uma sobre a outra coibiu a formação de lideranças populistas - como no caso brasileiro e argentino - embora não tenha restringido de todo as reformas neoliberais no país (PANIZZA, 2004).

De 1990 até 1995, o governo executivo foi entregue ao PN, através da presidência de Luís Alberto Lacalle de Herrera. Ele propôs para o debate público a necessidade de reforma radical do Estado e a privatização das empresas públicas (PANIZZA; PHILIP 2005). Como o Uruguai não dispunha de instrumentos de regulamentação próprios do Poder Executivo, como são as medidas provisórias no Brasil e os decretos de necessidade e urgência na Argentina, todas as medidas

deveriam ser aprovadas pela Casa Legislativa. Para isso, o PN promoveu alianças com o PC para promover as reformas, que foram pactuadas entre os setores da nova e da velha direita (SEMPOL, 2008). A FA fez oposição aos projetos, mas foi derrotada pela maioria. Por determinação da Constituição uruguaia, as reformas tiveram de ser submetidas a um referendo e foram derrubadas pela vontade popular. Isso significou uma enorme dificuldade de introduzir, no contexto social e político uruguaio, as medidas que compunham o receituário neoliberal. Desta feita, a impossibilidade de privatizar as principais empresas nacionais fez com que o governo focasse em sua modernização e na redução do número de cargos. Além da abertura para o mercado externo, o governo promoveu muitas privatizações em empresas periféricas e incentivou a aposentadoria de mais de dez mil funcionários públicos (PANIZZA; PHILIP 2005).

As reformas ecoaram de forma negativa na opinião pública e Lacalle não conseguiu eleger seu sucessor. Sanguinetti, do PC, retornou à Presidência da República e iniciou seu governo com uma grande coalizão de governo que envolveu quase todos os setores do PN, o que não havia ocorrido nas administrações anteriores (RILLA, 2004). Os acordos entre os setores da direita ficaram mais amplos e explícitos através da distribuição de ministérios, na configuração da agenda de governo e pelo desenho das políticas públicas (LANZARO, 2000). Eles focaram na reforma do Estado, através da demissão involuntária dos funcionários e a redução das atividades estatais ao estritamente necessário, além de desenvolverem um sistema de análise de resultados (LANZARO, 2000).

Ainda que implementadas de forma gradual, as reformas protagonizadas pelos dois governos uruguaios tiveram custos políticos para os partidos da coalizão. A esquerda teve um crescimento significativo nas eleições de 1994 e, pela primeira vez na sua história, quase empatou com as forças tradicionais da direita (MOREIRA, 2000). Modificou-se, de forma derradeira, o sistema de partidos - polarizado pelos Partidos Nacional e Colorado - que predominou no Uruguai por 150 anos. Isso obrigou a direita a unificar suas forças para impor sua visão de mundo nos embates públicos, o que foi fundamental para trazer vigor às reformas implementadas (MOREIRA, 2000). A pressão de grupos externos capazes de afetar a percepção de sobrevivência das próprias elites ou de modificar drasticamente os custos e benefícios de manter o velho sistema resulta na chave inicial para explicar o impulso em favor da mudança. A consolidação das reformas se deu a partir de uma retórica desenvolvida pelas elites

de que o Estado enfrentava sérios problemas de eficiência, eficácia e destinação racional de recursos (PANIZZA; PHILIP, 2005).

Se no Uruguai as reformas encontraram resistência popular, no Chile elas foram antecipadas pela política liberal da ditadura militar. Em março de 1990, após dezessete anos sob domínio do regime autoritário e já implementadas diversas reformas neoliberais, Patrício Aylwin assumiu a presidência. Ele foi eleito com 55,1% dos votos e contou com o apoio legislativo de quatro outros partidos da coalizão de esquerda, totalizando 56,6% do Congresso Nacional (GODOY ARCADA, 2009). Com o advento do sistema democrático, o desafio colocado para os vencedores era estabilizar a economia a partir de uma balança comercial favorável e instituir uma nova estrutura organizacional. Eles iniciaram, então, uma série de alternativas de compromissos e coalizões entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, as lideranças partidárias tiveram de lidar com os enclaves autoritários da ditadura (GODOY ARCADA, 2009).

Ainda que o Chile tenha proposto uma série de mudanças constitucionais para reduzir o poder do Chefe do Executivo em relação à ditadura, é fato que ele seguiu detendo a maioria das atribuições sobre o orçamento, o desenho de políticas públicas e normas legislativas (CORLAVÁN, 2012). O desenho institucional condiciona a estruturação do jogo partidário, tendo em vista que o campo se divide entre o apoio e a crítica ao governo, em dois polos distintos. Isso fomenta a formação de coalizões, que disputam com o Poder Executivo - em troca de seu apoio - lugares nas mesas parlamentares, nas comissões e nos cargos ministeriais (NOLTE, 2003). A disputa política ocorre, principalmente, no interior dessas coalizões e não entre elas (ANIMAT, *et al*, 2004). A polarização que é inerente ao modelo institucional chileno favorece alianças amplas, mas também fomenta a competição entre partidos da mesma coalizão (ALTMAN, 2008).

Por estas razões, na década de 1990, o Chile dividiu-se em duas coalizões multipartidárias que dominaram a política eleitoral e partidária: a Concertación por la Democracia e a Alianza pelo Chile. A primeira, de centro-esquerda, era composta por quatro partidos: Partido Socialista (PS), Partido para a Democracia (PPD), Partido Cristão Democrata (PDC) e Partido Radical da Social-Democracia (PRSD). Já a Alianza unificava os partidos: União Democrática Independene (UDI), Partido da Renovação Nacional (RN), União do Centro (UCC), Partidos do Sul, Partido Regionalista Independente e, mais tarde, o Evopoli. Ao analisar comparativamente a

atuação das duas coalizões, Alemán e Saiegh (2006) concluem que a Concertación parece se posicionar de forma mais homogênea se comparada à Alianza. Esta última aparenta ter duas coalizões internas, que representam a disputa entre duas concepções de direita distintas. A análise das preferências individuais, derivadas das escolhas legislativas dos deputados, demonstra que a coalizão é composta por um grupo centrista, que é predominante. Eles convivem com parlamentares de orientação mais radical, que são menos disciplinados e fizeram maior oposição - embora sem muito êxito - aos governos da Concertación (ALEMÁN; SAIEGH, 2006). O governo Aylwin foi tão exitoso que, em 1993, foi sucedido pelo governo de Eduardo Frei, membro da mesma coalizão. Tanto Aylwin quanto Frei construíram maiorias através de negociações e com o compromisso de introduzir reformas e mudanças de forma gradual. Essas dinâmicas estabeleceram a etapa da democracia consensual, que foi o princípio definidor dos dois primeiros governos democráticos (SIAVELIS, 2000).

Segundo Siavelis (2000), neste período os partidos passaram por uma renovação pragmática significativa no Chile. As transformações domésticas e internacionais, seguidas da experiência autoritária, encorajaram a renovação ideológica e a democracia passou a ser um consenso entre os grandes partidos. A direita, ao longo dos anos 1990, teve dificuldade de crescer e se consolidar como uma instituição sólida. A RN e o UDI tiveram de se distanciar das elites tradicionais da direita, comprometendo-se com a democracia e abandonando posicionamentos taxativos que inviabilizassem a formação de alianças com setores de centro.

A consolidação do sistema de partidos foi implementada, em cada país, de forma distinta. Em comum, eles compartilhavam da esperança de que as reformas neoliberais permitiriam que o passado instável, institucionalmente fragilizado e economicamente malsucedido fosse substituído por um presente e futuro próspero e democrático (PANIZZA, 2009). Transferiu-se para o setor privado atribuições para delimitação do poder discricionário do Estado e para a consolidação de uma sociedade civil engajada e organizada. O discurso democrático articulou-se com o discurso do mercado, propiciando uma entrada liberal na economia e na política (PANIZZA, 2009).

Contudo, o receituário neoliberal não conseguiu cumprir com sua promessa de transformar o Estado em uma instituição autônoma apta a garantir a boa governança. Se a competição eleitoral, em momentos de transição e de crises, é sempre desestabilizadora para os partidos políticos, eles tiveram de lidar com

constrangimentos duplos na década de 90: além das pressões externas, os governos tiveram de adotar medidas de austeridade para controle da crise fiscal e da moeda, o que foi extremamente impopular (LUNA; KALTWASSER, 2014). As privatizações devastaram o Estado, ao mesmo tempo que regimes pouco regulamentados permitiram a construção de uma nova coalizão entre o governo e os novos donos das companhias privadas. No fim da década, os esforços pela estabilidade econômica não foram suficientes para conter a insatisfação das classes mais baixas, empobrecidas e sub representadas nas políticas públicas e nos interesses do Estado (PANIZZA, 2009).

Sobre os custos das reformas de mercado, é preciso compreender que o processo foi liderado por conservadores pró-mercado e atores políticos de centro (PANIZZA, 2000). A esquerda adotou uma nova perspectiva de enfrentamento político, calcado nos limites institucionais, o que contribuiu para o alinhamento partidário e o fortalecimento das instituições. Tanto o Brasil, como o Chile e o Uruguai mantiveram padrões relativamente estáveis de competição após o período de reforma de mercado (PANIZZA, 2000).

A confluência do amadurecimento das instituições e a crise econômica gerou um paradoxo que está no cerne do processo de democratização nos países. Por um lado, os regimes democráticos se mostraram mais estáveis e resilientes do que se esperava, o que tornou viável a esperança pela consolidação da democracia e o fim do ciclo de autoritarismo. Por outro lado, as decisões que foram implementadas geraram uma desilusão generalizada em relação ao establishment (PANIZZA, 2009). Como consequência, ainda que a democracia fosse o sistema de governo preferido no período pela maioria da população, havia pouca fé na sua capacidade de melhorar as condições de vida. O apoio aos partidos políticos estava no nível mais baixo e o estado era visto com um misto de expectativas e desconfianças (PANIZZA, 2009).

A reestruturação do regime democrático na América Latina nos anos 1980 ocorreu em um contexto de crise econômica e deslocamentos sociais. Essas condições rejeitaram a habilidade de setores populares em organizar alternativas políticas, o que contribuiu para o desgaste dos governos formados em torno do consenso neoliberal (PANIZZA, 2000). Se a articulação da democracia liberal e das reformas de livre mercado na década de 1990 resultou no fortalecimento do capital e do poder político do empresariado, em paralelo, gerou desorganização dos setores populares e, ainda, as reformas não foram capazes de balancear a luta de classes de

forma suficiente para garantir a democracia (PANIZZA, 2005). Em alguma medida, os partidos da ordem não foram bem-sucedidos em moldar os novos conflitos distributivos e não conseguiram desenvolver mecanismos eficientes de representação de interesses aptos a mediar e controlar o conflito social emergente. No fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, sistemas partidários parcialmente estabelecidos passaram por significativas transformações (PANIZZA, 2009). A Argentina e o Uruguai enfrentaram crises que desestabilizaram o arranjo de forças, ao passo que, no Brasil, a esquerda chega ao poder pela via de eleições. Conforme se demonstrará no próximo subcapítulo, a direita não só desempenhou um papel modesto nas duas décadas que sucederam o processo de reestruturação liberal, bem como colheu poucas recompensas pelas mudanças que implementou.

3.2. O nascer do progressismo na América Latina: a esquerda no poder

Na última década do século XX, os partidos de centro-direita, à exceção do Chile, desfrutaram de considerável sucesso eleitoral por unificarem a aliança entre as reformas neoliberais e o livre mercado, reduzindo a inflação e tornando os países sul-americanos atrativos para o investimento internacional. Porém, constrangimentos internos e externos fizeram com que o apoio decaísse até o final da década, dando vazão a candidaturas competitivas por parte dos partidos da oposição.

Segundo Panizza (2000), enquanto havia inflação, as reformas pró-mercado contaram com amplo apoio popular. Contudo, elas falharam em criar ofertas de trabalho suficientes e em gerar estabilidade no crescimento econômico. Como consequência, a popularidade dos partidos no poder reduziu-se ao apoio de alguns setores relativamente pequenos da população que haviam se beneficiado das reformas (KURTZ, 2011). Nos quatro países, o empobrecimento afetou a base de apoio da direita tradicional, particularmente nas periferias e zonas empobrecidas. Alterações no papel do Estado - que vão desde privatizações a ajustes estruturais - limitaram os recursos para políticas de clientelismo de massa, o que fez com que os benefícios da colonização do Estado por parte dos partidos de direita fossem compartilhados com um grupo muito reduzido de políticos e homens de negócios bem-relacionados e deixaram desalojados os maiores setores, empobrecidos pela falta de trabalho (MUNCK, 2015).

As eleições foram realizadas em um contexto de má-performance econômicas, o que fez com que os incumbentes das reformas tivessem de ser punidos,

independentemente de sua orientação ideológica (KURTZ, 2011). Como a maioria deles eram de direita e centro-direita, a insatisfação com o status quo abriu uma janela de oportunidades para a esquerda e, mais genericamente, candidatos *anti-establishment*. Os vácuos entre as promessas e a realidade concreta das reformas de livre mercado ampararam os candidatos de centro-esquerda, que foram eleitos chefes dos Poderes Executivos no Brasil (2002), Argentina (2003) e Uruguai (2004). As campanhas eleitorais foram construídas em torno da crítica ao neoliberalismo e seus candidatos domésticos e internacionais, materializados pelos partidos tradicionais de centro-direita, os EUA e o FMI (PANIZZA, 2005). Segundo Panizza (2009), não é uma coincidência que a ascensão da esquerda se deu imediatamente após a década perdida, de crescimento negativo da renda per capita e o aumento da pobreza entre 1998 a 2002.

As discussões no âmbito da teoria política sobre a experiência das esquerdas no poder são vastas. O fenômeno é controverso e apresenta várias facetas que, embora interessantes, não serão de todo abordadas ao longo da tese. O objetivo deste subcapítulo é analisar como as forças de direita se constituíram neste período, destacando-se três elementos centrais: a) como as diferentes direitas promoveram relações de equivalências em oposição aos governos; b) sobre o deslocamento do centro discursivo que legitimava os discursos políticos da época; c) as estratégias em torno da construção de um discurso contra hegemônico, em especial a partir da experiência chilena e argentina.

3.2.1. O resplandecer da Maré Rosa: a direita e o jogo de sombras

A análise dos pressupostos que constituem a Maré Rosa, em específico com relação às vitórias eleitorais das forças políticas, apontam pela existência de um conjunto minimamente favorável de condições que se conjuga para garantir seu sucesso. Para além disso, os especialistas não conseguem consensuar uma tipologia que defina as diferentes experiências na América do Sul, embora todos apontem para a existência de duas divisões entre os governos radicais (materializados pela experiência bolivariana, venezuelana e equatoriana) e os reformistas (Brasil, Chile e Uruguai). Na verdade, a balança do apoio de classe aos presidentes e partidos variaram consideravelmente de país a país e, até mesmo, entre diferentes eleições no mesmo país.

As forças de centro-esquerda venceram as eleições em contextos políticos com

níveis mais baixos de conflito no Brasil, Chile e Uruguai, chegando ao poder no bojo de partidos com lastro social e bem-organizados (BARRUETO; NAVIA, 2013). O PT no Brasil, o PS e o PPD no Chile e a FA no Uruguai foram os principais agentes da mudança e da ascensão da esquerda. Em contraste, na Argentina, o retorno ao populismo nacionalista dos Kirchner coincidiu com a desinstitucionalização do sistema partidário do país perante uma oposição fraca e dividida (BARRUETO; NAVIA, 2013).

A consolidação das reformas propostas pelo ciclo progressista teve relação com as formas de representação política que os partidos estabeleceram. A FA, no Uruguai, combinou forte representação partidária com laços sociais igualmente fortes (GARRIDO, 2003). O país possui um movimento sindical articulado – auto-organizado na Plenária Intersindical de Trabalhadores – que exerceu um papel importante na regulamentação do partido e constrangeu a autonomia do governo (GARRIDO, 2003). Já no Chile, a coalizão de partidos que forma a Concertación tem menos vínculos sindicais e exerceu seus mandatos com maior autonomia, se comparado com os demais partidos na América Latina (LUNA, 2008). No Brasil, o PT foi fundado por líderes sindicais com fortes vínculos com os movimentos rurais e combinou, na década de 1990, representação social e partidária. Contudo, quando assumiu a presidência em 2003, o partido se distanciou de suas bases sindicais e de outros movimentos e focou nas alianças políticas e parlamentares (MIGUEL; MACHADO, 2007). Já na campanha presidencial de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva – embora tenha mantido as críticas ao neoliberalismo - lançou uma carta sinalizando ao mercado o compromisso em manter o controle do gasto público e a estabilidade econômica, dois pilares que sustentavam o modelo econômico do Fernando Henrique Cardoso (PANIZZA, 2009). Ao longo do governo, as lideranças do PT foram se afastando de suas bases. Houve um abandono das discussões tradicionais de esquerda sobre as reformas estruturais e o partido focou no Bolsa Família através do comprometimento pessoal com os pobres e a justiça social (PANIZZA, 2009).

Os governos argentinos, por outro lado, são complexos e não há consenso na literatura sobre o caráter das transformações que eles promoveram: suas políticas não são tão disruptivas como a dos governos radicais, embora o país não tenha um sistema partidário tão consolidado como ocorreu nos casos brasileiros, chileno e uruguaio (BARRUETO; NAVIA, 2013). O governo de Néstor Kirchner iniciou com o compromisso de aproximar a relação entre o Partido Justicialista e outras organizações estatais, valendo-se, inclusive, de uma mistura de financiamento estatal

e controle político (SCHUTTENBERG; ROSENDO, 2015). Houve, também, um esforço para reconstruir a autoridade do Estado e redefinir a matriz sociopolítica da Argentina afastada do legado do neoliberalismo (RINESI, 2011). A ideologia e a política estavam combinadas a serviço de um projeto que visava o fortalecimento da autoridade do Estado e o poder da presidência. Eles tiraram vantagem do enfraquecimento do Congresso Argentino para atrair poderes maiores para legislar por decreto, e da fraqueza política da oposição para construir alianças políticas com as diferentes linhas de partidos. Como consequência, tanto o poder político, como o econômico, estava centrado na Presidência (SCHUTTENBERG; ROSENDO, 2015).

Como é sempre o caso da análise da América Latina, há significativa diferença na centro-esquerda no que tange às estratégias de polarização, inclusão, representação e acomodação. Como Roberts (2008) pontua nos locais em que os governos de centro-esquerda ascenderam ao poder, existem dramáticas diferenças nos níveis de mobilização social e na institucionalização político-partidária, bem como na orientação política de seus líderes. As variações na representação destacam algumas distinções relevantes entre as administrações sociais-democráticas da região. Dada a presença tanto de partidos como de movimentos sociais, a administração da FA no Uruguai é o mais próximo a uma administração social-democrática, ao menos quando se considera a ideia de representação política. Nesse mesmo tempo, o caso chileno pode ser considerado como uma terceira via ou um movimento social liberal, dada a alta margem de autonomia que a coalizão do governo desfrutou em relação aos seus aliados históricos nos sindicatos e movimentos sociais. O caso brasileiro combina as três formas de representação social, na medida em que o PT é um partido que mantém raízes na sociedade civil e o Presidente Lula exerceu seu mandato com uma importante margem de autonomia em relação a outras instituições (SINGER, 2009). Na Argentina, operacionalizou-se a mudança na dinâmica da representação. A combinação de partidos políticos desacreditados como resultado da crise de 2001/2002 e a estratégia dos Kirchner de cooptar a oposição do governo e os movimentos sociais enfraqueceu os partidos de oposição, reforçando a hegemonia peronista (RINESI, 2011).

Considerando estas distinções, esta seção subdivide-se em dois subtópicos: o primeiro destina-se a compreender como se assentaram as forças de direita em um contexto de maior estabilidade do sistema de partidos, como ocorreu no Brasil, Chile e Uruguai. O segundo visa discutir os governos kirchneristas na Argentina e as

transformações que eles promoveram nas organizações de direita nesse país.

A direita na oposição: o contexto brasileiro, chileno e uruguaio

Pela primeira vez desde a redemocratização, no Brasil e Uruguai, os partidos de centro-direita desempenharam o papel de oposição. Imediatamente, as lideranças desses partidos se viram obrigadas a pensar estratégias de atuação política, formas de barganhar acesso aos recursos do Estado e métodos para manter a base mobilizada em torno de seus ideais (ROBERTS, 2008). O sistema de partidos, habituado a delegar às forças de centro-esquerda o papel de oposição, sofreu severas modificações em sua estrutura, inclusive nas condições de emergência discursiva que permearam todas as ações na primeira década do século XXI. Para o contexto internacional, as jovens democracias latino-americanas demonstraram claros sinais de amadurecimento, tendo em vista que as regras eleitorais foram cumpridas e reconhecidas por todos os grupos envolvidos nas disputas e as transições ocorreram sem qualquer percalço (MUNCK, 2015).

Em 2002, após três tentativas seguidas, o candidato petista Luiz Inácio Lula da Silva foi conduzido chefe do Poder Executivo. A decisão popular, inédita, promoveu uma reorganização das principais forças políticas nacionais. Coube ao PSDB aliar-se com os demais partidos de oposição e pensarem sua atuação. Prometendo não copiar o modo de agir petista, os tucanos comprometeram-se a fazer a contestação racional aos projetos da esquerda e adotar uma conduta moderada (NICOLAU, 2012).

Ao analisar a atuação da oposição, Abranches (2010) os aproxima da tipologia desenvolvida por Otto Kirchheimer (1966) conhecida como “eliminação da oposição”. Segundo o autor alemão, neste cenário, há participação na disputa pelo poder, mas ele não mais apresenta (ou representa) um projeto alternativo. O PSDB, de fato, não soube como colocar-se diante do aumento da popularidade da administração Lula, e não conseguiu apresentar propostas alternativas. A dificuldade de articulação dos partidos de oposição fica evidenciada em números. No primeiro mandato petista, de 2003 a 2006, 37% dos deputados federais estiveram na oposição. Entre 2007 e 2010, o número caiu para 30,5%, ao passo que, em 2010, o PSDB, DEM, PPS e PSOL elegeram 21,3% dos deputados federais (MELO, CÂMARA, 2012). A bancada tucana, principal partido de oposição ao PT, também foi reduzida ao longo do período: em 2002, o partido elegeu 70 deputados; em 2006, reduziu para 66 parlamentares e, em 2010, caiu para 54 (MELO, CÂMARA, 2012).

No ano de 2005, foi descoberto um esquema de corrupção, conhecido como “mensalão”, que levou à prisão importantes lideranças petistas. Após a publicização das denúncias, a oposição se disse perplexa com os fatos, mas comprometeu-se a não tomar nenhuma atitude que trouxesse instabilidade ao país (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2007). O PSDB esperava que Lula terminasse o governo com baixa popularidade e eles pudessem retornar ao poder no ano seguinte. Contudo, tal entendimento se mostrou equivocado. A partir de fevereiro de 2006, a popularidade do PT voltou a crescer. Isso trouxe mudanças nas condições de emergência do discurso oposicionista: eles apontavam Lula como o gestor do esquema bilionário de corrupção e exigiam a responsabilização do então Presidente (HAGOPIAN; GERVASONI; MORAES, 2009). Inobstante tal esforço, ele foi reeleito em outubro de 2006.

No segundo mandato lulista, a oposição seguiu enfraquecida e, em alguns momentos, imobilizada. Eles não conseguiram se colocar como projeto político alternativo e não constituíram um discurso com ideias consistentes e programas claros (ABRANCHES, 2010). As críticas dirigidas à gestão de esquerda centravam-se na gestão da área social e na economia, contrapondo as ideias defendidas pelo governo quando na oposição e a sua postura atual (LIMONGI; CORTEZ, 2010). Os tucanos também reafirmavam que as políticas sociais, como o Bolsa Família, tinham sido desenvolvidas ao longo do governo de Fernando Henrique Cardoso e atribuíam o sucesso da política pública ao antecessor de Lula (LIMONGI; CORTEZ, 2010).

Considerando que Lula não poderia se reeleger novamente em 2010, a oposição deu como certo seu retorno (LIMONGI; CORTEZ, 2010). Após disputas internas, decidiu-se que José Serra era o nome indicado para a disputa com Dilma Rousseff, candidata escolhida pelo PT para o pleito presidencial. A popularidade de Lula conduziu sua sucessora ao poder: a representante petista foi eleita com 56,05% dos votos válidos em segundo turno. A oposição terminou o processo eleitoral com enormes desafios pela frente: eles não tinham um projeto alternativo para o Brasil e precisavam se reinventar. Eles precisavam aprender a opor-se ao projeto dominante, exercendo um papel essencial para apresentar uma proposta alternativa e voltada para o futuro, apta a modernizar o país (ABRANCHES, 2011).

No final do primeiro mandato de Dilma, persistiam os efeitos da crise mundial de 2008 e a queda no valor internacional dos *commodities* indicava que o governo petista chegava ao fim. A direita tinha em suas mãos a oportunidade de constituir-se

como alternativa, principalmente em decorrência das denúncias de corrupção que, em março de 2014, se tornaram públicas e indicavam a participação de relevantes setores da cúpula do governo (LIMONGI, 2017). A candidatura do PT teve de prestar contas e defender uma gestão que passou por muitos percalços, principalmente pelo fraco desempenho econômico (BOITO JR, 2017). Em segundo turno, Aécio Neves perdeu a eleição por 3.459.000 de votos. No âmbito legislativo, houve uma singela recuperação das forças de direita: eles formaram o Congresso mais conservador desde o período da redemocratização (ABRANCHES, 2018). O PSDB, no entanto, elegeu 54 deputados federais. Ainda que ele tenha se colocado como a terceira maior bancada na Câmara dos Deputados, atrás do PT e do PMDB, já havia o indicativo da ascensão de novas forças de direita aptas a testar a hegemonia tucana (ABRANCHES, 2018).

As experiências progressistas ecoaram no extremo sul da América Latina e, em 2005, o Uruguai conduziu, pela primeira vez na sua história, a Frente Ampla à chefia do Poder Executivo. A vitória de Tabaré Vasquez se deu por meio de uma estratégia bem-sucedida que aliou elementos ideológicos e pragmáticos. Eles souberam compor e aglutinar lideranças descontentes com o atual governo, deixando de ser um partido de coalizão para se tornar um partido que buscou abarcar um arco do espectro político ideológico do centro e da esquerda (ARTAEGA, 2008). Adotando um discurso moderado, e mantendo seus vínculos com os sindicatos, eles venceram com 54,45% dos votos no primeiro turno e compuseram a maioria nas duas Casas Legislativas. Nesta disputa, o PC obteve a pior votação de sua história, tornando evidente seu decrescimento (ARTAEGA, 2008).

O Partido Nacional e Colorado, que mantinham fortes vínculos com a burguesia comercial, latifundiária e industrial, foram considerados responsáveis pela crise econômica de 2001 e 2002. Conforme explicita Cabral (2006), a coalizão entre os dois partidos fez com que surgisse, no sistema uruguaio, dois grandes blocos ideológicos partidários, expressos pelo bloco tradicional e pelo bloco de esquerda que disputavam, entre si, o centro. Eles se diferenciam por tomarem posições distintas em relação à função do Estado. No âmbito social, a FA é caracterizada pelos seus posicionamentos em favor da redistribuição de renda, ao passo que os partidos tradicionais buscam consolidar o desenvolvimento econômico pautado na ideia de competição (YAFFÉ, 2005). Na dimensão política, os primeiros possuem maior comprometimento com a democracia participativa, ao passo que os últimos apostam

na tecnocracia (YAFFÉ, 2005).

Ao analisar as relações estabelecidas entre os dois blocos, Lanzaro (2003) identifica que a aproximação entre o PN e o PC os enfraqueceu, na medida em que sua convergência indicou uma sobreposição ideológica e de associação política. Os obstáculos das escolhas dos dois partidos comprometeram o cultivo de suas identidades e tradições, arriscando inclusive a competição eleitoral entre ambos. A diferenciação entre as correntes internas também sacrificou a tradicional clareza que caracterizaram a disputa política até a redemocratização. Havia dificuldade em arregimentar os votos, propiciado principalmente pela coexistência de alas de centro e de direita dentro dos dois partidos (MOREIRA, 2010).

Os desgastes dos dois partidos seguiram até as eleições presidenciais de 2009. Enquanto a FA lançou Mujica como candidato, o PN lançou Luis Alberto Lacalle Herrera e o PC Pedro Bordaberry. Nenhum dos três candidatos conseguiu conquistar 50% do eleitorado, razão por que foi realizado um segundo turno em novembro daquele mesmo ano, quando Mujica enfrentou Lacalle. No período eleitoral, a oposição tomou posicionamentos firmes, porém pouco populares. Eles sugeriram a necessidade de reduzir as despesas do Estado e reforçaram a necessidade de que vencesse um candidato comprometido com o neoliberalismo para garantir o investimento externo no país (ZUCCO, 2013). Lacalle cometeu deslizes sérios ao dialogar com a população carente do país, sugerindo a necessidade de instalar banheiros e cabeleireiros nos bairros mais pobres. Ele também chamou os beneficiários da assistência social de indigentes (ZUCCO, 2013). Como consequência, a FA venceu com 52,39% dos votos (ZUCCO, 2013).

O PN e PC seguiram, ao longo desta legislatura, a polarizar com a situação. Assim como ocorreu com o PSDB no Brasil, eles passaram a investir em uma nova identidade, voltada à defesa dos interesses dos produtores de riqueza e muito crítica às políticas e aos posicionamentos das lideranças e partidos da situação (BUQUET, PIÑEIRO, 2014). Inobstante os esforços para reformularem-se, os partidos Nacional e Colorado fizeram escolhas malsucedidas para a disputa eleitoral de 2014. O PN apresentou como candidato Lacalle Pou, cuja imagem estava desgastada em decorrência dos erros que seu pai havia cometido no pleito anterior. O PC escolheu a figura de Pedro Bordaberry. O objetivo dos dois partidos era fazer retornar os tradicionais votos que legitimavam seus governos antes da ascensão da FA. Além de falharem em suas missões, posicionamentos intransigentes fizeram com que

importantes lideranças deixassem o partido, além deles não conseguirem estabelecer diálogos profícuos com suas antigas bases sociais que, agora, apoiavam a situação (BIGLAISER, 2016). O desempenho eleitoral dos dois partidos foi baixo: o PC conseguiu 12% dos votos, ao passo que o PN teve a preferência de 29% dos eleitores. Além da Presidência da República, a FA obteve a maioria das cadeiras no Congresso Nacional e a oposição ao governo de Tabaré Vasquez, recém-eleito, iniciou o mandato enfraquecida (BIGLAISER, 2016).

À contramão do Brasil e do Uruguai, a transição democrática no Chile conduziu organizações e partidos de esquerda para o poder. Por conta disso, a direita no país já contava com vasta experiência na oposição e realizava esforços significativos para ascender ao poder. No ano de 1999, a coalizão formada pela RN e pelo UDI adotou uma postura eleitoral mais moderada para dialogar de forma mais contundente com os interesses do eleitorado. Segundo Madariaga e Kaltwasser (2019), o cálculo político das lideranças dos dois partidos estava embasado nos aprendizados dos processos eleitorais anteriores, cujos resultados para a direita não foram positivos. Por conta disso, a campanha presidencial daquele ano foi um ponto de inflexão importante na direita chilena, tendo em vista que o candidato desta coalizão, Joaquín Lavín, passou a abordar temas vinculados à necessidade de expandir o estado de bem-estar social e estabeleceu maior sintonia com as demandas pela inclusão de importantes setores populares (RUZ; PALMA, 2015). O eleitorado – mais liberal culturalmente e menos tolerante com as desigualdades socioeconômicas – recebeu com mais simpatia as ideias da direita e houve um aumento em sua votação naquele ano, embora não tenha sido suficiente para que eles saíssem vitoriosos (RUZ; PALMA, 2015).

No âmbito do Poder Legislativo, as duas forças seguiam desempenhando um papel secundário na composição do governo, ainda que relevante. A modificação pragmática que se operacionalizou em 1999 teve um impacto positivo para os dois partidos: a UDI dobrou o número de cadeiras em relação ao pleito anterior, passando de 15 para 31. A RN, por outro lado, manteve-se com 18 cadeiras. Juntos, os dois partidos ampliaram seu poder de barganha perante o governo, tendo em vista que seu apoio era relativamente importante em votações cruciais para o Poder Executivo (FAIRFILD; GARAY, 2017). Ainda que nem todos os setores do eleitorado se mostrassem satisfeitos com a mudança pragmática dos dois partidos, ela trouxe benefícios para sua na estabilidade interna (FAIRFILD; GARAY, 2017). Eles

mantiveram-se assim até a eleição de Sebastián Piñera em 2010, que marcou a ascensão da direita – pela primeira vez – ao poder (NIEDZWIECKI; PRIBBLE, 2017).

A estabilidade entre as forças de direita começou a ruir na eleição de 2013, quando foi apresentada a candidatura de Evelyn Matthei. Adotando um discurso moderado, ela conseguiu apenas 25% dos votos do eleitorado, o que fez com que se questionasse a necessidade de adotar um discurso moderado e a pertinência de defender uma agenda mais à direita para conseguir conquistar o eleitorado (KALTWASSER, 2020). Assim como nos outros dois países analisados, a direita definiu pela necessidade de se colocar como um discurso de oposição crítico e propositivo, apto a dialogar com os anseios dos setores populacionais não representados pelas ideias da esquerda (KALTWASSER, 2020).

O segundo governo de Bachelet, que começou em 2014, contou com o apoio de setores mais radicais da esquerda, como o Partido Comunista. Pela primeira vez, a esquerda buscou realizar reformas mais estruturais, tais como a ampliação das situações em que o aborto é permitido, a reforma tributária e a implementação de um sistema universitário financiado pelo Estado, além de modificações constitucionais (ROBERTS, 2016). Diante deste novo cenário, setores relevantes da direita vinculados à UDI e a RN julgaram necessário radicalizar a defesa de suas ideias e abandonar qualquer intento de moderação pragmática (ROBERTS, 2016). Eles se juntaram a um novo grupo, associado na Fundação para o Progresso e intelectualmente referenciada em Áxel Kaiser, que se dedicaram a atacar o governo através de denúncias da má-gestão econômica, de corrupção e, valendo-se de argumentos históricos e parcamente embasados, denunciaram a instauração do castrochavismo no Chile (ALENDA, 2020). Bachelet chegou ao fim do governo com baixa popularidade e desgastada por crises internas, o que contribuiu para a vitória eleitoral de Piñera (ALENDA, 2020).

A trajetória eleitoral da direita nos três países analisados demonstra que ela enfrentou dificuldades para se constituir como discurso de oposição. Nos primeiros anos do século XX, as diferentes lideranças não souberam se colocar pragmaticamente e eleitoralmente em oposição aos governos de situação, que desfrutavam de uma posição confortável por conta do período de bonança econômica gerado pelo aumento no valor dos commodities. Foi somente na segunda década que a oposição passou a se constituir como alternativa política viável, buscando – principalmente após a crise econômica causada pela queda no valor da matéria bruta

exportada – colocar-se como as melhores alternativas para garantir a estabilidade econômica e política.

A oposição na Argentina: a reinvenção das direitas

Diferente dos outros três países analisados no tópico anterior, a ascensão das forças progressistas na Argentina não se deu em um cenário de estabilidade institucional. O período que se iniciou com a crise de 2001 se constituiu como um ponto de inflexão, porque gerou, por um lado, um questionamento do sistema político como um todo e, por outro, em decorrência da violência que o governo De la Rúa utilizou para reprimir os protestos, a extrema instabilidade política e institucional (NATALUCCI, 2014). A vitória de Néstor Kirchner se deu em um cenário de fronteiras indefinidas, nos quais as identidades partidárias estavam obscurecidas.

A reestruturação do sistema de partidos se deu de forma muito lenta e condicionada pelo governo federal. Néstor colocou-se como contrário à hegemonia neoliberal e comprometeu-se com a inclusão social, a recuperação da independência econômica e a redistribuição de renda. Em decorrência de seus posicionamentos firmes, a chegada ao governo em 2003 gerou uma profunda discussão no âmbito político, na qual a identidade kirchnerista foi definida a partir da consolidação de um campo de oposição que passou a disputar e reapropriar os sentidos discursivos mobilizados por eles (CARLÉS, 2011)

A oposição, naquele período, foi marcada pela composição de duas linhas distintas: a primeira, herdeira da tradição liberal da UCR e da Coalición Cívica e a outra vinculada ao que ficou conhecido como “nova direita”, decorrente dos setores dissidentes do peronismo (SOLCA; DANIEL, 2014). A corrente liberal centrou seu discurso, no começo de 2003, ressaltando a necessidade de a Argentina recompor seu diálogo com as principais economias mundiais, através da restauração da segurança jurídica dos contratos e da estabilidade econômica. O cerne da ideia estava focado na modernização do Estado, calcado no receituário neoliberal de redução no gasto estatal e equilíbrio das contas públicas (SOLCA; DANIEL, 2014). Os dois setores dirigiam críticas à gestão de Néstor Kirchner, que consideravam antirrepublicana e autoritária. Eles acusavam o líder peronista de desenvolver políticas de assistência social com o objetivo exclusivo de manter-se no poder, desconsiderando a complexidade das exigências da população argentina e medidas importantes para trazer maior estabilidade ao país (SOLCA; DANIEL, 2014).

Em 2004, as críticas desses dois grupos foram endossadas por segmentos importantes da mídia e da elite argentina. No dia 24 de março, na inauguração do Museu da Memória, o então Presidente pediu desculpas à população pelo Estado ter se calado, ao longo dos 20 anos de democratização, diante dos crimes cometidos pelos militares na ditadura. Por trás de sua declaração, estava implícito o questionamento das juntas de conciliação discutidas no governo de Alfonsín. Isso suscitou uma vasta discussão na sociedade argentina sobre a anistia e significou a saída da UCR da coalizão do governo (NATALUCCI, 2014). Junto com os demais setores da direita, eles passaram a denunciar que Kirchner usava o discurso de forma demagógica e fazia uma construção *ad hoc* da história para seduzir os setores políticos do progressismo (NATALUCCI, 2014).

Inobstante os esforços da oposição para deslegitimar o PJ, sua popularidade era bastante significativa e eles conseguiam vitórias eleitorais no âmbito local e no Poder Legislativo federal, o que propiciava o desenvolvimento de políticas sem desgastes para a formação de maiorias (SILVAGE; QUIROGA; NICOLAS, 2020). O kirchnerismo se constituía em oposição às identidades liberais, promovendo políticas de intervencionismo estatal e redistribuição de renda. Néstor Kirchner passou a Chefia do Poder Executivo para sua esposa, Cristina Kirchner, em 2007 (SILVAGE; QUIROGA; NICOLAS, 2020).

Tal cenário foi ameaçado em março de 2008, por ocasião da decisão da Administração Federal em estabelecer um novo regime de tributação sobre a venda de cereais no mercado internacional, através da Resolução 125 do Ministério da Economia. Esse evento articulou os setores produtivistas em oposição ao governo, reforçando o discurso das forças de direita e centro-direita acerca da necessidade de restringir os poderes do Poder Executivo (CARLÉS, 2014). A discussão da oposição focava-se na definição de estratégias contra o socialismo e progressismo kirchnerista (CARLÉS, 2014). A UCR articulou sentidos para defender a igualdade, liberdade, a crítica ao populismo e a necessidade de alternância de poder. A Coalición Cívica, por sua vez, passou a significar o kirchnerismo como um partido corrupto, que deveria sair do poder (CARLÉS, 2014).

Em 2009, Cristina e Nestor Kirchner tiveram enfrentamentos com a mídia tradicional, em especial o Grupo Clarín (SCHUTTENBERG, 2014). Tal episódio foi considerado como o estopim para uma articulação de oposição mais ampla, que culminou na unificação dos partidos oposicionistas. O segundo mandato de Cristina

foi marcado por uma oposição crítica e propositiva, que buscava disputar o eleitorado a partir de denúncias de falhas e eventuais abusos das lideranças progressistas (SCHUTTENBERG, 2014).

No Brasil, Uruguai e Chile, a oposição ao ciclo progressista constitui-se como tal ainda na década de 2000. Na Argentina, em decorrência da crise de 2001, o sistema de partidos desmembrou-se de forma definitiva e teve de se articular a partir do apoio e da crítica aos governos kirchneristas. Dessa feita, as forças de centro-direita e de direita constituíram-se no bojo da crise econômica e tiveram de se consolidar a partir da disputa paulatina das preferencias eleitorais, valendo-se de cálculos políticos complexos objetivando driblar a hegemonia do peronismo e do PJ.

3.2.2. A Esquerda no Poder e o Deslocamento do Centro

A natureza inédita dos governos que iniciaram o século XXI na América Latina suscitou discussões acerca das diferentes dimensões deste fenômeno. A experimentação que ocorreu no Brasil, Uruguai, Argentina e Chile - a exemplo de outros países latino-americanos - davam conta de uma mudança consubstancial no vocabulário político na região, que vivenciava processos de inclusão identitária e relevantes programas de distribuição de renda. Diante de tantas novidades, os teóricos da política comparada tiveram de se debruçar sobre a difícil pergunta: o que significa ser de esquerda neste período? Como classificar os diferentes projetos de país que coexistem na região? Quais governos são de esquerda e quais não são?

Inquietado com tais questionamentos, Arditi (2008) considera que as linhas que definem os entendimentos sobre o período estão formatadas de modo contingente e não necessariamente conseguem dar conta da complexidade do movimento na região. Os conceitos comumente utilizados por parte dos estudiosos desses eventos (LEVITSKY; ROBERTS, 2011, CASTAÑEDA; BUCK, 2011) caracterizam os governos progressistas como avessos aos ditames do neoliberalismo, o que não necessariamente é verídico. A experiência brasileira, em especial o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, é ilustrativa do fato de que a esquerda não desenhou uma agenda de desenvolvimento oposta à neoliberal e que tampouco tenha logrado êxito em construir uma agenda própria (PANIZZA, 2009). Goldstein (2011) compreende que o campo político está dividido entre a esquerda e seus opositores. A primeira, sem desconsiderar as especificidades históricas e morfologias sociais de cada país, é resultado de combinações peculiares entre o nacionalismo e o

progressismo. Os segundo não apresentam conteúdo específico, salvo pelo fato de que se opõem às ideias das lideranças de esquerda e ocupam - por conseguinte - o espaço à direita do espectro político.

As contribuições de Goldstein são importantes quando comparada com a literatura institucional dos países analisados - em grande medida voltada para a composição de maiorias nas Casas Legislativas e as disputas eleitorais para a Chefia do Poder Executivo - que destacou o papel tímido que a oposição desempenhou no ciclo dos commodities e a dificuldades por que as lideranças e partidos passaram para se colocarem como projeto alternativo. No tópico anterior, restou demonstrado que - diante das dificuldades que a crise econômica impôs por sobre todos os países - a direita foi desalojada do protagonismo político que deteve na década anterior e não conseguiu disputar a hegemonia do campo político por longos anos.

O sucesso eleitoral da esquerda estava amparado em uma ampla e heterogênea gama de contingências para atrair os eleitores. Segundo Panizza (2009), os *surveys* mostram que o papel da ideologia na definição das preferências eleitorais difere significativamente de país para país e isso interferiu na autorização que era dada para as lideranças promoverem mudanças radicais na estrutura de poder. A lógica da participação eleitoral forçou os partidos de centro-esquerda a atingir o maior número de pessoas que se poderia imaginar de sua constituição histórica, e entre esses eleitores há uma significativa parcela da população que não se identifica com a esquerda.

Como, então, explicar o sucessivo êxito eleitoral da esquerda? Como compreender a moderação nos planos de governo da oposição, sinalizando para posturas mais centristas, que foi identificado nos quatro países analisados? Armony (2007) e Arditi (2008) apresentam uma explicação sobre tais fatos. O primeiro autor diz que o descontentamento com o *status quo* e o desejo por mudança social estão capitaneados por uma narrativa que se coloca como uma alternativa à narrativa pró-mercado, que definiu ideologicamente o centro na América Latina. Ele defende que as políticas progressistas não desenvolveram uma política exclusivamente centrista, mas sim construíram um novo ponto de referência para a política. A estrutura do discurso político deslocou-se para um novo centro, definido e ditado pelas forças de esquerda.

Debruçando-se sobre os estudos dos países latino-americanos que não elegeram presidentes progressistas no período analisado, Arditi (2008) verificou que

houve significativas mudanças na composição parlamentar e houve um aumento do espaço das forças à esquerda naqueles contextos nacionais. Isso promoveu, da mesma forma, uma mudança no discurso político: houve um fortalecimento das regras regulatórias do Estado, amenizou-se o excesso das privatizações, aumentaram-se os gastos sociais, as diretrizes do FMI foram analisadas com olhos críticos e, em alguma medida, desconsideradas quando foram contra o interesse nacional, houve a punição dos políticos corruptos, houve a politização das questões de exclusão cultural e étnica, experimentação de novos canais de participação que aprofundam o formato liberal da política. A definição de centro, também nestes países, é uma criação da esquerda.

A conclusão de Armony (2007) e Arditi (2008) é relevante porque lança uma nova compreensão sobre os acontecimentos que tiveram lugar na América Latina. O campo político, suas condições de emergência discursiva e as políticas aceitáveis foram fortemente influenciadas pelos novos governos, que ascendiam pela primeira vez com tamanha força na região. A debilidade pragmática e de candidaturas competitivas à direita está intimamente vinculada ao deslocamento do centro.

3.2.3. Breves suspiros: a organização da direita no Chile e na Argentina

Inobstante o domínio da esquerda na política da região, houve movimentos de reorganização da direita. No Chile, forças de centro-direita ascenderam ao poder por meio eleitoral com a vitória de Sebastián Piñera em 2010. Na Argentina, fundou-se um novo partido - o Propuesta Republicana (PRO) em 2005. Esses movimentos demonstram a articulação de uma corrente contra hegemônica ao discurso progressista, que conseguiu atingir alguns setores relevantes do eleitorado. Nesse sentido, a fim de compreender a complexidade do fenômeno, eles serão analisados em dois subtópicos isolados.

Aliança pelo poder: a vitória de Sebastián Piñera no Chile

As eleições presidenciais que ocorreram no Chile, no ano de 2009, foram significativas para as forças à direita porque foi a primeira vez que a Concertación de Partidos por la Democracia, conglomerado de partidos que surgiu em oposição ao Pinochet e que acumulava quatro vitórias consecutivas, perdeu as eleições 9+-****(LUNA, 2016). O processo eleitoral se deu em dois turnos: no primeiro, a Coalición por el Cambio, formada pela RN e pela UDI, indicaram Sebastián Piñera como candidato. Ele competiu contra o candidato da Concertación Eduardo Frei, e contra

os independentes Jorge Arrate e Marco Enríquez-Ominami. As duas coalizões se enfrentaram no segundo turno e, com 52% dos votos válidos, Piñera foi eleito Presidente do Chile (GUERRERO; VEGA, 2015).

O triunfo eleitoral foi produto, entre outras medidas, de um amplo processo de preparação político-pragmática para alcançar o Poder Executivo. O programa de governo era formado pelo esforço de 1200 profissionais que trabalharam por dois anos, sob supervisão das lideranças do partido (VARAS, 2015). A campanha foi construída a partir das falências das administrações concertacionistas e apontava para a direção das mudanças e para um tipo de política especialmente sensível à comparação do Estado com o mercado financeiro: havia um apelo ao empreendedorismo, baseado da diretriz “uma nova forma de governar” (GUERRERO; VEGA, 2015). O programa enfatizou a construção de uma sociedade de oportunidades, voltadas ao empreendedorismo e à livre iniciativa. No âmbito de governança, a promessa era de um estado eficiente apto a criar mecanismos para incentivar o desenvolvimento e a criação de pequenas e médias empresas. Os sentidos discursivos foram mobilizados para emitirem uma ideia de que a direita também é defensora da democracia, inclusive ressaltando que Piñera votou contrário ao plebiscito consultivo sobre a manutenção de Pinochet no poder (MORGAN; MELÉNDEZ, 2016).

A implementação desses ideais, contudo, enfrentou diversos percalços. No dia 27 de fevereiro de 2010, um terremoto e um maremoto atingiram o Chile e forçou o governo a antecipar e criar novas políticas não previstas no plano (VARAS, 2015). Além de investir em mais políticas sociais do que previa, Piñera teve de lidar com o descontentamento dos cidadãos que estavam há 20 anos sob governança da esquerda e enfrentar um nível de conflito desconhecido. Uma série de medidas de liberalização do mercado encontraram na sociedade civil e no Congresso ferrenhos opositores, de forma que não foi possível implementar o projeto em sua integralidade (GUERRERO; VEGA, 2015). O efeito da combinação entre a necessidade de um enfoque técnico, acrescido da parca experiência que a direita detinha na gestão estatal criou uma crise de magnitude significativa, que desorganizou a gestão como um todo. Diante desta situação, Piñera teve de reafirmar prioridades e enfrentar novas demandas advindas de movimentos sociais (MORGAN, MELÉNDEZ, 2016).

A partir de 2011, o governo passou a enfrentar diversos protestos, principalmente entre os estudantes secundaristas (LUNA, 2016). Eles mostravam que

a população estava descontente com as políticas do Executivo federal. A popularidade presidencial caiu drasticamente naquele período (VARAS, 2015). Isso gerou inclusive desentendimentos dentro da Coalizão da direita e os apoios ao governo passaram, progressivamente, a ruir. Ainda que o Presidente tenha assumido responsabilidade pelos erros do governo, a aliança já demonstrava passar por desgastes nas eleições municipais de 2012. Em maio de 2013, em meio à preparação para as campanhas presidenciais, o fracasso eleitoral já era latente. Não bastasse o desgaste pelas políticas de governo, setores da direita comemoraram, em meio ao processo eleitoral, a passagem dos 40 anos do golpe militar. Isso deteriorou ainda mais a imagem dos partidos de oposição, que concorriam à Presidência através da candidatura de Evelyn Mattei (BARNES; RANGEL, 2014). Como resposta, a candidata da Concertación, Michelle Bachelet, foi eleita, em segundo turno contra Piñera, com 62% dos votos válidos. Foi o melhor desempenho eleitoral da esquerda desde 1989 (BARNES; RANGEL, 2014).

Apesar de a direita não ter cumprido com as expectativas que norteavam sua experiência no governo, a eleição de Piñera foi um marco significativo na estruturação dos partidos, porque conseguiu consolidar uma oposição viável e organizada em face da Concertación. Ademais, as turbulências por que as lideranças passaram no governo - que vão desde desastres naturais à oposição organizada nas ruas - foram fundamentais para que ela acumulasse experiência eleitoral e de gestão pública.

A direita argentina se reconstrói: o caso do Propuesta Republicana (PRO)

O século XXI começou, na Argentina, com a deslegitimação generalizada dos políticos e dos partidos tradicionais, potencializada pela crise social e por mobilizações. Em meio à crise da convertibilidade da moeda, o empresário Francisco de Narváez organizou a Fundación Creer y Crecer, que se propunha a formar equipes técnicas e construir políticas públicas aptas a direcionar o governo e os candidatos à Presidência da República no pleito de 2003 (VOMMARO; MORRESI, 2015). Como sócio, ele admitiu o herdeiro do grupo Sociedad Macri e então presidente do Clube de Futebol Boca Juniors, Maurício Macri. O agravamento da crise política e social, contudo, fez com que os dois sócios, que antes atuavam nos bastidores da política, passassem a considerar a criação de um partido político e a disputa eleitoral em 2003. Em 2005, é fundado o PRO (VOMMARO, 2014).

Em tempos de fronteiras fluidas, a criação do PRO por duas importantes

lideranças do mundo dos negócios atraiu diversos apoiadores. O partido atraiu setores da direita tradicional, que viram na nova organização uma oportunidade para suprimir o vácuo político cultivado por longos anos (CARUNCHO, 2020). Eles também dialogaram com setores conservadores, com quadros importantes do liberalismo e com lideranças influenciadas pela política militar (VOMMARO; MORRESI, 2015).

Apesar de serem rostos muito conhecidos no mundo dos negócios, Macri e Narváez logo se popularizaram por materializar o anseio por renovação política. Eles se colocavam como *outsiders*, detentores de moral ilibada e eficiência para conduzir, a partir de sua generosidade e experiência, o país pelos melhores trilhos (VOMMARO, 2014).

Em 2007, eles venceram o pleito para governar a Prefeitura Municipal de Buenos Aires. A vitória decorreu de um amadurecimento em torno da ideia de partido e da criação de uma identidade própria (VOMMARO, 2019). O PRO se constituiu, naquelas eleições, como, por um lado, um grupo influente nos meios empresariais e, por outro, como um partido de tradições populares, valores morais e perpetuador de novas formas de ver o mundo (a positividade e o cuidado de si). “Fazer mais do que falar” é uma tônica que governa boa parte da estética e da moral partidária (VOMMARO; MORRESI, 2015).

Macri venceu as eleições municipais com o apoio de um pouco mais da metade do eleitorado (VOMMARO, 2014). Uma vez no governo, eles desenvolveram projetos voltados para a ecologia, o fortalecimento do transporte coletivo e a preservação ambiental. Através dessas pautas transdimensionais, ele conseguiu apoio desde as classes mais baixas às mais altas, adentrando em nichos próprios do justicialismo. Sua retórica, que rompe com os vínculos com o passado e reivindica um mundo sem conflitos, contrasta com a constituição discursiva do kirchnerismo e articula uma série de setores descontentes (VOMMARO, 2014).

A partir desta retórica, o PRO propõe uma renovação na direita argentina. Ele conseguiu construir uma visão positiva da direita como uma grande gestora de negócios, ao mesmo tempo que vinculou o trabalho voluntário como algo moralmente admirável (pessoas que se ajudam, que se importam, que doam seu tempo e esforço pelo outro) (VOMMARO, 2019). Ele conseguiu articular cinco segmentos da direita: a direita tradicional, a direita peronista, a direita radical, os quadros empresariais e os profissionais que advém das ONGS e dos *think tanks*. Esses grupos disputam, internamente, a hegemonia do partido (VOMMARO; MORRESI, 2015) e, por

conseguinte, da direita no campo político argentino.

3.3. O ocaso do Ciclo Progressista: as direitas no poder

Ainda que as direitas não tenham se transformado em forças irrelevantes ao longo do ciclo progressista, o giro à esquerda trouxe para elas um cenário de custos políticos altos e de adversidade. Os consensos redistributivos e culturais geraram condições pouco propícias para a imposição de uma agenda voltada à defesa dos valores tradicionais na esfera cultural e social e dos mecanismos de mercado como os melhores indicadores da gestão pública, que eram sentidos que tradicionalmente as vinculavam (LUNA; KALTWASSER, 2014).

Contudo, na segunda década do século XXI, novos atores/mecanismos emergiram e outros vínculos eleitorais, nascidos como instrumentos personalistas, parecem ter iniciado um processo de consolidação de líderes e de eleitores. Em alguns países, novos partidos substituíram partidos tradicionais e vieram a ocupar um espaço que estava vazio por seu colapso ou progressivo declínio. Em outros, as forças novas e antigas competem entre si e fragmentam esforços na busca pelo poder (MONESTIER; VOMMARO, 2021). Os modelos de estruturação partidária são variados: no interior da direita partidária é possível identificar casos em que se investiu uma grande quantidade de recursos na construção partidária, porém também se reconhecem fenômenos que parecem ser veículos eleitorais criados com a finalidade única de viabilizar a candidatura de líderes personalistas (MONESTIER; PIÑERO; ROSENBLATT, 2019).

Em termos pragmáticos, a diversidade de direitas atuais também é evidente e permite reconhecer pelo menos duas tendências claras de renovação. Por um lado, o processo de modernização pragmática que parece aceitar as políticas redistributivas da esquerda e da agenda cultural progressista, (como é o caso do PRO na Argentina (VOMMARO, 2019), do RN e da UDI no Chile (MADARIAGA, KALTWASSER, 2020) e do PN no Uruguai (NOCETTO; PIÑERO; ROSENBLATT, 2020). Essas direitas tiveram que se adaptar ao consenso próprio do giro à esquerda, o que implicou uma ruptura com as antigas tradições sob as quais se assentavam. Ao mesmo tempo, encontraram nos tópicos abandonados pela esquerda terrenos mais favoráveis para instituir uma agenda mais conservadora (MONESTIER; PIÑERO; ROSENBLATT, 2019). Por outro lado, uma direita radical emergiu da direita *mainstream*. Ela se apoiou na reação cultural à agenda de gênero e dos direitos sexuais, aos consensos

redistributivos do giro à esquerda, em especial à incorporação social de grupos excluídos. Essa direita adota, assim, posições contrárias aos direitos humanos, como é o caso da direita bolsonarista no Brasil (MONESTIER; PIÑERO; ROSENBLATT, 2019).

A análise das trajetórias da direita, até então, apontam por continuidades nas rupturas. O lugar que a direita ocupou no período ditatorial foi substituído por novas lideranças, em regra neoliberais e defensoras dos princípios da democracia. Segundo Kaltwasser (2019), a divisão do espectro político é um processo natural e estruturador dos sistemas de partidos, que se mostram aptos a representar a mais vasta gama de orientações ideológicas existentes no eleitorado. Os limites do campo discursivo são dados pelos dois extremos ideológicos, que desempenham a dupla função de servir como pontos de orientação do sistema, ao mesmo tempo que definem os que estão dentro do campo e os que estão fora.

A análise preliminar dos processos eleitorais, objeto desta tese, indica a existência de dois movimentos distintos: enquanto na Argentina, no Uruguai e no Chile as forças da direita se colocaram como alternativa dentro dos limites pré-estabelecidos do campo discursivo, o caso brasileiro tem particularidades que desestruturam o sistema de partidos de forma mais contundente. A fim de desenvolver melhor o argumento, esse subtópico divide-se em outros dois: no primeiro, debruça-se sobre o contexto das eleições dos três países do extremo sul, visando compreender como eles dialogaram com o sistema de partidos pré-estabelecido; no segundo subtópico, analisar-se-á as crises por que passaram as instituições brasileiras desde o impeachment de Dilma Rousseff, focando na desestruturação do tradicional sistema de partidos que vigeu desde a redemocratização.

3.3.1. Em busca da hegemonia: as direitas e a disputa partidária na Argentina, Uruguai e Chile

A alternância de poder, após longos anos de governança progressista, iniciou na Argentina em 2015, quando Maurício Macri foi eleito Presidente da República. Sua eleição se deu por meio de alianças entre os setores da direita descontentes com o governo kirchnerista, com os partidos tradicionais da oposição e com setores dissidentes do PJ (VOMMARO, 2019). Diante do esgotamento do modelo de desenvolvimento progressista, sua vitória não foi recebida com grande surpresa pela mídia e pelos analistas internacionais: além de Macri ter sido um popular prefeito da

capital argentina, ele era apoiado por segmentos importantes da sociedade argentina e se colocava como uma alternativa viável por buscar o fortalecimento das instituições democráticas (MONESTIER; PIÑERO; ROSENBLATT, 2019).

Assim como seu partido PRO, Maurício se consolidou dentro do espectro político da direita por canalizar a maioria dos anseios dos eleitores e partidos oposicionistas. Ele foi criado e fortalecido no bojo do sistema de partidos tradicionais e se caracterizou por ser o polo antagônico às políticas kirchneristas. A vitória de Lacalle Pou, no Uruguai, e de Sebastián Piñera no Chile guarda algumas semelhanças fundamentais com o pleito argentino: as candidaturas foram construídas, desde o princípio, em torno de lideranças com forte trajetória de divergência ao governo progressista, referendadas pelos partidos de oposição; a apresentação pragmática se deu em torno das críticas às políticas desenvolvidas nos governos anteriores e pela defesa do receituário neoliberal; todos os candidatos afirmaram o compromisso com a defesa intransigente dos direitos humanos e da democracia como valores transnacionais; a disputa eleitoral se deu dentro das regras da democracia eleitoral e não pairava qualquer dúvida que a transição seria constitucionalmente orientada.

Naturalmente, cada eleição é um momento particular da vida política dos países. Nos próximos subtópicos, analisar-se-á como se constituíram as forças que conduziram os líderes de direita ao poder em cada um dos contextos políticos estudados. Contudo, o contexto discursivo no qual elas se desenvolveram, o comprometimento das lideranças políticas com os direitos humanos e com as democracias, o desenho suprapartidário e a construção das coalizões aproximam as três experiências, que foram marcadas por mudanças de governo estáveis e democraticamente maduras.

Unidos pela mudança: a vitória de Mauricio Macri na Argentina

Mais de doze anos depois dos comícios que levaram Néstor Kirchner à Presidência, encerrando um período de profunda crise econômica, social e política, as eleições presidenciais de 2015 instalaram novamente uma cena em que as coalizões sociais opostas competem em torno da instauração de dois modelos políticos, econômicos e, até mesmo, culturais antagônicos (KARG, 2016). A Frente para la Victoria (FPV), uma coalizão formada em 2003 que agregou o PJ e outros dez partidos de orientação de esquerda e radical, optou por lançar Daniel Scioli como candidato à Chefia do Poder Executivo no pleito de 2015. Além de ter sido vice-

presidente da Argentina durante o governo de Néstor Kirchner, entre 2003 e 2007, Scioli também foi governador da Província de Buenos Aires entre 2007 e 2015. Por seus vínculos com o kirchnerismo, ele representava o sucesso e o fracasso dos governos anteriores (ZUNINO; MARÍN, 2017). O principal opositor de Daniel se articulou por meio da coalizão "Cambiemos", que unificou os tradicionais partidos da direita UCR e CC e o recém-criado PRO (VOMMARO, 2019). Dado o sucesso eleitoral de Macri nas duas gestões sucessivas da cidade de Buenos Aires e pela crescente eleitoral do partido desde sua criação, o PRO liderou o movimento eleitoral da oposição (VOMMARO, 2019).

Desde o seu começo, o PRO se definiu como um partido pós-ideológico, com uma estratégia flexível e pragmática, que busca construir consensos de governabilidade para levar a cabo seu projeto político (VOMMARO, 2016). Ele tem um diagnóstico claro sobre as resistências da sociedade e da economia argentina a apoiar majoritariamente políticas de abertura econômica e flexibilizar a regulamentação dos mercados, assim como reduzir a inversão pública em bens de provisão universal (VOMMARO, 2016). Assim, ainda que o tipo de economia que os seus líderes defendem seja similar ao que defendem os economistas ortodoxos, seu pragmatismo e sua pretensão de fazer o PRO um partido apto ao poder os levou a proferir o gradualismo em relação à abertura da economia argentina e em relação ao papel do Estado. Sob sua liderança, o Cambiemos se colocou como uma alternativa viável (VOMMARO, 2016).

Apesar do sucesso eleitoral na capital federal, a oposição enfrentou, nas eleições anteriores, dificuldades para se enraizar no interior. Quando a campanha eleitoral começou, no dia 25 de outubro de 2015, a FVP era dada como grande favorita e havia indicativo de vitória em primeiro turno (ZUNINO; MARÍN, 2017).

Neste contexto adverso, o discurso de Macri foi construído, majoritariamente, pela oposição ao projeto kirchnerista. Ele o fez através da mobilização em torno da necessidade de modernizar o país econômica e socialmente. Ele dizia estar acima da polarização direita e esquerda, imbuído do ideal de levar a Argentina por caminhos que a gestão anterior não fora capaz de fazer (KARG, 2016). O PRO foi criado com um projeto sociocultural e econômico claro, mobilizado por *ethos* do voluntariado e do empreendedorismo amparado no mundo dos negócios e no terceiro setor que se propôs a tornar o Estado eficiente e transparente. Se o kirchnerismo - em especial a partir de 2008 - fez uma divisão binária do espaço político através de uma lógica de

construção de poder que pressupunha que o governo representava os interesses do povo e seus adversários os interesses corporativos, a centro direita calcou seu discurso em um projeto de diminuição da intensidade do conflito político através da união do povo argentino (KARG, 2016).

Macri propôs um programa diferenciado, vinculado ao que ele chamou de “agenda republicana”, voltada à submissão do poder aos ditames da lei. O discurso da direita adaptou-se para aceitar alguns pontos que eram consensos nos discursos da época, como a manutenção de programas sociais (por exemplo, Asignación Universal por Hijo), e tolerou a intervenção do Estado em certas áreas estratégicas da economia, como a energia e o transporte. Macri levou a questão do “estilo” de exercer o poder e a relação entre os poderes do Estado ao centro do debate político (VOMMARO, 2017).

A agenda institucional proposta por Macri estava intimamente ligada à pauta da modernização. Para ele, o respeito à divisão de poderes é pressuposto elementar para consolidação do Estado argentino e para sua modernização e adequação aos pressupostos da economia globalizada do século XXI (MONESTIER; VOMMARO, 2021). Macri acusou o kirchnerismo de ser um movimento do século passado e afirmou a importância de reconciliar seu país com o tempo presente e a urgência do rompimento com os pressupostos do passado. Esse era o foco da revolução republicana, que não se ateve ao conteúdo das políticas, mas que se propôs a mudar as relações sociais e econômicas dos argentinos com o Estado (MONESTIER; VOMMARO, 2021).

O candidato da direita buscou o apoio dos setores produtivos fazendo críticas às excessivas regulações estatais da vida econômica, sem deixar de considerar o papel central do Estado como gestor de recursos, em especial no que tange à proteção de alguns direitos sociais (VOMMARO, 2019). No discurso do PRO e do Cambiemos, consta a preocupação e a necessidade de proteger setores vulneráveis. Particularmente nos últimos anos do ciclo kirchnerista, quando se consolidou como força claramente opositora, ele incorporou como elemento central de seu programa a defesa de uma concepção política republicana-liberal, e, junto com ela, as denúncias de corrupção governamental (VOMMARO, 2017).

As estratégias de Macri foram mais bem-sucedidas do que se poderia pressupor. No primeiro turno, Scioli foi ligeiramente mais votado do que Macri. A diferença percentual entre os dois candidatos é de 2,1% dos votos. O peronismo, que

esperava uma vitória no primeiro turno, se viu sem grandes chances no segundo turno. Após 12 anos de governo, o Cambiemos venceu na Província de Buenos Aires, inclusive em regiões mais pobres que tradicionalmente apoiavam o PJ (ZUNINO; MARÍN, 2017).

Os desafios impostos a Scioli eram muito difíceis de se cumprir. Em 22 de novembro de 2015, o Cambiemos consagrou Macri como Presidente por uma diferença muito pequena: 51,34% sobre 48,66% dos votos do FPV (VOMMARO, 2017). A eleição desnudou um contexto político muito dividido, impondo ao vencedor o desafio de reorientar as políticas públicas, lidando ao mesmo tempo com as demandas e as resistências da sociedade democrática e mobilizada.

Em definitivo, as eleições mostraram a tensão que sempre está presente nos contextos eleitorais que se materializa no dilema entre levar a cabo um determinado projeto socioeconômico e os limites de exequibilidade desse projeto. Em seus últimos anos de governo, os progressistas prometeram mais do que podiam fazer e pagaram o preço eleitoral por suas escolhas (VOMMARO, 2016). A mudança de orientação auxiliou a estimar quais são os legados deste ciclo e, em que medida, há situações e acordos culturais e redistributivos estabelecidos que a direita foi obrigada a incorporar em seu programa para se tornar elegível e quais são aqueles que, por não estarem sedimentados na sociedade, eram de mais fácil readaptação à perspectiva ideológica liberal ou até mesmo, em casos de incompatibilidade, remoção.

Piñera de volta ao poder: as eleições chilenas de 2017

Após o período de letargia nos anos 1990, a direita chilena voltou a se estabelecer como uma força competitiva na arena eleitoral. Desde 1999, ela tem tido força suficiente para levar seus candidatos ao segundo turno nas disputas pelo Poder Executivo nacional e, no Poder Legislativo, formou bancadas significativas a ponto de participar de negociações relevantes com o governo. Em 2009, ela rompeu com o jejum de quase duas décadas e elegeu Piñera Presidente da República.

As conquistas da direita sempre se deram em um contexto de relações amistosas entre os dois principais partidos, a RN e o UDI (LUNA; KALTWASSER, 2021). Eles normalmente unificavam suas campanhas em torno de um único candidato, o que lhes garantiu os votos de parcela significativa do eleitorado. Contudo, tal padrão de disputa rompeu-se no ano de 2017: para as primárias, que ocorreram em 2 de julho, a direita apresentou três candidatos: Felipe Kast, José Manuel

Ossandón e Sebastián Piñera (LUNA; KALTWASSER, 2021).

A candidatura de Felipe Kast contou com o apoio de um grupo de políticos de centro-direita que, em 2015, formaram uma nova organização partidária chamada Evolución Política (Evópoli). A ideologia da organização era, em termos econômicos e de valores, liberal. Eles tinham preocupação com a defesa dos direitos humanos e teciam críticas à ditadura de Pinochet. Segundo Kaltwasser (2019), grande parte de sua agenda pragmática centrava-se em posições liberais sobre temas da moral coletiva (como a defesa da eutanásia e do matrimônio homossexual), apesar de se oporem ao aborto. No campo partidário chileno, o Evópoli é uma renovação: além de ser composto por quadros jovens e altamente capacitados, eles se colocam como uma alternativa às ideias defendidas tradicionalmente pela UDI e pela RN (LUNA, 2020).

O segundo candidato da direita é José Manuel Ossandón, que era senador pela RN e que decidiu se colocar no pleito eleitoral como independente. A agenda de campanha do candidato buscava ultrapassar o debate tecnocrático, que por tanto tempo caracterizou a direita, para se aproximar das demandas populares (LUNA, 2020). Isso fez com que o candidato se afastasse, ao menos em parte, do receituário neoliberal: ele defendia a política de gratuidade do sistema de educação superior (política que foi implementada no segundo governo Bachelet) (LUNA, 2020). Seu discurso também tinha tonalidades conservadoras, visto que ele costumava adotar uma postura de defesa da família tradicional e da moralidade, além de focar nos modelos de repressão violenta à delinquência (LUNA, 2020).

O terceiro candidato da direita, Sebastián Piñera, era o grande favorito. Além de ele já ter sido Presidente da República, as pesquisas o colocavam, desde o princípio, como o provável ganhador. Apoiado pelos dois partidos tradicionais da direita - a RN e a UDI - Piñera construiu sua campanha focado em atacar o segundo governo de Bachelet por seu impacto negativo na economia e pela implementação de reformas que eram contrárias, na sua visão, ao exitoso modelo de desenvolvimento chileno (KALTWASSER, 2019). Colocando-se como um político experiente, Piñera construiu uma imagem de si próprio como o único administrador apto a colocar o país novamente no rumo do desenvolvimento (KALTWASSER, 2019).

O resultado das pesquisas foi confirmado nas prévias. Com 58,35% dos votos, em oposição aos 26,25% de Ossandón e 26,25% do Kast, Piñera foi declarado vencedor (LUNA, 2020). Ele disputou, nas eleições presidenciais, a preferência do eleitorado de direita com José Antonio Kast, antigo político vinculado à UDI. Ele se

colocou como independente, porque - em sua opinião - a direita chilena abandonou suas origens e se parecia com as ideias da esquerda (LUNA; KALTWASSER, 2021). Ele trouxe ao debate público ideias polêmicas: no âmbito da economia, ele propunha baixar impostos e diminuir o aparato estatal. Ele também ressuscitou antigos dilemas do período da redemocratização, exigindo o perdão a militares presos por crimes de lesa humanidade (LUNA; KALTWASSER, 2021).

As forças de centro-esquerda, em especial Bachelet e seus ministros, centraram o apoio na candidatura de Alejandro Guillier (LUNA; *et al,* 2021). Ainda que ele tenha se colocado como independente, sua candidatura foi fortalecida por diversos partidos de centro e centro-esquerda, que o conduziram ao primeiro turno eleitoral sem que fossem realizadas primárias. Apesar da radicalidade de Kast, Guillier tinha em Piñera seu principal opositor e mais ferrenho crítico.

Em 19 de novembro de 2017, definiu-se a dupla de candidatos - um de direita e outro de esquerda - que se enfrentaram em segundo turno: Sebastián Piñera recebeu 37% dos votos do eleitorado, seguido de Guillier, com 23% deles (LUNA; *et al*, 2021). Segundo Kaltwasser (2019), os resultados do primeiro turno descortinaram três características importantes do momento que vivia o Chile: a) o candidato do RN e da UDI não tinha o apoio eleitoral que ele pressupunha ter: as pesquisas indicavam que ele faria uma votação muito mais alta do que ele realmente fez, inclusive com a possibilidade de eleição já no primeiro turno. Uma parte significativa de seus eleitores buscaram alternativas mais radicais; b) José Antonio Kast conseguiu atrair mais de 10% do eleitorado, o que indicou que há apoio, entre o eleitorado chileno, à agenda da direita radical, a qual não se sentia representada pela RN ou pela UDI; c) a crise do governo Bachelet foi transferida para Guillier, que obteve um resultado eleitoral - em primeiro turno - muito abaixo do que era esperado. Isso foi a materialização de uma crise na esquerda.

Tão logo se iniciou o segundo turno, Kast declarou apoio integral a Piñera. Ele não fez exigências e nem pediu adaptações pragmáticas porque acreditava que a principal urgência era tirar a esquerda do poder (LUNA; KALTWASSER, 2021). José Manuel Ossandón, por outro lado, adotou uma postura mais ambígua e somente aceitou apoiar Piñera se ele se comprometesse a manter o programa de gratuidade do ensino superior (LUNA; KALTWASSER, 2021). Tais promessas impactaram na agenda pragmática de Piñera que, no segundo turno, teve de passar por adaptações para que fosse ampliado seu apoio eleitoral (LUNA; KALTWASSER, 2021).

O segundo turno das eleições ocorreu em 17 de dezembro de 2017. Conforme esperado, Piñera assumiu a chefia do Poder Executivo com o apoio de 54,4% do eleitorado (LUNA; *et al*, 2021).

A renovação do tradicionalismo: Lacalle Pou é eleito Presidente do Uruguai

Assim como na Argentina, a vitória da direita no Uruguai se deu em eleições disputadas em segundo turno. Apesar de ser considerado um sistema partidário estável – estabelecido na disputa entre dois blocos ideológicos e três partidos políticos – as eleições de 2019 envolveram a proposição de diversas candidaturas e, até mesmo, a criação de um novo partido.

A polarização, no primeiro turno, se deu entre as duas organizações de centro-direita e a FA: enquanto Daniel Martínez Villamil era o candidato da esquerda para suceder Tabaré Vasquez, a centro direita se dividia entre o apoio ao candidato do PN, Luis Lacalle Pou, e do PC, Ernesto Talvi (ELIAS, 2020). De forma inédita, os votos da direita também foram disputados por um partido recém-criado, chamado de Cabildo Abierto (CA). Liderado por Guido Manini Rios - um ex-comandante-chefe das Forças Armadas até março de 2019, quando foi destituído por insubordinação ao defender a suspensão das liberdades democráticas e o uso da tortura - o partido se propôs a unificar os setores descontentes com a instituição do regime democrático, entusiastas do fascismo e do período autoritário (QUEIROLO, 2020).

O primeiro turno eleitoral ocorreu no dia 29 de outubro de 2019. A FA foi a força mais votada com 39,02% dos votos válidos, o que foi insuficiente para sua vitória em primeiro turno. O PN foi o segundo mais votado, com 28,62% dos votos, seguido pelo PC (12,34% dos votos) e pelo CA (11,04% dos votos) (ELIAS, 2020). Ao todo, o processo eleitoral envolveu a participação de 9 partidos diferentes, sendo que desses, 7 conseguiram representação nas Casas Legislativas. Isso significava que os candidatos encaminhados ao segundo turno teriam de negociar suas coalizões para garantirem o sucesso eleitoral (NOCETTO, PIÑERO, ROSENBLATT, 2020).

Antes do resultado eleitoral do primeiro turno, os partidos de centro-direita haviam se reunido e acordado apoio mútuo ao candidato que vencesse a primeira consulta popular. Em troca, o vencedor se comprometeu a distribuir equitativamente os ministérios e demais cargos do Poder Executivo (ELIAS, 2020). Assim, Lacalle Pou já partiu do apoio do PC e precisava negociar com o CA e demais partidos menores da direita para formar a maioria. O apoio necessário veio logo depois do anúncio do

resultado eleitoral e foi formada a coligação de direita e de oposição que, por sua pluralidade de ideias, chamou-se “Coalición Multicolor” (ELIAS, 2020)

Lacalle Pou é um político de tradição no contexto uruguaio. Seus antepassados foram fundadores do PN em 1836 e, desde então, sua família influi nos rumos da política nacional (QUEIROLO, 2020). Seu pai foi presidente do Uruguai entre 1990 e 1995, abdicando de sua liderança em prol da candidatura do filho (QUEIROLO, 2020). Na campanha, ele culpou a gestão da FA pelas crises econômicas que tiraram milhares de uruguaios do mercado de trabalho formal, indicando sua aptidão para promover uma gestão transparente, eficiente e moderna do Estado (QUEIROLO, 2020). Dessa forma, eles conseguiram conquistar parte significativa do eleitorado, principalmente o público mais jovem, que atribuía à FA a responsabilidade pela situação econômica e social que vivia o país (QUEIROLO, 2020).

Inobstante as críticas duras à gestão de FA, a Coalición Multicolor teve dificuldades para conquistar a maioria do eleitorado. O segundo turno, que ocorreu em 24 de novembro de 2019, conduziu Lacalle Pou à Presidência por uma pequena diferença de votos: a FA perdeu por 1,58% dos votos válidos (NOCETTO, PIÑERO, ROSENBLATT, 2020). Depois de 15 anos no governo, a FA volta à oposição, e um novo jogo de forças – algumas tradicionais e outras novas – se coloca no contexto dos partidos uruguaios (NOCETTO, PIÑERO, ROSENBLATT, 2020).

Apesar das transformações que ocorreram nas eleições de 2019, o sistema uruguaio segue dividido em dois blocos ideológicos principais. O sistema de partidos é balizado a partir do governo do PN com o apoio do PC, tendo na FA a sua oposição. Ainda que o CA tenha feito um número significativo de votos, ele ainda não conseguiu se colocar como força alternativa a esse modelo e tampouco conseguiu tensionar os limites do campo discursivo e definir a gramática discursiva da política (QUEIROLO, 2020).

A transição entre o governo de esquerda para o de direita ocorreu, no Uruguai, com respeito às tradições e cultura do país. O governo de Lacalle foi legitimado por apenas metade da sociedade uruguaia, o que o condiciona a tomar decisões mais moderadas e a levar em consideração os votos e orientações da centro-esquerda. O nível de conflito político no país segue estável e as instituições seguem funcionando regularmente dentro dos pressupostos da democracia representativa liberal.

Mudanças e aprendizados: o longo caminho da direita até a vitória eleitoral

A vitória eleitoral da direita, nos três países analisados, decorreu após um longo percurso de fracassos eleitorais e aprendizados. Eles apresentaram uma capacidade de acomodação ideológica que se relaciona intimamente com o contexto discursivo das crises econômicas e sociais do começo do século XXI que fomentaram mudanças pragmáticas, embora as forças de centro-direita não tenham abandonado o neoliberalismo e nem as temáticas conservadoras (MONESTIER, VOMMARO, 2021).

A literatura em política comparada indica que os partidos políticos tendem a repensar sua agenda de acordo com o resultado eleitoral (ADAMS, 2012; BUDGE, 1994). Quando os partidos acumulam resultados insuficientes nos pleitos eleitorais, é natural que se abra internamente um processo de reflexão que promova modificações nas estruturas internas que tenham por objetivo maior popularidade eleitoral. Conforme Budge, Ezrow e McDonald (2010), o processo de adaptação não é automático e nem unidirecional, tendo em vista que alguns setores dos partidos defendem posições mais moderadas e, outras, mais radicais. A velocidade e a direção que se adota depende, em grande medida, da evolução eleitoral que é obtida.

As pesquisas em cultura política demonstram que, ao longo do ciclo progressista, as demandas por cidadania se ampliaram e contaram com relativo apoio popular. Isso gera mudanças culturais significativas, que impactam na política. Segundo Kaltwasser (2017), os *surveys* aplicados pelo Latinobarômetro nos três países apontam que a sociedade se tornou progressivamente mais liberal em termos morais, e isso impactou na forma como a direita construiu suas plataformas eleitorais. Como consequência, uma parte da direita reconhece que o consenso econômico que vigorou no período pós-transição não está adequado à nova realidade e que foi um equívoco pressupor que o modelo de livre-mercado contava com massiva legitimidade popular (MANSUY, 2016).

O reconhecimento destes limites, e a progressiva modificação da agenda da direita, permitiu que sua base de apoio fosse ampliada. É unânime nos discursos dos candidatos analisados o reconhecimento de que a influência estatal é desejável em determinados setores, além de serem essenciais as políticas redistributivas desenvolvidas ao longo do ciclo progressista. A democracia é exaltada como valor inconteste entre as lideranças dos partidos e há um esforço para se afastar do passado ditatorial.

Não se pode desconsiderar, no entanto, que uma parcela mais conservadora tenha se sentido órfã após esse giro da direita. A adaptação pragmática criou um

vácuo político que está sendo, progressivamente, ocupado por forças radicais (MONESTIER, VOMMARO, 2021). No Uruguai, esses efeitos foram sentidos quando da criação do Cabildo Abierto. No Chile e na Argentina, a reorganização das forças da extrema direita pode ser sentida nas eleições que ocorreram no ano de 2020: no Chile, Kast colocou-se como candidato nas últimas eleições que ocorreram em 21 de novembro de 2021 e foi conduzido ao segundo turno, com maioria dos votos válidos. Na Argentina, setores dissidentes do macrismo se articulam em torno de Javier Milei, crítico do governo de Macri por adotar posturas moderadas no campo dos costumes e da economia. Essas experiências endossam que os contextos eleitorais analisados foram protagonizados por forças moderadas no campo da direita, que apresentam um programa e uma concepção política que se difere dos extremismos na Europa e, principalmente, no Brasil.

3.3.2. Do impeachment de Dilma Rousseff a Jair Bolsonaro: a construção da extrema-direita no Brasil

O segundo turno das eleições presidenciais de 2014, disputada pela candidata petista Dilma Rousseff e pelo tucano Aécio Neves, já prometia um governo instável. A sociedade brasileira, após o trauma das grandes manifestações que tomaram o país em 2013 e enfrentando um ligeiro decrescimento econômico, cultivava um sentimento de antipatia com a elite política. Com o maior nível de abstenção desde 1989, quando foi realizada a primeira eleição após o período ditatorial, Dilma é reconduzida à Chefia do Poder Executivo. O resultado eleitoral é recebido com desconfiança por alguns setores da direita política - inclusive entre correntes tucanas - que ensaiavam manifestações cujo objetivo era questionar a lisura da urna eletrônica.

O Congresso eleito reproduziu os anseios da população por mudanças: muitas cadeiras foram ocupadas por novatos e as forças progressistas perderam assentos importantes na composição das Casas Legislativas (ABRANCHES, 2020). Os jornais anunciavam se tratar do Congresso mais conservador desde a redemocratização, o que já era um prelúdio da dificuldade que o núcleo petista teria para formar governo (ABRANCHES, 2020).

No primeiro ano de governo, sob forte oposição, Dilma tomou medidas para impulsionar o crescimento econômico, inclusive atentando contra os interesses da elite financeira (MIGUEL, 2019). O país não atendeu seu chamado: em 2015, o PIB brasileiro caiu 3,8%, o maior decrescimento em 25 anos. O desemprego aumentou

38% em 12 meses, a taxa mais alta em 11 anos (MIGUEL, 2019).

Não bastasse o desempenho econômico, pairavam sérias desconfianças sobre a idoneidade do governo. No ano de 2014, a Polícia Federal lançou uma operação que visava desvelar escândalos de corrupção e que atingiu, inclusive e não só, alguns segmentos do PT. Para a mídia e a opinião pública, o cenário desfavorável tinha uma única e exclusiva explicação: a crise ocorreu porque o Brasil estava sem dinheiro e a falta de dinheiro se deu porque a classe política (em especial o PT) o roubou (ROCHA, 2018).

Nesse cenário, a popularidade das forças de esquerda havia atingido o menor índice desde a vitória de Lula, em 2003. Estava dada a janela de oportunidade pela qual a oposição tanto buscava: a direita e a centro-direita articularam, juntos com movimentos da sociedade civil, a interrupção prematura do mandato de Dilma Rousseff por meio da instauração do processo de impeachment (MIGUEL, 2019).

A saída do PT do governo ensejaria uma gestão provisória do PMDB e, no próximo pleito, a legitimação da principal força opositora nas urnas. Contudo, os cálculos do PSDB não levaram em consideração as contingências que ameaçavam a ordem institucional e que, mais uma vez, adiaram o seu projeto de governar o Brasil.

Jair Bolsonaro, um deputado federal do baixo clero e distante das grandes negociações da política, conseguiu articular os sentimentos de frustração e desesperança que assolavam parcela significativa dos brasileiros. Existia um crescente número de eleitores que se sentiam pouco representados pela política tradicional e que depositavam nas principais forças políticas a culpa pelas crises econômicas e sociais (ALMEIDA, 2019). Sua insatisfação – que parece ganhar mais fôlego conforme se reduzem as ofertas de trabalho e o poder aquisitivo da população, além do aumento da sensação de insegurança pública – foram canalizadas por grupos de extrema direita que se fortalecem pela exploração da retórica antissistema (ROCHA, 2018).

Com apenas oito segundos de campanha televisiva, Bolsonaro não só se fez Presidente da República, como também auxiliou na eleição de 52 deputados federais do até então insignificante Partido Social Liberal (PSL), por ele escolhido como partido às vésperas do prazo final para proposição das candidaturas. A onda bolsonarista também se fez sentir nos governos estaduais, que passaram a ser geridos por políticos de primeira viagem e totalmente desconhecidos do público.

A eleição de Bolsonaro se deu em um contexto de altíssima polarização. As

causas que o levaram à Chefia do Poder Executivo são sobredeterminadas e plurais, e existem vários debates colocados no âmbito da Ciência Política sobre a natureza das transformações que ele propõe (PEREIRA DA SILVA, 2018). Considerando os objetivos da tese, a experiência brasileira será analisada a partir de três enfoques principais: a) a saída do PT, principal expoente do progressismo brasileiro, por meio de um processo de impeachment o que claramente o distancia dos outros três casos analisados, através dos quais a esquerda é derrotada eleitoralmente, b) a campanha eleitoral de Bolsonaro e, por fim, c) o impacto da onda bolsonarista no sistema de partidos nacional.

Se empurrar, ela cai: o fim prematuro do governo de Dilma Rousseff

Preocupado com as constantes interrupções dos regimes democráticos da América Latina, Guillermo O'Donnell (1994) - ainda nas décadas de 1980 e 1990 - debruçou-se sobre o funcionamento das instituições na região. Ele concluiu que convivem e se complementam dois tipos de estruturas institucionais que moldam o comportamento político, que ele definiu como instituições formais e informais. As primeiras pressupõem o conjunto de normas e hábitos legalmente previstos, ao passo que as segundas compreendem regras socialmente compartilhadas, geralmente não escritas, que são criadas, comunicadas e aplicadas fora dos canais sancionatórios oficiais (LEVITSKY, 2008).

O cientista político argentino concluiu que o funcionamento da política depende da correlação saudável entre essas duas estruturas institucionais. O arranjo delicado de forças, que é simplificado pela literatura institucionalista como o regular funcionamento das instituições, pressupõe uma série de crenças e acordos compartilhados que fazem com que um governo concretize seus objetivos políticos. Quando esse frágil equilíbrio se desfaz, criam-se as condições para a crise política.

Transpondo as conclusões de O'Donnell para o contexto brasileiro, Barros (2019) conclui que o governo Dilma enfrentou diversas crises. Desde a redemocratização, o Brasil vem ampliando os mecanismos de controle democrático e de investigação da corrupção política. Nas primeiras décadas do século XXI, houve um investimento maciço na qualificação dos setores de inteligência e de investigação, o que contribuiu para que fossem deflagradas importantes operações que desnudaram emblemáticas organizações de corrupção, como o Mensalão e a Lava

Jato[10]. No ano de 2014, a partir da lavagem de dinheiro em um posto de gasolina em Brasília, a Polícia Federal descobriu e publicizou uma rede de desvio de dinheiro público e de troca de favores com empresas privadas que atingiu relevantes setores do empresariado e as principais lideranças partidárias. O funcionamento de uma das instituições informais mais importantes para a manutenção eleitoral dos partidos estava sob ameaça e as lideranças dos partidos mais relevantes no Brasil esperavam que o Poder Executivo Federal, na condição de chefe dos setores investigativos - intervisse para frear as investigações. Contudo, o PT não fez o que diversos parlamentares esperavam dele. O rompimento de uma regra gera sanções sociais: se Dilma Rousseff não desempenhasse sua função fundamental de proteção da elite política, restava clara a necessidade de substituí-la (BARROS, 2019).

Além disso, o Brasil passava por um momento econômico delicado. O fim do ciclo dos *commodities* ameaçava os gastos com políticas sociais que caracterizaram a gestão progressista, bem como os incentivos para o fomento de uma elite industrial nacional (FAUSTO, 2019). Ao fim de 2014 e início de 2015, Dilma havia acumulado críticas nos setores produtivos, insatisfeitos com o decrescimento econômico, com as poucas iniciativas da Presidência para inserir o país no comércio internacional e com a baixa produtividade de bens de alto valor agregado. Por outro lado, a tentativa de Dilma de superar problemas com a Nova Matriz Econômica, que pressupunha uma política de juros ligeiramente desfavorável para o setor financeiro, mostrou-se fracassada (BARROS, 2019). Entre os pequenos, médios e grandes empresários, pairava o receio sobre os rumos da crise. Se antes o debate centrava-se na discussão sobre quem deveria ser usuário de políticas de redistribuição de renda, agora as elites se digladiavam para saber quem iria dispor de seu patrimônio para o Estado arcar com os custos da crise (BARROS, 2019).

As relações de equivalências em torno da necessidade de findar prematuramente o governo de Dilma, neste contexto, ampliava-se: entre os setores populares, havia aqueles que estavam insatisfeitos com a falta de oportunidades de trabalho e com a corrupção do governo; entre a classe política, esperavam-se atitudes para conter as investigações da Operação Lava-Jato e, entre os empresários, havia

[10] O mensalão foi uma operação, deflagrada entre os anos de 2004 a 2006, que investigou o desvio de dinheiro público para a compra de votos parlamentares. A Lava-Jato é uma operação, deflagrada em 2014 e que segue até os dias atuais, que buscava investigar a atuação de organizações criminosas formadas por empresários, doleiros e agentes públicos. Ela surgiu a partir da identificação de irregularidades em contratos firmados pela estatal responsável pela extração do petróleo, a Petrobrás.

ânsia por investimentos efetivos em políticas para conter a crise econômica que persistia pelo segundo ano consecutivo.

Tais segmentos da sociedade unificaram-se em torno de movimentos oposicionistas, que tomaram as ruas no ano de 2015 (TATAGIBA, 2019). Muitos protestos ocorreram, o que levou a literatura sobre movimentos sociais considerar esse o principal período de manifestações de direita desde a redemocratização (TATAGIBA, 2019)). A primeira daquele ano ocorreu no dia 15 de março e levou aproximadamente 1 milhão de pessoas à Avenida Paulista (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015), configurando-se na maior manifestação desde as Diretas Já, conforme o Datafolha (BRAGA, 2015). Uma semana depois, foi realizada uma nova pesquisa de opinião, segundo a qual somente 13% dos brasileiros consideravam o governo federal bom ou ótimo (IBOPE, 2015).

A popularidade de Dilma foi caindo no primeiro ano de seu segundo mandato, conforme se ampliava a cadeia de equivalências em favor de sua cassação. Segundo Miguel (2019), as manifestações de 2015 não foram palco de um movimento uníssono: foram às ruas tanto pessoas que começavam a sofrer os efeitos da retração econômica do país e buscavam melhores condições de vida como também aqueles que viram no movimento a oportunidade de popularizar ideias que até então gozavam de baixa credibilidade. A opinião pública foi disputada por uma ampla campanha (virtual e real) promovida por setores de doutrinas e posicionamentos distintos que passaram a adotar uma atitude pragmática visando derrotar um inimigo em comum, materializado no PT.

Desgastada pela opinião pública e resistente às negociações com as elites do Congresso Nacional, Dilma Rousseff foi comunicada na manhã do dia 02 de dezembro de 2015 que o então presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha, recebeu a denúncia para dar início ao seu impeachment (GOIS; FERNANDES, 2015). Nove meses depois, no dia 31 de agosto de 2016, se processa a condenação e o afastamento definitivo da líder petista.

O PT deixa o governo desgastado e apático, visto que as manifestações em apoio ao partido tiveram baixa adesão do público. Assume o governo o então vice-presidente Michel Temer, liderança do MDB e peça ativa na orquestra do impeachment. Através de uma carta pública, ele se desvinculou do governo Dilma dias depois de Eduardo Cunha receber a denúncia do impeachment e iniciou um flerte - que perdurou pelos dois anos seguintes - com as tradicionais forças da direita.

De candidato improvável a Presidente da República: a construção da alternativa Bolsonaro

Em 01 de janeiro de 2014, quando Jair Bolsonaro tomou posse de seu sétimo mandato como Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro, ninguém poderia dizer que ele viria a ser Presidente da República dali a quatro anos. Afastado das principais lideranças congressistas e conhecido exclusivamente entre o meio militar e conservador carioca, o político não tinha apresentado até então nenhum projeto de lei digno de notas jornalísticas (GOMES, 2019).

Sua aparição mais notável na 55ª Legislatura se deu no dia da votação da aceitabilidade do pedido de impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. Fazendo menção ao antigo torturador da então Presidente da República durante o regime militar brasileiro, o parlamentar chocou parcela da população brasileira pela brutalidade de sua manifestação (QUINHALHA, 2019). Contudo, não se pode dizer que a apologia aos Anos de Chumbo tenha chocado ou intimidado a sociedade brasileira como um todo. Em pesquisa realizada no dia anterior à votação, Bolsonaro já tinha a preferência de 8% da população brasileira para chefiar o Poder Executivo. Entre a classe mais rica do país, a simpatia pelo parlamentar era significativamente maior: 23% dos eleitores dariam seu voto ao candidato em primeiro turno, se o pleito se desse naquela data (SINGER; VENTURINI, 2019).

Às vésperas do primeiro turno das eleições de 2018, Bolsonaro havia travado uma efetiva campanha para atingir amplos segmentos do eleitorado (SINGER, VENTURINI, 2019). Ele foi se tornando mais popular entre os segmentos de menor renda, tendo a preferência de 51% dos eleitores que recebem entre 5 a 10 salários-mínimos e de 41% dos eleitores do segmento intermediário inferior. Dentre os mais ricos, o apoio ao candidato subiu para 55% dos eleitores. Somente entre os mais pobres – que recebem até dois salários-mínimos por mês- é que o candidato petista, Fernando Haddad, canalizava 29% dos votos contra 25% de Bolsonaro (SINGER; VENTURINI, 2019). De forma surpreendente, o até então desimportante parlamentar vinculado ao baixo clero quase venceu a disputa eleitoral em primeiro turno. Sua pretensão presidencial encontrou óbice nos eleitores da região nordeste, fiéis ao PT.

O segundo turno das eleições antagonizou a sociedade brasileira entre os apoiadores dos dois candidatos. Se os proponentes não tiveram a oportunidade de debater suas ideias porque Bolsonaro não compareceu aos debates sob justificativa

de saúde precária, se pode dizer sem qualquer margem de dúvida que seus apoiadores o representaram em infindáveis confrontações online, manifestações de rua e campanhas presenciais (SOLANO, 2020). Salvo pelos eleitores de menor renda e pela região nordeste, Bolsonaro venceu entre todos os demais segmentos e foi eleito presidente com 57,7% das preferências do eleitorado (TSE, 2018).

A campanha de Bolsonaro foi construída colocando-o como um candidato antissistema, antipetista e antipartidário (SOLANO, 2019). Fiel depositário das esperanças perdidas, Bolsonaro foi compreendido como “alguém diferente”, honesto e autêntico, com firmeza moral suficiente para enfrentar uma realidade corrompida (SOLANO, 2019). Há uma preocupação indistinta com o combate à corrupção e o apoio à Operação Lava Jato, compreendida como a guardiã moral dos interesses públicos (SOLANO, 2019). Solano (2019) destaca o caráter antagônico das relações construídas neste período, que coloca o adversário na condição de inimigo, representações de um mal absoluto e uma ameaça constante que deve ser exterminada.

As pesquisas apontam para o fato de que significativa parcela dos eleitores de Bolsonaro eram antigos apoiadores dos candidatos tucanos e emedebistas, que – indignados com as denúncias generalizadas de corrupção – migraram para uma pauta mais radical (SINGER; VENTURINI, 2019; SOLANO, 2019). Dentre todos os candidatos que se colocaram como alternativas, Bolsonaro foi o que melhor conseguiu articular a promessa de consolidar uma prática moral na política, instituindo a ordem social e o progresso.

A direita depois do Bolsonaro: a incerta organização dos partidos

A emergência de transformações no eleitorado brasileiro se manifestou de forma clara e inequívoca nas eleições presidenciais de 2018. Através de uma narrativa cheia de reviravoltas, que incluiu um atentado à faca contra o candidato Jair Bolsonaro às vésperas do feriado de 07 de setembro e a intervenção do Poder Judiciário para restringir a participação do popular Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil viu ruir as tradicionais forças políticas e seus cidadãos se polarizarem em dois campos distintos e antagônicos.

Diante do resultado final do segundo turno eleitoral, no qual Jair Bolsonaro ganha com 55% dos votos válidos em relação aos 45% para Fernando Haddad (TSE, 2018), muitos institucionalistas buscaram compreender os efeitos do novo Presidente

para a organização dos poderes nacionais. Jairo Nicolau entendeu a eleição como “a disputa que desestruturou o padrão de competição vigente” (NICOLAU, 2018, p. 79). Para Marcus André Melo, o resultado “inaugurou um novo sistema partidário” (MELO, 2019, p. 387).

Telles (2019) explicou a nova conjuntura a partir da noção de eleições críticas, conceito formulado originalmente nos Estados Unidos em meados de 1950 e inserido na tradição brasileira por Antônio Lavareda. Segundo a autora, uma eleição pode ser considerada crítica quando mobiliza três fatores: a) uma mudança da divisão “normal” de votos entre partidos; b) a elevação de níveis de “envolvimento e participação do eleitorado”; c) a durabilidade de um novo alinhamento, com a formação de agrupamentos estáveis. Em relação ao primeiro requisito, defende ela que houve uma inequívoca mudança de orientação no eleitorado brasileiro. O PSDB, tradicional protagonista no contexto eleitoral brasileiro, foi reduzido a ator coadjuvante em 2018. O candidato Geraldo Alkmin, que havia sido escolhido por 41,6% dos votos válidos 12 anos antes, terminou o primeiro turno com apenas 4,8% deles. É uma queda bastante significativa para o partido, que tinha ficado em primeiro ou segundo lugar nos sete certames presidenciais ocorridos entre 1994 e 2014. Restou claro que, diante da credibilidade da classe política tradicional, muitos dos eleitores tucanos optaram pela via radical de Jair Bolsonaro em 2018, explicando a ampla base de apoio que o candidato já teve em primeiro turno. Embora os outros dois pontos não tenham se operacionalizado no Brasil, a autora defende que o país passa por um momento de transição de partidos.

Para Abranches (2020), a eleição de 2018 foi disruptiva porque encerrou o ciclo político que organizou o presidencialismo de coalizão brasileiro nos últimos 25 anos. Houve uma mudança de eixo político partidário, sempre pautada na dicotomia entre governo e oposição estabelecida entre o PT e o PSDB, no qual um ocupava a Presidência da República e o outro a oposição, ao passo que os demais partidos disputavam posições no Congresso Nacional para garantir assentos na coalizão do governo. Nesse sentido, Abranches (2020) defende a ideia de que as rupturas da eleição de 2018 se deram em dois planos: Os resultados eleitorais do primeiro turno – que mostraram baixíssimas votações para os partidos tradicionais – mostraram a aceleração do desalinhamento partidário que vinha ocorrendo desde 2010, com o declínio do tamanho médio das bancadas no Congresso Nacional e a fragmentação partidária no Congresso. No segundo turno, a vitória eleitoral de um candidato

pertencente a um partido inexpressivo e sem estrutura política de campanha marcaria de forma definitiva o fim do ciclo do presidencialismo de coalizão PT-PSDB, organizador da dinâmica partidária desde 1994 (ABRANCHES, 2020).

Ainda que cada autor adote uma matriz teórica diferente para análise da trajetória eleitoral de Bolsonaro, eles concordam que ele caracteriza um desalinhamento do sistema tradicional de partidos. Eles denunciam que o fim do ciclo tucano-petista na Presidência da República e a hiper fragmentação das bancadas impõem um modelo de organização diverso daquele que orientou o funcionamento das coalizões por quase 25 anos. Eles alertam, contudo, que se Bolsonaro é uma surpresa, essa transformação não o é: é nítido o desgaste do modelo, influindo na perda da qualidade das políticas públicas, e a contaminação do sistema político pela corrupção partidário-eleitoral (ABRANCHES, 2020).

Desde as eleições de 2014, verifica-se uma certa rejeição – que vem ascendendo – em relação aos partidos tradicionais. Ressalta Abraches (2020) que, ainda que o PT mantenha a maior bancada da Câmara, ele perdeu 14 cadeiras no último pleito eleitoral. Tal tendência também atingiu o MDB, que perdeu 32 representantes e caiu de segunda para a quarta maior bancada. O PSDB também perdeu 25 cadeiras, elegendo apenas 29 deputados. Por outro lado, o PSL passou à segunda maior representação na Câmara, elegendo 52 parlamentares. Em relação à 2014, o partido aumentou em 51 o número de candidatos eleitos. No atual contexto, as bancadas são medianas e os partidos mantêm uma média de 29 a 56 deputados. A formação de coalizões, tão fundamental para o regular funcionamento das Casas Legislativas, exige um extenso trabalho de costura e compromete a agilidade na tramitação de projetos de lei urgentes.

São constantes as rupturas e deslocamentos da estrutura institucional brasileira. Os elementos disponíveis para análise política ainda são frágeis, dada a instabilidade que permeia a conjuntura política nacional. Trata-se de uma crise de legitimidade das forças políticas tradicionais e um experimentalismo dos partidos menores que ainda pende de solução. O que se pode dizer, sem qualquer margem de dúvida, é que há uma mudança no equilíbrio das forças entre os partidos e transferência da concentração do poder governamental das mãos da centro-esquerda para a direita ultraconservadora (ABRANCHES, 2020). Isso influi diretamente no contexto político, dado que as condições de emergência dos discursos (antes voltados para a retórica da inclusão e do desenvolvimento) transfigurou-se na defesa irrestrita

da moral conservadora, colocando em risco os direitos de grupos marginalizados, minoritários e vulneráveis.

***

A natureza diversa e desigual das ideias da direita significa que seu sentido não pode ser auferido no abstrato, mas que pode ser provisoriamente fixado por certos discursos que estão sujeitos a mudanças e contestação. Isso significa que a direita é uma construção social, cujo sentido é definido e redefinido pelas lutas políticas entre seus críticos e apoiadores, para quem as políticas específicas são contingencialmente articuladas de acordo com a história e o contexto no qual são disputadas as lutas por hegemonia.

Ao longo do capítulo, é possível perceber que coexistem, na América Latina, dois tipos de direita: a conservadora, cujos vínculos remetem aos governos militares e a direita forjada na redemocratização, cujos vínculos estão centrados nas reformas de livre mercado. Ao mesmo tempo que disputam internamente o campo, essas duas orientações também antagonizam com a esquerda e buscam, a partir de um complexo sistema de relações e apoios mútuos, a hegemonia do campo político.

Enquanto vigorou, na América Latina, o ciclo progressista, pode-se dizer que o campo da direita foi dominado pela moderação. Os sentidos discursivos mobilizados dialogavam com as políticas de redistribuição de renda e de reconhecimento de direitos fundamentais a grupos identitários, tão defendidos pelos progressistas. Contudo, o enfraquecimento dos governos de esquerda tem dado vazão à reorganização de setores radicais da direita, o que tem tensionado os limites do campo político e imposto uma agenda conservadora.

Os rumos destas transformações são contingencialmente definidos. É fato, contudo, que a região passa por significativas transformações, e que as mais importantes delas serão protagonizadas por partidos e organizações de direita.

Capítulo 04 – Análise do Discurso: construindo o método de pesquisa

O diálogo entre política, psicanálise e pós-estruturalismo proposto de forma inaugural por Laclau e Mouffe no livro “Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma teoria democrática radical”, serviu como embrião de uma série de estudos inovadores na área das ciências sociais. As contribuições dos autores emergiram em um contexto de profundas críticas ao determinismo estrutural e o reducionismo de certas tradições marxistas, marcando uma profunda ruptura com o individualismo metodológico de grande parte da teoria social moderna (BURITY, 2010).

A aplicação da teoria abarcou objetos empíricos e teóricos de vários campos do conhecimento, em especial com o liberalismo, populismo e teoria democrática, e serviram como substrato teórico de diversos estudos que aplicavam a Teoria do Discurso de Essex. Como consequência, a demanda por tornar os contornos metodológicos da teoria se tornaram mais explícitos. Os questionamentos não se direcionaram somente à forma como se aplica a teoria do discurso, mas também à maneira como ela é operacionalizada em contraposição aos métodos e procedimentos associados às epistemologias positivistas, hermenêuticas ou realistas-críticas (HOWARTH, 2005). Para os autores, a sociedade é um sistema de relações diferenciais discursivamente construídas e a ordem social nunca está completamente estruturada e sim aberta para intervenções políticas e deslocamentos (HOWARTH, 2000). Ela se torna inteligível a partir do momento em que passa a compor um processo amplo de significação que se dá, por certo, no âmbito discursivo e se constrói sempre relacionalmente (LOPES; MENDONÇA; BURITY, 2015).

A forma de apreender a lógica de articulação discursiva se dá por meio das relações estabelecidas entre as diferentes identidades, voltadas à forma como elas buscam se dispersar no campo e traçar seus limites e inimigos. Diferente das epistemologias hegemônicas, os autores não desenvolvem um procedimento metodológico com ferramentas de análise pré-definidas que se aplicam de forma indistinta a todo e qualquer desenho de pesquisa, mas sim uma agenda de pesquisa aberta e infinita (PANIZZA; MIORELLI, 2013). Neste sentido, valendo-se das principais ferramentas teóricas desenvolvidas pelos autores, buscou-se o desenvolvimento de um método de pesquisa pautado pelos princípios da epistemologia pós-estruturalista, baseado nos conceitos de hegemonia, relações de equivalências, diferenças e antagonismo.

Este capítulo tem por finalidade demonstrar como os conceitos da teoria do discurso subsidiaram a formulação do método da pesquisa aqui utilizado. Para tanto, ele é dividido em dois subtópicos complementares: o primeiro deles versa sobre os procedimentos e os caminhos que a pesquisa trilhou; o segundo subtópico quantifica os resultados das classificações discursivas e introduz os resultados da pesquisa.

É importante destacar que a pesquisa é realizada no âmbito do grupo Ideologia e Análise do Discurso, vinculado ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política e coordenado pelos Professores Bianca Linhares e Daniel de Mendonça. O desenvolvimento do método está inspirado, portanto, nas contribuições dos pesquisadores do grupo no desenvolvimento de uma perspectiva pós-estrutural e pós-fundacional para análise ideológica de partidos políticos e foi adaptada para os fins específicos da pesquisa proposta.

4.1. A pesquisa: método e procedimento

A produção do conhecimento científico tem enfrentado desafios crescentes, em especial na área das ciências sociais, em decorrência da complexidade que permeia as relações humanas. Tem-se feito necessário novos rumos teóricos e metodológicos que possam compreender os processos de transformação social e acredita-se que a Teoria do Discurso possa contribuir como ferramenta teórica, metodológica e epistemológica para a compreensão dos fenômenos sociais.

Neste sentido, visando demonstrar a operacionalidade das ferramentas teóricas desenvolvidas por Laclau e Mouffe (2015), busca-se demonstrar como se construiu a presente pesquisa. O objetivo principal do capítulo é viabilizar não só a compreensão dos resultados da pesquisa, mas também propiciar que outros pesquisadores, diante de problemáticas semelhantes, possam se inspirar no método desenvolvido. Por conta disso, buscou-se a descrição exaustiva do procedimento de pesquisa, privilegiando-se a descrição cronológica de todos os passos da pesquisa.

4.1.1. As transformações latino-americanas e os critérios de escolha dos casos analisados

Os questionamentos que incitam novas descobertas científicas surgem, não raro, a partir da observação de comportamentos e fenômenos. Na América Latina, em especial na América do Sul, verificou-se no início do século XX a tendência de eleger,

de forma inédita, governos e líderes vinculados à tradição de esquerda na região. Ainda que as razões e consequências das escolhas eleitorais sejam amplamente debatidas entre os estudiosos da região, é fato que ela se colocou como uma tendência incontestável até a metade da segunda década.

Em 2014, após a realização de alguns processos eleitorais, tal tendência mostrou-se em franco declínio (SVAMPA, 2019). Verificou-se redução na representação de partidos de esquerda no Poder Legislativo, e as eleições majoritárias se mostraram cada vez mais competitivas. Já em 2015, o candidato progressista não venceu a eleição presidencial argentina, sendo o precursor uma série de derrotas em outros países da região.

As situações em que a direita emerge por meio de uma disputa eleitoral são significativos para que seja possível explicar a mudança do paradigma discursivo que predomina entre diversos países na região, indicando padrões de mudança no processo de articulação discursiva. Em decorrência disso, definiu-se pelo estudo dos contextos daqueles países que optaram pela via eleitoral para mudar principais cargos políticos. Por conta disso, selecionou-se como objeto de análise as semelhanças e diferenças entre os contextos eleitorais na Argentina (2015), Chile (2017), Brasil (2018) e Uruguai (2019). A comparação entre os países, por sua vez, se justifica na medida em que se trata de contextos discursivos que compartilham de semelhanças mínimas.

Conforme Panizza (2009), o estudo de política sempre pressupõe, implícita ou explicitamente, elementos de comparação. A frase do autor se justifica porque, até mesmo a singularidade de um objeto somente pode ser afirmada após a comparação com outros similares. Partindo de premissa semelhante, Lichbach e Zuckerman (1997) dizem que a perspectiva comparada se compatibiliza a diferentes perspectivas teóricas por revelar afinidades inesperadas entre diferentes matérias empíricas ou teorias, mostrando-se completamente compatível a qualquer modelo de pesquisa que tome por objeto um pequeno número de casos.

Da mesma forma, a pesquisa se constrói baseada em uma comparação. Considerando que se recomenda que o raciocínio comparativo se dê em relação a um número delimitado de casos, a pesquisa é construída a partir do questionamento sobre como se deram os processos de articulação discursiva nas campanhas presidenciais de Maurício Macri (Argentina), Jair Bolsonaro (Brasil), Sebastián Piñera (Chile) e Luis Alberto Lacalle Pou (Uruguai) e quais são as semelhanças, diferenças, deslocamentos

e transformações por que passaram tais discursos.

A delimitação do objeto de pesquisa se deu em consideração a uma série de elementos de natureza histórica, política e econômica que tornam os discursos comparáveis. Tomando-se em conta o panorama histórico, tem-se que os quatro países passaram por uma profunda e violenta ruptura democrática durante as décadas de 1960 a 1980 e tiveram de reconstruir suas instituições democráticas pós-término do regime. Tal reconstrução se deu sob a égide do neoliberalismo e sob a influência das instituições financeiras internacionais, o que insere os conflitos políticos em um panorama discursivo semelhante e, por conta disso, comparável. Ademais, na primeira década do século XX, eles compartilharam de períodos de bonança econômica propiciado pelo valor favorável da exportação dos commodities, seguido por um contexto de crise após a recessão mundial. Da mesma forma, os quatro países foram governados por partidos e lideranças de esquerda vinculados à Maré Rosa, sendo sucedidos por governos de direita legitimados pela via eleitoral.

O período de análise também foi orientado pelas transformações que ocorreram nos quatro países. Conforme Schavelzon (2016) e Medeiros (2018), a crise dos commodities trouxe mudanças políticas profundas, dando início a um contexto de progressivo desgaste nos governos progressistas que passou a se manifestar de forma mais aguda pós-impeachment de Dilma Rousseff. Dessa forma, considerando o contexto de crise econômica, optou-se por analisar os discursos dos candidatos alinhados à direita que venceram o pleito eleitoral e foram os primeiros a suceder os governos alinhados ao progressismo.

Em síntese, a pesquisa analisa, em perspectiva comparada, como se deu o processo de articulação discursiva dos candidatos de direita vencedores dos pleitos eleitorais pós-crise dos commodities que lograram êxito em suceder governos alinhados à Maré Rosa.

4.1.2. O contexto eleitoral dos quatro países analisados

As estruturas discursivas, para além de determinar o que pode ser dito, também regulamentam comportamentos, escolhas e o funcionamento das estruturas sociais (PANIZZA, 2009, p. 34). Laclau e Mouffe (1985, p. 186) afirmam que o sistema de significação somente existe relacionado a um campo, que é necessário à constituição de toda prática social. Para os fins da pesquisa proposta, a compreensão do campo

discursivo no qual ocorreu o processo eleitoral - inclusive o funcionamento das instituições eleitorais - é fundamental para a apreensão das lógicas discursivas nele inseridas.

Nesse sentido, sabendo-se que os métodos de análise da teoria do discurso devem sempre se atentar à dimensão histórica das práticas discursivas (SANDBY-THOMAS, 2011, p. 44), busca-se fazer um apanhado do período eleitoral analisado em cada país, orientado pelas observações das dinâmicas implícitas a cada sistema.

As eleições presidenciais argentinas em 2015

As eleições presidenciais, na Argentina, convidam os eleitores a irem às urnas em dois momentos distintos. Criado em 2009 com o objetivo de reduzir o número de candidatos que concorrem à Chefia do Poder Executivo, os partidos e coligações na Argentina submetem-se às eleições Primárias Abertas, Simultâneas e Obrigatórias (PASO) (BUQUET; GALLO, 2022). Neste pleito, os partidos devem apresentar diferentes candidatos para concorrer aos diferentes cargos da República, e todos os cidadãos que têm entre 18 e 70 anos são obrigados a comparecer nas urnas e depositar sua preferência (BUQUET; GALLO, 2022).

As PASO têm duas funções distintas: a primeira delas é definir os candidatos aptos a concorrerem ao pleito presidencial. Para continuar na corrida eleitoral, além de ser o candidato mais votado do seu partido, o candidato deve ter pelo menos 1,5% das intenções de voto (BUQUET; GALLO, 2022). Para os partidos e os políticos, as PASO são uma oportunidade para avaliar o comportamento eleitoral de seus eleitores e submeter a estratégia adotada a um teste de eleitorado (BUQUET; GALLO, 2022).

Apresentaram-se para as primárias para a eleição presidencial, cujo primeiro turno ocorreu em outubro de 2015, 13 candidatos, que foram avaliados pelos eleitores no dia 09 de agosto de 2015. A Frente pela Vitória, que representava a continuidade do governo, apresentou sete diferentes candidaturas, sendo a de Daniel Scioli a mais representativa. A Coalizão Cambiemos apresentou três candidatos: Maurício Macri, do partido PRO, o senador Ernesto Sanz, da União Cívica Radical (UCR), e a deputada Elisa Carrió, da Coalizão Cívica. Por fim, a coalizão Nueva Argentina apresentou dois candidatos: o peronista dissidente Sergio Massa e José Manuel de la Sota. O quadro de candidatos foi complementado pela indicação dos Progressistas, Margarita Stolbizer (DEL COGLIANO; VARETTO, 2016).

Daniel Scioli e Maurício Macri foram os principais votados nas eleições

primárias, indicando que a disputa presidencial se daria entre dois projetos políticos muito distintos. O terceiro mais bem votado foi o candidato da Coalizão Nueva Argentina, Sérgio Massa (G1, agosto de 2015). A sua presença na eleição é importante porque Massa era um aliado histórico do kirchnerismo, que se afastou do governo e se transformou em uma das vozes mais críticas. Sua campanha foi marcada por fazer duras acusações contra o governo, que prometiam a prisão dos principais líderes por corrupção (DEL COGLIANO; VARETTO, 2016).

De agosto a outubro de 2015, quando ocorreu o primeiro turno das eleições, os candidatos apresentaram suas propostas à apreciação da sociedade. Daniel Scioli era apontado como o grande favorito, inclusive com chances reais de vitória já no primeiro turno. A legislação argentina determina que as eleições sejam realizadas em turno único quando qualquer um dos candidatos obtiver mais do que 45% das preferências do eleitorado ou se qualquer um dos candidatos obtiver 40% dos votos com vantagem de 10% em relação ao segundo colocado (BUQUET; GALLO, 2022).

A expectativa em relação ao resultado eleitoral, contudo, não ocorreu. Os resultados apontados nas pesquisas não se confirmaram e, pela primeira vez em muito tempo, a Argentina teve de decidir seu presidente em segundo turno (DEL COGLIANO; VARETTO, 2016). Daniel Scioli foi o mais votado, com 37% das intenções do eleitorado e seguido por Mauricio Macri, que obteve 34% dos votos válidos. Em terceiro lugar, com 21% dos votos do eleitorado, ficou Sergio Massa (RETAMOZO, SCHUTTENBERG, 2016). Apesar de o candidato que representava a continuidade do governo de Cristina Kirchner ter ficado em primeiro lugar, o resultado do primeiro turno indicou que havia descontentamento da maioria do eleitorado em relação ao governo anterior (DEL COGLIANO; VARETTO, 2016).

O sentimento de aversão ao governo foi a tônica nas campanhas de Daniel Scioli e Maurício Macri no segundo turno: enquanto o segundo tecia duras críticas ao governo kirchnerista visando atrair os eleitores de Massa, o primeiro buscava demonstrar, principalmente para as pessoas mais empobrecidas, que eleger Macri implicava na destruição dos programas sociais desenvolvidos nos governos anteriores, durante o ciclo progressista. A batalha entre os dois candidatos, ambos pertencentes à elite econômica do país e amigos há mais de 30 anos, foi caracterizada pela divisão do país (RETAMOZO, SCHUTTENBERG, 2016). A imprensa convencionou chamá-la de eleição crítica, porque houve um realinhamento das preferências partidárias em toda sociedade, operacionalizando-se a transferência de

votos de um partido a outro. Verificou-se uma mudança de agendas, de composição do sistema de partidos e, em alguma medida, das regras do jogo eleitoral (DEL COGLIANO; VARETTO, 2016).

Desde que se iniciaram as campanhas para o segundo turno eleitoral, as pesquisas demonstraram a preferência de Mauricio Macri em oposição à Daniel Scioli, que acabaram se confirmando nas urnas. No dia 22 de novembro de 2015, o candidato do PRO venceu com 51,34% dos votos em oposição aos 48,66% de Scioli (DEL COGLIANO; VARETTO, 2016). A eleição do candidato de oposição rompeu com um ciclo ininterrupto de governos vinculados ao ciclo progressista. O partido Propuesta Republicana (PRO), que havia sido fundado há apenas uma década, logrou êxito em eleger, pela primeira vez em quase um século, um presidente que não tenha origem peronista e nem no Partido União Cívica Radical. Os argentinos demonstraram apoiar, em sua maioria, o projeto modernizador defendido pelo jovem partido, que se opunha às diversas políticas desenvolvidas nos governos anteriores (DEL COGLIANO; VARETTO, 2016).

As eleições presidenciais chilenas de 2017

No Chile, assim como na Argentina, os candidatos estão submetidos à primárias. Todos os eleitores maiores de 18 anos, independente de filiação partidária e que estejam no gozo de seus direitos políticos, podem participar e votar em um dos candidatos do partido político de sua escolha, sendo que o mais votado se torna o candidato oficial da coligação no pleito presidencial que ocorre nos anos seguintes (SANTANDER; ELÓRTEGUI; GONZÁLES; ALLENDE-CID; PALMA, 2017).

As primárias para as eleições presidenciais de 2017, que ocorreram no dia 02 de julho, foram marcadas por diferenças na composição das coligações de esquerda e de direita. Conforme foi explanado no capítulo anterior, as forças de esquerda costumam-se organizar em torno da Concertación Nacional, tradicionalmente composta pelos partidos Democrata Cristão, Partido Radical Social Democrata, Partidos Socialistas e outros menores que eram oposição ao plebiscito que determinou pela saída de Augusto Pinochet (SANTANDER; ELÓRTEGUI; GONZÁLES; ALLENDE-CID; PALMA, 2017). Em 2013, os Partidos Esquerda Cidadã, Partido Comunista e Movimento Amplo Social se juntaram à coalizão e formaram a Nova Maioria. Esta composição passou por modificações em janeiro de 2016, quando lideranças importantes – dentre elas o Deputado Giorgio Jackson e o Deputado

Gabriel Boric – romperam com a Nova Maioria e fundaram a Revolução Democrática, organizada para as primárias na coalizão Frente Ampla, inspirada no partido uruguaio e que buscava ser uma alternativa para os eleitores de esquerda no país (SANTANDER; ELÓRTEGUI; GONZÁLES; ALLENDE-CID; PALMA, 2017). Seguindo o exemplo dos deputados, a Democracia Cristã optou por não compor a Nova Maioria no ano de 2017, lançando candidatura própria. A coalizão Nova Maioria foi formada, então, pelos partidos Comunista, o Partido pela Democracia, o Partido Radical Social Democrata e o Partido Socialista (SANTANDER; ELÓRTEGUI; GONZÁLES; ALLENDE-CID; PALMA, 2017).

Como participar das eleições primárias é uma oportunidade não compulsória no Chile, a única força de esquerda a se submeter ao jugo eleitoral foi a Frente Ampla (SANTANDER; ELÓRTEGUI; GONZÁLES; ALLENDE-CID; PALMA, 2017). A disputa se deu entre dois candidatos independentes: Beatriz Sanchez Muñoz e Alberto Miranda Mayol, que fizeram, respectivamente, 67,58% e 32,42% dos votos. Como consequência, Beatriz Sanchez foi escolhida como candidata da Frente Ampla.

A coligação Chile Vamos foi criada em 2014, objetivando a unificação de forças de centro e centro-direita. Composta pelos Partidos da Renovação Nacional, pela UDI, pelo movimento Evópoli e pelo Partido Regionalista Independente, a organização ofereceu três candidatos: Sebastián Piñera, Felipe Kast e José Ossandon, que fizeram, respectivamente, 58,35%, 15,4% e 26,25% dos votos válidos SANTANDER; ELÓRTEGUI; GONZÁLES; ALLENDE-CID; PALMA, 2017). Em razão disso, Sebastián Piñera foi o vencedor e recebeu o apoio dos partidos que compuseram o pleito (SANTANDER; ELÓRTEGUI; GONZÁLES; ALLENDE-CID; PALMA, 2017).

Em decorrência da baixa participação dos partidos nas plenárias, o Chile teve de optar por 8 candidatos à Presidência da República. Os votos do campo da direita foram disputados por Sebastián Piñera e José Antônio Kast, ao passo que os votos de esquerda foram divididos entre seis outros candidatos (MAUREIRA; BELTRÁN, 2018). Além de Beatriz Sánchez, representante da Coligação Frente Ampla, participaram das eleições Alejandro Guillier pela Concertación, coligação que elegeu a então presidente Bachelet e Carolina Goic, representante da Democracia Cristã (MAUREIRA; BELTRÁN, 2018).

Apesar do amplo número de candidatos disponíveis, o protagonismo do primeiro turno das eleições se deu entre o principal opositor do governo Sebastián Piñera e o candidato da Nova Maioria, coligação a que pertencia Michelle Bachelet

(MAUREIRA; BELTRÁN, 2018). No dia 19 de novembro de 2017, Sebastián Piñera foi o mais votado, com 36,64% dos votos, seguido por Alejandro Guillier, que recebeu 22,70% dos votos. Beatriz Sánchez, da coligação Frente Ampla, ficou em terceiro lugar, com aproximadamente 21% dos votos válidos. Como nenhum dos candidatos fez mais de 50% das intenções de voto do eleitorado, o segundo turno foi disputado entre Piñera e Guillier (MAUREIRA; BELTRÁN, 2018).

O fato de dois candidatos autodeclarados de esquerda terem feito a maioria dos votos colocou o candidato de direita, Sebastián Piñera, em uma situação difícil. Os analistas políticos consideravam a recuperação do candidato, que terminou o primeiro turno com significativa vantagem, pouco crível. Acreditava-se que todos os votos em Beatriz Sanchez automaticamente migrariam para Guillier, o que, de fato, não ocorreu (MAUREIRA; BELTRÁN, 2018).

No dia 17 de dezembro de 2017, os chilenos foram convidados para eleger o presidente que sucedeu a Michele Bachelet. Favorito de 54,57% dos eleitores, Sebastián Piñera foi eleito. Alejandro Guillier obteve 45,43% dos votos válidos, o que demonstrou que não houve transferência de votos entre os demais candidatos que disputaram o primeiro turno (MAUREIRA; BELTRÁN, 2018).

As eleições presidenciais brasileiras em 2018

Diferente do que ocorre nos demais países analisados, a seleção dos candidatos à presidência da República ocorre, no Brasil, dentro das estruturas partidárias. Disso decorre que as eleições primárias não são requisitos para seleção dos candidatos à presidência, cabendo a cada partido, em seu estatuto, definir os critérios de seleção interna dos candidatos (TAROUCO, 2022).

A campanha eleitoral se iniciou, no Brasil, em 15 de agosto de 2018. Apresentaram-se para o pleito 13 candidatos, caracterizando este como o pleito mais pulverizado e concorrido desde 1989, quando houve 22 candidatos à chefia do Poder Executivo. Dentre os principais candidatos, figuravam Jair Bolsonaro (Partido Social-Cristão), Ciro Gomes (Partido Democrático Trabalhista), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Geraldo Alkmin (Partido Social-Democrata), Marina Silva (Rede), Álvaro Dias (Podemos), Henrique Meirelles (Movimento Democrata Brasileiro), João Amoedo (Novo) e Guilherme Boulos (Partido Socialismo e Liberdade) (TSE, 2018a).

A candidatura apresentada pela coligação encabeçada pelo PT, no entanto,

teve de ser substituída. O Superior Tribunal Eleitoral determinou pelo não registro da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva em decorrência da aplicação da ficha limpa. Lula havia sido condenado, em primeira instância, a doze anos e um mês de prisão e cumpria a pena em regime fechado em Curitiba. Em 01 de setembro de 2018, foi dado prazo de dez dias para que a chapa fosse regularizada, sendo que Fernando Haddad passou a ser oficialmente candidato a presidente e Manuela D'Ávila a vice (TSE, 2018b).

Poucos dias depois da decisão que modificou a composição da chapa encabeçada pelo PT, Jair Bolsonaro cumpria agenda na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, quando foi vítima de uma facada na região do intestino (TAROUCO, 2022). Bolsonaro foi encaminhado para atendimento médico de emergência, e ficou hospitalizado até o fim da campanha em primeiro turno. O responsável pelo delito foi retido no local e cumpre pena no Presídio de Campo Grande (MS).

Bolsonaro ficou afastado da campanha até o primeiro turno eleitoral, que ocorreu no dia 07 de outubro de 2018, o que não o impediu de ser conduzido ao segundo turno. Ele foi o candidato mais votado, quase sendo eleito presidente ainda no primeiro turno. A Coligação Brasil Acima de Tudo, Deus acima de Todos (PSL - PRTB) recebeu 46,03% dos votos válidos. Em segundo lugar, apta a disputar o segundo turno, ficou a Coligação o Povo Feliz de Novo (PT - PCdoB - PROS), que obteve 29,28% dos votos válidos (TAROUCO, 2022). Ciro Gomes foi o terceiro mais votado, computando 12,47% dos votos válidos, seguido por Geraldo Alckmin com 4,76% dos votos válidos e João Amoedo, com 2,5% dos votos válidos.

O resultado eleitoral significou uma ruptura nos padrões de competição no país. Pela primeira vez na história desde a redemocratização brasileira, o PSDB não foi conduzido para o segundo turno, mesmo sendo o partido com maior tempo de televisão e com ampla estrutura partidária espalhada em todos os estados do país (BORBA; DUTT-ROSS, 2021). Os analistas políticos apontam que o sucesso eleitoral de Jair Bolsonaro demonstra a importância e relevância das redes sociais no processo de convencimento e mobilização dos votantes (BORBA; DUTT-ROSS, 2021).

O segundo turno das eleições foi marcado por um clima de intensa polarização social. Alegando não ter condições de saúde para participar de debates, Jair Bolsonaro recusou sua participação em todos eles. Sua campanha nas redes sociais seguiu muito ativa, e foi o principal meio de comunicação com a sua base eleitoral (SOUSA; VETTORASSI; ANDRADE JR, 2021). Fernando Haddad, por outro lado,

tinha de vencer significativa desvantagem e buscou atrair os votos daqueles que optaram por outros candidatos em primeiro turno, em especial os eleitores de orientação à esquerda.

No dia 28 de outubro de 2018, 115.933.451 brasileiros compareceram às urnas e escolheram o presidente que governaria o país nos próximos quatro anos. Jair Bolsonaro foi declarado vencedor, com 55,13% dos votos válidos.

A eleição uruguaia em 2019

A legislação uruguaia prevê que os partidos submetam seus candidatos a eleições internas no mês de julho do ano de eleição eleitoral, para que os eleitores possam escolher aqueles que melhor representam seus interesses no pleito que se avizinha. São escolhidos como candidatos oficiais todos aqueles que tenham pelo menos 500 votos válidos e sejam os mais bem votados de seus partidos e coalizões (BUQUET; GALLO, 2022).

No pleito de 2019, as eleições internas ocorreram em 31 de junho. Todos os uruguaios aptos a votarem puderam escolher os candidatos de 15 partidos diferentes, embora, de fato, somente quatro deles tenham efetivamente proposto disputas de candidaturas (CAETANO; SELIOS, NIETO, 2019). Pela Frente Ampla, partido do então presidente Tabaré Vasquez, apresentou quatro candidatos para o pleito do mais alto cargo do Poder Executivo: o ex-prefeito de Montevidéu Daniel Martinez, a então Ministra de Indústria Energia e Mineração Carolina Cosse, o sindicalista Óscar Andrade e o ex-Presidente do Banco Central do Uruguai Mário Bergara (CAETANO; SELIOS, NIETO, 2019). O PN, por sua vez, colocou à apreciação do eleitorado três candidatos: o político tradicional Luis Lacalle Pou, o empresário Juan Sartori e o senador Jorge Larrañaga. A disputa pelo PC se dá entre o ex-presidente Julio María Sanguinetti, o economista Ernesto Talvi e o ex-senador José Amorín Batlle. O Partido da Gente apresentou como pré-candidatos Edgardo Novick e Fernando Carrota (CAETANO; SELIOS, NIETO, 2019).

O resultado das urnas na apuração das eleições internas demonstrou amplo favoritismo do PN. Com 41,6% dos votos, Luis Lacalle Pou foi o candidato mais votado, seguido pelo frente-amplista Daniel Martínez, que recebeu 23,6% dos votos. Com 16,8% dos votos apurados, Ernesto Talvi foi o candidato escolhido para a disputa do pleito presidencial pelo PC (CAETANO; SELIOS, NIETO, 2019). O cenário

demonstrado pelas prévias indicava que o partido de situação estava enfrentando desgastes políticos e que ele teria que fazer uma campanha enfática para vencer as eleições (CAETANO; SELIOS, NIETO, 2019).

Os candidatos tiveram um longo período de campanha até a realização do primeiro turno das eleições, que ocorreu em 27 de outubro de 2019. Daniel Martinez, da Frente Ampla, foi o candidato mais bem votado, conquistando 39,17% das preferências do eleitorado. Ele foi seguido por Luis Lacalle Pou, que recebeu 28,59% dos votos (CAETANO; SELIOS, NIETO, 2019). O terceiro e quarto lugar ficaram com os Partido Colorado e Cabildo Aberto, que conquistaram 12,32% e 10,88% dos votos válidos (CAETANO; SELIOS, NIETO, 2019). À despeito de ter consolidado as forças tradicionais da política como as duas principais forças no cenário nacional uruguaio, o desempenho do recém-criado partido Cabildo Aberto demonstrou deslocamentos na afinidade eleitoral de parcela do eleitorado uruguaio (NOCETTO; PIÑERO; ROSENBLATT, 2020). O CA é o mais novo partido uruguaio, fundado oficialmente em março de 2019. Suas ideias são inspiradas no nacionalismo e na criação de um passado místico, baseado nas lutas que ocorreram no Uruguai em prol de sua independência. Seu principal líder, e candidato a presidente da República Guido Manini Ríos, ingressou na política como um outsider, pouco tempo depois de ser dispensado de seu cargo de comandante do exército.

Apesar de ter sido o quarto partido mais votado e não disputar o segundo turno eleitoral, o Cabildo Aberto se colocou como importante força política nacional (NOCETTO; PIÑERO; ROSENBLATT, 2020). Lacalle Pou formou uma coalizão, formada também pelos PC, Partido Independente e Partido Ecologista Radical Intransigente, que tinha como principal finalidade fazer oposição à candidatura de Daniel Martínez, representante do atual governo. O Uruguai dividiu-se no apoio entre as duas candidaturas, por meio de uma campanha acirrada e marcada por ataques mútuos (CAETANO; SELIOS, NIETO, 2019).

No dia 24 de novembro de 2019, os uruguaios compareceram novamente às urnas para decidirem entre o candidato da Frente Ampla e o candidato do PN. A disputa acirrada entre os dois candidatos não permitiu que fosse declarado, após a contagem de todos os votos depositados nas urnas, o vitorioso do pleito (CAETANO; SELIOS, NIETO, 2019). Foi preciso aguardar também a apuração dos chamados votos observados, que foram computados fora da zona eleitoral dos eleitores idosos e com necessidades especiais. Foi somente quatro dias depois do pleito que a junta

eleitoral confirmou a vitória de Luis Lacalle Pou, que assumiu a presidência uruguaia em março do ano seguinte (CAETANO; SELIOS, NIETO, 2019).

4.1.3. O material de análise

Uma vez definidos os países analisados e compreendido o contexto político-histórico no qual se desenvolveram as eleições, fez-se necessário definir qual foi o corpus discursivo analisado. Conforme Panizza (2009), a importância de um documento não se dá pelo quanto ele é representativo em relação ao total de falas proferidas em um determinado período, mas sim o quanto sua interpretação propicia a compreensão das decisões políticas na história dos países analisados. Disso decorre que os discursos dos candidatos devem ser apreendidos por meio de documentos – escritos ou não – nos quais restasse evidenciado qual seriam seus projetos, planos, como dialogavam com o povo e, também, como eles construíam seus inimigos.

Assim sendo, considerando a necessidade de que os dados de análise deveriam ser públicos e acessíveis, constituíram fontes de análise 1) os planos de governo dos candidatos, 2) vídeos alimentados no canal oficial de cada candidato exclusivamente durante o período eleitoral 3) os debates oficiais devidamente registrados na justiça eleitoral de cada país, que contou com a participação dos candidatos analisados. Tem-se que os documentos selecionados são profícuos porque eles elucidam não só as principais ideias dos então candidatos, como também a forma como são construídos os processos de significação em torno delas e geram, assim, identificação política.

Os planos de governo dos candidatos, nos quatro países analisados, foram disponibilizados em seus sites oficiais. Na Argentina, a Coalizão Cambiemos apresentou projeto de governo, com 64 páginas, dividido em torno de temas centrais, como educação, inclusão, moradia e desenvolvimento econômico. A Coligação “Construindo tempos melhores para o Chile” apresentou um programa de governo de 195 páginas, no qual estão resumidos os principais projetos do governo e são expostos os motivos para a escolha de Sebastián Piñera como presidente. A Coligação “Brasil Acima de tudo, Deus acima de todos”, centrada na candidatura de Jair Bolsonaro, apresentou um plano de governo contendo 32 páginas[11], em formato

[11] Foi localizado, no site da Justiça Eleitoral brasileira, um novo plano de governo. Ele trata dos mesmos temas do plano disponibilizado no site do candidato, acompanhado de dados e análises técnicas.

power point, com propostas baseadas nos seguintes princípios: o desenvolvimento de um estado constitucional, eficiente e fraterno. No documento, dividido em oito seções, o candidato apresenta seus valores, a estrutura do estado que visa instituir e os projetos para a melhoria de áreas estratégicas, como a economia, saúde e educação. O PN, vencedor do pleito presidencial do Uruguai, apresentou compromissos com o país distribuídos em 195 páginas, que versam sobre temas que vão desde a economia até direitos sociais.

Complementou o corpus discursivo analisando os vídeos coletados na rede social *youtube*. A escolha da rede social, em detrimento de outras também utilizadas pelos candidatos no período eleitoral, se deu porque era a rede no qual o algoritmo oferece menor interferência[12]. Ela se mostrou profícua para os fins de pesquisa porque concentra imagens da performance dos candidatos nos atos de campanha, caracterizados pela emoção e espontaneidade. Na tabela abaixo, é possível verificar quantitativamente os vídeos analisados nas redes dos candidatos:

Quando o documento foi localizado, a análise do discurso neste trabalho já estava em estágio avançado, de sorte que ele foi admitido como documento complementar.

[12] O facebook e o twitter modificaram suas políticas e, quando a coleta se dá de forma manual, o algoritmo seleciona as postagens de maior interação (DIJCK,2018). Não é possível afirmar, nesse sentido, que foram analisadas todas as postagens ou que se fez uma amostragem significativa do discurso (DIJCK, 2018).

Tabela 01 – Relação dos vídeos analisados no canal *youtube*

Candidato	**Canal no youtube**	**Período analisado**	**Número de vídeos**
Jair Bolsonaro	https://www.youtube.com/@jbolsonaro	16 de agosto a 27 de outubro de 2018	87 vídeos
Luis Lacalle Pou	https://www.youtube.com/@luislacallepou8279	27 de setembro de 2019 a 23 de novembro de 2019	54 vídeos
Maurício Macri	https://www.youtube.com/@MauricioMacri	15 de agosto a 23 de outubro de 2015	48 vídeos
Sebastián Piñera	https://www.youtube.com/@SebastiánPiñera	21 de outubro de 2017 a 16 de dezembro de 2017	42 vídeos

Fonte: Elaborado pela autora.

O corpus discursivo foi complementado, por fim, pelos debates presidenciais realizados em veículos televisivos de alcance nacional. Os candidatos analisados participaram de todos os debates a que foram convidados, à exceção do candidato ao pleito presidencial brasileiro Jair Bolsonaro. Ele usou como justificativa, para o não comparecimento, o fato de não estar em condições de saúde em decorrência da facada que foi vítima em meio à campanha eleitoral para o primeiro turno. Dessa forma, foram analisados somente os dois debates a que o candidato brasileiro compareceu, conforme demonstra a tabela abaixo (tabela 02).

Tabela 02 – Relação de debates analisados

País	Data do debate	Turno eleitoral	Fonte
Argentina	04 de outubro de 2015	1° turno	https://www.youtube.com/watch?v=a_om-7F5NM8
	15 de novembro de 2015	2° turno	https://www.youtube.com/watch?v=V3E5trfVuNQ
Chile	15 de outubro de 2017	1° turno	https://www.youtube.com/watch?v=M0SbMU0QFds
	06 de novembro de 2017	2° turno	https://www.youtube.com/watch?v=vZQiJRlbQQU
Uruguai	01 de outubro de 2019	1º turno	https://www.youtube.com/watch?v=prF_edFBIIc&t=23s
	13 de novembro de 2019	2° turno	https://www.youtube.com/watch?v=0AFsWiqtbGw
Brasil	09 de agosto de 2018	1° turno	https://www.youtube.com/watch?v=9EnJeUKwX_c&t=13451s
	17 de agosto de 2018	1° turno	https://www.youtube.com/watch?v=99SmMo1XqzQ&t=8386s

Fonte: Elaborada pela autora.

As fontes que estavam em audiovisual foram transcritas, para serem analisadas nos próximos passos da pesquisa.

4.1.4. O procedimento de análise do discurso

Cumprir com os objetivos da pesquisa exige a idealização de um procedimento de pesquisa amparado nas principais noções e conceitos propostos pela teoria do discurso de Laclau e Mouffe. A tese nasceu do anseio em compreender a consolidação eleitoral do discurso de candidatos à direita do espectro político em democracias latino-americanas governadas, por vários anos, pela política progressista. O processo - que ainda está curso na região - envolve diversos discursos e exige que o pesquisador esteja amparado em uma teoria que considere posições diferenciais de sujeito, a fim de que seja possível perceber a vasta gama de sentidos

discursivos que estão em disputa.

Nesse sentido, o objetivo do presente tópico é demonstrar, baseado na teoria, como a pesquisa foi construída e os dados foram coletados, iniciando-se com a explicação sobre como foram desenvolvidas as categorias de classificação através da criação de nós/pontos nodais, o tratamento que foi dado aos discursos e como se estabeleceu a análise das relações de diferenças e equivalências entre eles.

A formação dos nós

O cerne da análise do discurso proposta está centrado nos processos de atribuição de sentido estabelecidos entre significante e significado. A construção teórica que envolve a recepção destes termos na teoria do discurso proposta por Laclau e Mouffe é longa e não pode ser esgotada em poucas linhas, mas merece melhor consideração para a compreensão das escolhas metodológicas que seguem daqui.

No início do século XX, os estudos de Ferdinand Saussure defenderam que a língua é um sistema social que se coloca às pessoas como um conjunto de regras pré-definidas que tem por mérito viabilizar os atos de fala. A partir do desenvolvimento da noção de signo como a união entre significado (que pode ser compreendido pela noção de conceito) e do significante (a imagem acústica do significado), ele rompe com os estudos tradicionais da linguagem que se detinham no estudo de sua evolução histórica para propor um estudo das relações que se estabelecem entre os elementos da linguagem. Saussure defende que o processo de significação é aleatório (não há qualquer explicação lógica para que, quando se fala carro, nos venha à cabeça um objeto utilizado para transporte com quatro rodas e não um animal quadrúpede que late) e relacional (SAUSSURE, 2012).

Laclau e Mouffe (2015, p. 187) explicam que a análise da linguagem de Saussure considerava que a atribuição de significado a partir do sistema de diferenças não tem nenhum elemento positivo. Para o autor, por exemplo, o conceito de aluno não está vinculado a uma série de características positivas que o delimita, mas sim ao fato de que ele se opõe a outras posições diferenciais. O aluno é aluno, porque ele não é professor. Disso decorre que, para Saussure, o sentido de um termo discursivo é puramente relacional e determinado por sua oposição aos outros, em um sistema fechado. Quando estas conclusões se expandiram aos demais campos de estudos

das ciências humanas, as análises embasadas por eles geraram um tipo de essencialismo: buscou-se pelas estruturas subjacentes que consistiriam em leis invariáveis, aos moldes das leis universais que moviam os estudos das ciências tidas como duras, como a matemática e a física.

O pós-estruturalismo e a desconstrução da ideia de fundamentos últimos romperam com a ideia de um espaço estrutural plenamente constituído. Laclau e Mouffe explicam que “a concepção resultante foi a de um espaço relacional incapaz de constituir-se como tal, de um campo dominado pela vontade de uma estrutura que estava sempre ausente” (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 188). O signo, na perspectiva dos autores, não pode ser nunca completamente apreendido, porque ele representa uma “fissura, de uma sutura impossível entre o significante e o significado” (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 188).

A atribuição de sentido entre o significante e o significado se dá em um sistema estabelecido por relações e é sempre contingente e precário. Os significantes flutuam e não podem ser, todos e ao mesmo tempo, apreendidos na prática articulatória. Disso decorre que toda identidade é constituída de forma relacional e incompleta, e o processo de significação é ambíguo e não fixo a qualquer significado (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 188). O campo discursivo é rico em potencialidades de atribuições de sentido, o que demonstra o caráter sobre determinado e simbólico de toda identidade social.

A compreensão da relação que se estabelece entre os significantes e os significados é importante para a construção do método de pesquisa, na medida que elas informam, sempre de forma contingente e precária, como foram construídas as identidades dos quatro discursos analisados. Nesse sentido, o primeiro passo para a análise do discurso consistiu na identificação dos significantes e, por conseguinte, dos sentidos discursivos a eles atrelados.

Na nuvem de palavras abaixo, constam os significantes que foram encontrados com maior recorrência nos discursos analisados (Figura 01):

Figura 01 - Nuvem de palavras com os significantes mais recorrentes nos discursos dos candidatos Fonte: Elaborado pela autora.

A compreensão dos significantes foi elemento fundamental para o prosseguimento da pesquisa. Eles auxiliaram na compreensão dos principais temas tratados pelos candidatos e serviram como substrato para a criação de palavras-chaves, chamadas de nós ou pontos nodais, em torno dos quais foi realizada a classificação dos trechos discursivos que informam sobre os projetos defendidos. Dessa forma, a partir dos significantes coletados, indicou-se a criação de dezesseis nós: crítica ao governo, democracia, economia, educação, inclusão social, infraestrutura, justiça, meio ambiente, modelo de estado, política externa, povo, religião, saúde, segurança, trabalho, valores. Em torno de cada um deles, os projetos de cada um dos candidatos analisados puderam ser classificados e, posteriormente, analisados.

Classificação dos discursos: a importância do software N-Vivo

Considerando que o *corpus discursivo* era bastante amplo, a análise dos sentidos discursivos e sua recorrência exigiu o subsídio do *software* NVivo - QSR Internacional, especializado na análise qualitativa dos dados. Ele foi escolhido porque propicia que várias fontes, que podem estar em formato de áudio, vídeo ou documento transcrito, possam ser inseridas, analisadas e categorizadas no interior do programa

(QSR, 2017).

O programa apresentou diversas facilidades para a pesquisa. A primeira delas versa sobre a organização do material coletado. O primeiro passo consistiu em importar para o interior do software os documentos coletados, que ficaram arquivados em uma pasta dentro do programa denominado “Internas”. Uma vez inserido no interior do programa, pode-se iniciar o processo de análise.

Para a realização da classificação, assume especial importância uma ferramenta denominada *nodes* ou nós. Trata-se de categorias que podem ser livremente criadas no interior do programa e que representam codificações fundamentais para identificação dos significantes e análise dos significados. Quando da leitura dos materiais em formato de texto é viável o destaque de trechos com conteúdo relevantes e inseri-lo no interior de um nó. Dessa forma, no caso de textos publicados online, agrupam-se postagens dispersas no material coletado que compartilham do mesmo significante. A fim de exemplificar como se deu o processo de classificação, colaciona-se abaixo a imagem do software, no qual verifica-se que o documento transcrito, salvo como internas, foi aberto no interior do programa e um determinado trecho foi selecionado e classificado dentro de um nó (Figura 02).

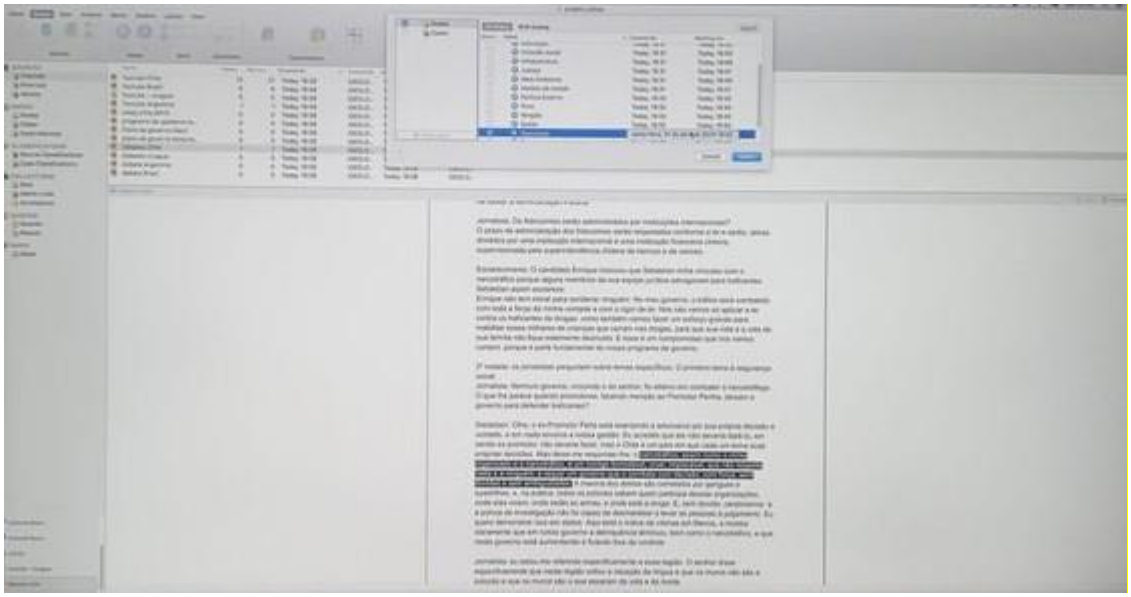


Figura 02 - Classificação dos discursos no software Nivo. Fonte: Software Nvivo

Uma vez finalizada a análise de todo o material coletado, é possível emitir relatórios isolados de cada nó. Nele, constará todos os trechos dos discursos classificados, com indicação do documento de origem. Dessa forma, é viável a comparação não só entre quem dentre os candidatos falaram sobre aquele tema,

como também o que foi dito.

A análise do discurso: em busca de equivalências e diferença

Com o auxílio do *software* N-Vivo, foi possível classificar as postagens e unificar em um único documento aquelas que se articulavam em torno de um mesmo significante. Considerando que o processo de significação é precário e aberto, um mesmo significante pode receber diferentes significados. O passo seguinte consistia, portanto, em identificar semelhanças e diferenças entre os quatro discursos.

Conforme explicado no primeiro capítulo, as relações de equivalências se estabelecem quando conteúdos particulares abdicam de sua diferença e compartilham do processo de significação em torno do mesmo significante, sempre em relação de antagonismo. Na análise proposta, as equivalências foram percebidas a partir da identificação de elementos em comum nos quatro discursos. A fim de ilustrar o raciocínio proposto, selecionou-se quatro trechos dos discursos nos quais eles tecem críticas aos governos de esquerda pelo gasto excessivo (Figura 03). Os quatro discursos compartilham do entendimento de que os governos de esquerda foram irresponsáveis na gestão dos recursos públicos.

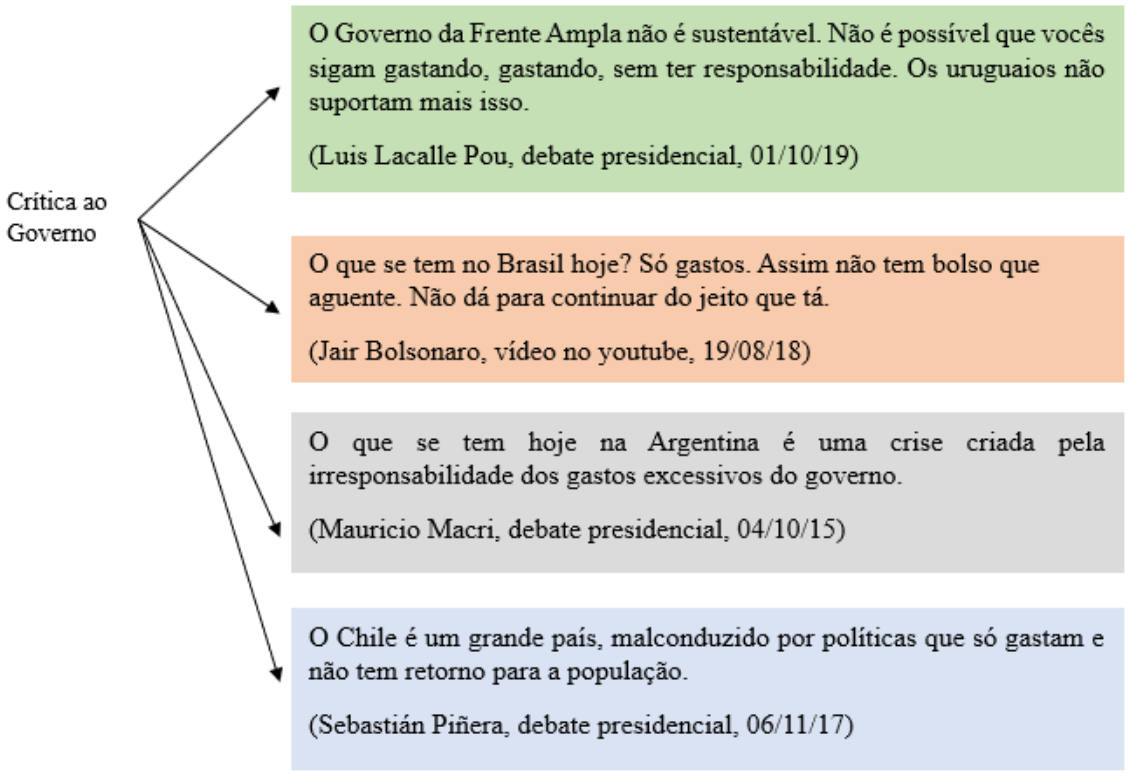


Figura 03 - Classificação discursos em torno do nó “crítica ao governo”. Fonte: Elaborado pela autora.

As relações de equivalências são importantes para a análise aqui proposta porque eles indicam características e estratégias compartilhadas entre os quatro discursos para a construção de hegemonias. Eles indicam elementos regionais que apontam pelo entendimento compartilhado acerca da necessidade de mudança nas orientações ideológicas dos governos, bem como são indicadores acerca da comunicação que pode haver entre as lideranças dos partidos nos diferentes países.

Os particularismos locais, por sua vez, são apreendidos pelas relações de diferenças, que podem ser entendidas como as particularidades de cada discurso. Na análise realizada, elas aparecem sempre que há divergência na forma como um ou mais discurso significa determinado tema. A fim de ilustrar o raciocínio, utiliza-se como exemplo os diferentes entendimentos que os candidatos detêm sobre segurança pública, em específico sobre a utilização de armas (Figura 04). Conforme se depreende dos dois discursos, os candidatos adotam posições opostas e incompatíveis sobre a utilização de armamento por parte dos cidadãos comuns.

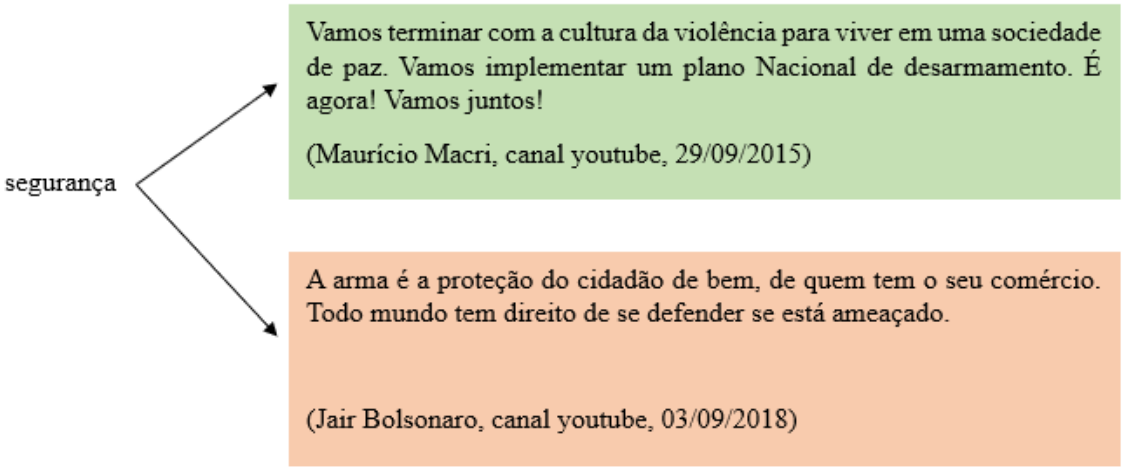


Figura 04 - Classificação em torno do nó “segurança”. Fonte: Elaborado pela autora.

A análise do processo de significação, organizado em torno de cada nó, serve também como substrato analítico para a identificação das demandas insatisfeitas e da forma como cada um dos discursos constrói o povo. Dessa forma, na última fase da pesquisa, buscou-se identificar os elementos discursivos que constituem o povo de cada candidato, ressaltando as semelhanças e diferenças entre eles.

Na última fase analítica, ganhou especial importância os conceitos de hegemonia e antagonismo. Buscou-se identificar, nos discursos, os sentidos

discursivos a que eles se opunham e quais visões de mundo eles estavam combatendo. Da mesma forma, o processo de articulação de demandas visando a hegemonia do campo discursivo também é fundamental para compreender-se as dinâmicas que estruturam o discurso da direita nos quatro países analisados. Sabe-se que os contextos eleitorais analisados foram polarizados e demonstraram sociedades muito divididas em torno de dois projetos de país muito diferentes, de sorte que os processos de construção hegemônica e as lutas antagônicas tomaram lugar em um contexto discursivo complexo.

4.2. Quantificando as codificações: os primeiros resultados

O período no qual os candidatos à presidência da república expressam suas propostas e buscam o apoio da maior parcela do eleitorado é caracterizado pela multiplicidade de temas, problematizações sociais e discussão sobre os rumos mais adequados ao desenvolvimento das sociedades. Os meses de campanha, neste sentido, fomentam processos de identificação e convidam que os cidadãos, por vezes afastados da discussão dos temas públicos, se posicionem e dialoguem com as diferentes perspectivas pragmáticas.

Os quatro países analisados viveram um processo eleitoral de intensas discussões, no qual se produziu vasto material de análise. Nos vídeos de campanha disponibilizados na plataforma *youtube*, nos programas de governo e nos debates, foram politizados diversos temas da vida cotidiana, que vão desde o saneamento básico até questões de segurança pública. Compreender os sentidos discursivos e o seu lugar no complexo mapa de ideias que definem o projeto de país de cada um dos candidatos exigiu a análise minuciosa de todo material coletado.

Em termos quantitativos, foram analisados e classificados 6.587 sentidos discursivos, divididos entre os quatro candidatos conforme descrito na tabela abaixo (tabela 03). Destaca-se que a quantidade de classificações não importa em dizer que houve preponderância de um discurso sobre o outro, mas sim de que a organização das ideias nos debates, vídeos e material se colocou de forma mais fragmentada e propiciou que fossem realizadas mais classificações.

Tabela 03 - Quantidade de trechos classificados

País	N
Argentina	1280
Brasil	1848
Chile	2133
Uruguai	1326
Total	**6587**

Fonte: Elaborado pela autora.

Os trechos discursivos foram analisados e classificados - de acordo com os sentidos discursivos que mobilizaram - entre os nós/pontos nodais. Na tabela abaixo (tabela 04), verifica-se o percentual de classificações em cada documento analisado, destacando-se, desde já, o fato de que os candidatos privilegiaram a abordagem de vários temas e tentaram dialogar com as diferentes demandas da população.

A análise dos dados aponta que, no período eleitoral, os candidatos mobilizaram sentidos discursivos que se vinculam a diversos temas. Eles demonstraram ter uma agenda plural, e convergirem na definição de temas centrais: é notável que o nó economia concentre muitas classificações em todos os discursos analisados. Houve muitas recorrências, também, no nó educação nos discursos dos candidatos brasileiro, argentino e uruguaio.

O nó "crítica ao governo" é o de maior classificação nos discursos brasileiro, uruguaio e chileno. Na Argentina, por outro lado, é um dos nós de menor recorrência. Uma explicação possível para este fato é o de que o candidato argentino optou, como método de campanha, focar na mudança e no país que gostaria de construir. Por conta disso, as críticas ficaram subentendidas no texto, à exemplo do trecho "No meu governo, vai haver espaço para quem pensa diferente" (MACRI, 2015a). Está implícito no texto que no governo de Cristina Kirchner não há espaço para a crítica, mas não há referência direta sobre isso.

A tabela indica também algumas diferenças entre os discursos: no quesito religião, por exemplo, verifica-se maior recorrência nos discursos dos candidatos brasileiro e argentino. Já na questão do meio ambiente, é notável que o candidato uruguaio tenha tratado o tema com mais frequência do que os demais. Há um indício, a ser confirmado quando da análise qualitativa dos dados, de que existem particularismos nos discursos analisados que são elementos importantes de

Tabela 04 - Cobertura de nós nos documentos analisados (%)

	Veículo	Crítica ao governo	Democracia	Economia	Educação	Inclusão social	Infraestrutura	Justiça	Meio ambiente	Modelo de Estado	Política Externa	Povo	Religião	Saúde	Segurança	Trabalho	Valores	Total de classificaçõe s
Brasil	Debates	10,8	-	12,9	12,4	5,9	6,4	2,1	-	2,1	4,8	9,7	8,1	4,3	9,1	8,6	2,7	176
	Canal Youtube	20,9	7,6	15,9	13,9	2,9	2,6	1,4	2,6	1,3	3,4	4,0	5,1	3,0	7,1	4,0	2,9	1.025
	Programa de governo	14,3	3,8	15,7	4,6	8,3	5,8	3,7	0,6	4,9	3,4	5,4	5,1	4,3	11,4	6,4	1,7	647
	TOTAL	*17.7*	*5.7*	*15.6*	*10.5*	*5.1*	*4.2*	*2.3*	*1.7*	*2.7*	*3.6*	*5.1*	*5.4*	*3.6*	*8.8*	*5.3*	*2.5*	*1848*
Argentina	Debates	14,9	9,6	16,8	14,2	9,8	1,8	3,0	2,5	3,5	2,8	1,1	-	7,2	5,6	6,7	-	427
	Canal Youtube	15,9	7,4	9,8	9,6	6,4	4,5	3,2	-	3,9	1,5	5,8	-	7,9	7,7	8,5	7,4	526
	Programa de governo	6,0	2,4	14,3	13,9	6,8	5,2	1,6	0,8	3,6	1,2	4,0	0,4	10,9	11,7	14,1	1,6	247
	TOTAL	*1.83*	*6.42*	*18.84*	*11.23*	*7.08*	*5.58*	*3.15*	*1.77*	*1.61*	*4.28*	*6.22*	*6.42*	*4.75*	*11.29*	*6.71*	*2.83*	*1058*
Uruguai	Debates	10,3	4,0	17,7	12,2	10,3	3,5	0,4	4,0	2,1	0,7	4,3	0,2	7,9	9,8	10,3	1,9	417
	Canal Youtube	13,0	6,0	10,1	12,0	10,4	5,8	1,4	10,4	8,7	1,1	7,3	0,4	4,0	4,1	3,8	0,8	698
	Programa de governo	7,1	0,9	9,4	16,1	13,2	8,0	0,9	5,2	4,2	0,9	5,6	0,4	5,2	9,9	9,0	3,3	211
	TOTAL	*11.2*	*4.6*	*12.4*	*12.7*	*10.8*	*5.5*	*1.0*	*7.6*	*6.0*	*0.9*	*6.1*	*0.3*	*5.4*	*6.9*	*6.8*	*1.7*	*1325*
Chile	Debates	10,5	1,9	11,7	12,2	10,3	4,6	2,4	2,7	8,9	0,5	4,6	0,8	11,14	10,3	6,5	0,5	368
	Canal Youtube	10,9	2,5	9,2	8,9	8,5	4,9	1,8	1,5	2,4	1,8	8,7	5,4	10,1	10,9	7,8	4,0	830
	Programa de governo	11,8	3,6	10,9	7,8	8,3	2,9	1,8	3,4	3,3	6,3	4,4	1,8	10,8	9,9	8,9	3,5	935
	TOTAL	*11.3*	*3.0*	*10.4*	*9.0*	*8.7*	*4.1*	*2.0*	*2.5*	*4.0*	*3.6*	*6.1*	*3.0*	*10.6*	*10.5*	*8.1*	*3.2*	*2133*

Fonte: Elaborado pela autora.

articulação discursiva.

O escopo explicativo da tabela é limitado, dado que ele demonstra qual é a recorrência de classificações em cada nó. É possível que um mesmo tema possa tratado de formas completamente diferentes entre os candidatos, que podem inclusive assumir posições opostas. Por conta disso, compreender de forma qualitativa como estes discursos se constituem, focando na existência de relações de equivalências e diferenças entre eles, é fundamental para que seja apreendido o processo de articulação dos discursos à direita nos contextos eleitorais latino-americanos analisados.

*** * ***

O presente capítulo foi construído objetivando descrever o procedimento metodológico de análise do discurso dos quatro candidatos, considerando as ferramentas teóricas presentes nos trabalhos de Laclau e Mouffe. Demonstrou-se, também, de forma quantitativa, a codificação dos sentidos discursivos em torno de cada nó criado ao longo do desenvolvimento da pesquisa, apontando os temas de maior ou menor recorrência em cada discurso analisado.

Nos próximos capítulos, será analisado o processo de significação e a formação de cadeias de equivalências e diferenças entre os quatro discursos. Para além de demonstrar semelhanças e particularidades em cada discurso, a análise tem o condão de lançar luz sobre circunstâncias regionais que permeiam os quatro países, considerando que as eleições analisadas representam um rompimento na tradição de eleições de candidatos vinculados ao ciclo progressista.

Capítulo 05 - Os sentidos da mudança: aproximações e diferenças no discurso e Maurício Macri, Sebastián Piñera, Jair Bolsonaro e Luis Lacalle Pou

A análise do discurso inspirada na teoria de Laclau e Mouffe pressupõe a construção de hegemonia a partir das relações de equivalências. Considerando que o objetivo da pesquisa proposta tem a finalidade de compreender os sentidos discursivos que construíram o discurso da direita na América Latina, sem desconsiderar as diferenças que existem entre os quatro casos analisados, este capítulo debruça-se sobre as ideias por ela defendidas.

Ao tratar sobre a construção da metodologia da pesquisa, explicou-se que os discursos foram classificados em dezesseis nós/pontos nodais, em torno dos quais se dava o processo de significação que constitui cada discurso. Neste capítulo, serão analisados o processo de significação em torno de onze deles: críticas ao governo, economia, educação, inclusão social, infraestrutura, meio ambiente, modelo de estado, política externa, saúde, segurança e trabalho. Eles sintetizam os principais elementos do projeto político defendido pelos candidatos, voltado à defesa do liberalismo econômico.

O capítulo divide-se em duas seções. Na primeira delas, serão explorados os resultados em relação ao nó “crítica ao governo” e está focado nas ideias a que estes discursos se opõem. Na segunda seção, ainda que as críticas aos projetos dos governos persistam na análise, ela volta-se a apresentar o projeto político defendido por cada discurso. Ainda que eles operem em uma lógica similar, neste âmbito é possível identificar algumas diferenças entre eles.

5.1. Em busca da mudança: a crítica aos governos do ciclo progressista

As eleições são o momento em que diferentes projetos disputam narrativas e buscam o convencimento da maioria dos cidadãos, dentro das normas defendidas pelas instituições de cada país. Pode-se dizer, por conta disso, que elas são caracterizadas por críticas e pela troca de ofensas entre os candidatos. As eleições analisadas, contudo, foram marcadas pelo excesso. Lacalle Pou afirmou, na apresentação do debate presidencial uruguaio realizado antes do primeiro turno, que “a campanha não trilhou caminhos justos. Lamentavelmente, por falta de maturidade de alguns, por pressão outros, talvez pela iminência da mudança na composição dos governos, a discussão tomou outros rumos” (LACALLE POU, 2019a). Neste mesmo

sentido, Maurício Macri, em seu discurso após a apuração das urnas no primeiro turno, afirmou que “estamos diante da campanha mais difícil da nossa história, marcada pela divisão, pela violência” (MACRI, 2015a). O cenário repetiu-se nas eleições chilenas, a ponto de os jornalistas que conduziam o debate entre os presidenciáveis em segundo turno afirmarem que “infelizmente, esta campanha eleitoral foi marcada pelo baixo nível e por muitos xingamentos, o que não é aceitável na democracia chilena” (PERIODISTA, 2017). A atipicidade das eleições brasileiras também é notada, considerando que diversos estudos apontam pelo aumento de violência durante o período de campanha (NICOLAU, 2020, p. 34).

O clima de animosidade que permeou o processo decisório também refletiu nos dados da pesquisa. Os quatro candidatos preocuparam-se, durante todo o período de campanha, em expressar sua discordância com as políticas dos governos anteriores em relação aos principais temas que foram tratados por eles, o que torna os trechos aqui classificados muito próximos aos de outros. Neste sentido, a fim de facilitar a análise e tornar mais didática a apresentação das relações estabelecidas entre os quatro discursos, serão explorados no presente tópico as críticas proferidas contra os governos progressistas em sentido amplo. Aquelas que se opõem a medidas específicas e se relacionam a nós específicos, como por exemplo, as críticas à saúde, serão tratadas no momento oportuno.

5.1.1. Gestão dos recursos públicos

Quando da análise das condições de vida dos cidadãos, os quatro candidatos convergiram no entendimento de que os governos progressistas tiveram excelentes arrecadações no período em que tiveram no governo, mas que foram ineficientes em transformar esse investimento em serviços públicos de qualidade, estabilidade econômica e redução da dívida pública.

No seu programa de governo, a candidatura uruguaia afirma que “Depois de 15 anos de condições muito favoráveis e maiorias parlamentares, a Frente Ampla foi incapaz de resolver os problemas que mais golpeiam os uruguaios” (PARTIDO NACIONAL, 2019, p. 4). No mesmo documento, eles afirmam que “Os governos da Frente Ampla foram os mais ricos da história deste país. Nenhum governo anterior dispunha de tanto dinheiro. Mas ainda assim eles gastaram mais do que arrecadaram, e assim acumularam déficits que se traduziram na dívida” (PARTIDO NACIONAL, 2019, p.4). A crítica ao modelo de gestão frenteamplista foi sistematizada pelo

candidato, no primeiro debate presidencial, da seguinte forma:

> Os governos da Frente Ampla não só gastaram mal. Eles gastaram muito. Eles fizeram aventuras com o dinheiro público, investiram em projetos que foram feitos para não dar certo. Eles se descuidaram da gestão cotidiana do gasto, acumularam ineficiências e perdas. Eles usaram o dinheiro do contribuinte como se não desse trabalho conseguir esse dinheiro e como se esse valor não fosse acabar nunca. E, por outro lado, não fizeram o mínimo. Não melhoraram os serviços, não fizeram o bem para a nossa gente. (LACALLE POU, 2019a)

O diagnóstico de que houve um aumento de arrecadação não otimizado também é compartilhado por Mauricio Macri. Em um vídeo publicado no período de campanha, o candidato argentino argumentou que "a Argentina viveu, nos últimos anos, de muitos impostos e tributos. Eles são resultado do suor do teu trabalho. É seu dinheiro que o governo pegou e desperdiçou, não investiu, não reduziu a nossa dívida" (MACRI, 2015b). No debate presidencial, a crítica ao modelo de gestão kirchnerista foi esmiuçado pelo candidato:

> O orçamento da Argentina hoje, com tudo que está acontecendo, é bilionário. É difícil para nós compreendermos a dimensão do que pode ser feito com tanto dinheiro, porque nos últimos anos não foi feito nada. Eles dizem que eu vou retirar direitos, o que não é verdade. Ao contrário, eu quero garantir que os recursos públicos sejam utilizados em prol dos cidadãos, para que tenhas emprego, saúde e educação de qualidade. A péssima gestão do governo que Daniel Scioli defende fez com que a nossa moeda fosse descredibilizada, não há confiança para o país crescer. Mesmo com dinheiro no caixa, a Argentina não pagou suas dívidas. Não consegue atrair investimento, não consegue crescer. E isso não ocorreu porque não tem dinheiro no caixa. Não, isso aconteceu, porque não souberam investir corretamente. (MACRI, 2015c).

Para Sebastián Piñera, o desenvolvimento do Chile também foi afetado pela má condução dos recursos arrecadados pelo estado. No plano de governo do candidato, ele afirma que "estamos perdendo o rumo porque o governo da Nova Maioria conduziu o Chile pelo caminho equivocado" (PIÑERA, 2017a, p. 91). Os caminhos equivocados foram explicitados pelo candidato em uma entrevista, inserida no seu canal do *Youtube* no período da campanha eleitoral:

> A gestão dos recursos do Estado não é muito diferente da gestão do orçamento da tua família. Se entrar um dinheiro a mais, não se sai gastando com coisas supérfluas. Se pensa, se investe de acordo com a necessidade dos teus filhos. Nos últimos anos, no Chile, se instalou uma mentalidade que não valoriza o dinheiro arrecadado com os impostos. Não vê quais áreas precisam de mais investimento, não está atenta às necessidades dos cidadãos. Hoje, nós temos mais 100 políticas públicas classificadas pelo DIPRES[13] como ineficientes. Isso é desperdício do nosso dinheiro, é

[13] A Dirección de Presupuestos (DIPRES) é um organismo técnico encarregado de zelar pelo uso eficiente dos recursos públicos, mediante a aplicação de sistemas e instrumentos de gestão financeira,

> ineficiência. (PIÑERA, 2017b)

A ineficiência na gestão dos recursos públicos, vinculado ao direcionamento para os interesses partidários, também constitui o discurso do candidato brasileiro Jair Bolsonaro. Explicou ele que “o que aconteceu com o Brasil nos últimos anos é um desvio moral, é um desvio de competência. Eles pegaram o dinheiro do brasileiro e fizeram o que bem entenderam, sem se preocupar com ninguém” (BOLSONARO, 2018a). Em outro vídeo, o candidato seguiu explicando que “o que o PT fez foi roubar, foi corrupção. E o que sobrou do dinheiro não foi para saúde, para educação. Não, eles colocaram nos projetos deles, pagaram obras na Venezuela, em Cuba.” (BOLSONARO, 2018b).

> O PT ficou 13 anos no poder e quebrou o país. Deixaram milhões de desempregados, o maior índice de criminalidade da história. O Brasil está na sua maior crise ética e financeira. Nós estamos na beira de um abismo. Eles fizeram de Brasília um balcão de negócios, para os interesses deles. Eles não trabalham pelo nosso Brasil, pelas nossas crianças, pelos nosso idosos. Eles estão lá, gastando nosso dinheiro, sem prestar contas, sem se preocupar com nada. O que eles fizeram com o nosso país é um estrago sem precedentes. (BOLSONARO, 2018c)

Os quatro candidatos compartilham da visão de que houve um aumento de arrecadação durante o ciclo progressista. Contudo, na visão deles, os governos progressistas não souberam reverter os benefícios do momento econômico em melhor gestão dos recursos financeiros e na prestação de serviços públicos eficientes para a população, atuando de forma negativa em áreas essenciais e bloqueando o desenvolvimento econômico.

5.1.2. A política do autointeresse

Além de fazer mau uso do dinheiro público, os discursos analisados opuseram-se aos governos do ciclo progressista por eles terem aparelhado organismos do Estado, fazendo com que prevalecesse a visão de mundo defendida por eles. Ao analisar os governos petistas, Jair Bolsonaro afirmou que “eles fizeram uma bagunça no serviço público, impuseram a forma deles de ver as coisas. Nós vamos ter que descolonizar o Estado, tirar essa influência podre” (BOLSONARO, 2018d). Em outro pronunciamento, o candidato comparou a gestão petista a um câncer, “que consome todo o Estado, apodrece tudo o que toca” (BOLSONARO, 2018e). Para o candidato,

---

programação e controle de gestão dentro do marco da política fiscal chilena (DIPRES, 2022)

a influência dos governos anteriores é maléfica porque

> Eles não são republicanos. Eles não querem sair do poder e fazem de tudo para continuar lá. Compram funcionários, colocam gente deles em tudo que é lugar. A política externa do Brasil é de acordo com o que eles pensam, não de acordo com o que é melhor para o povo. As políticas são feitas para eles ficarem no poder. Isso tem que acabar. Nós não podemos admitir que façam isso com as nossas instituições. Defender a Constituição é um dever de todos os brasileiros. (BOLSONARO, 2018f)

Durante a campanha de Jair Bolsonaro, foram tecidas muitas críticas à gestão dos recursos do estado destinados à promoção da cultura local, em especial a Lei Rouanet[14]. Em uma entrevista à imprensa, o candidato explicou que "A cultura tem que existir, vamos valorizar. Mas não vai ter as indicações políticas, no que depender de nós, para administrar o que quer que seja no Brasil" (BOLSONARO, 2018g).

Os governos kirchneristas são significados de forma semelhante por Mauricio Macri. Ele os acusa de administrar segundo seus interesses e de mascarar dados para fazerem os argentinos acreditarem estarem em um período de estabilidade econômica. Em um debate presidencial, disse Macri que

> O governo fez uma série de escolhas equivocadas. Agiu de acordo com seus interesses, ouviu só os seus técnicos. E não quer admitir que errou. A Argentina precisa crescer na base de um governo que diga a verdade. Um governo que jogue às claras, que defenda o valor da nossa moeda. Esse país não tem problema de dólar, esse país produz dólar. O problema desse país é um governo que mentiu, que ocultou. Ele tem ocultado, mente de forma gravíssima. Porque ocasionou isso, que o país não pode crescer. O problema desse país é um governo que mentiu, que ocultou. Ele tem ocultado de forma gravíssima (MACRI, 2015d).

Aproximando-se das acusações que Macri faz dos governos kirchneristas, Sebastián Piñera entende que o Governo da Nova Maioria contratou funcionários públicos alinhados com sua ideologia. No segundo debate presidencial, afirmou ele que

> Nós precisamos proteger o cidadão do serviço público. Garantir que ele seja bem atendido, que suas necessidades vão ser ouvidas. Eu tenho ouvido falar, muitos casos, de pessoas que recebem melhor atendimento por suas preferências. De políticas que são implementadas em função de que as desenvolveu. Isso é muito sério, não é correto. O Chile é um país grande, é um país plural. As diferenças são nossa riqueza, e todos nós precisamos ser valorizados. (PIÑERA, 2017c)

Os três discursos analisados apontam a existência de equívocos na gestão do governo, vinculados às escolhas orientadas pelos interesses ideológicos dos candidatos que estão no poder. No caso argentino, Macri não só denuncia os erros

[14] Trata-se da Lei 8.313/1991, que cria e regulamenta o Programa Nacional de Apoio à cultura.

das políticas econômicas do governo federal, como os acusa de manipular os dados oficiais para não terem de assumir as consequências do erro. Os três candidatos acordam que, para que haja crescimento econômico e melhores políticas públicas, é preciso que o Estado passe a atender os interesses do povo, e não de seus governantes. O candidato uruguaio, por sua vez, aponta a existência de erros nas escolhas políticas dos presidentes da Frente Ampla, conforme demonstrado no tópico acima. Contudo, não se pode dizer que Lacalle Pou acusou estas administrações de agirem de acordo com seus próprios interesses, de sorte que, em torno deste sentido discursivo, não é possível afirmar que ele se aproxima dos demais candidatos.

5.1.3. Corrupção

Em se tratando do desvio ilegal de dinheiro público, a análise dos discursos aponta que o tema não possui a mesma centralidade nos quatro discursos analisados: enquanto que no caso uruguaio e chileno as menções sobre denúncias de corrupção não são tão frequentes, no caso argentino e no caso brasileiro, elas são basilares na constituição do discurso.

O candidato à presidência uruguaia mencionou, em poucas oportunidades, que “quando se governa para si e sobre si, é natural que se abra espaço para práticas de corrupção. Nós verificamos isso, quando se iniciou as investigações sobre os desvios na saúde” (LACALLE POU, 2019b). No debate eleitoral, Lacalle também fez menção à uma comissão de inquérito aprovada na Câmara de Deputados uruguaia que visava a investigação de favorecimento de funcionários da Casa Civil em subcontratações de estatais uruguaias para prestar serviços para a empresa brasileira OAS:

> O Uruguai é um país sério, de práticas sérias. Quando se é o primeiro da fila, isso não é um privilégio. É uma grande responsabilidade. É preciso dar o seu melhor sempre. Não se pode deixar seduzir pelo poder, ceder os interesses dos outros. Tempos atrás, votei pela abertura de inquérito para investigar suspeitas de corrupção no governo da Frente Ampla. Isso é algo que nos entristece e indigna muito, porque é papel do presidente garantir que tudo funcione bem e se respeite a lei. (LACALLE POU, 2019a).

Embora o candidato uruguaio tenha mencionado situações que repercutiram de forma negativa no Uruguai e que ofereceram risco à imagem da Frente Ampla como um partido de princípios éticos, ele não buscou classificar os governos anteriores como corruptos. A mesma estratégia foi utilizada por Sebastián Piñera, que relembrou, no debate eleitoral, a reforma ministerial que o governo de Bachelet promoveu no ano de 2015, porque seu ministro de interior, Rodrigo Peñalillo estava sendo investigado

por favorecer empresas que haviam contribuído para a campanha presidencial de Bachelet no pleito de 2014. Disse ele que:

> O Chile passou por muitos percalços nos últimos anos. Crises, desavenças, desunião. A Nova Maioria nos conduziu por caminhos obscuros, e inclusive teve que se readaptar porque tiveram denúncias de corrupção. Não se deve admitir que isso seja considerado aceitável no Estado que vivemos. A nossa democracia é madura e nossos políticos são honestos. Nós temos que tirar da política pessoas que não estejam comprometidas com o bem comum, com o desenvolvimento do nosso país (PIÑERA, 2017c).

Durante o período eleitoral, o filho e a nora de Michelle Bachelet estavam sendo investigados e processados por denúncias de corrupção na compra de terrenos e empréstimos bancários. Embora tal fato estivesse sendo muito comentado na mídia local, não foi localizado nos documentos analisados menções específicas sobre o assunto. Em uma entrevista concedida a um jornal e inserida em seu canal do *Youtube*, Piñera responde ao questionamento sobre as denúncias de corrupção envolvendo o governo anterior com a alegação de que "isso não fará parte do meu governo. Bachelet e sua família terão de responder na justiça e, se culpados, pagarão pelos seus erros. Eu tenho confiança que isso jamais vai ocorrer no meu governo" (PIÑERA, 2017d).

Se no contexto das eleições uruguaia e chilena a corrupção não é um tema recorrente, o mesmo não se pode dizer do caso Argentino. Em entrevista, que compôs o material disponível no canal do *Youtube* do presidenciável, Macri afirmou que "a corrupção é um grande problema não só deste governo, como dos anteriores. Nós teremos mão firme para investigar e responsabilizar todos os envolvidos, seja quem for" (MACRI, 2015e). Ele explicou que "nos últimos governos, a linha entre o público e o privado não foi suficientemente clara e nós sabemos dos desvios. Isso gera impactos muito negativos sobre os argentinos, que perdem a confiança no governo e na política" (MACRI, 2015f). Quando questionado sobre como combater a corrupção, Macri explicou que

> Nós estamos enfrentando uma situação muito complexa na Argentina. O narcotráfico opera com a anuência dos políticos, e isso torna muito difícil que a polícia faça as devidas investigações. Os crimes ocorrem e não se pode investigar porque há interesse de quem está no governo. O caso Nisman[15] é uma mancha na nossa história, ainda buscamos respostas. Nós precisamos começar pela moralização do governo, sabendo que estamos representando o povo argentino. A polícia precisa saber que tem poder para investigar, que se for descoberto algo, o governo vai auxiliar para que haja

[15] Alberto Nisman foi um promotor argentino. Ele foi encarregado de investigar o atentado contra a entidade judaica AMIA, que deixou 85 mortos em 1994. Em meio à instrução do processo criminal, o promotor foi encontrado morto em seu banheiro com um tiro na cabeça. Não há consenso, até os dias atuais, se o promotor deu fim à sua vida ou se ela foi causada por outras pessoas. (EL PAÍS, 2020)

> responsabilização. O Poder Judiciário precisa ser independente para poder julgar. Na Argentina de hoje, parece que não se pode investigar a corrupção, ao mesmo tempo que todo mundo sabe que ela existe. Isso precisa mudar, e só vai mudar se houver alternância no governo (MACRI, 2015f).

Na fala do presidenciável argentino, fica evidenciado o entendimento de que a corrupção ocorre dentro das estruturas do governo e que essas mesmas estruturas vedam o curso normal das investigações. Ele busca o apoio da população garantindo independência para a polícia investigar e o Poder Judiciário punir quem for responsável pela prática de corrupção, ao mesmo tempo que visa garantir que seu governo será ético.

No contexto brasileiro, a corrupção foi um tema muito levantado pelo candidato presidenciável Jair Bolsonaro. Compreendendo que o país "vive uma crise ética, moral sem precedentes" (BOLSONARO, 2018h), o candidato afirma que "nos governos petistas, a corrupção se transformou em uma epidemia. Onde se olha, tem roubalheira. Eles tiram tudo que podem de todos os lugares, enchem seus bolsos à custa dos brasileiros" (BOLSONARO, 2018h). As duas operações realizadas pela Polícia Federal, Mensalão e Lava Jato, iniciadas, respectivamente, nos anos de 2005 e 2014, são a materialização da falta de princípios éticos da Administração Federal, conforme explicita Bolsonaro neste trecho:

> É uma vergonha que o cidadão brasileiro, depois de ter trabalhado o dia todo, chegue em casa, ligue a tv para ver o jornal, e veja seu presidente, seus ministros, se favorecendo com dinheiro público. Nós tivemos o Mensalão, o Petrolão, a Lava-Jato. Toda vez um esquema novo. E se vão milhares de reais nisso, é o que falta na educação, na saúde. O PT hoje não é um partido político, é uma quadrilha que rouba direto do bolso do brasileiro. Eles são tão criminosos que o chefe maior deles tá preso! E o candidato deles vai se aconselhar na cadeia! O Brasil não pode ter um presidente que vá até a cadeia perguntar como se deve governar o país. Isso é um absurdo completo. Isso tem que mudar. (BOLSONARO, 2018e)

Em alguns trechos de seus discursos, o candidato informa aos seus apoiadores que "o PT tornou a corrupção uma prática normal, aceitável. É como se ele tivesse dito que tudo bem fazer, é assim que se faz, e hoje são vários políticos que estão envolvidos nesse esquema" (BOLSONARO, 2018i). Ele faz o diagnóstico de que "o Brasil vive uma crise moral sem precedentes na nossa história. Ninguém mais sabe o que é certo, ninguém mais respeita a constituição" (BOLSONARO, 2018e). A construção argumentativa do candidato tem o condão de diferenciá-lo dos políticos tradicionais, e construí-lo como um parlamentar diferente e apto a restituir a ética nas relações políticas. No primeiro debate que participou, disse ele que:

> Só há uma maneira de combater a corrupção no nosso país: eleger um presidente de forma isenta, um presidente que não negocie ministérios e estatais e bancos públicos, porque aí está o foco da corrupção. E é isso que tem onerado o Estado e causado sua ineficiência. É por isso que não temos saúde, educação, exatamente por causa das indicações políticas que tem que deixar de existir em nosso Brasil. Um presidente tem que escolher os melhores para compor o seu time de ministros. (BOLSONARO, 2018j)

Bolsonaro fez uso de suas credenciais como oficial reformado do Exército para atrair credibilidade moral. Nos seus discursos, ele faz menção ao passado ditatorial brasileiro de forma nostálgica, construindo a narrativa de que prevaleceu a honestidade naquele período:

> Quando eu era jovem eu tive a oportunidade de ir para o Exército e sou muito grato por isso. Isso molda o caráter de um homem, tudo que eu vivi e aprendi ali. A gente sabe o valor da disciplina, do respeito... A gente aprende a ter valores. Isso ninguém tira da gente. As Forças Armadas são aquelas que têm que guardar a constituição, defender os brasileiros, se guiar pelo que é certo. No tempo que eles governaram, e isso é uma coisa que a esquerda gosta de falar mal, né, mas no tempo que eles governaram, não se ouvia falar em corrupção. E eles desenvolveram o nosso país, fizeram obras que são magníficas. Que a gente usa até hoje. Rolou muito dinheiro e ninguém passou a mão não. Isso eles não querem falar, porque eles não têm essa força moral. Então, eu tenho 46 anos de serviço público, 16 pelo exército. E contra mim não tem absolutamente nada, porque eu tenho esses valores que a esquerda acha tão errado. E por que né? Porque eles passaram a mão em tudo que podiam, destruíram o nosso país. O nosso dever é de ter esperança, e peço a Deus a chance de ser presidente e mudar o Brasil. (BOLSONARO, 2018a)

Para a construção discursiva de Bolsonaro, o tema da corrupção tem uma dupla finalidade: a primeira é atribuir ao PT a responsabilidade por tornar a prática recorrente no país e a segunda é diferenciá-lo dos demais parlamentares e partidos que compuseram a base do governo. Ele busca, dessa forma, canalizar a insatisfação dos brasileiros em relação a este tema, e por isso foca com muita intensidade no fato de ser uma pessoa ética. Maurício Macri, no contexto argentino, também dialoga com os anseios da população em exterminar estas práticas da política, mas mobiliza sentidos diversos: ele propõe independência da polícia e do Poder Judiciário para fazer as investigações e apontar culpados. A contraposição entre os sentidos discursivos destes dois candidatos demonstra que existe um diagnóstico regional comum de que os governos progressistas praticaram ou - no caso chileno e uruguaio - estiveram próximos de pessoas corruptas, mas questões domésticas interferem nas soluções propostas. Verifica-se, também, que o tema parece mais importante para os candidatos brasileiro e argentino, ao passo que a oposição ao governo nos contextos chileno e uruguaio se dá, com maior intensidade, a partir de outros sentidos discursivos.

5.2. Para onde mudar: os projetos do novo governo

Os quatro discursos constituíram-se como tais não só pelos projetos a que eles se opunham, como também pela agenda de propostas que eles gostariam de implementar, caso fossem eleitos.

Neste subcapítulo, serão analisados os projetos que os candidatos gostariam de implementar em áreas consideradas importantes, como economia, inclusão social, trabalho, saúde e educação. Para facilitar a análise, a seção foi subdividida em dez subtópicos, voltados à análise dos sentidos discursivos que constituíram cada nó.

5.2.1. Projeto Econômico

A apresentação das ideias para o desenvolvimento veio acompanhada de críticas ao modelo de gestão adotado pelos governos anteriores e de propostas que pudessem alavancar o crescimento. Os quatro candidatos convergem na defesa do livre mercado e no entendimento de que a intervenção estatal deve ser mínima e direcionada a setores estratégicos.

A fim de facilitar a compreensão de como se estruturam os discursos analisados em relação ao tema do desenvolvimento econômico, o tópico será subdividido considerando, inicialmente, as críticas que os candidatos compartilharam em relação à política macroeconômica dos governos progressistas e, em um segundo momento, as propostas para o crescimento defendidas pelos candidatos.

Obstáculos ao progresso: a crítica à política econômica dos governos progressistas

As eleições ocorreram no período posterior à valorização das matérias primas no mercado internacional, que havia favorecido o setor produtivo primário e aquecido a economia dos países latino-americanos. Na perspectiva dos candidatos analisados, os benefícios que este período poderia trazer para o desenvolvimento nacional foi subaproveitado pelos então governantes, que fizeram escolhas erradas e não traçaram caminhos preocupados com a responsabilidade fiscal.

Embora reconhecesse que conhecia pouco de economia e que o principal responsável pela gestão desta área no governo seria o liberal Paulo Guedes, Bolsonaro apresentou algumas críticas ao modelo de gestão petista. Segundo ele, a corrupção e o populismo do governo anterior teriam causado desequilíbrio fiscal,

comprometendo as contas públicas:

> Olha, eu não sou conhecedor de economia. É por isso que tenho do meu lado o homem do mercado, o Paulo Guedes. Mas eu também não sou burro. Eu sei que esse governo gastou mais do que podia, investiu errado. A situação não é boa para o Brasil. Nós vamos precisar pisar no freio, e deixar que quem quer trabalhar, que trabalhe. O governo só chega e cria obstáculos para o empreendedor. Como o país vai se desenvolver desse jeito? Então, eu conto com o apoio do Paulo Guedes para colocar o Brasil de volta nos trilhos do crescimento. (BOLSONARO, 2018k)

No programa de governo, Sebastián Piñera também tece críticas ao modelo de gestão da Nova Maioria, dizendo que as reformas introduzidas pelo governo reduziram a capacidade do Estado crescer e criar empregos:

> Lamentavelmente, as políticas do governo atual interromperam o caminho do progresso. Partindo de um diagnóstico errado, desprestigiou-se o crescimento e o desenvolvimento integral, e se promoveram reformas que reduziram nossa capacidade de crescer e criar empregos, gerando um ambiente de incertezas que freou o investimento e o empreendimento. Como resultado disso, o nosso país cresceu uma média anual de 1,8%, quase metade do crescimento previsto para o mundo. O investimento e a produtividade não pararam de cair, a responsabilidade fiscal se debilitou profundamente, a dívida pública se duplicou e, o que é mais grave, deteriorou-se fortemente a confiança. Dessa maneira, o atual período do governo foi o de pior desempenho em três décadas (PIÑERA, 2017a, p. 39).

O cerne da crítica dos candidatos está voltado ao aumento da dívida pública e a desvalorização da moeda nacional. Lacalle Pou explicou no seu programa de governo que “hoje o Uruguai gasta muito, e, por isso, injeta muito dinheiro na economia. Isso faz com que nossa dívida aumente e a nossa moeda passe a valer menos do que antes” (PARTIDO NACIONAL, 2019, p. 4). Para o candidato, o governo foi irresponsável na gestão dos recursos públicos, o que ocasionou um cenário econômico desfavorável:

> Fechou, nos últimos tempos, 50.000 empresas no Uruguai. São famílias que ficaram sem qualquer trabalho, que não sabem como vão comer ou pagar suas contas. Isso não parece ser um problema para a Frente Ampla, que segue seu projeto de governo sem se adaptar às novas condições que assolam todos os uruguaios. Nós não queremos tirar o auxílio de quem precisa dele, não é disso que se trata. Mas também não podemos seguir gastando como se gastava, nós precisamos pensar em equilibrar a conta. Nós precisamos criar condições para crescer (LACALLE POU, 2019a, p. 34)

O descuido com a moeda e com as contas públicas também foi a tônica das críticas feitas por Mauricio Macri ao governo de Cristina Kirchner. Quando discutia os rumos da política econômica com seu concorrente Daniel Scioli no debate, Macri os acusou de manipular os dados públicos sobre a inflação e desvalorização da moeda, responsabilizando o governo pela crise econômica argentina:

> Você sabia que este é o governo que mais desvalorizou no mundo nos últimos

> 8 anos? O governo da Cristina Kirchner passou o dólar de três para quinze. Você está preocupado com o tema da desvalorização, por que não te preocupaste antes? Por que não te preocupaste antes, quando mentiam sobre inflação? Não falou nada sobre o que fizeram com o Idec. Tua proposta é autoritária, conservadora, cínica. Primeiro vocês falam que queriam refundar a nação, que teriam feito um monte de coisas. (...). Vocês são um perigo, essa gente é má. Vocês têm interesses obscuros. (MACRI, 2015c)

Os candidatos compartilham da visão de que a política de gastos dos governos progressistas não considerou os limites das contas públicas e, quando foi reduzida a arrecadação, ruiu. Eles responsabilizam os agentes do governo pela desvalorização da moeda e da inflação, o que gerou a perda de confiança nas economias nacionais e desaceleração do crescimento econômico. A solução para esta situação, na perspectiva dos candidatos analisados, envolve uma série de ações, que serão objeto do segundo subcapítulo.

Medidas para a economia voltar a crescer

O crescimento econômico, na perspectiva dos candidatos, perpassa necessariamente o liberalismo econômico. Para Lacalle Pou, o desafio colocado é "reativar a economia, gerando um país mais competitivo e dinâmico em todos os setores" (LACALLE POU, 2019, p. 24). A intervenção do Estado deve ser no sentido de "implementar medidas que promovam a competitividade, influindo de forma positiva na vida cotidiana das empresas do país, independente do seu tamanho" (LACALLE POU, 2019, p. 25). Próximo do entendimento do candidato uruguaio, Sebastián Piñera defende que:

> Nós acreditamos que uma economia livre, competitiva e aberta ao mundo é uma condição necessária para atingirmos o desenvolvimento. Para isso, devem existir instituições que garantam a livre iniciativa, promovendo o empreendedorismo e zelando pela existência de mercados confiáveis que funcionem sob condições de plena competência e com particular preocupação com a proteção do consumo (PIÑERA, 2017e).

Ao encontro do pensamento do candidato chileno, Mauricio Macri também defende que a mudança da política econômica para uma perspectiva mais liberal gerará crescimento econômico na Argentina:

> Faz quatro anos que não se gera emprego na Argentina. As economias regionais estão passando muito mal, e abrir a economia é incentivar o crescimento. Eu sinto a esperança que vamos crescer, que vai haver trabalho, que vamos desenvolver a economia regional. Acho que quem tem medo são vocês, que estão governando, porque abusaram do poder. E que abusaram dos privilégios. É esse o medo. Nós estamos felizes, sentimos que temos uma enorme oportunidade. Eu te peço que não mintas sobre coisas que não vou fazer, que dizes que são coisas horríveis. Fale de seus temas,

> de suas propostas. Nós queremos expandir a economia, desenvolver a economia. (MACRI, 2015g)

O plano de governo de Jair Bolsonaro destina especial atenção à defesa do liberalismo como principal alternativa aos problemas enfrentados pelo Estado brasileiro:

> As economias de mercado são historicamente o maior instrumento de geração de renda, emprego, prosperidade e inclusão social. Graças ao Liberalismo, bilhões de pessoas estão sendo salvas da miséria em todo o mundo. Mesmo assim, o Brasil NUNCA adotou em sua História Republicana os princípios liberais. Ideias obscuras, como o dirigismo, resultaram em inflação, recessão, desemprego e corrupção. O Liberalismo reduz a inflação, baixa os juros, eleva a confiança e os investimentos, gera crescimento, emprego e oportunidades. (BOLSONARO, 2018 l, p. 8).

O papel do Estado, para este discurso, é garantir condições de desenvolvimento sem interferências indevidas, dado que "todo indivíduo deveria ter as condições de fazer escolhas que permitam preservar sua vida, sua liberdade e buscar sua felicidade, além do conforto de sua família" (BOLSONARO, 2018m). Nesta perspectiva, cabe intervenção apenas no que é necessário, a fim de viabilizar que os empreendedores busquem o seu crescimento e, assim, também desenvolvam o país. Em uma conversa com seguidores, Bolsonaro explicou que "o que nós queremos é que quem tem uma loja, tenha condições de fazer essa loja crescer. Qual é a questão? É garantir a moeda, a segurança, para que essa pessoa tenha condições de trabalhar" (BOLSONARO, 2018n).

As melhores condições de desenvolvimento, para os candidatos analisados, perpassam o equilíbrio fiscal, controle inflacionário e redução da dívida. Paulo Guedes, responsável pela pasta de economia na campanha de Jair Bolsonaro, explicou que a proposta econômica está baseada no "câmbio flexível para fomentar as exportações e a competitividade do produto interno, meta de inflação e meta de redução de gastos. Vamos avançar em maior flexibilidade cambial e mais ortodoxia fiscal. Inflação baixa e previsível será uma das prioridades inegociáveis." (GUEDES, 2018).

No mesmo sentido, o candidato ao Poder Executivo argentino também defende que:

> A Argentina precisa de um governo que saiba gerir o desenvolvimento, que busque sempre ampliar a competitividade do sistema, que impulsione a inovação e incorporação de tecnologia. Nós somos um grande país, produzimos produtos de altíssima qualidade. O governo precisa valorizar essas iniciativas, apoiar para que o nosso produto alcance o mundo. (MACRI, 2015g).

Tornar o produto argentino mais competitivo envolve, segundo o candidato, “uma série de medidas para restringir o gasto público e estabilizar a nossa moeda. Nós precisamos atrair investimento, mostrar que a Argentina é um lugar seguro” (MACRI, 2015g). Idêntica perspectiva é defendida por Bolsonaro, que diz que “o Brasil gasta muito e mal. É preciso cuidar da dívida, da nossa moeda, para que não tenhamos inflação” (BOLSONARO, 2018o). Sobre a contenção de gastos, também se manifesta o candidato uruguaio Lacalle Pou:

> O Uruguai é um grande país, de muitos investimentos. Nosso povo é trabalhador, é inovador. Nós queremos ajudar esse país a crescer. Isso quer dizer segurar as contas públicas, sem deixar de se preocupar com quem mais precisa. A nossa moeda tem que ser forte, a nossa economia tem que ser forte. Nós temos que olhar para o mundo e dizer venham para cá, este é um país de instituições fortes, de um povo honesto e trabalhador. Vem pra cá, aqui é o lugar certo para investir (LACALLE, 2019a).

Sebastián Piñera, compartilhando da crítica, defende que uma economia competitiva pressupõe um estado comprometido com a estabilidade da moeda e com o orçamento público. No segundo debate presidencial, ele pediu ao povo chileno que “confiem em nossas ideias, nós temos responsabilidade com o nosso país e experiência para zelar pela nossa moeda, pelos seus empregos, pela estabilidade da nossa economia” (PIÑERA, 2019f).

A análise dos sentidos discursivos mobilizados demonstra que os quatro candidatos operam dentro de uma lógica neoliberal, preocupados em reduzir o gasto público, conter a inflação e manter o câmbio estável. O desenvolvimento econômico é papel da iniciativa privada, e se dá naturalmente se o Estado não intervir de forma indevida. Neste sentido, o papel que o governo deve assumir, nestes casos, é de garantir as condições para que as pessoas, através de seu esforço, desenvolvam-se. Não por acaso, complementam o projeto econômico dos candidatos suas propostas para relações de trabalho mais livres, reforma tributária e das estruturas do estado, a fim de trazer mais eficiência e menor gasto aos serviços públicos.

5.2.2. Precisamos investir: infraestrutura para o país crescer

A análise dos discursos demonstrou que o investimento em infraestrutura é um dos principais papéis que o Estado deve desempenhar para o desenvolvimento econômico. O plano de governo de Maurício Macri é explícito em afirmar que “a Argentina necessita de um choque de infraestrutura para impulsionar sua estrutura produtiva, dinamizar sua proteção internacional e fortalecer a integração territorial”

(MACRI, 2015d). Lacalle Pou, ao analisar o sistema uruguaio, afirmou que:

> A melhoria na competitividade que necessita o país inclui um esforço importante para melhorar a infraestrutura física. Sem boa infraestrutura, é difícil que a economia cresça. Uma estrada em mal estado, que obrigue a desvios de milhares de quilômetros, pode fazer a diferença entre a viabilidade e a inviabilidade de uma pequena empresa de transporte. Isso pode significar aumento no preço final de nossos produtos, o que nos retira a competitividade perante nossos vizinhos. (LACALLE, 2019c)

Jair Bolsonaro converge no entendimento de que é indispensável melhores investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento do Brasil. Ele disse que

> Os economistas estudaram o Brasil e o que eles veem é o desleixo do governo brasileiro com os nossos portos, nossas estradas. Eles fizeram um ranking com 136 países, e o Brasil ocupa quase a centésima posição em transporte, aeroporto e rodovia. Isso é o descuido que o governo teve com os nossos produtores, com quem realmente produz riqueza no nosso país. O plano do nosso governo é qualificar isso tudo aí, para o nosso produto poder sair e conquistar o mundo (BOLSONARO, 2018 n).

Garantir a infraestrutura para atrair indústria e investimento também é um elemento essencial para Sebastián Piñera, que entende que “uma das funções primordiais do Estado é fazer com que quem produz possa vender, com boas estradas e portos. É nosso dever fazer as coisas acontecerem” (PIÑERA, 2019f). Em relação aos transportes, o candidato defende que:

> Nos transportes, o objetivo principal passa por aumentar a segurança e reduzir os custos logísticos para aumentar a competitividade da economia, principalmente as economias regionais. Para isso é chave mudar a matriz de carga e investir em portos, rios navegáveis e ferrovias. A rede rodoviária precisa de 2.500 quilômetros de autopistas e investimentos permanentes nas estradas rurais e estradas nacionais e provincianas (PIÑERA, 2019a, p. 57)

O investimento na qualificação das estradas também é uma tônica na campanha de Lacalle Pou. Ele diagnostica que esse é um dos principais investimentos que devem ser feitos pelo Estado, porque o escoamento da produção nos anos anteriores deteriorou o sistema de rodovias:

> O problema é que, nos últimos anos, nossas estradas se deterioraram e perderam qualidade se comparadas a outros países da nossa região. Isso se deve a uma combinação entre o forte aumento da carga transportada e uma grave insuficiência de investimentos e manutenções. A gravidade da situação requer um Plano Nacional de Logística e Transporte, que identifique as necessidades dos diferentes setores da economia e determine ações de curto, médio e longo prazo. Este plano definirá prioridades, concentrando os recursos naquelas obras que têm maior capacidade de impacto sobre o transporte e circulação de pessoas e mercadorias (PARTIDO NACIONAL, 2019, p. 74).

Para além do investimento em rotas de escoamento da produção, os discursos analisados demonstram também preocupação em garantir energia para o desenvolvimento das indústrias. Em um pronunciamento, Jair Bolsonaro explicou que

> A questão da energia é algo que o governo tem que se preocupar. A Eletrobrás, que é quem distribui energia, tá quebrada. Quebraram a Eletrobrás, porque sempre tem o interesse de um, de outro. Eles usam da influência política e quebram sempre as empresas. E daí dá uma enxurrada de ações na justiça, quebra a empresa. Essa é a realidade. Isso é um absurdo completo, isso precisa mudar. O povo tem que ter energia elétrica, tem que ter energia para se produzir no Brasil (BOLSONARO, 2018m).

O candidato brasileiro acredita que a solução para a crise energética brasileira é o investimento em pequenas hidrelétricas privadas e pluralização da matriz energética a partir dos recursos naturais que existem no nordeste do país. Ele explicou que "o Nordeste é a solução dos problemas do nosso país. Lá tem sol o ano todo, venta muito, é o lugar certo para nós testarmos uma nova matriz de energia" (BOLSONARO, 2018l, p. 5).

Maurício Macri também critica a gestão de recursos energéticos promovida nos anos anteriores. Segundo ele, "nos últimos dez anos, a Argentina deixou de ser autossuficiente em energia por políticas errôneas" (MACRI, 2015d). O candidato argentino acredita que "está dada a oportunidade para, junto com os recursos tradicionais, o país desenvolver outras formas de energia. Para isso, temos que gerar confiança para aumentar o investimento" (MACRI, 2015d).

O investimento na matriz tradicional de fontes de energia, também foi objeto de contestação nas propostas apresentadas por Lacalle Pou. Ele considera que o Uruguai deve se valer de sua riqueza natural para adotar novas formas de produção de energia:

> Nessa campanha, eu percorri o Uruguai em todos os seus cantos. Cada cantinho. Eu sei das dificuldades que vocês enfrentam. Sei que a gasolina tá cara. Sei que às vezes falta luz. Nós vamos cuidar disso, para que nenhuma indústria rural precise parar. Nós vamos incentivar outras formas de energia. O sol, o vento, é energia. Nós vamos cuidar para que ninguém deixe de produzir por falta de luz. (LACALLE POU, 2019d).

A diversificação da matriz energética como alternativa à crise do abastecimento de energia elétrica também é apontada por Sebastián Piñera como uma alternativa à crise produtiva chilena. Ele defende que

> Nós vamos desenvolver projetos de governo para que tu não precises mais pagar a conta de luz e produza tua própria energia, com a luz do sol ou a força do vento. O Chile é um país riquíssimo em relevo e clima, e nós temos que usar isso ao nosso favor. As nossas indústrias têm enfrentado, por ineficiência do Estado, dificuldades para seguirem produzindo. E são elas que geram a riqueza do nosso país. Então, nós temos que olhar com carinho e encontrar outras formas, mais limpas e com menor impacto no meio ambiente, de gerar a energia que move este país. (PIÑERA, 2017f)

É consenso entre os quatro discursos analisados, que se colocam em cadeias

de equivalências, sobre a importância do investimento em infraestrutura para se garantir o desenvolvimento econômico. A argumentação é focada na necessidade de se garantir condições energéticas para o funcionamento das indústrias e meios de transporte adequados para o escoamento da produção. Destaca-se também que os discursos compartilham do entendimento de que os governos anteriores investiram de forma equivocada e ineficiente em infraestrutura, gerando entraves para o desenvolvimento do país.

5.2.3. Eficiência, baixa carga tributária e desburocratização: o novo modelo de Estado

Para que os Estados possam crescer e desenvolver sua economia, é consenso entre os quatro discursos analisados que ele deve ser enxuto e eficiente. Eles acusam os governos progressistas da gestão irresponsável do dinheiro público e de impor alta carga tributária, além de utilizarem as estruturas das secretarias e empresas públicas para empregar pessoas amigas que não detinham a devida qualificação para os cargos. No debate presidencial, Lacalle Pou fez o seguinte pronunciamento:

> Fiquei com vontade de conhecer o país do candidato do governo. Eu tenho um dado interessante que toca Daniel Martinez, o gasto da secretaria geral. Ele dobrou de 2016 a 2018.143 milhões. O senhor sabe, sabe e não lhes disse, que aumentou enormemente as transferências nacionais. Quando eu falo da farra, da má gestão, as licitações públicas observadas na gestão da Frente Ampla em 2018, 62%. O Partido Nacional é metade! O senhor não acha que tem que ser feita uma prestação de contas, por que temos que analisar caso a caso? O senhor sabe que os assessores do governo gastam aos ventos, e quando se busca o nome dos profissionais, nenhum deles tem absolutamente nada. É o clientelismo político. São companheiras e companheiros de Frente Ampla e é por isso que se gasta US $2.164.000,00 para pagar cargos em comissão quando o ministério por si já tem seus funcionários. (LACALLE POU, 2019a)

O aumento dos gastos com a manutenção da estrutura estatal também é objeto de preocupação de Sebastián Piñera. No debate presidencial, ele explica que “nos últimos quatro anos, o gasto público cresceu mais de 20%. E esses gastos não são para melhorar o Chile. Eles são para políticas ineficientes, que enchem os bolsos dos amigos do governo” (PIÑERA, 2019f). Para o candidato argentino Mauricio Macri, para além dos gastos excessivos, os governos progressistas significaram “o mau uso, uso não republicano, do Estado. Desenvolveram políticas para seus interesses, sem considerar as necessidades do povo. Empregaram quem eles queriam.” (MACRI, 2015c). Posicionamento similar adota Jair Bolsonaro, que compreende que

> a administração pública inchou de maneira descontrolada nos últimos anos. Houve uma multiplicação de cargos, benefícios e transferências sem

> comparação em nossa História. Como resultado, vemos um setor público lento, aparelhado, ineficiente e repleto de desperdícios. O PT agiu como se o governo fosse um cabide de empregos, criando e inchando as estatais que não servem para nada, às custas do dinheiro do povo. (BOLSONARO, 2018l, p. 8)

A primeira e principal medida com a qual os candidatos se comprometem, para incentivar o desenvolvimento, é não subir mais os impostos que recaem sobre o setor produtivo. Lacalle Pou opõe-se à estratégia, atribuída à Frente Ampla, de sempre aumentar a carga tributária quando há mais gasto do que o previsto:

> E, mais, quando ele estava no governo e nós convocamos o parlamento, eles disseram que não tinham previsto aumentar os impostos, pelo contrário, tinham previsto baixá-los. E quando se vê o número de tributos que aumentaram, sem qualquer participação, é enorme. O LRPF[16] cobra cerca de quatro vezes o que estava estabelecido. As pessoas não podem mais com os impostos. E aí tenho que lhe dizer: não se pode mais apelar ao realismo mágico. Quando perguntam como vamos trabalhar com o déficit, tem que se dizer a verdade e tem que dizer agora. Que há uma cruz no caminho, não há a menor dúvida. Segue a tendência de toda vez que gastar mal, como gasta sempre, arrecadar mais. E nós sabemos que os uruguaios não podem mais, não tem mais poder, de contribuir com estado. Ou nós temos um estado eficiente, como é este que estamos propondo claramente no nosso programa. (LACALLE POU, 2019a)

Opondo-se a esta política, o candidato uruguaio compromete-se em manter a carga tributária:

> Nós assumimos perante a opinião pública que não haverá subida de impostos. Porque se o grande está aqui, o mediano e o pequeno, o que empreende, o que trabalha, o que produz, o que industrializa, o que comercializa, ao que se dedica ao turismo, aos serviços... esse não pode mais. Porque o ajuste no Uruguai é silencioso e triste. Ano passado e o anterior, nós batemos o recorde de falência e fechamento de empresas. Há um desemprego crescente, que, lamentavelmente, se seguir essa tendência por parte do governo, não vai solucionar. Por certo, se fala que nós saímos com crescimento. Para que haja crescimento, tem que ter investimento. E para que haja investimento, tem que ter rentabilidade. Ninguém vai investir para perder, e o círculo vicioso, qual é? Investimento quando há rentabilidade, daí há crescimento, daí há trabalho (LACALLE, 2019a)

O comprometimento em não subir os impostos também marca a campanha de Mauricio Macri. Em sua campanha, ele afirma que “O Estado não tem que ficar com o fruto de teu trabalho. No meu governo, os trabalhadores não vão pagar impostos em excesso. Esse é meu compromisso” (MACRI, 2015h). No discurso final de campanha, o candidato argentino comprometeu-se com seus projetos:

> E temos projetos como esse para todo o país, porque nós acreditamos que governar é cuidar. Governar é fazer, fazer, fazer todos os dias para que todos os argentinos possam crescer. Vocês me entendem? Todos nós temos o direito a crescer, e é por isso que estamos aqui. Para crescer, todos juntos.

[16] O LRPF é a sigla de imposto a las rentas de las personas físicas, um tributo pago anualmente pelos uruguaios que incide sobre a renda.

> Nós não vamos mais comer seu lucro com tributos e impostos. Chega de aumentar impostos. Não! Nós vamos dar condições para que vocês possam crescer. (MACRI, 2015i)

Dentre as propostas do candidato brasileiro, consta a necessidade de revisar a carga tributária brasileira. Ele explica que “hoje, no Brasil, os impostos comem o lucro das empresas. Não tem como crescer num país que não incentiva a livre iniciativa” (BOLSONARO, 2018d). Para solucionar o problema, ele compromete-se a:

> Nós vamos reduzir os impostos, sem que o povo perca saúde e educação. Isso é possível, sim, quando o governo é honesto. Sem corrupção, com eficiência, o estado desempenha seu papel e todos podem crescer. E eu sou comprometido com o desenvolvimento do nosso país, com a livre iniciativa. O Estado não pode ser um obstáculo ao crescimento. Hoje, o Estado atrapalha, e nós vamos fazer com que ele ajude (BOLSONARO, 2018k).

Para além de reduzir os impostos, os candidatos acreditam que podem auxiliar no desenvolvimento econômico reduzindo a burocracia para abertura de empresas. O candidato argentino promete que “ao invés de te atrasar, o Estado vai te impulsionar. Vais poder iniciar o teu empreendimento e abrir o teu negócio em um só dia” (MACRI, 2015d). Explica ele que:

> Uma das prioridades do nosso governo será desenvolver um plano integral de governo eletrônico, que inclua a redução do papel, gerando um sistema transparente de compras eletrônicas, integrar o sistema de investigação das pessoas e a tramitação eletrônica e transparente de subsídios (MACRI, 2015j, p. 24).

O candidato brasileiro também adotou como proposta a simplificação do processo para abertura de empresas, vinculando os entraves burocráticos à prática de corrupção. Defende ele que:

> Chega de carimbos, autorizações e burocracias. A complexidade burocrática alimenta a corrupção. Faremos um Governo que confiará no cidadão, simplificando e quebrando a lógica que a esquerda nos impôs de desconfiar das pessoas corretas e trabalhadoras. Não continuaremos a tratar a exceção como regra, o que prejudica a maioria dos seguidores da lei. (BOLSONARO, 2018l)

A desburocratização também é um eixo essencial para o candidato uruguaio. Ele tenciona utilizar a Escola Nacional de Administração Pública para desenvolver um sistema integrado e menos burocrático para o fomento das atividades empresariais:

> O problema da burocratização se agravou nos últimos anos, com a criação de uma importante quantidade de secretarias nacionais que funcionam dentro da Presidência da República. Além de aprofundar a tradicional duplicação de funções, estas unidades geraram uma importante concentração de poder que não é submetido a exigências de transparência e nem à prestação de contas. Nós vamos melhorar e modernizar a Escuela Nacional de Administración Pública (ENAP, dependiente de la Oficina Nacional de Servicio Civil), para que ela preste cursos online e capacite os nossos empreendedores. Nós também vamos revisar a legislação que regulamenta a abertura de empresas,

> para simplificar os serviços. (PARTIDO NACIONAL, 2019, p. 32)

O candidato chileno coloca-se em relações de equivalências em relação aos demais candidatos no que tange à necessidade de modernização do Estado:

> É evidente que a atual estrutura institucional, administrativa e financeira do Estado do Chile não é capaz de responder às necessidades dos cidadãos que exigem um serviço cada vez mais rápido, digital, eficiente e de qualidade em resposta a suas demandas, próprias de um mundo moderno, globalizado e interconectado. O nosso compromisso é trazer-lhe a modernidade, dotando-o de melhores capacidades de adaptação e inovação institucional e incorporando tecnologias onde for possível (PIÑERA, 2017a, p. 67).

A análise dos sentidos discursivos que constituem a visão dos candidatos em relação ao modelo de Estado aponta pela direção de mudanças. Na visão deles, os governos progressistas arrecadaram além da capacidade contributiva dos cidadãos, empregaram muitas pessoas nas estruturas do Estado e investiram mal. Por conta disso, se fez necessária a mudança de rumos, implementando-se um Estado eficiente, moderno e menos burocrático. Dentre as estratégias utilizadas, os quatro candidatos defendem uma agenda calcada na não ampliação das alíquotas dos tributos e na redução dos obstáculos para a abertura e gestão de empresas. Eles demonstram, com isso, operarem dentro da lógica liberal, privilegiando a livre iniciativa.

Antes de encerrar a análise, é importante destacar um particularismo brasileiro. Além de trazer maior eficiência para as estruturas do Estado, o candidato brasileiro defende a privatização de estatais. No debate presidencial, ao ser questionado sobre o equilíbrio das contas públicas, Bolsonaro explicou que:

> Os meus economistas dizem que tem solução, mas é uma solução muito difícil para atender essa meta. E propostas: redução do tamanho do Estado, privatizações, abrir o comércio com o mundo todo, deixar de lado o viés ideológico. Essa questão das privatizações é muito importante. O que se vê? Eles usam as empresas públicas para colocar os amigos deles, daí o que era pra dar lucro vira prejuízo. Olha o que aconteceu na Petrobrás, o maior escândalo de corrupção do mundo. E quem pagou essa conta? O brasileiro, porque subiu nossa gasolina, o gás de cozinha. Então, vamos deixar para a iniciativa privada, que é quem sabe fazer. (BOLSONARO, 2018p)

Assim como no trecho acima colacionado, o tema da privatização é defendido pelo candidato pela ineficiência e por tornar as empresas públicas suscetíveis à corrupção. Embora os candidatos argentino, uruguaio e chileno tenham críticas ao alto custo das políticas dos governos progressistas, a privatização não é apontada como uma possível solução para as questões envolvendo a gestão do Estado. Nesse sentido, a proposta é uma particularidade brasileira, que não pode ser antagonizada em relação aos demais discursos porque eles não tratam deste tema.

5.2.4. Desregulamentação e flexibilização: as relações de trabalho

O questionamento sobre as relações de trabalho, atreladas à necessidade de um novo modelo de desenvolvimento econômico baseado na livre iniciativa, é a tônica que constitui o discurso dos candidatos. Lacalle Pou considera que a desaceleração do crescimento uruguaio está vinculada à forma como o governo geriu os interesses da classe trabalhadora e dos empresários:

> As políticas vigentes prejudicaram o setor em conjunto. O custo país, a belicosidade sindical e o papel inclinado do governo na hora de intervir nas relações de trabalho levaram a perda de dezenas de milhares de empregos, ao fechamento de muitas empresas (especialmente as menores) e que algumas empresas internacionais deixassem de produzir no Uruguai para se tornarem importadoras. (LACALLE, 2019a)

No mesmo sentido do defendido pelo candidato uruguaio, Jair Bolsonaro afirmou que a legislação trabalhista opera como um entrave para a geração de emprego:

> Nesse momento de campanha, eu tenho conversado com muitos empresários e eles têm me dito que, se continuar como *tá (sic)*, a legislação trabalhista vai inviabilizar a contratação das pessoas. Eu sei que dizer isso não é bom *pra* (sic) mim, mas é a mais pura verdade. Então, nós precisamos rever isso aí. Criar uma legislação que seja favorável para quem quer trabalhar (BOLSONARO, 2018p).

Os quatro candidatos defendem que as relações de trabalho precisam ser dinâmicas e colaborativas. Para Mauricio Macri, “é injusto que seja tido como mal aquele que gera emprego. É uma visão antiga, ultrapassada. Hoje as relações são dinâmicas e o empregador e o trabalhador caminham juntos, não separados” (MACRI, 2015d). Neste mesmo sentido, Sebastián Piñera defende que as novas relações de trabalho pressupõem normas mais dinâmicas:

> O mundo do trabalho vem experimentando mudanças substanciais. A revolução tecnológica, a inteligência artificial e a automação incidem e incidirão de maneira transformadora no âmbito laboral. Há trabalhos que desaparecem, outros que se criam e que exigem novos conhecimentos e capacidades. Não se afeta somente os postos de trabalho, como também a forma como o trabalho se organiza. Por exemplo, as tarefas em plataformas digitais não se desenvolvem na forma tradicional de emprego, nem no lugar que tipicamente imaginamos como “lugar de trabalho”. Aparecem novas formas de trabalho que devemos atender, através de uma legislação moderna, que privilegie o caráter colaborativo da relação entre empregador e empregado (PIÑERA, 2017, p. 82)

Os quatro discursos defendem o deslocamento do papel de regulamentar as relações de trabalho do Estado para o contrato estabelecido entre empregador e empregado. Para Lacalle Pou, “o Estado, muitas vezes, intervém de forma equivocada nas relações de trabalho. Nós precisamos criar normas mais flexíveis, que atendam

aos interesses do empregador e empregado" (LACALLE POU, 2019d). Jair Bolsonaro defende que o empregado, na hora de ser contratado, possa definir quais regras incidem sobre a relação:

> Criaremos uma nova carteira de trabalho verde e amarela, voluntária, para novos trabalhadores. Assim, todo jovem que ingresse no mercado de trabalho poderá escolher entre um vínculo empregatício baseado na carteira de trabalho tradicional (azul) – mantendo o ordenamento jurídico atual –, ou uma carteira de trabalho verde e amarela (onde o contrato individual prevalece sobre a CLT, mantendo todos os direitos constitucionais). Além disso, propomos a permissão legal para a escolha entre sindicatos, viabilizando uma saudável competição que, em última instância, beneficia o trabalhador. O sindicato precisa convencer o trabalhador a voluntariamente se filiar, através de bons serviços prestados à categoria. Somos contra o retorno do imposto sindical (BOLSONARO, 2018l, p. 5)

O modelo de desenvolvimento defendido pelos candidatos está calcado na ideia de que relações de trabalho mais flexíveis geram melhores salários, o que faz com que a economia se desenvolva. Neste sentido, eles defendem a criação de políticas públicas específicas voltadas para a geração de emprego e renda. O candidato Mauricio Macri foca os incentivos para que os argentinos possam ingressar pela primeira vez no mercado de trabalho:

> Vamos trabalhar para que não tenhas que te esforçar tanto para conseguir teu primeiro trabalho. Vamos criar o programa de primeiro emprego. Com ele, haverá mais incentivos para que as empresas te contratem. Nos primeiros cinco anos da tua vida laboral, o estado não cobrará impostos nem de você e nem de seu empregador. É assim que a economia vai crescer. Vamos juntos! É agora! (MACRI, 2015k)

A inserção no mercado de trabalho também compõe as políticas de Lacalle Pou e Sebastián Piñera. O candidato uruguaio diz que "Eu quero estar contigo e te ajudar a conquistar o teu primeiro emprego. Nós vamos buscar te qualificar e incentivar as empresas a te contratarem, para que tu tenhas teu primeiro trabalho" (LACALLE, 2019c). Sebastián Piñera também reconhece que "essa nova geração enfrenta um mundo do trabalho mais competitivo e exigente do que as gerações anteriores. É por isso que precisamos criar políticas para incentivar o primeiro emprego" (PIÑERA, 2017f).

Outra forma de o Estado incentivar a criação de empregos, para Lacalle Pou, Piñera e Macri é através do incentivo às micro e pequenas empresas. Explica Lacalle Pou que:

> As micro, pequenas e médias empresas são unidades econômicas de grande importância para nosso país, tanto por sua contribuição para a atividade econômica quanto pelo emprego que geram: reúnem 67% da mão de obra privada e aportam quase 40% do Produto Interno Bruno Nacional. O Uruguai está fortemente associado à existência deste setor. (...) Estas empresas

> constituem um tecido empresarial frágil e vulnerável, que deve ser atendido mediante políticas públicas que permitam eliminar ou atenuar os riscos (PARTIDO NACIONAL, 2019, p. 86)

O candidato argentino também desenha um modelo de preservação das pequenas empresas. Ele afirma que “a geração de emprego tem muita relação com a energia, a vontade de crescer e a inovação das microempresas. Nós temos que protegê-las para garantir o pleno emprego”. Nesse mesmo sentido, Piñera diz que “proteger as pequenas empresas é proteger o emprego. Nós temos que desenvolver políticas específicas, que estão no nosso plano de governo, para evitar que os pequenos negócios fechem” (PIÑERA, 2017c).

As propostas para a geração de emprego, nos discursos dos quatro candidatos, focam na necessidade de desregulamentar as relações para fomentar a criação de novos postos de trabalho. Há uma transferência do poder de regulamentar as relações do Estado para a iniciativa privada, reduzindo a influência do Estado na garantia dos direitos trabalhistas. É importante destacar diferenças entre os discursos: enquanto os candidatos argentino, uruguaio e chileno admitem que existam políticas públicas para criação e manutenção de postos de trabalho, como o primeiro emprego e incentivo às micro e pequenas empresas, o candidato brasileiro considera que tais iniciativas são indevidas. No debate presidencial, questionado sobre se desenvolveria políticas para equiparar o salário de homens e mulheres, Bolsonaro respondeu que “eu tenho muita confiança no trabalho das mulheres, mas acho que o Estado não tem que interferir nisso aí. Sei que elas são muito competentes e logo vão ganhar mais do que os homens” (BOLSONARO, 2018p). Depois da interferência do senador Álvaro Dias[17], também candidato à presidência, Bolsonaro concluiu: “Acho que concordamos. O Estado não tem que intervir nisso aí. Quanto mais a gente deixa o brasileiro empreender, mais emprego tem. Interferência do Estado somente gera injustiça” (BOLSONARO, 2018p). Disso decorre que, neste aspecto em específico, o candidato brasileiro se diferencia dos demais candidatos por não acreditar que o governo possa incentivar de forma positiva a criação de empregos.

5.2.5. Educação

A educação destacou-se como um dos temas centrais na construção discursiva

[17] Álvaro Dias concorreu ao pleito presidencial brasileiro em 2018 pelo Partido Podemos. Ele fez 0,8% dos votos válidos no primeiro turno.

dos candidatos. No período eleitoral, foi um tema que assumiu contornos muito complexos e facetas regionais e locais. Neste sentido, para melhor apreender as propostas e ideias dos candidatos sobre o tema, os sentidos discursivos que constituíram o nó foram subdivididos em quatro diferentes eixos, construídos com o fim didático de auxiliar na verificação das relações de equivalências e diferenças entre os candidatos: críticas à gestão do governo, necessidade de melhorar o ensino básico, investimento no ensino técnico e agenda moral na educação.

A crítica ao desempenho educacional dos países

A análise dos sentidos discursivos dos candidatos demonstra que eles se convergiram em relação à ineficiência dos governos federais na gestão dos recursos públicos e na garantia de educação de qualidade. As razões para tanto, contudo, estão relacionadas ao contexto nacional.

No caso argentino, Mauricio Macri denuncia que o governo kirchnerista não dialoga de forma propositiva com a classe dos professores, que muitas vezes se veem obrigados a fazer paralisações por melhores condições de emprego. Ele também ressalta sua habilidade, como antigo prefeito da cidade de Buenos Aires, em melhorar a qualidade da educação:

> O problema que tenho com o governo kirchnerista é que sempre arruínam as boas ideias, utilizando-a para políticas e não respeitando a autonomia de gestão. Mas eu sou totalmente à favor das universidades. A minha pergunta é: Eu sou muito preocupado com o tema da educação e na cidade de Buenos Aires nós avançamos muitíssimo, com diálogo com os professores, computador em primeiro grau, e o ensino de inglês. Aumentou a qualidade e o número de inscritos nas escolas públicas. Nisso eles estão muito contentes. Você que é um homem de diálogo: como pode ser que, nos últimos 8 anos, não se pode cumprir com os 180 dias de aula? Sempre há um conflito com os docentes. Você, que se diz um homem de diálogo, como me explica que nos últimos 8 anos nenhuma única vez se conseguiu cumprir os 180 dias de aula? (MACRI, 2015d)

No Uruguai, a crítica de Lacalle Pou está vinculada ao descumprimento de promessas de campanha, que prometiam maior investimento em educação:

> Infelizmente, tenho que duvidar dos dados de Daniel Martinez. Não são os mesmos que tenho e que confirmam sobre reduzir o número de pessoas sem acesso à educação. Eu não vim aqui falar de passado, mas naturalmente é a cifra que tenho e que tenho que sustentar, porque eu não crio cifras. Uma vez mais, em matéria de educação, a FA descumpriu promessas e não são confiáveis. Promessas que falavam da destinação de uma porcentagem para educação - 6% - e está descartado. Que falava de uma mudança de administração na educação. Não se chegou a 100% dos jovens de 17 anos matriculados, como havia se comprometido. Não se chegou a 75% da taxa de reingresso na educação, e eu poderia seguir com os descumprimentos neste tema (LACALLE, 2019c)

Na perspectiva do candidato uruguaio, além do investimento em educação não ser prometido, a Frente Ampla não geriu os recursos de forma a garantir a equidade entre as regiões mais pobres e mais ricas:

> É importante ler o que disse o INET[18], porque aqui se fala em equidade, aqui se fala dos mais vulneráveis. E o INET, que é um órgão não partidário, vamos ver o que disse sobre a educação da Frente Ampla: A análise dos dados diz que a destinação de recursos não favorece a população mais vulnerável. À medida que aumenta a vulnerabilidade, aumenta o número de docentes com baixo grau de instrução. O comportamento encontrado não demonstra uma destinação de recursos que promovam a equidade. O sistema não logrou alocar mais recursos sociais aos centros de maior vulnerabilidade. (LACALLE, 2019c)

A diferença na destinação de recursos e a qualidade do que é ensinado nas escolas também é uma preocupação para o candidato chileno. Ele entende que "é necessário investir mais e melhor na formação de nossas crianças, para que elas tenham melhores oportunidades no futuro" (PIÑERA, 2017a). Ele diagnostica que "o problema do Chile é que a nossa classe média investe na educação, mas não consegue depois se colocar no mercado de trabalho, porque o nosso modelo não é moderno" (PIÑERA, 2017a). Ele justifica que melhorar o ensino é um objetivo de seu governo:

> O tema de fundo aqui é como melhorar a qualidade da educação. Esse é nosso calcanhar de Aquiles. Nós temos um plano para melhorar a qualidade do ensino na sala de aula, que significa mudar a metodologia com metodologias muito mais participativas. E os conteúdos, não ensinar a memorizar, ensinar a aprender. E sobretudo ensinar para que serve. Hoje em dia as crianças estudam inglês; saem da sala de aula e nada sabem falar de inglês. (PIÑERA, 2017a)

A necessidade de melhorar a educação, no caso brasileiro, perpassa por questões políticas e ideológicas. Segundo Jair Bolsonaro, a crise educacional se deu porque o governo petista fez uso das escolas como meio propagador de sua visão de mundo. Explica ele que "Não podemos fazer com que os currículos escolares estejam voltados a questão de ideologia de gênero, ou a formação de militantes políticos na ponta da linha" (BOLSONARO, 2018q). Isso acontece, segundo o candidato, porque a pasta de educação é ocupada por políticos profissionais, inaptos ao exercício da função:

> Vocês sabem quem é o ministro da ciência e da tecnologia? (barulhos ao fundo) Eu peço silêncio, isso aqui é o futuro do Brasil. Quem é o ministro de ciência e tecnologia do Brasil? É o Senhor Kassab. Não sabe a diferença da lei da gravidade para gravidez. O que essa porcaria está fazendo lá? Tá porque é apadrinhado, se vendendo para a pipoca do Temer. Vocês querem

[18] INET é a sigla do Instituto Normal de Enseñanza Técnica (INET, 2022)

> isso para o Brasil? Que essa porcaria continue afundando o barco? Esse lodaçal que tá aí? (BOLSONARO, 2018r)

Os discursos analisados apontam diferentes razões para a preocupação com a gestão da educação, que perpassam diferentes campos. É comum aos quatro discursos o diagnóstico de que as crianças não estão aprendendo e que o Estado está falhando na prestação do serviço educacional. As razões da ineficiência, contudo, são diferentes: no caso argentino, é pela falta de habilidade política do governo; no caso brasileiro, é porque os gestores são desqualificados e a escola está sendo utilizada para fins políticos; no caso uruguaio, é porque o Estado gere de forma ineficiente as diferenças socioeconômicas; no caso chileno, é porque os métodos de ensino estão equivocados. A solução para tais problemas, porém, parece respeitar a mesma orientação: fortalecer a educação básica.

Precisamos cuidar de nossas crianças: o fortalecimento da educação básica

Partindo do diagnóstico de que as crianças não estão tendo acesso ao ensino adequado, os quatro candidatos apontam a necessidade de fortalecer a educação básica. Sebastián Piñera afirma que:

> Eu tenho graves problemas de cobertura precisamente na educação infantil. Você sabe que a cobertura da educação infantil é inferior à cobertura da educação superior. Por isso nosso projeto visa garantir, com um subsídio público, essa lacuna no ensino infantil e, posteriormente, aumentar a qualidade da educação, permitindo que os pais possam escolher qual é a melhor educação para seus filhos (PIÑERA, 2017a, p. 45)

No mesmo sentido que o candidato chileno, Lacalle Pou coloca como prioridade o incentivo ao ensino básico, em especial nas regiões de menor índice de desenvolvimento socioeconômico:

> Os melhores docentes, que têm mais experiência, devem ir para os lugares onde mais se precisa. Por certo que tem de haver algum tipo de incentivo para esses professores. Isso é equidade, isso é realmente fazer justiça. Comunidades escolares estáveis, para que os discentes, os docentes, os diretores, tenham dois ou três anos para conhecer seus alunos, estabelecer vínculos. Nós temos que valorizar processos. Não podemos pedir gráficos de pizzas como requisito para mudar de nível, nós temos que avaliar o processo como um todo (LACALLE POU, 2019c)

A melhoria da educação, na Argentina, também pressupõe que “o governo esteja aberto ao diálogo com os professores, saiba suas demandas e os ajude a melhorar o nosso ensino” (MACRI, 2015d). Para o candidato, “é preciso garantir que as crianças efetivamente aprendam, possam aprender outras línguas e habilidades” (MACRI, 2015d).

O projeto de Jair Bolsonaro pressupõe mudanças mais radicais, se comparado aos outros candidatos. Ele defende a adoção de um método militar, que ele acredita ser o que melhor ensina a ter disciplina e tem o melhor índice de produtividade:

> A pirâmide precisa ser invertida. Gasta-se pouco no ensino fundamental, considerando o que se gasta no ensino superior. Gasta-se muito pouco no ensino básico. E você pode ver, tem escolas que foram militarizadas pela nossa polícia militar, em especial Goiás e Amazonas, bem como temos os colégios militares. Nessa semana mesmo, o Jornal Correio Braziliense publicou que quatro estudantes foram aprovados em Harvard. Estudantes do colégio militar de Brasília. As escolas militares, eu estive em uma delas no Amazonas. Ela foi construída perto de uma comunidade muito pobre e violenta. Então, com a hierarquia e disciplina entrando em uma escola, o percentual dessa garotada que consegue acesso ao nível superior é muito acima das escolas públicas e particulares de todo o estado do Amazonas. Então, eu queria dizer que hierarquia e disciplina têm que se fazer presente, no meu ver. (BOLSONARO, 2018l, p. 10).

A análise dos sentidos discursivos demonstra que os candidatos compartilham da visão de que o incentivo à educação deve ser focado no ensino básico, buscando o aprendizado efetivo. Contudo, o candidato brasileiro é o único a impor mudanças estruturais significativas na metodologia de ensino, defendendo os princípios militares da hierarquia e da disciplina. Trata-se de um particularismo brasileiro, indicativo da natureza autoritária que permeia o projeto de Jair Bolsonaro.

Educação para o mercado de trabalho: a defesa do ensino técnico

O projeto de educação defendido pelos candidatos perpassa, também, a formação profissional dos estudantes para que eles possam ingressar no mercado de trabalho. Lacalle Pou defende que “é preciso que nós tenhamos bons técnicos, para que as empresas venham ao Uruguai também pela qualidade dos nossos trabalhadores. Para isso, nós precisamos fortalecer e incentivar as nossas escolas técnicas” (LACALLE POU, 2019a). Ele propõe que a formação dos estudantes tenha um caráter dual e que dê ferramentas para que eles possam adentrar no mundo do trabalho:

> Incentivo a formação dual, entendida como uma modalidade educativa que alterna o aprendizado teórico em um centro de educação formal com a prática em um local de trabalho, de forma que o tempo passado no local de trabalho conte como período de aula. A formação está baseada em princípios previamente acordados entre empresários, trabalhadores e docentes. Essa experiência já foi amplamente validada a nível internacional e constitui uma alternativa atrativa para os jovens que aspiram uma rápida inserção no mundo do trabalho, ao mesmo tempo que gera benefícios para as empresas em termos de qualificação de recursos humanos e produtividade. (PARTIDO NACIONAL, 2019b, p. 35).

Defendendo a melhoria da qualidade do ensino, o candidato brasileiro também

defendeu que “o jovem pobre, ou qualquer jovem, que quiser se formar em uma área, tem tantas né, tem que ter esse direito assegurado. O ensino técnico, ele ajuda muito a conseguir um emprego e melhora o país” (BOLSONARO, 2018d). Aproximando-se da proposta do candidato brasileiro, Mauricio Macri propõe que:

> Vamos colocar nossos filhos para estudar em escolas específicas de Robótica, programação, empreendedorismo no secundário. Isso tornará os nossos filhos capazes de compreender o trabalho de hoje e, também, criar o trabalho de amanhã. Uma boa educação é a única garantia que os nossos filhos terão de ter bons trabalhos no século XXI (MACRI, 2015d)

No Chile, a discussão sobre o fomento do ensino técnico, voltado ao mercado de trabalho, foi tangenciando também por discussões sobre a gratuidade da educação. Sebastián Piñera propôs uma revisão no sistema de gratuidades chileno, propondo incluir e privilegiar aqueles que estudam em centros de formação técnica e institutos profissionais, em especial para a população pobre que necessita entrar com mais urgência no mercado de trabalho:

> Sempre eu acreditei que é bom que o estado financie a educação gratuita a quem realmente dela necessita e não aos setores mais favorecidos. Eu estou convencido de que a educação técnico-educacional ajuda os estudantes que necessitam deste auxílio mais do que nunca (PIÑERA, 2017f).

No debate presidencial, o candidato explicou detalhes da sua proposta:

> Os que querem o melhor para seus filhos e quem sabe o que é melhor para seus filhos, são os pais. Em nosso governo, nós vamos devolver aos pais o direito de definir o que é melhor para a educação de seus filhos. E agora, como fazemos para manter o direito dos pais e, ao mesmo tempo, sermos inclusivos? Por exemplo, nós vamos criar 300 centros de excelência. É justamente a formação técnico profissional. Como fazemos para que ela seja inclusiva? Eles vão ter que eleger 20% dos alunos para gratuidade. Isso é, ao mesmo tempo, respeitar os pais e ser inclusivo e não discriminatório. (PIÑERA, 2017f)

O custeio do ensino seria de responsabilidade da família do aluno que recebesse mais de 300.000 pesos chilenos, ao passo que o Estado assumiria a responsabilidade por aqueles que auferem renda inferior a isso. O candidato justificou a adoção do critério de renda porque “um bom presidente tem que estabelecer prioridades. Nós estamos gastando 1200 milhões de dólares para expandir a gratuidade”. Na prática, a política do candidato implica em reduzir o número de bolsistas no ensino superior, para incluir bolsistas no ensino técnico. Para reduzir o custo político da operação, ele comprometeu-se a manter a gratuidade de quem já a tinha conquistado:

> Estás estudando? Fique tranquilo, porque no nosso governo a gratuidade se mantém. Vamos implementar um sistema mais justo para todos. Nada de ficar sem estudar por falta de dinheiro. Nós vamos ampliar a gratuidade para quem

> estuda em escolas técnicas e centros de formação profissional. Nós criaremos um sistema novo de bolsas e créditos estatais sem interferência dos bancos. Dessa maneira, ninguém ficará sem estudar por falta de recursos. Enquanto estudas, tua família não paga. Ainda não te formou? Não pagas. Te formou e não tens grana? Se ganhas menos de 300.000, não pagas. Se ganhas mais de 300.000, pagas 10% do teu saldo e em 10 anos a dívida desaparece. Mas isso não é tudo! Lembra que quem tem gratuidade, mantém. E avançamos para os centros de formação técnica e institutos profissionais. (PIÑERA, 2017g)

A construção das propostas dos candidatos tem por finalidade garantir mão de obra qualificada e melhores condições de trabalho para a população. Está implícita, na visão de mundo defendida por eles, a ideia de que a educação serve para qualificar o mercado de trabalho e o setor de serviços, contribuindo ativamente para o desenvolvimento e o crescimento da economia.

Diversidade e educação

No contexto eleitoral brasileiro e chileno, as discussões sobre educação para os direitos humanos - em especial questões envolvendo identidade de gênero e sexualidade - ganharam especial relevância. Elas entraram na agenda política a partir de proposições e políticas desenvolvidas pelos governos progressistas, tendo os opositores dos candidatos analisados, Fernando Haddad e Alejandro Gullier, desempenhado funções de destaque.

Antes de concorrer à presidência, o candidato da Nova Maioria Alejandro Gullier era senador. Ele apresentou um projeto de lei que propõe o assessoramento dos pais de crianças que apresentam identificação de gênero diferente daquele que nasceram a partir dos seis anos de idade. Para Sebastián Piñera, os termos do projeto são equivocados, porque adentram na esfera particular de cada família. No debate presidencial, ele explicou que:

> Eu não estou de acordo com Alejandro, porque a quem cabe a função de assessorar, de cuidar, de guiar as crianças é o Estado. Quando um Estado, por meio de decreto, determina que um funcionário público se subrogue no lugar dos pais, nós estamos cometendo um erro gravíssimo. (...) Alejandro quer debater educação de gênero a nível infantil. Essa educação cabe aos pais e não ao Estado. E isso é algo fundamental de se compreender, de uma vez por todas. (PIÑERA, 2017c)

No contexto brasileiro, as questões que envolvem identificação de gênero também foram objeto de debate. Jair Bolsonaro explica que o governo petista tinha o projeto de “implementar o kit gay nas escolas, para que o filho do pobre tivesse aula de sexo a partir dos seis anos de idade.” (BOLSONARO, 2018s). Sobre a política pública, Bolsonaro explica que:

> Onde começou o kit gay? Começou no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2010. Ò Haddad, pare de mentir. O despacho do senhor como ministro da educação e cultura, despacho do dia 12 de abril de 2010. Então, quem fez o kit gay? Todos os representantes do movimento LGBT. Quem é o movimento LGBT? Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transsexuais. Atenção povo católico, povo evangélico, povo paulistano: você quer que seu filho aprenda lições de homossexualismo no ensino fundamental? Se quer, vota no Haddad. (BOLSONARO, 2018t)

O candidato brasileiro acusa os governos petistas de instituírem a discussão de ideologia de gênero nas escolas, sub-rogando-se em papéis que são exclusivamente dos pais. Em um vídeo para seus seguidores, no qual ele mostra um livro infantil que teria o condão de despertar a homossexualidade em crianças, ele explica que

> O que eles fazem? Eles pedem para as editoras entregarem nas escolas, como brinde esse livro [Bolsonaro tem um livro na mão, cujo título é “Aparelho Sexual & Cia, que ele mostra para a câmara]. E depois pagam de isentões. Mas o que que eles querem? Eles querem legalizar a pedofilia. Eles querem sexualizar nossas crianças precocemente. É uma esculhambação o que fazem com a educação no Brasil. Nós vamos combater, ou melhor, continuaremos combatendo esse tipo de material para nossos filhos. Porque nossas crianças têm que ser respeitadas em sala de aula. O recado que eu estou dando é para você pai, para você mãe, que também tem uma criança de sete anos em sala de aula. Vamos ver o que a garotada carrega na mochila. E dá uma chegada na biblioteca, em especial aquelas públicas, que é para atingir o filho do pobre. O governo do PT, e agora do MDB também, não tem qualquer consideração com seu filho em sala de aula. Eles querem que cada vez mais cedo as crianças se apresentem para o sexo. (BOLSONARO, 2018u)

A exposição precoce das crianças ao sexo, segundo Bolsonaro, é um projeto petista, que tem nas universidades seu principal apoiador. Ele declara que “essas ideias surgem na universidade, que são centros de que? De fazer o que não presta” (BOLSONARO, 2018v). O candidato explica que “hoje, nós temos 32 milhões de casais no Brasil, mas só 60 mil são homossexuais. Então, essa ideia do PT, que surgiu nas universidades, quer fazer o pobre aceitar uma moralidade que não é a do brasileiro” (BOLSONARO, 2018x)

A análise dos sentidos discursivos demonstra que os dois candidatos se articulam na defesa de que a educação sexual e de gênero é obrigação e direito dos pais, retirando do Estado qualquer faculdade para introduzir o debate nas escolas. Há de se ressaltar, no entanto, uma diferença importante. Enquanto Sebastián Piñera justifica sua postura com o argumento de que isso é uma decisão particular da família e que cabe a ela decidir quando e como introduzir o debate com as crianças, Bolsonaro repudia que qualquer discussão seja feita, sob pena de abrir espaço para pedófilos e a sexualização precoce. Neste sentido, embora os dois candidatos se

aproximem na defesa de princípios conservadores, a agenda de Bolsonaro tem um elemento mais reativo e repressivo do que as medidas defendidas pelo candidato chileno.

5.2.6. Segurança

O aumento da sensação de insegurança e a mudança nos hábitos sociais em decorrência do aumento da criminalidade são sentidos que constituem o discurso dos candidatos. A inércia do Estado em tomar medidas efetivas na área da segurança pública é recorrentemente denunciado. Lacalle Pou problematiza que:

> Esse é um tema muito vinculado aos direitos humanos dos uruguaios. O fator humano é fundamental para a segurança pública. A maioria dos uruguaios mudou seus hábitos em função da insegurança e lamentavelmente o governo não toma atitude. É impensável há alguns anos atrás que regiões, a poucos minutos daqui que estão abandonadas. Há lugares em que o Estado não existe. Não vemos ambulâncias, não vemos outros serviços públicos. Temos no meio rural os locais mais abandonados do país, desmantelando o abigeato e os empreendimentos produtivos. Por que isso ocorre? Por que há um sentimento enorme de impunidade? Basicamente o que sucede é que, entre os delitos que se cometem, aqueles que são denunciados, os que são denunciados e investigados, os que são investigados e punidos, há uma lacuna muito grande, e isso gera um sentimento de impunidade. Os dados de delitos em nada obrigou a Frente Ampla, no governo de Tabaré Vasquez. Depois de ter dito que aprendeu com os erros, as propostas de Daniel são as mesmas (LACALLE POU, 2019c)

O fracasso na questão da segurança é atribuído à responsabilidade do governo federal, que, embora tenha aplicado recursos, não o fez com eficiência:

> A Frente Ampla liderou com total fracasso. Não foi por falta de pressupostos, por falta de pessoal, por falta de equipamento e não foi por falta de respaldo político. Eles tinham a maioria. Vamos relembrar o ano de 2005, quando o Ministério de Interior tinha 200 milhões de dólares de orçamento. Em 2015, o orçamento do mesmo ministério de 800 milhões de dólares, se multiplicou por quatro. E a pergunta a qualquer vizinho é: tu te sentes quatro vezes mais seguro depois de três governos FA? Há um erro de base, um erro ideológico, na perseguição da delinquência. E se equivoca Daniel Martinez, e por certo que não vou falar de seus assessores porque sou respeitoso ainda que eles estejam equivocados, na indicação do seu ministro, que esteve ao lado de Bonomi, que foi o pior ministro de interiores de todos os tempos. Eu gostaria de saber como vais respaldar a polícia, porque, nos últimos anos, o que sente a polícia é solidão. (LACALLE POU, 2019c)

O candidato brasileiro compartilha do entendimento de que o crime não foi devidamente combatido durante a gestão petista. Ele defende que os governos progressistas, também por questões ideológicas, são comprometidos com os criminosos. No seu plano de governo, ele coleciona uma imagem estabelecendo uma relação entre o aumento de homicídios e Estados governados pela esquerda (Figura 05):

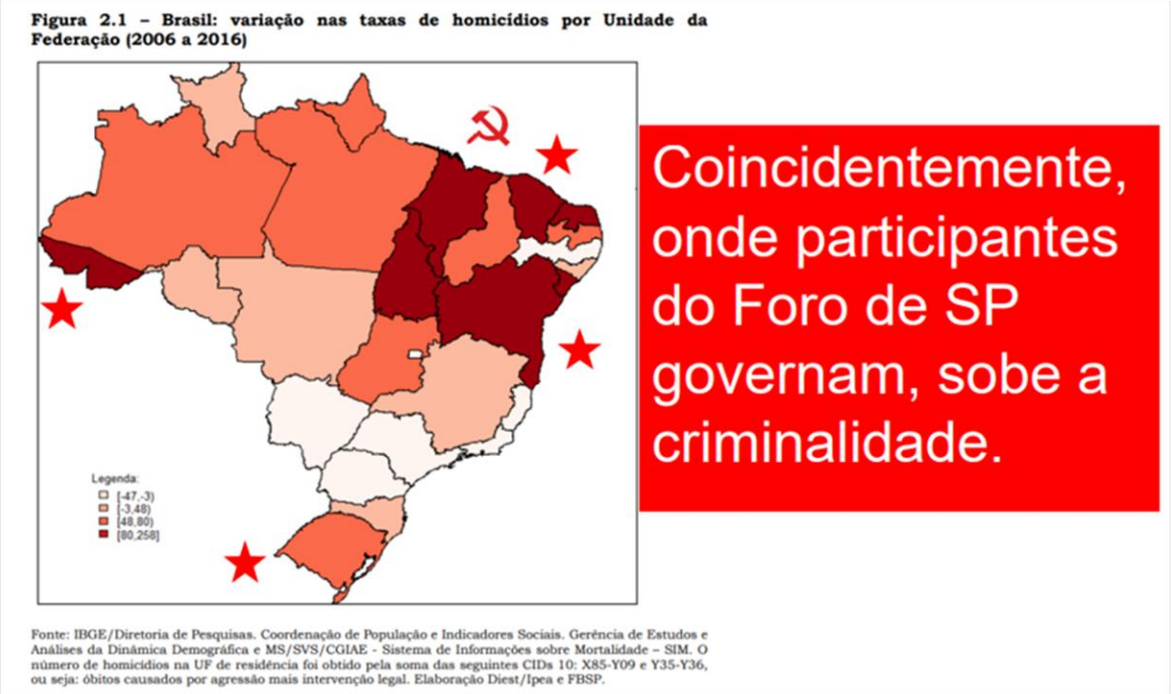


Figura 05 – Mapa da violência para Jair Bolsonaro. Fonte: Plano de governo de Jair Bolsonaro, p. 4

Bolsonaro defende que, para que o país possa crescer economicamente, é necessário investimento massivo na questão da segurança pública:

> Eu falei há dois anos que sem segurança não tem economia. Riram da minha cara. Agora se deram conta que, se o Brasil não investir pesado em segurança, não tem economia. Alguém quer curtir praia, fazer turismo, aqui em Copacabana? Não quer, porque é uma leniência, uma complacência com quem comete crime muito grande. (BOLSONARO, 2018)

Para o candidato argentino, a insegurança está vinculada à questão do narcotráfico, que avançou muito no país e que deve ser combatido:

> O narcotráfico está colocando em crise nosso estilo de vida. Nossa família, nossos bairros. E está corrompendo nossas instituições, comprando políticos, justiça, polícia, funcionários. Temos que pará-los hoje. Por isso seremos o primeiro governo que olhe este tema de frente e o enfrente desde o primeiro dia. Nós merecemos viver em sociedade sem ter que conviver com o narcotráfico. (MACRI, 2015l)

O avanço do narcotráfico e a inércia do Estado em promover segurança à população também é uma denúncia feita por Sebastián Piñera:

> Não podemos nos acostumar com o mundo ao contrário, no qual as pessoas honestas têm que estar chaveadas em casa. Vamos recuperar as praças, para as crianças e a família. E, para isso, temos que combater a delinquência com muito mais força e vontade. Vamos fortalecer os nossos policiais, dando-lhes mais ferramentas, proteção e autoridade. A maioria dos crimes é cometida por gangues organizadas, nós temos que nos infiltrar para combater o narcotráfico e o crime organizado. E assim vamos devolver à família chilena seu direito a viver com mais paz e tranquilidade. Por isso vamos adiante. (PIÑERA, 2017h)

O combate à criminalidade, na visão do candidato, perpassa o fortalecimento da polícia e a integração com o Poder Judiciário:

> Olhe, os muros não são a solução porque protegem a muito poucos. A solução é aquela em que o Estado cumpra com seu dever, para assegurar a tranquilidade, a paz, para as famílias chilenas e, para isso, tem que fazer coisas muito importantes. Primeiro, modernizar a nossa polícia, que está defasada; segundo, coordenar melhor a polícia, os promotores e os juízes para que eles não fiquem se jogando a culpa de um para outro. O combate ao narcotráfico é feito em equipe e, se um falha, falham todos. É por isso que nós vamos modernizar a polícia e instituir a cooperação obrigatória entre polícia, Ministério Público e juízes para combater o narcotráfico, a delinquência e o terrorismo. (PIÑERA, 2017i)

Para o candidato brasileiro, a polícia desempenha um papel central no combate ao crime organizado. Em visita ao Batalhão de Operações Especiais[19], Bolsonaro reforçou o papel deles no combate ao crime organizado: “Eu quero dizer aqui, pra vocês hoje, que a missão de vocês é salvar o Brasil. Então, vocês são essenciais para a nossa nação e, no meu governo, vão ser valorizados” (BOLSONARO, 2018a1). O candidato uruguaio também defende o fortalecimento da polícia para lidar com o crime organizado:

> E o narcotráfico. Somos tristemente conhecidos no mundo por conta do tema do narcotráfico. E é por isso que nós temos que retomar a convivência. Vocês sabem como se recupera a convivência? Com autoridade. Com um presidente que não cria desculpas. Sempre temos uma desculpa, uma razão para não fazer as coisas. Temos que declarar emergência em segurança pública. Temos que recuperar território. E isso se faz recuperando as polícias. Aquelas que a Frente Ampla agora está de acordo, mas há pouco tempo atrás não estava. Nós temos que recuperar a polícia. Nós temos que fazer uma repaginação na polícia, um clamor em prol dos homens e mulheres de azul. Nós temos que fortalecer a polícia técnica, para que avance. A inteligência de investigação. No mundo moderno, 80% da ação policial é inteligência e 20% músculo. (LACALLE, 2019c)

O candidato argentino também se coloca em relações de equivalências ao diagnosticar que o aumento da criminalidade restringiu a liberdade dos argentinos e que combatê-la exige o fortalecimento da inteligência na polícia:

> Nós não temos na Argentina a tranquilidade que tínhamos antes. Lamentavelmente temos que pensar aonde vamos, a que horas saímos, como vamos, a que horas saímos. Nossos filhos saem à noite e nós ficamos atrás das grades. Sabemos que correm perigo, às vezes por um par de sapatos, por um celular. O que peço essa noite é que não nos resignemos às grades. Que nós voltemos a trabalhar juntos para voltar a ter tranquilidade e paz. O que quero propor, e isso é uma das minhas três principais propostas, é enfrentar e derrotar o narcotráfico, que aumentou a violência e a quantidade de delitos na Argentina. Depois de dez anos de inação, de cumplicidade do governo nacional, que passou negando essa realidade, a verdade é que isso

[19] Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) é uma força de operações especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ).

> afetou a todos nós. E quero agir com mais inteligência do que músculo, através de uma agência nacional contra o crime organizado. (...) . Profissionalizar os policiais e fazer nas forças nacionais o que fizemos na força metropolitana, que é um exemplo para todo o país. (MACRI, 2015c).

A análise dos sentidos discursivos que constituem os quatro discursos mostra uma confluência em torno do diagnóstico de que a sensação de insegurança restringe a convivência harmônica na sociedade e modificou os hábitos dos cidadãos, de forma especial nos últimos anos e sem que o governo federal assumisse a responsabilidade por mudar tal cenário. A solução, nesse sentido, é fortalecer as polícias nacionais.

Há de se ressaltar, por fim, que os candidatos brasileiro e argentino divergem sobre a política de armas, colocando-se em polos antagônicos. Para Bolsonaro, o porte de arma "é a única forma do cidadão de bem se defender dos bandidos" (BOLSONARO, 2018 a1). Macri, por outro lado, defende o desarmamento como condição para viver em uma sociedade pacificada. Ele afirma que: "Vamos terminar com a cultura de violência para viver em uma sociedade de paz. Vamos implementar um plano nacional de desarmamento. É agora! Vamos juntos!" (MACRI, 2015m). Enquanto a questão do desarmamento não apareceu com muita recorrência no discurso do presidenciável argentino, a defesa da posse e do porte de armas foi uma das principais propostas defendidas por Jair Bolsonaro, que defende melhorias na segurança pública a partir da defesa pessoal dos cidadãos.

5.2.7. Inclusão e Políticas sociais: gestão e ampliação

Os governos progressistas foram caracterizados pela implementação de políticas de redistribuição de renda voltadas à diminuição da pobreza. Nos contextos eleitorais analisados, estas políticas foram debatidas por todos os candidatos, que puderam problematizar e expor qual o papel que eles acreditam que o Estado deve desempenhar na redução das desigualdades econômicas e sociais.

A agenda de políticas públicas de inclusão é multifacetada, transversal e plural. Analisar todos os sentidos que compuseram o nó implicaria em uma descrição de todas as propostas de campanha, o que descaracterizaria o caráter analítico a que o trabalho se propõe. Desta feita, a fim de trazer os elementos centrais dos quatro discursos em relação a este tema, privilegiou-se os sentidos de maior recorrência, subdivididos em quatro seções específicas. Na primeira delas, busca-se demonstrar a preocupação que os candidatos tiveram de, no período eleitoral, demonstrar que não haveria recuos nas políticas sociais desenvolvidas nos governos anteriores. No

segundo subtópico, mostra-se o papel central que a família desempenha no desenho de políticas públicas dos candidatos, seguido pelo terceiro tópico que discute as propostas para a redução da pobreza. No último subtópico, será analisada a construção discursiva em torno da previdência social e cuidado com a terceira idade.

Manutenção e ampliação dos programas sociais

Ao longo dos períodos eleitorais analisados, o posicionamento dos governos de direita analisados sobre os programas sociais foi bastante discutido, principalmente porque os partidos de situação os acusavam de planejar extinguir os programas de redistribuição de renda gestados durante o período progressista. A fim de evitar mal-entendidos, os quatro discursos tiveram preocupação em comunicar que eles seriam mantidos. No debate presidencial, enquanto discutia políticas sociais, Lacalle Pou reconheceu a importância destas políticas "eu não poderia ser hipócrita, eu não sou, por isso reconheço que a Frente Ampla avançou, como todos os governos que passaram pelo país" (LACALLE POU, 2019a). Contudo, ele não deixou de criticar a ineficiência da política a longo prazo:

> Se se reduziu a pobreza monetária, isso é resultado das políticas econômicas realizadas no governo. Em vários casos, a melhora das condições dos usuários não foi acompanhada do fortalecimento das capacidades que os permitiria sustentar-se de forma autônoma. Não estamos, portanto, diante de um processo de melhora e sim diante de uma situação de dependência ligada ao estado das contas públicas. Nós seguimos tendo 330 mil pessoas abaixo da linha de pobreza, aumentou o número de pessoas sem casa e há mais uruguaios na cadeia. (...) O problema não foi a falta de recursos, mas sim a maneira como eles foram utilizados. Com o passar dos anos, o Ministério de Desenvolvimento se tornou uma macroestrutura ineficiente e politizada, rodeada por uma rede de operadores que ganham dinheiro com suas intervenções e, por isso, acabam se tornando sócios da pobreza. (PARTIDO NACIONAL, 2019, p. 115)

O candidato argentino também afirmou a intenção de manter as políticas sociais de quem já era usuário. Ele comprometeu-se a "melhorar e tornar mais transparente os planos sociais" (MACRI, 2015j, p. 63), utilizando-se do exemplo da gestão na cidade de Buenos Aires para garantir que a meta seria cumprida:

> Você falou que está preocupado com o que vai acontecer com os mais pobres. A verdade é que na cidade de Buenos Aires todos que tem um auxílio, seguiram tendo. E não só seguiram tendo, como os valores foram reajustados pelos índices do INDEC, ainda que não acreditássemos nele. Os planos se mantiveram ou melhoraram e assim como se fez na cidade, vai se fazer na Argentina (MACRI, 2015n)

No mesmo sentido dos outros candidatos, Bolsonaro também se comprometeu a manter o Programa Bolsa Família, inclusive prometendo aumentar o valor pago para

às famílias:

> Lamentavelmente, em épocas de eleições, muitas mentiras aparecem, como eu querendo aí mexer no décimo terceiro ou mesmo querendo uma nova CPMF[20]. Mentira, nos atacam de todas as formas. Agora, a mentira mais estapafúrdia que existe, em especial na região nordeste, é de que eu iria acabar com o bolsa família. Deixo bem claro aqui: o Bolsa Família é um projeto humanitário. Muita, mas muita gente precisa do Bolsa Família para sobreviver. Jamais eu pensaria em acabar com um programa como esse. O que eu quero é combater as fraudes. Tem muita gente que não merece ganhar, como vereadores, comerciantes, gente de família de dinheiro, que recebe o Bolsa Família. Combatendo a fraude, se tem como ganhar um pouco mais para dar para quem ganha o Bolsa Família. Então, meu senhor, minha senhora, principalmente do sertão, do semiárido do Nordeste: não acabaremos com o Bolsa Família. Melhor do que isso, nós combateremos a fraude e faremos com que você que tem, que precisa, que tem a necessidade, ganhe até mais (BOLSONARO, 2018 a2)

No debate presidencial, Sebastián Piñera também buscou tranquilizar os eleitores de que seu governo não significava uma ameaça às políticas redistributivas:

> Para que nós possamos crescer, precisamos de condições mínimas. Uma sociedade muito desigual não garante essas condições mínimas, e daí é importante que o Estado intervenha. Nós temos políticas para manter e ampliar os programas sociais. Quem já está incluso, se manterá. E vamos expandir, pensando primeiro nas nossas crianças e idosos. (PIÑERA, 2017a)

A titularidade e manutenção das políticas sociais estavam em disputa, principalmente porque se tratava de contextos muito polarizados e o apoio da população de baixa renda era indispensável. Em decorrência disso, tornou-se relevante manter a agenda de propostas para a inclusão social, principalmente para assegurar que o Estado seguirá auxiliando aqueles que mais necessitam. É notório que, embora permeado de críticas sobre a falta de eficiência na gestão dos recursos, os quatro discursos reconhecem a necessidade da intervenção estatal.

Políticas sociais baseadas na família

Os candidatos analisados propõem uma mudança de enfoque no desenvolvimento e implementação das políticas sociais, elegendo a família como núcleo essencial da sociedade. Sebastián Piñera explica que

> Este novo enfoque se concentra de maneira transversal na política social, desde a infância até a terceira idade, incluindo as principais vulnerabilidades, como a pobreza e a disfuncionalidade. Dessa forma, o princípio que guiará as mudanças será um só: sempre que possível, as intervenções e ajudas do Estado se realizarão com e através das famílias, e não contra e fora delas (PIÑERA, 2017a, p. 91)

[20] A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) foi um tributo que incidiu sobre a maioria das operações bancárias e que vigorou no Brasil de 1994 a 2007.

A defesa de que as políticas sociais devem se dar no núcleo familiar também é a tônica do discurso do candidato uruguaio:

> Todos os integrantes da família, nas diferentes etapas da vida e muito especialmente quando se encontram em situação de vulnerabilidade, alcançam melhores níveis de bem-estar e recebem melhores cuidados quando contam com o apoio do seu entorno familiar. As políticas sociais não devem, portanto, focar nos indivíduos como se seu entorno familiar não existisse, senão se articular com elas e tomar as precauções necessárias para preservá-las. Esta tarefa deve ser realizada a partir de uma atitude de diálogo e aceitação da diversidade das famílias. (PARTIDO NACIONAL, 2019, p. 117).

Jair Bolsonaro também constrói sua campanha baseada na defesa da família. Ele defende que "a família é a base de tudo. Quando o Estado faz uma política, é para ela defender a família, estar com a família" (BOLSONARO, 2018a3). Na proposta de Mauricio Macri, a família também desempenha função importante:

> Quero ser presidente porque me importo. Me importa que tenhamos um sonho. Que estejamos unidos. Que tu e tua família estejam bem. Eu me importo em trabalhar em um país de pobreza zero. Que todos tenham acesso universal. Eu me importo em ajudá-los sempre a cuidar de seus filhos e seus pais. No nosso governo, nós firmamos o compromisso de cuidar da família, de pensar políticas para e a partir da tua família (MACRI, 2015o)

A defesa da família como base para o desenvolvimento de políticas vinca os quatro candidatos ao discurso conservador, que defende o fortalecimento das alianças solidárias das famílias como alternativa às crises geradas pelo modelo neoliberal (SANTOS, 2019, p. 96). Os estudos sobre conservadorismo na América Latina têm apontado a tendência de centrar a atenção estatal no ideal de família, principalmente a família biparental heterossexual, naturalizando posições de subordinação e relações de poder (SANTOS, 2019, p. 97). Estes sentidos discursivos estão presentes nos discursos dos candidatos, que transferem para o núcleo familiar o dever de assistência e cuidado que, em determinados modelos de políticas públicas, é assumido pelo Estado.

Os vínculos que se estabelecem entre a defesa de ideias conservadoras estão também vinculados ao contexto no qual estes discursos são proferidos. No contexto brasileiro, a defesa da família nuclear composta pela ideia de pai, mãe e filhos está tão cristalizada, que soaria um absurdo defender a aceitação da diversidade das famílias, como sinaliza Lacalle Pou em seu discurso. Isso não quer dizer, no entanto, que a proposição do candidato uruguaio não dialogue com princípios conservadores. Ela o faz, acolhendo sentidos discursivos que legitimam esta percepção da realidade.

Neste sentido, considerando a viabilidade da comparação de como se

constroem os processos de significação, a escolha da família como base para a construção de políticas sociais coloca os candidatos em relações de equivalências entre si e com o discurso conservador na América Latina.

Políticas para combater a pobreza

Os candidatos desenvolvem diferentes políticas sociais para desenharem o modelo de sociedade que eles consideram mais justa. No caso dos quatro discursos analisados, a implementação de políticas sociais justifica-se como medida para reduzir os abismos sociais existentes entre ricos e pobres, criando condições para o desenvolvimento dos indivíduos. Sebastián Piñera justifica a necessidade de políticas sociais voltadas à pobreza até que todos os chilenos tenham acesso ao pleno emprego:

> Durante as três últimas décadas, nosso país alcançou objetivos muito importantes na luta contra a pobreza. Ela reduziu 75%, alcançando atualmente 11,7% da população. O principal motor da redução foi o crescimento econômico através da criação de empregos e aumento dos salários, que explicam ao menos dois terços da redução experimentada. Por isso, a melhor política social e de combate à pobreza é uma economia dinâmica que gera pleno emprego. Contudo, para potencializar o impacto deste motor fundamental se deve combinar políticas públicas diretamente orientadas para enfrentar a problemática da pobreza em todas as suas dimensões. (PIÑERA, 2017a, p.123)

O enfrentamento da pobreza em todas as suas dimensões, para o candidato, implica também no desenvolvimento de políticas voltadas para a classe média.

> O Chile é hoje um país majoritariamente de classe média, passando de 27% da população em 1990 para 65% em 2015, o que equivale a 11,5 milhões de pessoas. Este importante segmento, se não vive em situação de pobreza, enfrenta dificuldades que podem colocar em risco seus avanços e inclusive fazer-lhes retroceder na pobreza, o que gera fortes temores a respeito de certas contingências e momentos de vida. Apesar disso, muitas vezes fica fora da proteção e dos benefícios sociais do Estado. (...) Por esta razão, devemos fortalecer a nossa classe média, não só entregando-lhes ferramentas para ampliar suas liberdades e melhorar sua qualidade de vida, como também para reduzir-lhes seus principais temores em âmbitos sensíveis, como a saúde, a educação de seus filhos, acesso a um bom trabalho, a possibilidade de viver uma vida segura ou ter uma velhice digna ou sua segurança pessoal e familiar. (PIÑERA, 2019a, p. 102).

Para atender os interesses da classe média, o candidato desenvolveu um programa chamado Rede Classe Média Protegida, que tem por finalidade garantir a "proteção perante aquelas contingências que geram mais insegurança e riscos: o desemprego, as enfermidades, o custo do ensino superior, a velhice e os delitos violentos" (PIÑERA, 2019a, P. 102).

As propostas do candidato brasileiro Jair Bolsonaro também estão voltadas à

redução da pobreza. Para além de manter o Programa Bolsa Família, ele propõe que os brasileiros tenham uma renda mínima:

> Acima do valor da Bolsa Família, pretendemos instituir uma renda mínima para todas as famílias brasileiras. Todas essas ideias, inclusive o Bolsa Família, são inspiradas em pensadores liberais, como Milton Friedman, que defendia o Imposto de Renda Negativo. Propomos a modernização e aprimoramento do Programa Bolsa Família e do Abono Salarial, com vantagens para os beneficiários (BOLSONARO, 2018 a4)

O candidato argentino também volta suas políticas para a redução da pobreza, no que ele chamou de programa de Pobreza Zero. Para ele, para além do desenvolvimento econômico voltado para a geração de emprego, a pobreza deve ser combatida através de:

> uma política de proteção social universal que outorgue cobertura entre os riscos sociais a toda população é a base de sua condição de cidadania. Vamos institucionalizar a expandir a Asignación Universal por Hijo (AUH) para diminuir o nível de desigualdade, pobreza e indigência na Argentina. Esse sistema será reformado para garantir proteção social universal às crianças e adolescentes independente da condição laboral dos pais e buscando gerar incentivos à formação profissional. (MACRI, 2015j, p. 54)

As políticas sociais, para o candidato uruguaio, devem estar voltadas para garantir os direitos das crianças. Para Lacalle Pou, “a pobreza não consiste na insuficiência de recursos que permitam satisfazer necessidades básicas, senão a incapacidade de gerar esses recursos de forma autônoma" (PARTIDO NACIONAL, 2019, p. 118). Por conta disso, as crianças e idosos deveriam ter preferência nos planos de governo:

> O setor populacional que está na primeira infância é comparativamente pequeno no Uruguai, e está em uma situação de alta vulnerabilidade. Os dados do Censo 2011 mostram que as crianças de 0 a 5 anos são 8% da população uruguaia, enquanto as pessoas com 65 anos ou mais representam 14,1%. Contudo, enquanto 18% dos meninos entre 0 e 3 anos são pobres, menos 1% dos uruguaios com mais de 66 anos são. 40% das crianças que nascem no Uruguai o fazem em um contexto adverso para seu pleno desenvolvimento. (PARTIDO NACIONAL, 2019, p. 119)

A análise dos sentidos discursivos em torno dos programas sociais demonstrou que os candidatos se aproximam em torno da necessidade de se combater a pobreza. Por certo, os objetivos e público-alvo de cada discurso guardou vínculos com o contexto de cada país e com a visão de cada candidato sobre as populações que estão em maior condição de vulnerabilidade econômica.

Aposentadoria: desafios e reformas para a seguridade social

A previdência, principalmente relacionada à garantia de boa aposentadoria

para os idosos, foi um tema debatido no contexto eleitoral. O envelhecimento da população, acrescido do fato de que as populações dos países analisados não estão crescendo, impõe uma série de desafios para o planejamento futuro da seguridade social. O candidato uruguaio explica que:

> A partir do próximo governo, as pessoas com mais de 60 anos superam as menores de 15. As previsões da população feitas pela Oficina de Planejamento e Orçamento indicam que as pessoas com mais de 65 anos passarão a representar, de 14% atualmente, 20 a 26% da população em 2050. (...) Esses desafios são reais, mas não podemos ser derrotistas. Todos merecemos uma aposentadoria digna ao fim da vida de trabalho. Trata-se de um direito que temos que proteger, e a primeira maneira de fazer é administrar com cuidado. O nosso desafio é ter um sistema de seguridade social solidário e economicamente sustentável, que assegure uma vida digna e desfrutável aos futuros aposentados. (PARTIDO NACIONAL, 2019, p. 88)

A melhoria das aposentadorias também é uma proposta do candidato chileno. Ele propõe uma reforma calcada no aumento do aporte provisional do empregador, bem como a abertura do mercado para que novas gestoras dos fundos de pensão possam tornar as propostas mais atraentes para os chilenos:

> Nós vamos ampliar para que aumente a competência das indústrias das pensões, porém o mais importante é que vamos melhorar a aposentadoria de todos os chilenos. Como? Quatro pontos: 1. maior cotização do empregador; 2. aumentar em 42% o pilar solidário para melhorar as pensões de forma mais rápida e com carinho especial em relação a três grupos: as pensões mais baixas, que correspondem a 1.400 milhões de chilenos, as mulheres, que foram muito prejudicadas por serem mães e por serem parte essencial da família e da classe média que nunca recebeu uma ajuda para melhorar sua aposentadoria. 3. E com uma premissa, vamos estabelecer que todos os adultos tenham transporte público quando vão fazer atendimentos médicos. (PIÑERA, 2017 f)

A ingerência privada na gestão dos fundos para aposentadoria também consta na proposta do candidato brasileiro Jair Bolsonaro. Ele pretende melhorar a aposentadoria dos brasileiros a partir da introdução de um modelo de capitalização privado:

> A grande novidade será a introdução de um sistema com contas individuais de capitalização. Novos participantes terão a possibilidade de optar entre os sistemas novo e velho. E aqueles que optarem pela capitalização merecerão o benefício da redução dos encargos trabalhistas. Obviamente, a transição de um regime para o outro gera um problema de insuficiência de recursos na medida em que os aposentados deixam de contar com a contribuição dos optantes pela capitalização. Para isto será criado um fundo para reforçar o financiamento da previdência e compensar a redução de contribuições previdenciárias no sistema antigo. (BOLSONARO, 2018l, p. 8)

Para Maurício Macri, o sistema de seguridade social deve ser aprimorado, sem que isso implique em onerar o trabalhador. Para ele, a proteção dos idosos perpassa maior estabilidade econômica, e reformas para adequar o sistema previdenciário à

nova realidade populacional argentina:

> Nós sabemos que o salário hoje não chega ao fim do mês. Não é justo que, depois de ter trabalhado a vida toda, estejas passando por isso. Nós precisamos reformar o sistema de pensões argentino, para garantir que todos possam envelhecer com dignidade. Hoje, o Estado cobra muito do setor produtivo e devolve pouco. Nós temos que pensar uma nova legislação previdenciária, adequada ao fato de que teremos mais argentinos idosos do que ativos em pouco tempo. Esse é um desafio do nosso tempo, que o governo está preparado. É agora! Vamos juntos! (MACRI, 2015i)

A análise dos sentidos discursivos demonstra que os candidatos se aproximam na defesa de necessidades de mudanças na legislação previdenciária dos países, a fim de adequá-la às mudanças na pirâmide etária que apontam pelo envelhecimento da população e uma não renovação da população economicamente ativa. Eles têm a preocupação de equilibrar a sustentabilidade do novo modelo de contribuição, sem reduzir o poder de compra de quem já está aposentado. De se destacar, neste sentido, um particularismo brasileiro: a complementação de renda dos aposentados não se dará pelo meio de uma política pública de seguridade social gerida pelo Estado, e sim por meio da iniciativa privada.

5.2.8. Saúde

A saúde foi um tema abordado pelos quatro candidatos nos debates, programas de governo e vídeos no *Youtube*. Os candidatos partem da constatação de que, embora haja muito investimento estatal, a população não tem garantido seu direito a um serviço de qualidade. O candidato chileno faz o diagnóstico de que:

> Mais de três quartos dos cidadãos não estão satisfeitos com a gestão governamental da saúde e existem razões fundadas para isso. Há uma forte sensação de desproteção frente às enfermidades graves. As listas de espera aumentaram muito durante a administração atual, chegando a quase dois milhões de compatriotas que esperam uma atenção na saúde, situação especialmente grave no caso da AUGE[21], cuja lista de espera aumentou mais de 80%, e nas cirurgias não associadas ao AUGE, que a fila aumentou em 40%. No Isapres[22], as reclamações são dirigidas ao aumento dos planos de saúde, a baixa cobertura, as carências e o acesso restrito aos centros de saúde (PIÑERA, 2017a, p. 114)

O candidato uruguaio também reforça o descontentamento com a qualidade do serviço de saúde no país:

> O Uruguai gasta mais de 9% do seu PIB em saúde. Trata-se de uma cifra

[21] AUGE é a sigla de Plan de Acceso Universal a Garantías Explícitas (AUGE), também conhecido como o Regime Geral de Garantias Explícitas, que garante a cobertura de 87 enfermidades. Para mais informações, acesse: <https://www.chileatiende.gob.cl/fichas/2464-plan-auge-ges>

[22] Isapres é uma associação que engloba todas as Instituições de Saúde Provisionais abertas no Chile. Ela tem cunho privado. Para mais informações, acesse: <http://www.isapre.cl/nosotros/quienes-somos>

> muito alta, comparável ao que se gasta nos países escandinavos. Com esse gasto, todos os uruguaios deveriam estar tendo acesso a uma saúde de primeira qualidade. Porém, não é isso que ocorre. A conclusão, uma vez mais, é que se está gastando muito e se gastando mal. Há múltiplas ineficiências na gestão, que geram demoras, listas de espera e dificuldades graves para ascender a certos tratamentos. Há uma alarmante ausência de controle e transparência em relação ao cumprimento de normas éticas, administrativas e legais. A falta de integração real do sistema (há mais de dez anos já implementado) castiga muitos usuários, especialmente no interior. Há muitos problemas de gestão, distribuição e capacitação de recursos humanos. Há um déficit crescente que ameaça os prestadores privados, e uma má administração dos recursos no orçamento: apenas 3% se destina à investimentos, o que explica as graves insuficiências em infraestrutura no geral, e em particular no Primeiro Nível de Atenção (PARTIDO NACIONAL, 2019, p. 140)

A gestão da saúde no Brasil é, da mesma forma, muito criticada pelo candidato Jair Bolsonaro. Para ele, a melhoria do atendimento em saúde é uma questão que ultrapassa posicionamentos partidários: “Abandonando qualquer questão ideológica, chega-se facilmente à conclusão de que a população brasileira deveria ter um atendimento melhor, tendo em vista o montante de recursos destinados à Saúde” (BOLSONARO, 2018l, p. 3). Ele condena o acordo bilateral que o governo federal firmou, em 2013, com Cuba, que trouxe médicos cubanos para fazerem atendimentos vinculados à saúde da família:

> O que acontece nesse Programa Mais Médicos é um absurdo. O governo pega dinheiro da saúde, que era para ser investido em saúde, e dá para custear uma ditadura. Eles mandam médicos para cá, pegam para eles uma miséria, e ficam com o dinheiro. E o médico tem que vir sozinho, não importa se é uma mãe que tem filho pequeno. O Estado mandou, ele tem que obedecer. O nosso dinheiro fica custeando uma ditadura, enquanto o brasileiro morre na fila de espera, sem ter atendimento direito. (BOLSONARO, 2018p)

O abismo entre o investimento público e a qualidade no atendimento do serviço também é um sentido recorrente no discurso do candidato argentino, que denuncia a segmentação e ineficiência do sistema de saúde.

> O sistema de saúde argentino é um sistema fragmentado, segmentado e sem coordenação, com resultados ineficientes e injustos, apesar do país investir em saúde entre 8% e 10% de sua economia, em um nível superior a de muitos países de renda média e alta. O sistema de saúde está fragmentado administrativamente (descentralização provincial), segmentado por tipos de cobertura (setor público, obras sociais e medicina pré-paga) e com muitos atores e fontes de recursos. (MACRI, 2015j, p. 41)

Para melhorar a qualidade da saúde, quatro candidatos se aproximam em torno de alguns projetos específicos, que permeiam a necessidade de informatizar a interligar os sistemas de saúde, a promoção de políticas públicas de saúde para crianças e idosos, e defesa de parcerias público-privadas para garantir a efetivação

rápida do direito ao atendimento médico. Sebastián Piñera sintetiza o seu projeto para a saúde da seguinte forma:

> Nós vamos informatizar o sistema de saúde, e quando precisares de uma consulta com um especialista, ela deve ser marcada no prazo de 30 dias. Se não conseguires nesse prazo pelo sistema público, podes escolher um médico privado e o Estado paga para ti. Assim, nós vamos acabar com as filas de espera. E, se tu fores idoso, o teu transporte para a consulta vai ser 100% gratuito (PIÑERA, 2019 c)

O candidato brasileiro tem o projeto de modernizar o serviço de atendimento à saúde através do Prontuário Eletrônico Nacional Interligado. Ele tem a função de ser "o pilar de uma saúde na base informatizada e perto de casa. Os postos, ambulatórios e hospitais devem ser informatizados com todos os dados do atendimento." (BOLSONARO, 2018l, p. 3). Para trazer mais agilidade no atendimento médico, o candidato propõe a realização de um cadastro universal de médicos, habilitando-os a fazerem atendimentos pelo Sistema Único de Saúde a preços praticados pelo mercado. Ele explica que:

> O credenciamento dos médicos serve para garantir que as nossas crianças e idosos tenham consulta quando precisam. Hoje um dos grandes problemas de saúde é que, para todo tipo de tratamento, as pessoas precisam entrar na justiça. Assim, nós vamos resolver o problema da população sem que precise entrar na justiça (BOLSONARO, 2018l a5).

Adotando caminho similar, a política de saúde de Mauricio Macri está assentada na necessidade de informatizar o sistema de saúde, fortalecendo mecanismos para acesso à saúde integral. No debate presidencial, o candidato defendeu que "a questão da saúde na Argentina exige uma ação multifatorial e organizada de vários setores. Para estabilizar a demanda, o governo tem que considerar a realização de parcerias público-privadas" (MACRI, 2015d).

O candidato uruguaio objetiva a proteção da saúde, em especial da população idosa e das crianças e adolescentes, a partir da informatização da informação e da ação conjunta entre organismos públicos e privados. O projeto dele está calcado na ideia de

> Melhorar o sistema de informação em saúde, mediante a incorporação intensiva de tecnologia da informação. (...) Vamos criar uma ficha com as informações de atendimento do paciente em clínicas públicas e privadas. Isso é possível de fazer, mantendo-se a privacidade e confidencialidade dos dados pessoais do usuário. Assim, se o paciente precisar da rede pública, ele não precisa voltar ao estágio inicial de atendimento (PARTIDO NACIONAL, 2019, p. 48)

No discurso do candidato uruguaio, ele não delimita o papel da iniciativa privada na promoção da saúde. Na proposta apresentada, ele considera incorporar o

atendimento realizado por médicos particulares, mas não está prevista a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada. Neste sentido, ele diferencia-se dos outros candidatos, cujo projeto de saúde estabelece que - diante da ineficiência do Estado em garantir o atendimento - a iniciativa privada coloca-se como a solução imediata.

A construção dos discursos, na matéria de saúde, é marcada pelos antagonismos aos modelos de gestão pelo desperdício de recursos e, no caso brasileiro, ao Programa Mais Médicos. Os candidatos colocam-se em relações de equivalências no entendimento de que é preciso informatizar o sistema de saúde e estabelecer vínculos com a iniciativa privada para melhorar a qualidade dos atendimentos. Neste sentido, o projeto por eles defendido não retira a responsabilidade do Estado em gerir as demandas da população por atendimentos de qualidade, mas as divide com outros segmentos da iniciativa privada.

5.2.9. Política Externa: por uma atuação livre de ideologismos

O tema da política externa foi bastante debatido no período eleitoral, em especial pelo papel que a Venezuela desempenhou na construção discursiva dos candidatos. Compreendendo que a ausência de alternância de poder no país e a influência militar indicavam a ausência de democracia no país, os quatro discursos construíram neste país a materialização de um inimigo externo, que servia de modelo aos governos progressistas.

No debate presidencial, Lacalle Pou afirmou que o desejo de setores da Frente Ampla em se manter no poder silenciou a necessária crítica à violação dos direitos humanos que ocorre na Venezuela

> (...) há gente muito sacana no governo da Frente Ampla, e que têm grandes negócios em ficar no poder. Lamentavelmente, e, de alguma forma, isso nos amordaçou, em criticar a ditadura venezuelana. E isso não é uma questão semântica. Não é uma questão semântica. É uma questão de direitos humanos. É uma questão de morte, de tortura. E nós temos que sair dessa mancha triste que nos deixa mal com o mundo. (LACALLE POU, 2019a)

Em seu programa de governo, o candidato explica que o silenciamento também implicou no silenciamento do papel que o Uruguai deveria desempenhar na defesa dos direitos humanos no âmbito internacional

> Lamentavelmente, a política equivocada de “afinidades ideológicas” impulsionado pelos governos da Frente Ampla significou um retrocesso em relação a esse esforço, principalmente porque implicou na ruptura com uma política externa defensora dos Direitos Humanos, dos princípios democráticos e do Estado de Direito. Nos últimos anos, essa situação se viu particularmente

> agravada pela posição assumida perante a crise da Venezuela. Esse giro fez com que a nossa política exterior não só tenha recebido críticas internas, como também colocou em questão a credibilidade do país. (LACALLE POU, 2019a)

O candidato brasileiro construiu em torno da experiência venezuelana e bolivariana um verdadeiro inimigo a ser combatido, apontando a existência de uma aliança entre as lideranças de esquerda para se perpetuar no poder na América Latina.

> O que nós não queremos no Brasil? Nós não queremos que o Brasil se transforme em uma Venezuela. Não podemos esquecer que quem fez campanha para Chávez e Maduro no passado foi o Lula. Ele defendeu aquele regime. Certa vez ele falou: na Venezuela pode faltar tudo, menos democracia. É exatamente o contrário. Lá não tem democracia e falta tudo. Então, ele que vá pra lá. Nós não queremos colocar o Brasil na situação em que está a Venezuela. O pessoal acreditou na palavra do Chavez, do Maduro, dizendo que a esquerda ia dar o paraíso para eles. Não deram o paraíso. Deram fome, miséria, violência e desgraça. E, deram o fim da família. A desestruturação das famílias na Venezuela. (BOLSONARO, 2018a6)

O candidato chileno também se soma ao diagnóstico de que a suspensão das garantias democráticas deve ser combatida na América Latina, e que os governos progressistas se furtam ao papel de denunciar os regimes amigos. Diz ele que:

> Eu acredito que o governo de Maduro é uma ditadura. Não respeitam as liberdades, não respeitam os outros poderes de Estado, não respeitam o Estado de Direito. Neste quadro, não respeitam os direitos humanos. Quando se viola os direitos humanos de qualquer pessoa, porém especialmente se a pessoa é chilena, eu acredito que nosso país tem que levantar sua voz com muita força para defender as liberdades, a democracia e os direitos humanos. Até agora, essa defesa não foi suficientemente forte. Eu aprecio que nossa Presidenta tenha firmado o acordo do Mercosul, mas não podemos permitir um governo que foi eleito democraticamente, mas que se transformou em uma ditadura. A democracia, os Direitos Humanos não reconhecem seus meios e é por isso que chamo o governo do Chile e outros governos democráticos para usar todos os instrumentos legais da Carta Interamericana da OEA para recuperar a liberdade, a democracia e o respeito aos direitos humanos. Quando defendemos os direitos humanos na Venezuela, e também em Cuba, estamos cumprindo com nosso dever democrático. (PIÑERA, 2017j)

O combate ao governo venezuelano também é uma proposta do governo de Mauricio Macri, que defendeu denunciar o país no âmbito do Mercosul, sob o argumento de que é requisito que os países que participam do bloco sejam democráticos. No debate presidencial, ele ratificou sua proposta e cobrou o mesmo posicionamento de Daniel Scioli, seu oponente no segundo turno:

> Democracia é um compromisso de vida, da luta em prol da efetividade dos direitos. Eu quero saber, porque eu me comprometi, caso fosse eleito, em função da existência de presos políticos e da interferência militar, que faria uma solicitação para a retirada da Venezuela. Quero saber se você vai fazer o mesmo? (MACRI, 2015d)

Os quatro candidatos se situam, dentro do contexto político internacional, como opositores dos governos venezuelanos. Eles rompem com um processo regional de validação do governo de Nicolás Maduro, denunciando falhas nas mudanças constitucionais e nos processos eleitorais que perpetuaram o mesmo governo no poder, além de denunciarem a interferência do exército na condução política do país. Para eles, a política externa deve privilegiar os interesses comerciais dos países e não deve ser guiada por preferências ideológicas.

Lacalle Pou defende que “a política exterior deve ser objeto de consensos multipartidários centrados na defesa do interesse nacional, no lugar de funcionar como uma política de partido” (PARTIDO NACIONAL, 2019, p. 29). Bolsonaro também promete “romper com a política externa de favorecer os amigos. O nosso interesse é o Brasil” (BOLSONARO, 2018v). Em posicionamento similar, Mauricio Macri defende que “é preciso fortalecer as relações da Argentina com o mundo, gerar confiança na nossa economia. Isso se faz com estabilidade, com competência e imparcialidade” (MACRI, 2015c). A política externa do candidato chileno, está focada em “(...)estabelecer novas alianças, com o Peru, com a Argentina. Abrir rotas no Pacífico. Não podemos nos perder, temos que ter uma política externa voltada para o crescimento do Chile” (PIÑERA, 2017f).

Os quatro candidatos colocam-se em relações de equivalências em torno da questão da política externa na medida em que eles defendem uma mudança de atuação na região, que deixaria de ser orientada por afinidades ideológicas com outros governos de esquerda alinhados ao ideal progressista. Eles defendem uma atuação que considere, primordialmente, os interesses comerciais dos países que eles representam, vinculando o crescimento econômico com o alinhamento de novos acordos bilaterais.

5.2.10. Meio Ambiente

A análise dos quatro discursos demonstrou pautas e questões envolvendo o meio ambiente também foram objeto de discussão e constituíram o discurso dos quatro candidatos analisados. É importante destacar que, de forma comparativa, foram feitas quatro vezes mais classificações neste nó no discurso uruguaio do que nos discursos brasileiro, argentino e chileno.

Para além das recorrências, existem outras particularidades na construção

discursiva, que coloca os candidatos inclusive em condições de antagonismo. A plataforma eleitoral de Lacalle Pou, Piñera e Macri foi construída reconhecendo-se a necessidade de proteger o meio ambiente, inclusive com o desenvolvimento de políticas para preservação ambiental e tratamento de esgoto. O candidato brasileiro, por outro lado, acredita que a legislação ambiental brasileira é excessiva e serve de obstáculo ao desenvolvimento econômico nacional.

Dessa forma, a fim de aprofundar a análise, subdividiu-se o nó em dois subtópicos. No primeiro caso, apresenta-se a construção discursiva feita pelos candidatos uruguaio, chileno e argentino sobre o tema; no segundo, debruça-se sobre as propostas do candidato brasileiro.

Protegendo nosso meio ambiente: ações positivas para a tutela ambiental

A plataforma eleitoral dos candidatos argentino, uruguaio e chileno é construída a partir do reconhecimento de que é necessário avanços na tutela do meio ambiente. Para Lacalle Pou

> No Uruguai de hoje, o Estado não é capaz de coordenar suas próprias políticas de proteção do ambiente (por exemplo, as políticas de saneamento e tratamento de resíduos urbanos). Tampouco existem práticas eficazes em temas tão cotidianos, como o controle da emissão gases e barulhos irritantes por parte do parque automotor. Existe um sistemático descumprimento da norma ambiental e territorial. Essa ausência de regras claras gera enfrentamentos desnecessários entre instituições e pessoas, insegurança pessoal e empresarial e uma deterioração acelerada do meio ambiente com a perda de recursos naturais valiosos. (PARTIDO NACIONAL, 2019, p. 97)

As questões envolvendo o meio ambiente também compõem o plano de governo de Sebastián Piñera:

> Para além do cuidado da natureza, é indispensável preocupar-se e tomar medidas em relação aos problemas atuais de contaminação que degradam diretamente a saúde e a qualidade de vida de uma grande parte dos chilenos. Mais de 10 milhões de compatriotas estão expostos à contaminação de material particulado fino[23], especialmente na zona do centro-sul do país, o que contribui para a morte prematura de pelo menos quatro mil chilenos ao ano. Muitas comunidades sofrem de graves problemas de contaminação do ar, água e solo, e suportam passivos ambientais que requerem solução urgente (PIÑERA, 2017a, p. 180)

O candidato argentino também tem uma plataforma eleitoral voltada ao

[23] Segundo o INPE, material particulado fino são partículas de material sólido ou líquido suspenso no ar, na forma de poeira, aerossol, fumaça, entre outras, que podem permanecer no ar e percorrer longas distâncias. Para mais informações, acesse: https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/sisam/v2/poluentes-saude/#:~:text=Material%20particulado%20fino%20(PM2.5,2%2C5%20micra%2Dmetro.

desenvolvimento de políticas para melhoria do meio ambiente, em especial para melhorias no saneamento básico. Ele explicou em um ato de campanha que:

> Eu quero dizer que vamos cuidar de ti. Vamos cuidar para que tenhas um meio ambiente seguro, com regras para preservação das áreas ambientais. Vamos cuidar para que tenhas saneamento básico, para que vivas em um lugar seguro de desastres ambientais. Vamos cuidar da qualidade do ar que tu respiras, da qualidade da água que tu bebes. Vamos! É agora! Vamos juntos! (MACRI, 2015m)

A análise dos discursos aponta que as propostas para a preservação estão vinculadas aos contextos locais e às demandas da população por melhores condições ambientais. Contudo, os candidatos compartilham do reconhecimento acerca da necessidade de regulamentos e investimentos em infraestrutura para o saneamento básico, tornando esse um eixo programático de seu plano de governo.

Precisamos avançar: a legislação como um obstáculo do crescimento

Em oposição ao defendido pelos outros três candidatos, Jair Bolsonaro acredita que a legislação ambiental, no Brasil, funciona como um entrave ao seu crescimento e sobrecarrega o setor produtivo, em especial a agricultura e a mineração.

> A agricultura está levando o país nas costas. E olha os problemas que esse pessoal tá tendo, além do MST[24]. As multagens *(sic)* é um absurdo as multagens *(sic)* que estão fazendo com os agricultores, em especial do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul. Também no Pará estão fazendo a mesma coisa. A coisa é no Brasil todo, mas nesses estados com muito mais ênfase. Com muito mais força. Querem matar o homem do campo. Nós pensamos inclusive em fundir o Ministério da Agricultura com o Meio Ambiente. Vai acabar a brincadeira. Vai acabar a brincadeira. E quem vai indicar? Vai ser os homens do campo quem vai indicar. (BOLSONARO, 2018 a7)

Para o candidato, a existência de áreas de preservação, em especial áreas indígenas, é um equívoco que deve ser consertado, porque não atenderia nem aos interesses dos povos tradicionais. Em um discurso de campanha, Bolsonaro declarou que: “O que o nosso índio irmão quer? Ele não quer ser latifundiário. Ele quer sua terra, para que nela ele possa produzir. Inclusive garimpar, se assim entender. Mais ainda, se quiser vender um pedaço dela, que a venda” (BOLSONARO, 2018a8). O discurso do candidato se justifica porque um dos eixos de sua campanha está centrado na extração do nióbio e no grafeno. Ele explicou aos seus seguidores que se trata de minerais muito valorizados no mercado internacional:

> No Brasil, nós temos muito grafite. Com um detalhe, esse grafite é riquíssimo em grafeno. Vamos lá. No mercado internacional, 1 quilo de grafite é um dólar. Só que nesse um quilo de grafite, nós temos 150 gramas de grafeno.

[24] Movimento dos Sem Terra (MST) é um movimento social brasileiro que defende a reforma agrária.

> E essas 150 gramas passam a custar a bagatela de 15 mil dólares. E por que o interesse comercial, em especial da China, dos Estado Unidos, Japão e Coreia do Sul nessa questão? O grafeno é um material de altíssima resistência, alta maleabilidade e condutor de energia. (BOLSONARO, 2018 a9)

Apesar de o Brasil ser rico em reservas minerais, o candidato defendeu que a legislação ambiental funciona como um entrave ao desenvolvimento e deve ser revista, especialmente em relação à proibição de extrair minérios em terras indígenas:

> O que o índio quer? Ele quer explorar suas riquezas. Porque não dá para ficar totalmente intocáveis, né. A terra tem que ser explorada, em comum acordo com vocês. Pode ser de forma manual, como ouro ou diamante. Ou através de mineradoras. (...) No que depender de mim, nós queremos vocês emancipados. Um índio norte-americano vive, em grande parte, de royalties de cassino. Vocês podem viver de royalties não só dos minérios, como também da exploração da biodiversidade, bem royalties de possíveis hidroelétricas que poderiam ser construídas nas terras de vocês. Então, vocês são tão brasileiros quanto nós e têm todo o direito de explorar a terra de vocês. (BOLSONARO, 2018 a10).

A construção discursiva de Bolsonaro tem por finalidade opor a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico, advogando para o fato de que a legislação opera para constranger a produtividade e o crescimento. Nesse sentido, diferentemente do que defendiam os outros três candidatos, o Brasil deve seguir o caminho oposto à regulamentação ambiental, permitindo, por exemplo, a mineração em espaços protegidos e a revisão das áreas de proteção.

***

Conforme foi explorado no capítulo 02, depois do período da redemocratização foram implementadas uma série de reformas políticas e sociais nos países latino-americanos com objetivo de abrir a economia para o mundo globalizado. Elas estavam baseadas na ideia de desregulamentar, privatizar e diminuir o papel do Estado na economia. O projeto foi reformulado sob a égide dos governos progressistas, que desenvolveram políticas de maior intervenção estatal na economia, ampliação do papel do Estado e desenvolveram políticas de reformulação de renda.

O discurso dos quatro candidatos dialoga com os princípios defendidos pelos neoliberais na década de 1990, opondo-se ao modelo de gestão que vigorou nos anos anteriores aos das eleições analisadas. Eles buscam tornar o mercado nacional mais competitivo por meio da redução da carga tributária e melhores investimentos em infraestrutura, prometem reduzir a estrutura estatal por meio de uma política de austeridade de gastos e, no caso brasileiro, privatizações. Um dos objetivos centrais é o equilíbrio das contas públicas, buscando tornar o país seguro para investimento.

O desenvolvimento econômico é transversal à diversas políticas: eles acreditam que tal objetivo será atingido se forem adotadas reformas nas relações de trabalho, melhorias na educação voltadas à formação qualificada da mão de obra, investimentos em infraestrutura para escoamento mais ágil e barato da produção, garantia da segurança para que o país possa trabalhar seguro. Na política externa, as relações devem ser guiadas para tornar viável firmar acordos comerciais entre os países, facilitando a exportação de produtos nacionais.

Dos governos progressistas, eles recepcionam a importância de determinados programas sociais voltados à distribuição de renda para as famílias mais carentes. Há um esforço para convencer de que esses programas serão mantidos e que o Estado não abandonará quem mais precisa dele. A defesa do papel do Estado na redução de desigualdades extremas é uma novidade no discurso da direita na região, e pode significar que houve reflexão crítica sobre os impactos das reformas implementadas na década de 1990 para o aumento da pobreza e a agudização das desigualdades sociais. É, também, difícil imaginar uma vitória eleitoral sem o apoio dos beneficiários destes programas eleitorais, o que também pode ter contribuído para a defesa da manutenção destes projetos.

A análise do projeto social demonstra também um aceno aos princípios conservadores. Os quatro candidatos propõem que a família seja o centro dos programas sociais, em detrimento do entendimento centrado no indivíduo consolidado nos governos anteriores. Embora a defesa seja menos enfática no caso uruguaio e argentino, inclusive com o reconhecimento das diferentes formas de composição familiar, é interessante o esforço discursivo de centrar o sistema de solidariedade social e de cuidado na família. Os estudos sobre neoconservadorismo e liberalismo apontam para o fato da transferência progressiva da responsabilidade do Estado para as famílias, o que parece estar implícito no projeto defendido por eles. No caso dos candidatos brasileiro e chileno, a defesa de princípios conservadores é mais explícita, principalmente nas críticas que eles fazem sobre a educação sexual nas escolas.

O aceno aos princípios conservadores, mais tímidos ou mais explícitos em cada um dos discursos analisados, reforça o entendimento de que a direita voltou a pautar o discurso político. No capítulo 03, demonstrou-se que, durante o período progressista, a hegemonia da esquerda forçou mudanças programáticas nos partidos de direita, que abdicaram da defesa de alguns princípios e projetos. As novas propostas apresentadas indicam que este constrangimento não existe mais, e que o

contexto discursivo não considera mais inaceitável a defesa de alguns princípios conservadores.

No próximo capítulo, a análise se voltará aos princípios defendidos pelos candidatos, no papel que eles atribuem à religião na política e, principalmente, na forma como eles constroem seu povo pautando o cuidado com as suas necessidades e a união em torno de um projeto que contemple a todos.

Capítulo 06 – Discursos em Disputa: A construção da mudança no Brasil, Argentina, Uruguai e Chile

As eleições caracterizam-se por ser, na democracia liberal, o momento em que diferentes projetos políticos disputam o sentido do povo e a vontade da maioria. Elas presumem a formação de relações antagônicas entre dois ou mais discursos que se contestam e se negam, bem como a formação de solidariedades entre diferentes posições de sujeito que visam constituir uma maioria hegemônica.

Considerando os complexos procedimentos de atribuição de sentido que são característicos do processo eleitoral, no capítulo anterior debruçou-se sobre o processo de significação estabelecido em torno dos nós críticas ao governo, economia, educação, inclusão social, infraestrutura, meio ambiente, modelo de estado, política externa, saúde, segurança e trabalho. Eles demonstraram que o projeto de nação defendido pelos quatro discursos analisados está centrado na defesa do liberalismo econômico, reativando sentidos discursivos que permearam as reformas institucionais que tiveram lugar na região ao longo da década de 1990.

Neste capítulo, serão analisados os sentidos discursivos articulados em torno de cinco nós: valores, justiça, democracia, religião e povo. Eles vêm a demonstrar os princípios que norteiam a atuação política dos quatro discursos analisados, bem como os processos de articulação política que construíram a hegemonia do campo discursivo. Nesse sentido, o capítulo subdivide-se em cinco subcapítulos: no primeiro, persegue-se os sentidos que demonstram quais são os valores e princípios defendidos por cada um dos discursos. No segundo e terceiro subcapítulo, respectivamente, busca-se compreender o papel que eles atribuem à justiça e como entendem a democracia. Por fim, analisa-se o papel que a religião desempenha no projeto político defendido por eles, seguido pela análise dos sentidos que constituíram o nó povo.

A última parte do capítulo está voltada ao conhecimento das estratégias utilizadas por cada um dos discursos para a construção da hegemonia. Verifica-se que eles mobilizam demandas populares insatisfeitas que estão dispersas no campo da discursividade através da mobilização dos afetos vinculados à ideia de abandono e cuidado, criando relações de equivalências fortes o suficiente para disputar a hegemonia do campo discursivo.

6.1. As razões da mudança: ética na política

Os candidatos constroem seus princípios de atuação buscando mostrarem-se como sujeitos éticos, que veem a política como uma forma de transformação social. No plano de governo, Jair Bolsonaro compromete-se a condução do governo de forma isenta, privilegiando a liberdade e os interesses dos cidadãos:

> Propomos um governo decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal. Um governo sem toma lá-dá-cá, sem acordos espúrios. Um governo formado por pessoas que tenham compromisso com o Brasil e com os brasileiros. Que atenda aos anseios dos cidadãos e trabalhe pelo que realmente faz a diferença na vida de todos. Um governo que defenda e resgate o bem mais precioso de qualquer cidadão: a Liberdade. Um governo que devolva o país aos seus verdadeiros donos: os brasileiros. (BOLSONARO, 2018p)

O candidato apresenta-se como um político honesto, que acumula anos de experiência sem nunca ser autor de atos de corrupção. O seu projeto político está calcado na defesa dos interesses dos brasileiros, diferenciando-se dos demais concorrentes por não ser guiado por alianças políticas e pelo desejo de seguir no poder. No debate, ao ser questionado sobre o tempo em que exerceu o cargo de Deputado Federal, Bolsonaro respondeu que:

> Primeiro agradeço a Deus pela oportunidade e ao sistema Band. Daciolo[25], eu tenho na verdade 46 anos de serviço público: 16 de exército brasileiro, com muita honra. A nossa missão aqui é mais do que dar esperança para o povo, é dar certeza de que faremos um governo realmente diferente. Nunca integrei o Executivo, e poder fazer um governo para todos os brasileiros. Alguém que tá em casa, por acaso, sabe o nome do Ministro da Educação? Sabe o nome do Ministro da Saúde? Da Ciência e Tecnologia? Não. Sabe por quê? São pessoas insignificantes que são colocadas lá para trabalhar para o partido político. É igual o candidato aqui [Bolsonaro aponta para o púlpito ocupado por Geraldo Alkmin[26]] que fez coligação com N partidos. Caso ele chegue lá, sabe o que aconteceria? Ele apenas ocuparia a cadeira que hoje é do Temer. O resto dos ministérios estariam todos, todos, loteados. Ia continuar fazendo a mesma coisa que fizeram ao longo de 30 anos. O único que pode romper essa barreira, o establishment, o sistema é Jair Bolsonaro. Porque nós temos moral e honestidade para cumprirmos essa missão. (BOLSONARO, 2018p)

No discurso do presidenciável brasileiro, ele compromete-se com o povo e afirma ser mais do que uma esperança. Ele se coloca como o único político capaz de representar os desejos e vontades dos cidadãos e que poderá trabalhar em prol destes, porque não é guiado por orientações e compromissos dos partidos que buscam somente se manter no poder. Destaca-se que ele se opõe à classe política, que, segundo ele, está no poder há mais de trinta anos e somente age em prol de seu

[25] Cabo Daciolo era candidato à presidência pelo Partido Patriota. Ele participou do debate e questionou Jair Bolsonaro sobre sua vida pública e como ele pretende governar, caso eleito.
[26] Geraldo Alckmin era candidato à presidência pelo Partido Social-Democrata Brasileiro.

próprio interesse, movendo-se através de acordos espúrios. Apesar de ocupar cargo eletivo, ele afirma nunca ter participado de qualquer esquema ou ter favorecimento pessoal de sua posição: a moral e a honestidade diferenciam Bolsonaro dos demais candidatos, de forma que ele se coloca como o único caminho para salvar o Brasil de sua própria elite política.

O candidato Sebastián Piñera, embora já tenha acumulado experiência como presidente chileno entre os anos de 2010 à 2014, também se apresenta aos chilenos como a única alternativa para satisfazer suas demandas não atendidas.

> Eu tenho experiência política e vocês já me conhecem. Eu tenho o conhecimento para recuperar a unidade e a confiança, para voltar a gerar o progresso social e econômico, de forma que o Chile, até o final do governo, duplique sua capacidade de crescer, de melhorar salários e reduzir a pobreza. Eu posso e quero fortalecer a nossa classe média, entregando as ferramentas para ampliar sua liberdade e melhorar sua qualidade de vida. Vocês sabem que em mim vocês podem confiar, porque eu sei do que vocês precisam e como garantir isso. O meu interesse é o interesse do povo chileno, os meus princípios são os seus e sua família. (PIÑERA, 2017l)

Diferente do discurso do candidato brasileiro, que visa se afastar da classe política, Piñera usa sua trajetória política para legitimar sua capacidade de governar o país. A experiência acumulada por quatro anos de governo, em oposição ao seu concorrente que somente ocupou cargos legislativos, o capacitam para conduzir o Chile nos caminhos do progresso social e econômico. Através de seu discurso, o candidato chileno visa aproximar-se dos seus eleitores: com eles, ele compartilha dos mesmos princípios e sabe quais são suas necessidades. Ele também se coloca como um sujeito confiável, porque tem o conhecimento e as qualidades para conduzir o país.

O vínculo com os cidadãos e o conhecimento das demandas do povo também são princípios que guiam o candidato uruguaio. Ele compromete-se a se manter sempre humilde, e estar consciente de que ele serve de exemplo de honestidade e integridade para todos os uruguaios:

> Quando eu paro aqui e converso com vocês, eu não quero que meus pés fiquem longe do chão. O político que não mantém seus pés sobre a terra, que se deixa dominar pela soberba e pelos aduladores, deixa de sentir com a sensibilidade. Então, quando eu paro aqui [o candidato aponta para um degrau, ligeiramente mais alto que os ouvintes], eu quero dizer amigos, que eu quero ser responsável, que eu quero me deixar à disposição. Porque se estou um pouco mais alto que vocês, eu tenho que merecer todos os dias. Eu tenho que ganhar todos os dias. Quem está na ponta da fila tem que ser melhor, tem que trabalhar mais, tem que pensar mais, tem que querer mais e tem que sentir mais. (LACALLE POU, 2019e)

A democracia, a política e a fidelidade partidária também são princípios que devem ser guardados pelo candidato uruguaio, que promete ser prudente e paciente

no cumprimento de suas obrigações como presidente:

> Eu acredito na política. Reivindico o instrumento da política. Eu dignifico a política. Eu acredito que é a melhor ferramenta que a humanidade dispõe para as mudanças positivas. E por isso eu cuido dela. E por isso sou prudente. E por isso que sou paciente. E por isso falo quando tenho que falar, e por isso calo quando acho que tenho que calar. Porque eu pertenço a um partido de 183 anos, quase. De pessoas muito importantes ao longo da história. E a vida me deu a possibilidade de estar na frente da fila, agora pela segunda vez. E eu digo sempre: quanto mais acima se está na vida, quanto mais se avança na política, mais se tem obrigações. E se tem menos direito. Querer dar um passo adiante, sempre nos obriga a dar mais. Ser melhor é uma responsabilidade. (LACALLE POU, 2019f)

No discurso do presidenciável uruguaio, está latente a percepção de que o poder pode seduzir e afastar o representante dos interesses dos representados. Essa afirmação dialoga com as críticas que o candidato faz à gestão da Frente Ampla, que, na visão dele, tornou-se técnica e afastada dos uruguaios. Para evitar isso, é preciso que ele se mantenha sempre vigilante aos seus princípios e preocupado em atender as necessidades dos cidadãos, agindo com humildade e responsabilidade. Dentre os candidatos analisados, ele é o único que faz referência orgulhosa à história de seu partido político. Para ele, a democracia é a melhor forma de resolução dos conflitos e, por isso, deve ser cuidada e dignificada. Este discurso diferencia-se, neste sentido, do discurso dos candidatos chileno e, especialmente, do brasileiro, porque está em destaque a preocupação em legitimar as instituições da democracia representativa, tida como uma evolução da sociedade e um bem a ser preservado.

Aproximando-se do discurso do candidato uruguaio, a defesa da democracia é também um princípio do presidenciável argentino, que tem como princípios a defesa da democracia, da república, da Constituição e do Estado de direito.

> Cremos na democracia e na república e no estado de direito como um valor supremo. Acreditamos na igualdade perante a lei e que a lei é um meio para nos proteger dos abusos e dos poderosos. Nós acreditamos nos direitos humanos e na liberdade de expressão. Defendemos o direito de pensar diferente sem sofrer agressão e sem ameaça. Nós buscamos o progresso e o desenvolvimento. Cremos que o Estado deve se esforçar para igualar oportunidades. Acreditamos no estrito cumprimento da Constituição Nacional, que fixam as regras de convivência na Argentina. (MACRI, 2015p)

O candidato tem como princípio acolher a história argentina tal como ela é, mas sem guardar ressentimentos ou querer impor sua visão sobre ela. No seu plano de governo, ele afirma que:

> Conheço a história da nossa pátria. Sei de suas contradições, suas luzes e suas sombras. Não temos ressentimentos, e nem depositamos esforços para reescrevê-la a nosso gosto e saber. Nós admitimos a pluralidade de interpretações e valoramos conviver com elas. (MACRI, 2015j, p. 17)

A concepção de democracia para Mauricio Macri pressupõe a observância das regras formais calcadas na igualdade e liberdade, a fim de evitar que o Estado, voltado aos interesses dos poderosos, atente contra os cidadãos. Na sua construção discursiva, está implícita a crítica aos governos kirchneristas, que, segundo ele, não sabiam conviver com críticas, impunham sua visão de mundo e perseguiam quem não concordava com ela. Denunciando que houve uma violação à liberdade de pensamento e de expressão, o candidato compromete-se com a garantia dos direitos humanos e com a convivência pacífica entre aqueles que tem opiniões divergentes. O objetivo de seu governo é o progresso e o desenvolvimento, que somente é atingido quando há um pacto entre as diferentes interpretações de defesa da democracia e da estabilidade das instituições.

Os quatro discursos estão preocupados em suprir o hiato entre a condição de representante e os interesses dos representados. Na defesa dos princípios que orientam a atuação de cada um deles, consta a crítica de que os governos progressistas não souberam atender as necessidades do povo de forma efetiva. Verificou-se também que todos eles defendem a democracia, embora o entendimento do que ela signifique varie em cada caso analisado. Para o candidato argentino, a garantia da liberdade de expressão e de pensamento é um princípio basilar desta forma de governo. Lacalle Pou acredita que o cargo de Presidente da República deve ser exercido com responsabilidade, apoio partidário e proximidade com os cidadãos. Sebastián Piñera entende que a política deve existir para atender aos interesses dos chilenos, expressos no desejo de crescimento econômico e progresso social. Jair Bolsonaro, por outro lado, se coloca como a única alternativa para restabelecer a confiança do brasileiro no presidencialismo, porque ele – diferente de todos os outros candidatos – era quem realmente poderia conduzir o país nos trilhos do desenvolvimento com honestidade e guiado pelos princípios republicanos. Ele busca se afastar da elite política nacional, colocando-se como um candidato efetivamente diferente e preocupado em atender as necessidades do povo sem ter de se envolver em acordos políticos.

Os traços de repulsa aos partidos e políticos que estão no poder é característico do discurso do candidato brasileiro e não encontra equivalente nos outros três casos analisados. Ele dialoga com a decepção que muitos brasileiros acumularam em relação à classe política para construir um modelo de representação sem intermediações: constrói-se a ideia de que corporifica as necessidades dos brasileiros

e resgata a confiança na política como meio de transformação social.

6.2. Justiça: independência e eficiência

A defesa de um Poder Judiciário imparcial e independente, que possa fazer as investigações e responsabilizar quem comete ilícitos, está no cerne do discurso dos quatro candidatos analisados. Eles reforçam o papel que a justiça desempenha na preservação do interesse público e na responsabilização dos agentes do Estado por corrupção.

No debate presidencial, Mauricio Macri defendeu a independência do terceiro poder, inclusive para investigar eventuais desvios que ocorreram durante o governo de Cristina Kirchner:

> Justiça independente, que termine com a impunidade, porque atualmente isso é algo que enoja muito a população e gera uma desconfiança da população com o serviço público. E o serviço público também não sente prazer em fazer o trabalho. Isso é uma via de mão dupla. Uma polícia judiciária para investigar casos de corrupção, que não condene só o passado, como também eventuais casos no futuro, para que tenhamos mais controle da nossa gestão. (MACRI, 2015c)

O sistema de justiça, na Argentina, é bastante controvertido. O artigo 110 da Constituição[27] determina que os juízes da Corte Suprema e dos Tribunais Inferiores da Nação conservarão seus empregos enquanto perdurar sua boa conduta. Eventuais denúncias de desvios são apuradas pelo Conselho da Magistratura, através da Comissão de Acusação (Comisión de Acusación), que é um órgão composto pela maioria dos legisladores pertencentes à Câmara dos Deputados[28]. Por conta da interferência política, o candidato argentino acredita que os juízes não podem julgar com isenção os partidos que estão no poder. Ele afirma que: “Nós precisamos garantir aos nossos juízes a segurança necessária para que eles posam conduzir, dentro da legalidade, as investigações por corrupção e punir as autoridades do Estado” (MACRI, 2015c). Ele teme que eventuais crimes cometidos durante o governo kirchnerista sigam impunes, porque os juízes não se sentem seguros em seus empregos pela interferência da classe política no Conselho da Magistratura. Disso decorre que o

[27] Diz o artigo 110 da Constituição Argentina: “Artículo 110.- Los jueces de la Corte Suprema y de los tribunales inferiores de la Nación conservarán sus empleos mientras dure su buena conducta, y recibirán por sus servicios una compensación que determinará la ley, y que no podrá ser disminuida en manera alguna, mientras permaneciesen en sus funciones.” (ARGENTINA, 1994)

[28] O artigo 15 da Lei 29.347/97 determina que: “ARTICULO 15.—Comisión de Acusación. Es de su competencia proponer al plenario del Consejo la acusación de magistrados a los efectos de su remoción. Estará conformada por mayoría de legisladores pertenecientes a la Cámara de Diputados.” (ARGENTINA, 1997)

fortalecimento do Poder Judiciário, para Macri, perpassa a condenação dos representantes progressistas, com a aplicação da punição correspondente.

No que tange ao combate à corrupção, o candidato brasileiro também defende que as investigações sejam feitas de forma a garantir a responsabilidade de políticos envolvidos. Ele defende a atuação do Juiz Sérgio Moro, responsável pela condução do processo que tornou inelegível e preso o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

> Nós defendemos um judiciário que esteja preocupado em punir todos os políticos que roubaram os brasileiros. A polícia foi exemplar, trabalhou muito duro na Operação Lava Jato. O juiz Sérgio Moro foi excepcional, julgou e condenou essa quadrilha que se instalou no Palácio do Planalto. Nós defendemos e queremos mais Sérgios Moros no Poder Judiciário brasileiro, para aplicar a lei e penalizar essa corja, essa quadrilha, que está no Congresso Nacional. (BOLSONARO, 2018f)

Na construção discursiva dos candidatos brasileiro e argentino, o fortalecimento do Poder Judiciário é necessário para apurar e julgar as denúncias de corrupção que recaíram sobre os governos do ciclo progressista. Nesse sentido, os candidatos colocam-se em relações de equivalências na defesa da independência deste Poder, para que ele possa desempenhar suas funções com isenção e imparcialidade. É importante destacar que, na perspectiva deles, é certo que os governos progressistas são responsáveis por atos de corrupção. Ao garantir a independência dos poderes, eles estão garantindo que eles sejam punidos.

Os concorrentes chileno e uruguaio também defendem o fortalecimento desse poder, mas por razões diferentes. Eles acreditam que a atuação isenta dos juízes é fundamental para o efetivo combate à criminalidade.

> Nós temos que valorizar o Poder Judiciário e a atuação dos nossos juízes. Eles enfrentam o crime organizado todos os dias, penalizam aqueles que atentam contra o povo uruguaio. No nosso governo, se os cidadãos nos derem a graça de ser seu Presidente, esses profissionais serão convidados a agirem em comunhão com a polícia. Para que os ajudem a investigar, para que nos diga como perseguir melhor a delinquência e trazer mais segurança aos uruguaios. Nós acreditamos que os juízes são aliados importantes na cultura de paz que queremos construir. (LACALLE, 2019c)

A atuação integrada entre a polícia e o Poder Judiciário, para melhorar o combate à criminalidade, também é sentido presente no discurso do candidato chileno:

> Primeiro, modernizar a nossa polícia, que está defasada; segundo, coordenar melhor a polícia, os promotores e os juízes para que eles não fiquem se jogando a culpa de um para outro. O combate ao narcotráfico é feito em equipe e, se um falha, falham todos. É por isso que nós vamos modernizar a polícia e instituir a cooperação obrigatória entre polícia, Ministério Público e juízes para combater o narcotráfico, a delinquência e o terrorismo. (PIÑERA, 2017f)

O candidato segue explicando que “um judiciário forte e independente é condição para melhorar a segurança pública. O narcotráfico quer influenciar em todos os âmbitos, e nós temos que garantir que ele não atinja nossa polícia e o nosso Poder Judiciário” (PIÑERA, 2017f). No discurso do candidato, ele fala sobre a importância de deixar o poder imune à influência dos criminosos.

A análise dos sentidos discursivos demonstra que os quatro discursos convergem na defesa da autonomia e imparcialidade do Poder Judiciário. As razões para tanto, porém, estão vinculadas a variáveis internas: no caso brasileiro e argentino, a autonomia deve ser garantida para o julgamento de autoridades políticas com isenção (o que implica, no entendimento deles, na consequente condenação das autoridades por corrupção) ao passo que, no caso uruguaio e chileno, o Poder Judiciário deve atuar para conter o avanço da criminalidade.

6.3. Democracia: sentidos em disputa

Ao longo do período eleitoral, a própria natureza e qualidade do regime democrático foi objeto de questionamentos. Em relação ao tema, os candidatos tomaram posições distintas e, em alguns momentos, antagônicas. O objetivo do tópico é entender como eles compreendem o significante, e como eles se situam em relação a ele.

O entendimento dos concorrentes uruguaio, chileno e argentino está calcado na ideia de que democracia significa pluralismo e verdades múltiplas. Macri propõe: “Eu quero unir a Argentina em torno de uma democracia mais sã. Onde ninguém que pense diferente se sinta perseguido. Onde nós tenhamos um estado presente, transparente, que preste contas e que resolva os temas concretos.” (MACRI, 2015q). A pluralidade de pensamento, para ele, é o ponto central do regime:

> Eu aprendi neste tempo algo importante: não existe uma pessoa que tenha todas as respostas e todas as soluções. E que não existem soluções milagrosas para os nossos problemas. Sei que é tentador pensar que existe uma pessoa infalível que tudo pode e que tudo vai resolver, mas essa pessoa não existe. Eu tenho a confiança que montei a melhor equipe dos últimos cinquenta anos, convocando os melhores deste país para poder crescer, criar oportunidades para o progresso e que todos possamos viver melhor. Nós sabemos que não sabemos de tudo, que somos donos de uma verdade, e que dialogaremos para construir outra Argentina. (MACRI, 2015c)

A democracia defendida por Macri está pautada no diálogo, no respeito à divisão dos poderes e na autonomia da mídia.

> Nós somos pessoas que temos o direito de pensar que podemos viver melhor,

> de conduzir o país de outra forma, dialogando, escutando, respeitando a independência dos poderes, não atropelando os poderes, a justiça, nem os meios de comunicação. Acreditamos em um país que nessas condições vai crescer. (MACRI, 2015c)

A pluralidade de pensamento também é uma característica da democracia Uruguaia, conforme defende Lacalle Pou:

> O Uruguai é um grande país, governado por diversos partidos. O dia 27 passou uma mensagem importante: começou uma alternância, uma alternativa para formar a maioria: 53 deputados, 27 senadores. Os uruguaios são sábios, não elegeram um partido político. Eles querem pluralidade, muitas verdades, consenso, diálogo. Não querem mais a verdade, única. (LACALLE POU, 2019a)

A democracia, na visão do candidato, não está baseada em uma verdade única, mas nas alternativas construídas a partir do diálogo. Ele defende um país pacificado, no qual há liberdade de pensamento e alternância no poder:

> Sabe o que está surgindo? Um país de consenso, de muitas verdades, de diálogo, um país plural. Um país que podes opinar o que queres, a respeito de qualquer coisa, sem que me apontem na via pública, me xinguem, ou deixem-me de cumprimentar. Esse é o país que vamos construir. É o país da tolerância. O que disse o Uruguai no dia 27 de outubro? Ele disse que quer uma mudança. Ele quer uma alternância. (LACALLE POU, 2019g)

Na construção discursiva do candidato, a Frente Ampla representa o isolamento de quem não dialoga e que, por isso, está na contramão dos interesses dos uruguaios. Está implícito que os governos progressistas privilegiam uma única visão de mundo, e que, por isso, não estão plenamente conectados com os valores democráticos. O Partido Nacional, que formou uma coalizão com diversos outros partidos uruguaios no segundo turno, representa a visão do futuro.

> Estou convencido de que o Uruguai está em um ponto de inflexão. Estou convencido de que estamos diante de uma cruz de caminhos. Claramente, o tempo em que vivemos não é de um partido. É de muitos partidos. Neste domingo, dia 27, o Uruguai toma uma decisão vital, importantíssima. Vai estar de um lado a Frente Ampla, que é o isolamento. De outro lado, se abre uma imensa oportunidade (LACALLE POU, 2019h)

No discurso do candidato uruguaio e do candidato argentino, o diálogo é visto como uma alternativa de soluções futuras tomadas coletivamente e pautadas no consenso entre tradições que não compartilham da mesma visão de mundo. Eles defendem o direito de os diferentes existirem e se manifestarem na democracia, advogando por mecanismos políticos que permitam a tomada de decisões de forma pluralista.

Estes princípios também ecoam no discurso do candidato chileno, que também centra a democracia no centro da construção coletiva.

> O Chile é casa de muita gente. Vivem aqui grandes empresários, comerciantes, médicos, assistentes sociais, advogados, estudantes. Todos eles experimentam o país no seu dia a dia e, tenho certeza, sabem o que é preciso para mudar sua realidade. A nossa democracia tem que ser de todos eles. Todos têm que participar e sentir que o governo se importa com o que eles têm a dizer. Nós acreditamos no diálogo, no respeito, e na fraternidade entre os chilenos para construir o nosso governo. (PIÑERA, 2017h)

Sebastián Piñera defende que a democracia pressupõe “a liberdade de falar o que se pensa, de progredir nos negócios, de preservar a imprensa e tratar com urbanidade os nossos adversários” (PIÑERA, 2017l). Nesse sentido, pode-se dizer que os três candidatos se colocam em relações de equivalências na defesa das instituições da democracia representativa, a liberdade de imprensa e de expressão. Implícita na sua visão, está a crença de que as eleições ocorrem de forma isenta, de que a Justiça não age para favorecer um candidato em detrimento de outro.

O candidato brasileiro, por outro lado, defende o oposto. Ele não confia nas instituições brasileiras e na isenção do pleito presidencial. A lisura do processo eleitoral, para Jair Bolsonaro, está comprometida porque o Brasil adota urnas eletrônicas como meio de apuração de votos. Em 16 de junho de 2015, a Câmara dos Deputados aprovou, por 433 votos a favor e 7 votos contra, o projeto de Emenda Constitucional proposta pelo presidenciável que determinava que fossem emitidos recibos após cada voto, a fim de que fosse possível fazer auditoria dos pleitos (SENRA, 2015). A emenda constitucional acabou cassada pelo Supremo Tribunal Federal e nunca entrou em vigor (STF, 2020). A ausência de comprovação dos votos, acrescido ao fato de que o Brasil é o único a utilizar um sistema informatizado, são motivos apontados pelo candidato para que se duvide dos resultados eleitorais. Sobre as eleições de 2018, ele afirmou que:

> Qualquer um que ganhar, vai estar sob suspeita as eleições com certeza. Qualquer um que ganhar, o outro lado vai arguir a suspensão. Por que nenhum país do mundo adota esse modelo? Só o Brasil? Por que a Coréia do Sul não adota? O Japão, os Estados Unidos? Olha, 2014 Dilma Rousseff teve em Quito. Uma das decisões junto à UNASUL, que é o nome fantasia do Foro de São Paulo: criação de uma unidade técnico-eleitoral latino-americana. O PT descobriu que a chave do sucesso é a urna eletrônica. (BOLSONARO, 2018a11)

Para Bolsonaro, a defesa de urnas eletrônicas é um projeto arquitetado pela esquerda para se manter no poder através de fraudes. Ele acredita que ela funciona como um instrumento para a manipulação dos votos, e de favorecimento daqueles que já estão no poder. Ele diz que sua vitória eleitoral é certa, e que eventual resultado contrário serve de prova da interferência de *hackers* no sistema da justiça eleitoral.

Ao contrário do que afirma Bolsonaro, o candidato argentino Mauricio Macri defende que o sistema informatizado é indispensável para evitar a recontagem dos votos na Argentina e trazer maior confiança ao processo eleitoral:

> Precisamos melhorar a nossa confiança e, assim, melhorar nossa qualidade democrática. Então, primeiro proponho que tenhamos um sistema eleitoral mais independente, que organize um sistema mais autônomo com tecnologia, com urna eletrônica, para não ter mais eleições indefinidas. Para que tenhamos certeza definitiva de quem elegemos, para que não existam recontagens indefinidas de votos (MACRI, 2015a)

Os dois candidatos colocam-se, portanto, em relações antagônicas no que se refere à informatização do sistema eleitoral: enquanto Bolsonaro acredita que se abre espaço para fraudes, Macri afirma que a urna eletrônica funciona como uma garantia de que a pessoa mais votada foi a eleita e retiraria qualquer dúvida em relação ao processo eleitoral.

As críticas à utilização da urna no processo eleitoral estão vinculadas à oposição que o candidato brasileiro faz à Justiça Eleitoral. Ele se diz perseguido pelas instituições, pela mídia e pelos institutos de pesquisa, que estão convencidos a defender a candidatura petista.

> Saiu pesquisa agora. Diz que estou com 55% e Haddad com 45 [das intenções de votos] [Bolsonaro gargalha]. Isso aí eles fazem para legitimar a fraude da urna. Olha, o Haddad crescer 20% nas últimas semanas... me desculpe, mas não tem como. Nos atos dele, não tem ninguém. E olha, a Justiça eleitoral tem que fazer alguma coisa para conter essas pesquisas, porque é um verdadeiro absurdo. Dizer que é uma pesquisa séria, isso não tem o menor cabimento. A fraude nas urnas e nas pesquisas ocorre porque a justiça eleitoral não faz bem o seu dever, não pode garantir que as eleições são justas. (BOLSONARO, 2018 a12)

Para Bolsonaro, as eleições são conduzidas com parcialidade. A Justiça eleitoral não recebe críticas somente pela organização das eleições e do uso de urnas eletrônicas, como também por não conter as notícias falsas que o candidato petista, Fernando Haddad, propaga para prejudicar a campanha de Bolsonaro.

> O PT é a maior máquina de fake news, é uma quadrilha que se instalou em Brasília e não quer sair de lá. Eles têm inventado toda a sorte de absurdos para atacar Jair Bolsonaro, com a anuência da grande mídia e da justiça, que são cúmplices do projeto deles de poder. Não se deixem enganar. Eles mentem, porque tem medo de perder a eleição. (BOLSONARO, 2018a12)

Não somente o PT, como também a mídia, são acusados de propagar mentiras falsas sobre Bolsonaro. Em meio à campanha, o jornal Folha de São Paulo, um dos principais veículos de notícias impresso no Brasil, divulgou uma matéria acusando o candidato brasileiro analisado de ter contratado empresas e robôs para impulsionar mensagens nas redes sociais em prol de sua candidatura. Ele defendeu-se dizendo

que não tem relação alguma com os fatos descritos na reportagem:

> Na matéria, eu não sou acusado minimamente de ter contratado ou estar comandando empresas ou robôs para fazer uma campanha contra quem quer que seja. E o próprio candidato do outro lado, ao me chamar de criminoso, ele responderá um processo. Nós não precisamos mentir para mostrar de verdade quem é Haddad e quem foi o PT ao longo de 13 anos. (...) Nós não teríamos dinheiro para contratar nenhuma empresa para divulgar fake News. Se, porventura, alguém tiver fazendo isso, empresário, alguém com recurso, eu peço para não fazê-lo porque tá previsto em lei que esse tipo de propaganda não é admissível. Nós não precisamos disso. Só de falar a verdade sobre o que foi o PT nos últimos 13 anos é suficiente para sair vitorioso de uma campanha. (BOLSONARO, 2018a13)

Ao longo de todo o período eleitoral, Bolsonaro acusa o PT e outros partidos de esquerda de persegui-lo, propagando mentiras falsas a seu respeito. Ele acusa seus oponentes de não terem compromisso com a verdade, manipulando informações para colocar o povo contra ele.

> Eu sou um candidato que não tem partido grande, tempo de tv, dinheiro. Mesmo assim, eles têm medo de mim. Precisam inventar mentiras a meu respeito. Tão dizendo que vou acabar com o Bolsa Família, com o décimo terceiro. Vocês sabem que não vou fazer nada disso. Eles inventaram até que não ia ter refeitório nas escolas porque a aula ia ser pelo computador. Eu nunca falei um absurdo desses. Mas vocês já sabem né, o PT e a linha auxiliar deles só sabe mentir. (BOLSONARO, 2018a12)

Os ataques e perseguição à candidatura de Bolsonaro estão relacionados ao fato de que ele se coloca como o único político apto a destruir a influência de uma elite política que se instalou no poder desde o governo do General Figueiredo, findo em 1985.

> Militar da reserva do exército brasileiro. Esposo da Michelle. Pai do Eduardo, do Flávio, do Carlos, do Renan e da Princesa Laura. Ele é o candidato à presidência do Brasil. E o motivo que faz Bolsonaro concorrer à presidência é algo sério que merece a atenção de todos nós. A eleição de 2018 não é apenas uma eleição presidencial. A eleição de 2018 é a nossa última chance de recuperar o Brasil, que foi tomada do brasileiro desde que Figueiredo deixou a presidência em 1985. De lá pra cá, o mesmo sistema corrupto se mantém no poder com várias faces e disfarces, mas com o mesmo propósito. Sarney, Collor, Fernando Henrique Cardoso, Lula, Dilma e Temer, todos eles pertencem ao mesmo grupo ideológico criminoso que sucateou nossa educação, nossa cultura, nossos valores, nossas empresas e sua dignidade. E mais, saiba que não existe jornalismo no Brasil. Existem apenas grupos lobistas que usam suas concessões federais para manter os mesmos esquemas de poder através de páginas de jornais e aparições nas emissoras de televisão. (BOLSONARO, 2018a12)

No trecho acima, restam evidenciados elementos que são característicos do discurso de Bolsonaro: a) ele é um político outsider, que não se confunde com a elite política tradicional, marcada pela corrupção e ineficiência; b) o papel que ele desempenha nas eleições é livrar o Brasil da influência desta elite, colocando-se como única alternativa; c) os valores da sociedade brasileira estão destruídos, cabendo a

Bolsonaro restituir-lhes e, por fim, d) a imprensa é parcial e não é digna de confiança. Está implícito, também, que o Brasil era conduzido por mãos corretas e honestas até 1985, quando estava sob a égide do governo militar que, segundo o candidato, não era ditatorial. Para ele, o PT, que é um partido comunista, é que oferece real risco à democracia.

> O PT foi um partido que foi fundado em 1980 para difundir o comunismo no Brasil. O criminoso que está preso em Curitiba era um líder de sindicato que decidiu entrar para a política. Vocês imaginam, eles diziam que o partido surgiu no final da ditadura. Em que ditadura no mundo se pode criar partido político? Ditadura é de partido único, e isso nunca aconteceu no Brasil. (BOLSONARO, 2018a13)

Diferente dos outros candidatos, cujo discurso sobre a democracia está baseado no diálogo e na defesa das instituições, Bolsonaro coloca-se como um candidato de ruptura, descomprometido com os valores consolidados ao longo da democracia brasileira. Ele mobiliza seus eleitores contra a elite política, tida como corrupta, e ataca as instituições brasileiras, em especial a justiça eleitoral. Além disso, ele afirma que é perseguido pela mídia, que é comprometida com a defesa da elite política e do PT. Estes sentidos discursivos são um particularismo da experiência brasileira, em um contexto marcado pelos fortes antagonismos e polarizações.

6.4. Em nome de Deus: a Religião e o discurso político

Na América Latina, não é raro que manifestações religiosas ocorram no período eleitoral. Ainda que não se tenha registrado uma agenda de propostas específicas relacionadas a este tema, os quatro discursos se utilizam de símbolos religiosos durante o período analisado.

O candidato argentino pediu, em algumas oportunidades, que Deus lhe desse condições para ser presidente e conduzir o povo no melhor caminho: “Que Deus abençoe a união do povo argentino, a nossa campanha e nos conduza à vitória” (MACRI, 2015c). Ele também agradeceu à Deus pela oportunidade de disputar o segundo turno, contra o candidato oficialista Daniel Scioli:

> Eu quero agradecer à Deus por esta vitória e pela oportunidade de disputar o segundo turno. Nós queremos uma Argentina fraterna, unida, que faça crescer e compartilhe o pão. O nosso muito obrigado a todos que votaram no Partido Radical e nos dão a chance de mostrar melhor as nossas propostas, o que nós podemos ser, e a Argentina que queremos construir. (MACRI, 2015c)

O candidato uruguaio é comparado aos outros, o que menos faz menção à Deus ou à religião nos seus discursos. Assim como o candidato argentino, ele pede

que Deus o conduza para melhores caminhos: “Querido povo uruguaio, eu peço a Deus que me dê energia, sabedoria, para chegar ao fim desta campanha sabendo que fiz o melhor que pude por esta nação, por vocês” (LACALLE POU, 2019a).

Em relação aos dois discursos analisados, a construção discursiva em torno da religião e de Deus não tem o condão de estabelecer uma agenda política que se reflita em políticas públicas. Eles diferenciam-se, neste sentido, dos sentidos discursivos que constituem os discursos dos candidatos chileno e brasileiro.

Durante sua campanha eleitoral, Sebastián Piñera identificou-se como um homem católico e crente em Deus. Ele também acenou para os eleitores evangélicos, colocando-se em relações de equivalências em torno deles na defesa da vida, do casamento e da família.

> Meus amigos do mundo evangélico, quero expressar uma vez mais minha profunda valoração, apreço e gratidão pelo trabalho que vocês fazem. E por muitas razões. Primeiro porque tenho visto com a fé e a convicção com que vocês pregam a palavra de Deus e o evangelho. E também pela força de vontade com que vocês defendem os valores da vida, do casamento e das famílias. Também porque, nas minhas andanças pelo Chile, onde há dor, sofrimento, aí está o mundo evangélico. Os padres, as freiras, os pastores. Onde estão os enfermos, onde estão os presos, onde estão os mais pobres, onde estão os drogaditos, aportando uma luz de esperança para a vida dos chilenos e das chilenas. Por isso eu me comprometo que, no nosso governo, vamos defender os valores da vida, da família e do matrimônio. E também vamos avançar para que a liberdade religiosa e de culto se dê em todas as esferas da vida humana. Amigos evangélicos, quero lhes dizer obrigado, porque vocês fizeram um grande trabalho por este país ao melhorar a qualidade não só do corpo, mas da alma de nosso país. Obrigado, muito obrigado. (PIÑERA, 2017m)

O candidato, embora tenha se dirigido na maior parte do vídeo aos evangélicos, também falou em nome dos padres e freiras, exaltando o trabalho que eles fazem no combate à pobreza e à vulnerabilidade. Como proposta, o candidato compromete-se com a proteção dos valores defendidos pelos cristãos e com a liberdade religiosa.

Os evangélicos desempenham também um papel importante na campanha do candidato brasileiro. Bolsonaro buscou estabelecer relações de equivalências com as religiões cristãs, colocando-se como o verdadeiro defensor de seus princípios.

> Eu sou católico, mas sou casado com a Michele, que é da igreja batista. Eu aprendi muito com os irmãos evangélicos, que fazem um trabalho muito bonito. A minha esposa trabalha com a comunidade surda, trabalha com a inclusão das pessoas que mais precisam. Eu aprecio muito o papel da igreja dela, e de muitas outras, para melhorar o Brasil. Eu sou comprometido com os valores que eles defendem, honestidade, humildade, a importância da família. Eu acho que o trabalho deles, para o Brasil, é fundamental. (BOLSONARO, 2018a11)

Na campanha brasileira, o PT é visto como inimigo da fé cristã, taxado de

zombar das crenças e princípios defendidos. Em um vídeo, Bolsonaro acusa Haddad de colocar no lixo uma bíblia (BOLSONARO, 2018). O gesto é simbólico do que a gestão representa:

> Haddad ganhou uma bíblia e a colocou no lixo. É isso que eles fazem com os nossos valores, nossos princípios. Colocam no lixo. Durante o governo do PT, a nossa família esteve sob ameaça. Eles quiseram ensinar nossos filhos a serem gays. Defendem a pedofilia. O fim da família. Nós precisamos apoiar quem tem Deus no coração, e que vai colocar o Brasil no lugar de novo. (BOLSONARO, 2018 a12)

Neste contexto, a construção em nome de Bolsonaro equipara-se a de um enviado divino que deve trabalhar em prol de Deus. O papel dele é unificar a sociedade brasileira, extirpando do poder os defensores de uma ideologia perversa e um grupo demoníaco:

> O Brasil é o centro de uma ideologia perversa de um grupo demoníaco e a candidatura de Bolsonaro à Presidência do Brasil é uma ameaça como eles nunca viram na história. Por isso, Bolsonaro é alvo de deboches, de calúnias, de mentiras, de ofensas e cusparadas. Bolsonaro não tem dinheiro, mas Bolsonaro tem resiliência. A cada xingamento dado, aumenta o número de pessoas que o recepciona nos aeroportos. A cada vez que o chamam de xenofóbico, mais nordestinos lhe apoiam. A cada vez que o chamam de machista, mais mulheres o apoiam. A cada vez que o chamam de homofóbico, mais gays o apoiam. A cada vez que o chamam de racista, mais negros o apoiam. Porque quem diz a verdade, tem Deus como advogado. Chegou a hora de romper com essa hegemonia maligna. Chegou a hora de eleger Jair Bolsonaro presidente. Afinal, o Brasil está acima de tudo, e Deus acima de todos. (BOLSONARO, 2018a12)

A imagem de que Bolsonaro seria um enviado de Deus para salvar os brasileiros foi reforçada depois que o candidato foi atingido por uma facada no abdômen:

> Nós vivemos um momento em que o que está em jogo é o futuro dos 200 e poucos milhões de brasileiros. Tem um pouquinho lá fora também. Então, eu dou graças a Deus por ter chegado aonde cheguei. E como eu tenho dito, peguei aquele versículo bíblico: Conheceis a verdade, e a verdade o libertará. O que está em jogo no momento é o futuro de todos vocês aí. Até o futuro de você que apoia o PT. (...) Em 2016, teve o impeachment. Eu pensei comigo em casa. Vou ser candidato. Mas eu não vou ter apoio da imprensa quase. Preciso de um partido político, mas só vou conseguir um partido pequeno. Não vou ter tempo de televisão. Se eu crescer um pouco vão tentar me destruir. Vou seguir essa ideia, vou embora. Eu tenho uma missão e tenho Deus do meu lado. (...) Essa é a minha missão, meus amigos. E o que me mantém vivo aqui, é Deus e a família maravilhosa que eu tenho. Eu peço a Deus que, se for a vontade Dele, eu possa ser o Presidente desta Pátria e colocar ela em um lugar seguro. Brasil acima de tudo, Deus acima de todos. (BOLSONARO, 2018a14)

Deus, no discurso de Bolsonaro, ocupa um lugar central. Ele atribui sua candidatura a uma escolha divina e uma missão que não pode ser prematuramente abortada:

> Meus amigos, eu estou aqui porque tenho uma missão. Deus escolheu um militar para dar essa nobre missão, que é derrotar o PT e colocar o Brasil no rumo certo. A força de Deus é tão grande que supera tudo, o ódio dos nossos oponentes, a falta de apoio da mídia, a tentativa de tirar minha vida. É com essa fé que vamos chegar à Presidência da República. (BOLSONARO, 2018m)

A retórica estabelecida no contexto eleitoral brasileiro está centrada na polarização política, na qual Bolsonaro representa um enviado de Deus para salvar o país da influência demoníaca do PT. A construção discursiva está marcada pelo forte antagonismo, que atribui ao adversário político de Bolsonaro os piores princípios e uma ameaça que deve ser destruída. Em nenhum outro caso analisado, a religião desempenha um papel tão preponderante. Trata-se de um particularismo brasileiro, que evidencia o caráter disruptivo do pleito analisado.

6.5. Mobilizando sentimentos: abandono e cuidado no discurso da direita

As pesquisas que se debruçam sobre as candidaturas de extrema direita no mundo têm apontado que, não raro, elas são apoiadas por segmentos sociais que seriam, na verdade, prejudicadas caso o projeto eleitoral por eles defendido fosse implementado (PANIZZA, STAVRAKAKIS, 2021). Essas conclusões têm sedimentado, cada vez mais, que as preferências partidárias não são exclusivamente motivadas por escolhas racionais. O apoio político é disputado não só pelo caráter objetivo das propostas, mas também pelos sentimentos que despertam naqueles que são tocados pela performance dos proponentes. A análise dos quatro discursos aponta que eles identificam descontentamentos dispersos no campo discursivo e os articulam em torno da defesa de um projeto unificado de nação, propondo que os cidadãos abram mão de suas diferenças em prol da unificação nacional e da superação coletiva de todos os problemas.

Por certo, a pesquisa aqui proposta não tem como determinar o que sentiram aqueles que elegeram os quatro candidatos analisados, tampouco os motivos conscientes e inconscientes que os levaram a fazer tais escolhas. Nos próximos subtópicos, serão analisados os sentidos discursivos que buscam tocar e mobilizar os cidadãos na defesa de um projeto alternativo de sociedade. Nesse sentido, considerando os processos de significação, o subtópico visa demonstrar como os candidatos mobilizaram os sentimentos de insatisfação e abandono, seguido do desejo de cuidar e de unificar os cidadãos em torno de um projeto comum.

6.5.1. Abandono e desesperança: abismos entre governo e povo

Para além de oporem-se ao projeto político defendido pelos governos progressistas, os quatro discursos analisados constroem argumentos que denunciam que o governo se afastou das necessidades dos cidadãos, fazendo com que eles se sentissem desesperançosos, abandonados e solitários em suas angústias e necessidades. Em um discurso de campanha, o candidato uruguaio denunciou que a gestão da Frente Ampla abandonou certos cidadãos e deixou de atender suas demandas imediatas.

> Há muitos uruguaios que se sentem sozinhos. Há muitos uruguaios que necessitam do amparo do governo. O Presidente da República é como o pai de uma grande família que necessita com carinho, com afeto, com firmeza, com decisão, demonstrar que o uruguaio não está sozinho. Porque depois de 16 anos de crescimento ininterrupto, há muitos lugares no Uruguai que a bonança passou ao largo. Aqueles que se dizem tocados pela transformação social se transformaram nos reis do materialismo, e já perderam a dimensão humana do governo. Não me venha falar de número, me fale de gente. Falem-me de Rio Branco, da fronteira. Falem-me do campo. Vamos aonde o país se move. (LACALLE POU, 2019i)

O candidato denuncia que os candidatos da Frente Ampla, absortos e ocupados em se manterem no poder, perderam a conexão com os uruguaios e se afastaram da função primeira de seus cargos, que é representar os interesses do povo.

> O poder não outorga mais privilégios, o poder outorga mais responsabilidade. O poder exige sacrifícios. O poder exige estar na mente, no coração, na alegria, na esperança, na tristeza de cada um dos uruguaios. Eu sinto que os uruguaios sentem falta de um governo que esteja do seu lado quando o cidadão se levanta antes que amanheça para trabalhar, e sinta uma voz do Presidente da República que diga que está a seu lado, que diga: te apoio, te necessito, te quero bem, te respeito, te valorizo e vou te ajudar. Isso é o que faz falta. (LACALLE, 2019i)

O discurso de Lacalle Pou propõe que o presidente da República assuma uma conexão direta com os uruguaios, compreendendo o que eles pensam e sentem. O governo deve assumir, neste discurso, o papel de consolar os momentos difíceis e de motivar as conquistas. Ele denuncia que esta conexão foi perdida pela Frente Ampla, que deixou de trabalhar pelos interesses do país. Enquanto os uruguaios seguem buscando o desenvolvimento, acordando cedo para trabalhar, eles não têm ao seu lado um governo que se importa e que os valorize.

O sentimento de abandono também marca o discurso do candidato argentino, que busca opor-se ao governo de Cristina Kirchner. Ele compreende que a gestão progressista é bélica e autoritária, tão perdida em seus propósitos que se afastou

daqueles que deveria representar:

> Para conhecer uma pessoa, é tão importante analisar o que ela faz quanto o que ela não está disposta a fazer. Por isso, vou te contar o que não vou fazer. Não vou buscar lutas e nem inimigos sem sentido. Não vou falar, falar, e não escutar. Não vou querer me perpetuar no poder. Não vou perseguir quem pensa diferente. Não vou mentir com o IDEC, com a inflação e nem com nada. Não vou mudar as coisas que fizeram bem. E o mais importante é que não vou te deixar só e a nenhum dos argentinos, porque a única maneira de fazer o país que queremos, é estarmos todos juntos. (MACRI, 2015r)

O governo kirchnerista, na visão de Macri, perdeu o espírito democrático no desejo de se manter no poder. Ele acusa a gestão de não promover o diálogo, criar inimigos, perseguir dissidentes, manipular dados sobre o desempenho econômico do país, mudar políticas que satisfaziam as necessidades dos argentinos. Como consequência da atitude democrática, o povo acabou abandonado e dividido, cabendo ao presidenciável retomar a democracia com o diálogo e união.

O candidato brasileiro também atribui ao desempenho dos governos petistas o descrédito e desesperança que a população deposita na política. Em entrevista concedida a um canal de comunicação, o candidato fez um apelo para a população comparecer às urnas no primeiro turno eleitoral:

> Eu sei que você está muito decepcionado com a política. Eu sei que a corrupção desanima, a falta de emprego e de oportunidade. Eu sei que a educação era para ser melhor. A gente perde a vontade quando olha tudo que foi o governo do PT nesses últimos anos. Mas eu peço que vocês votem, não se omitam. Nós estamos no mesmo barco. Eu acredito em Deus, acredito em você. (BOLSONARO, 2018a15)

O abismo entre a construção política e a realidade da população em geral, em especial quem vive em situação de pobreza, também foi criticada pelo candidato chileno. Ele dialoga com a decepção da população em não ter atendidas suas necessidades elementares.

> A vida para nós não tem sido fácil. Alguns de nós não tivemos nem uma infância feliz. A vida me ensinou a fazer sacrifícios. Penso que vocês, assim como eu, esperavam mais de um governo que tinha em mãos a maioria dos parlamentares e muitos recursos. Eles podiam, mas não fizeram. (PIÑERA, 2017n)

A construção discursiva dos candidatos explora a distância entre as realizações que o povo espera dos governos progressistas e o que eles efetivamente puderam fazer, denunciando que foi um período em que o Estado arrecadou muito. Eles despertam nos cidadãos os sentimentos de solidão e abandono, uma vez que cabe aos indivíduos superarem os constrangimentos estruturais que o governo não pode – ou, na visão defendida por eles, não quis - ajudá-los a enfrentar. Eles estabelecem

uma conexão com os ouvintes porque nominam suas demandas (educação, saúde, melhores salários) e reconhecem os ressentimentos pela negligência do Estado, colocando-se como um aliado na denúncia daquilo que não vai bem.

A estratégia utilizada pelos candidatos visa colocá-los em uma relação de proximidade em relação àquele que os ouve. Mesmo sem conhecer seus ouvintes pessoalmente, os quatro candidatos buscam demonstrar que os compreendem, acolhem suas demandas, são receptivos em relação aos seus sentimentos. O povo é retirado do seu lugar de afastamento e indiferença para colocar-se no centro da política, sendo sua satisfação o objetivo principal de cada governo.

6.5.2. Reduzindo as distâncias: a direita que quer cuidar dos cidadãos

O cuidado com as demandas da população também opera, nos quatro contextos eleitorais analisados, como uma forma de fomento de identificação política. Os candidatos buscam mostrar o quanto eles gostariam de estar próximos do povo, auxiliando nos desafios diários e no seu crescimento. Conforme fica evidenciado no pronunciamento do candidato uruguaio, a Presidência da República funciona como um instrumento para aproximá-lo das pessoas, conhecer suas necessidades e contribuir para que eles vençam suas dificuldades e se desenvolvam. Ele defende que o plano de governo e todas as atividades para as quais suas equipes trabalham tem a finalidade de melhorar a vida dos uruguaios:

> Em um dia como hoje, decidi te contar meu sonho. Porque quero estar perto de ti. Na verdade, quero que todos estejamos perto. Quero estar do lado do trabalhador que sai de madrugada, do esforço e do carinho da professora, da polícia que arrisca a vida todos os dias pelos uruguaios, do menino que está na rua e precisa de uma mão. E também do jovem que concluiu os estudos e espera por uma oportunidade. Do produtor rural que, todos os dias, carrega nos ombros em silêncio a carga do seu trabalho. Quero estar próximo do aposentado que não consegue chegar ao fim do mês. Mas, mais que tudo, quero estar do teu lado. Porque chega uma idade em que deixas de pensar sobre o que poderia ter sido e começa a pensar no que se pode fazer. Me preparei e nos preparamos para tudo. Não deixamos nada fora. Nós nos unimos para ver melhor teu futuro. (LACALLE POU, 2019j)

As pessoas em condição de vulnerabilidade recebem especial atenção na construção discursiva do candidato. Embora ele se dirija a toda a população uruguaia, volta-se a atenção para aqueles que estão em condição de maior vulnerabilidade e, por isso, precisando de mais apoio.

> Quero ser o presidente que esteja ao lado desses milhares de jovens que se levantam sem um sonho. Eu quero sentar do lado deste jovem para dizer que o estudo é uma oportunidade, uma ferramenta. Eu quero ser o presidente que, com toda essa equipe, se pare na frente do aeroporto e diga aos jovens

> que vale a pena ficar. Que não se vão. Que vale a pena ficar no nosso país. Eu me coloco para assumir um compromisso. Eu quero ocupar o cargo. Eu quero ser o presidente que ocupa o cargo. (LACALLE POU, 2019k)

Na construção discursiva de Lacalle Pou consta a denúncia de que os governos da Frente Ampla não deram as devidas oportunidades para a população e que eles invisibilizaram suas lutas e demandas. Ele promete fazer o oposto, cuidando e se conectado com os desejos dos uruguaios.

O candidato argentino também busca aproximar-se do povo a partir do reconhecimento daquilo que lhes é mais importante, comprometendo-se a compartilhar a responsabilidade pelo cuidado de sua família, da saúde e de suas condições de vida:

> Quero ser presidente porque me importo. Me importa que tenhamos um sonho. Que estejamos unidos. Que tu e tua família estejam bem. Eu me importo em trabalhar em um país de pobreza zero. Que todos tenham acesso universal. Eu me importo em ajudá-los sempre a cuidar de seus filhos e seus pais. Eu me importo que não percas o que conseguiste. Eu me importo que uma crise não leve o resultado de todo o teu esforço. Eu me importo que possas pensar diferente. Eu me importo em te acompanhar. Eu me importo em ajudar. Eu me importo em fazer. Eu me importo em solucionar. Eu me importo que juntos possamos pensar em um país diferente. Eu me importo em ser presidente para que, de uma vez por todas, cada um de vocês viva melhor. (MACRI, 2015s)

A construção das propostas do candidato chileno também visa acolher e garantir que as necessidades das pessoas sejam recepcionadas pelo Estado. Ele explica o desejo de representar os interesses e desejos do povo, sub-rogando-se no papel de cuidado e compartilhando com o cidadão a responsabilidade de garantir boas condições de vida para si e sua família:

> A política é um privilégio porque ela permite que nós cuidemos das pessoas, de seus sonhos, de suas ambições. O nosso governo quer cuidar da tua família, dos teus filhos, dos teus pais. Queremos que vocês prosperem junto com o nosso país, sintam orgulho de sua nação e escolham ficar nesse país. Nós queremos cuidar das tuas necessidades, te fazer representado e acolhido. (PIÑERA, 2017d)

A noção de cuidado, para o candidato brasileiro, confunde-se diretamente com as pautas defendidas por ele. Em seus discursos, ele se coloca como guardião da família, defensor da inocência das crianças e tutor da honestidade:

> Nós precisamos cuidar das nossas crianças. Defender elas deste projeto que é encabeçado pelo PT, que institui a pedofilia nas crianças. Nós precisamos defender a família, os valores da sociedade brasileira. Nós estamos em meio a uma crise moral e ética que, tenho fé em Deus, nossa eleição vai eliminar. Nós precisamos de uma pessoa que esteja apta a cuidar da família brasileira, das nossas crianças, do nosso futuro. E essa pessoa é Jair Bolsonaro. (BOLSONARO, 2018a3)

O atentado à faca, que poderia ter posto fim à sua vida, auxiliou o candidato a construir em torno de si a ideia de um enviado divino para salvar a sociedade brasileira das mazelas que a afligem. Em seu canal no *Youtube*, o candidato compartilhou um vídeo com os seguintes dizeres:

> O Capitão Bolsonaro vem aí. O Brasil acordou de vez e agora o bicho vai pegar para cima de quem quis retroceder o progresso do país. Dos Céus, Deus ordenou ao filho: Mito, levanta-te pois eu estou contigo, já dei ordem aos meus arcanjos sobre ti (...) Eu derramo em ti a unção da vitória, a mesma de Davi. (BOLSONARO, 2018a16)

O discurso está construído de forma a colocar sob Bolsonaro a responsabilidade divina de interceder para o povo brasileiro, em oposição àqueles que se colocam como uma ameaça aos valores da nação. O candidato é visto como um enviado divino, que enfrentará batalhas para afastar o mal do país. Seu papel implica em, necessariamente, proteger e cuidar a nação brasileira das más influências, tutelando os mais vulneráveis, as crianças e a família.

A comparação entre os quatro discursos mostra que, ainda que mobilizando diferentes sentidos discursivos, os candidatos colocam-se como defensores dos interesses do povo. Eles assumem o papel de incentivo e cuidado, principalmente em relação às pessoas que atribuem a condição de vulnerabilidade. Ao mesmo tempo que suas falas têm o papel positivo de aproximá-los do povo, elas também permitem a presunção de que eles não serão como as pessoas que gestam o Estado e que não conseguem dar respostas satisfatórias aos interesses do povo. Dessa forma, eles colocam-se como alternativas próximas e viáveis, propiciando novos processos de identificação política.

6.5.3. Vamos juntos: a construção da unidade

A construção do povo, para os quatro candidatos analisados, perpassa pela união. Eles criticam os governos vinculados ao ciclo progressista de estimularem divisões na sociedade, priorizando governar para determinados grupos em detrimento de outros. No discurso de Mauricio Macri, fica evidente a crítica à polarização estimulada pelo governo atual e a proposição por unidade:

> Já faz um tempo que eles querem nos fazer crer que estás ou do lado da verdade, ou do outro. A oposição ou o oficialismo. Kirchneristas ou anti-kirchneristas. Nos dizem que está tudo bem, ou está tudo mal. E assim, com tantos, "ou", nos dividiram. O que acontece se pegarmos o melhor de cada ideia? Superemos as diferenças e construamos a Argentina do “e”. Do campo “e” da indústria. Norte “e” sul. Peronistas “e” radicais. Mantenhamos o que está bem e mudemos o que pode melhorar. A Argentina do “ou” é a que nos separa. A Argentina do “e” é a que nos une. O que nós precisamos para poder

viver melhor é estar unidos (MACRI, 2015t)

A retórica do candidato está construída no fato de que a Argentina é um país plural e pacífico, no qual diferentes culturas podem convergir para o mesmo futuro: “Que paremos e entendamos que temos a sorte de nascer em um país onde não temos diferenças profundas. Não temos problemas religiosos, raciais. Queremos inventar divisões onde, na verdade, não existem” (MACRI, 2015r). Quando no governo, o candidato promete que seu governo será para todos, inclusive para aqueles que não depositaram nele o seu voto, porque ele acredita que, apesar de diferenças partidárias, todos os argentinos desejam a mesma coisa: viver melhor.

> Se no dia 25 votaste em Scioli, quero te dizer algo importante. Se eu for eleito presidente, vais fazer parte da mudança. Vais estar incluído. Eu não vou parar de trabalhar até que tu, teus filhos e tua família estejam melhor. Eu não falo para que votes em mim agora, eu sei que não vais fazer. E eu respeito. Eu falo porque sinto que um presidente deve trabalhar para todos, não só para aqueles que votaram nele. Eu não posso imaginar um país em que não estejamos unidos. Eu quero que tenhas essa tranquilidade. E ainda que estejamos em lados diferentes, todos nós queremos viver melhor. Nós vamos levar o país adiante todos juntos. (MACRI, 2015s)

Na retórica do candidato, está implícito que o sucesso de um governo depende da proximidade que este tem dos cidadãos. Por isso, ele promete nunca deixar só nenhum argentino: “E o mais importante é que não vou te deixar só e a nenhum dos argentinos, porque a única maneira de fazer o país que queremos, é estarmos todos juntos” (MACRI, 2015t)

Em seu primeiro ato de campanha, Luis Lacalle Pou apresentou sua candidatura em um evento organizado pelos jovens do PN. Naquele local, ele anunciou como gostaria de construir sua campanha: buscando, nas diferenças, os pontos de união.

> Porque o Partido Nacional jovem, já faz muito tempo, avançou sobre as fronteiras setoriais. E eu quero dizer aqui, porque vocês vão ver nas redes sociais, na publicidade, que nosso mote, nosso motivo, nossa frase, não é uma frase rupturista. É o que nos une. E é por isso que nós, em toda a campanha, vamos falar daquilo que nos une, e não do que nos divide. Que os outros falem disso, porque nós não temos tempo. (LACALLE POU, 2015l)

O candidato uruguaio propõe uma campanha pautada no respeito e na recepção de ideias diferentes, centrada na união para sustentar o país:

> Insultar, ofender, não é construir. Nós ajudamos a eleger, para também dialogar. Te querem separar. Não deixe isso. Juntemos nossas ideias. O melhor é somar. Querem sacudir as raízes das árvores. Sacudir é duvidar. Preferimos respeitar. Sustentar nosso país. Se és batllista,herrerista, wilsonista, seregnista[29], importa pouco. Governar não é discriminar, é

[29] Trata-se de correntes políticas que compõem os partidos uruguaios.

> construir. Dar trabalho, educar. O Uruguai é uma grande nação, construída por muitas pessoas. É agora. O Partido Nacional elege presidente. (LACALLE POU, 2019m)

A campanha eleitoral do candidato uruguaio alerta à população para não acolher as diferentes denominações a eles impostas pelo governo e candidatos da Frente Ampla, e assumir a postura de defender os interesses da nação com diálogo e construção com outros partidos e pessoas que pensam diferente:

> Nós sabemos que vem tempos que vão querer nos etiquetar de diferentes formas. A nós, queridos companheiros/queridas companheiras, a única etiqueta que nos cabe é de ser nacionalistas. Não temos outra. Um nacionalismo que também nos distingue. É um nacionalismo inclusivo. E isso tem a ver também com o que nos une. E governar com unidade também significa buscar o que nos une fora das fronteiras partidárias. (LACALLE POU, 2019l)

O nacionalismo, para Lacalle Pou, significa a unificação do povo em torno do desenvolvimento uruguaio e está baseado no diálogo com outros partidos. Ele busca romper com a ideia de uma única verdade, defendendo que a melhoria das condições de vida está vinculada à inclusão de ideias divergentes e construção coletiva.

No Chile, a construção de tempos melhores também está vinculada à ideia de união do povo chileno. Piñera explica que:

> O que são os tempos melhores e por que eles vão mudar sua vida e de sua família? Como presidente, aprendi que não conseguimos fazer tudo que queremos e que temos que priorizar o que é mais importante para o povo. E que a amizade e a colaboração entre os chilenos são fundamentais para alcançarmos as nossas metas. (PIÑERA, 2017o)

Ele acusa o governo anterior de fomentar o conflito na sociedade chilena e, opondo um cidadão contra o outro, fragilizá-la. O futuro, para o candidato, pressupõe a unificação social:

> Lamentavelmente, nós vivemos anos de desunião e desacertos, onde fazer política não era buscar um esforço comum, onde se esqueceu a lição mais importante da nossa história: quando estamos divididos, caímos; que, ao invés de darmos as mãos colocamos os punhos contra os outros, o que nos espera são lágrimas e não sorrisos. Lamentavelmente, há alguns que querem continuar por esse caminho. Não estão entendendo que é hora de arrumar o caminho, que errar é mal, mas seguir no erro é ainda pior. (PIÑERA, 2017a, p. 4)

O candidato brasileiro também acusa o PT de causar a desunião da sociedade brasileira. O governo federal, por meio de acordos internacionais, estaria propondo que a região norte se isolasse do resto do Brasil. Os povos indígenas que lá vivem são vistos como catalisadores da desunião, dado que a eles são concedidos direitos e proteções que não se estendem aos demais brasileiros.

> Eles querem nos dividir, como no Acordo de Paris. Querem isolar toda a

> região norte, dizendo que é essencial para o mundo, mas que o Brasil perderá sua autonomia sobre ela. Os índios não querem serem usados como massa de manobra para nos dividir. Eles não querem ser outros países em suas reservas. Eles são tão brasileiros como todos nós! (BOLSONARO, 2018a17)

A desunião do povo brasileiro não é construída, segundo Bolsonaro, só em relação aos indígenas, mas também no fomento de diferenças regionais e agudização de conflitos de classes nas relações de trabalho.

> Há muito o PT vem nos dividindo, pela luta de classes. Nordestinos contra sulistas. Quem tem uma opção por outra. Brancos e negros. Pobres e ricos. Pais e filhos. E agora, também, querem nos dividir, jogando brancos contra índios e índios contra brancos. Vamos unir o nosso Brasil! (...) Nós temos tudo. Ao nos unirmos, formamos uma grande nação. (BOLSONARO, 2018a18)

O candidato propõe a união do povo brasileiro em torno de uma só bandeira, como forma de garantir o crescimento: “Vamos nos unir, num só povo, numa só raça, numa só bandeira. Temos tudo para ser um grande país” (BOLSONARO, 2018).

A construção do povo, nos quatro discursos analisados, perpassa o apagamento de diferenças e a união em prol de um projeto comum. Eles propõem que os cidadãos deixem de privilegiar suas particularidades e busquem, uns com os outros, afinidades para construir um novo país, de caráter plural e aberto. Os quatro candidatos colocam-se como a personificação da alternativa política, que estarão próximo dos cidadãos, são conhecedores de suas necessidades e serão aqueles que irão promover a melhoria de suas condições de vida.

6.6. Aproximações e diferenças nos quatro discursos analisados

O processo de transformação política pressupõe que as estruturas vigentes não estejam desempenhando suas funções de forma satisfatória para boa parcela do povo, ao mesmo tempo que surja um discurso contrário que articule desejos e esperanças na promessa de mudanças. Nesse sentido, os resultados da pesquisa demonstram que os quatro candidatos recepcionaram descontentamentos e se colocam em relações de equivalências em torno de uma pluralidade de sentidos, ao mesmo tempo que também estabeleceram diferenças entre eles.

A oposição antagônica aos governos progressistas, através da denúncia de que os consensos sociais que os sustentavam romperam-se na medida em que eles não mais puderam acomodar conflitos e atender a diferentes interesses, está presente nos quatro discursos. Eles apontam que os governos de esquerda ascenderam ao poder em um período de alta arrecadação tributária, mas que não foram eficientes em

transformar o Estado em um prestador de serviços de qualidade, em garantir estabilidade econômica e melhores condições de emprego. A crítica em torno das políticas desenvolvidas por eles está centrada em três eixos centrais, que versam sobre a má gestão dos recursos públicos, o desenvolvimento de políticas voltadas à promoção de seu próprio interesse e à corrupção.

Na imagem abaixo (Figura 06), estão sintetizados os principais sentidos discursivos que constituíram a visão dos quatro discursos sobre o modelo de gestão implementado pelos governos de esquerda. Eles compartilham do entendimento de que o período foi caracterizado pela ineficiência na implementação de políticas para atender os interesses do povo, o que implicou na perda de recursos e o baixo desenvolvimento das sociedades e economias locais. Além da incapacidade na gestão responsável do dinheiro público, recai sob os governos progressistas acusações de que eles permitiram que seus interesses partidários se sobrepusessem sob o bem comum, gerando distorções e distanciamentos das reais necessidades dos cidadãos. A corrupção, em especial no contexto discursivo argentino e brasileiro, também descredibiliza políticos e gestores. No contexto dos dois países, os governos progressistas são acusados de transformar o uso privado de recursos públicos em uma prática corriqueira. O PT, dentro da operação discursiva de Jair Bolsonaro, atua como uma quadrilha, que alicia, suborna e corrompe toda a classe política.

Figura 06 - Síntese das principais críticas aos governos progressistas. Elaborado pela autora.

Segundo os quatro discursos analisados, a má gestão e a ineficiência dos serviços públicos prestados pelo Estado geraram descontentamentos em áreas que impactam diretamente a qualidade de vida do povo, que encontra dificuldades para garantir a efetividade de seus direitos mais elementares, como, por exemplo, acesso à saúde e educação. Os quatro discursos denunciam que os governos progressistas conduziram a economia para a desaceleração, o que impactou de forma negativa no acesso a melhores condições de trabalho. Por outro lado, eles mantiveram a alta carga tributária sobre o consumo e impuseram uma série de normas sobre as relações de emprego, que acabaram por inibir a geração de novas oportunidades e a melhoria da renda. Embora não esteja expresso no discurso dos candidatos, eles denunciam que os governos progressistas contribuíram para o empobrecimento do povo.

Além do impacto negativo para a economia e o mercado de trabalho, os quatro discursos aproximam-se, também, no entendimento de que há falhas graves na prestação de serviços públicos, em especial na área da saúde e da educação. A demora nos atendimentos médicos e as longas filas de espera são significadas como sinais de descaso em relação às urgências e necessidades do povo. Na educação, a baixa qualidade no ensino, junto de distorções nos investimentos, também são objeto de questionamentos. No caso brasileiro e chileno, soma-se à crítica da qualidade de educação a incorporação de lições sobre educação sexual e reprodutiva para os alunos do ensino fundamental, compreendida como uma inversão de valores e uma interferência indevida nas atribuições dos pais e da família.

A despreocupação do Estado com as necessidades do povo também é denunciada diante do aumento da sensação de insegurança. Os quatro discursos afirmam que, por razões ideológicas, deixa-se de investir em policiamento. Como consequência, os cidadãos têm seus hábitos alterados pelo aumento da criminalidade, sem que haja uma justa contraposição. Impera o sentimento de impunidade, recaindo somente sobre o sujeito a responsabilidade pela defesa de sua propriedade e sua vida.

Os quatro discursos convergem no diagnóstico de que o Estado, sob o domínio progressista, deixou de atender os cidadãos em diversos aspectos de suas vidas. No quadro abaixo (Quadro 02), considerando o material coletado e a construção discursiva analisada neste capítulo e no anterior, busca-se sintetizar os principais sentidos discursivos que indicam a existência de demandas populares insatisfeitas e sua consequente articulação nos quatro discursos analisados.

Os quatro discursos, quando falam sobre a ausência ou a má-qualidade da intervenção do Estado em questões estratégicas da vida dos cidadãos, mobilizam os sentimentos de abandono e desesperança. Eles descrevem a solidão que permeia as angústias e decepções em relação à serviços que deveriam ser prestados com qualidade, mas não são. O hiato entre o que é esperado do Estado e aquilo que ele realmente é capaz de oferecer é um elemento de mobilização e articulação destes novos discursos. Eles prometem preencher esse vazio, e dar à cidadania o lugar de centralidade do qual ela nunca deveria ter sido retirada.

Em um discurso de campanha, Lacalle Pou afirma: “As pessoas já deixam de olhar para a Frente Ampla. Nós sentimos na rua. Agora falta que elas depositem a confiança nos ombros do Partido Nacional” (LACALLE POU, 2019m). O discurso do candidato é importante porque ele demonstra que o esgotamento do governo progressista uruguaio decorre da proliferação de descontentamentos, que estão dispersos no campo discursivo na forma de demandas populares insatisfeitas. O desafio colocado é canalizá-los em torno de seu nome.

Quadro 2 - Demandas populares insatisfeitas em cada nó analisado

	Argentina	**Brasil**	**Chile**	**Uruguai**
Economia	O governo gere a economia com mentiras e manipulando dados. Não há como confiar na economia argentina, e, por isso, há decrescimento.	Corrupção e populismo geraram desequilíbrio econômico. Falta de crescimento pela interferência do Estado	As reformas promovidas pela Nova Maioria são um obstáculo ao crescimento. Crescimento econômico prejudicado pela falta de investimento e aumento da dívida pública.	A influência do Estado onerou o país economicamente, gerando o fechamento de empresas. Investimentos sem sentido não fizeram o país crescer.
Educação	Baixa qualidade no ensino. Desvalorização dos professores. Dificuldade em	Deficiência no ensino formal dos alunos. O currículo das escolas é construído para formar	Deficiências na formação básica. A formação superior não garante vagas de trabalho	Desigualdade na formação de crianças. As escolas em regiões mais pobres são menos

	Argentina	Brasil	Chile	Uruguai
	fechar o ano letivo por greves.	militantes. Educação sexual prematura.	qualificada. Escola interferindo na educação familiar.	valorizadas que as de regiões mais ricas. Governo não investe o suficiente na educação.
Infraestrutura	Necessidade de fazer estradas para interligar o país.	Necessidade de mais investimento para escoar a produção.	Descaso com a rede portuária.	Não deu manutenção das estradas e portos para desenvolvimento do país.
Justiça	Precisa agir de forma imparcial e responsabilizar quem desviou o dinheiro público	Deve ser eficaz para combater a corrupção	Não está sendo eficaz no combate ao narcotráfico.	Não está sendo eficaz no combate ao narcotráfico.
Modelo de Estado	Ineficiente, caro, burocratizado	Ineficiente, tendencioso, burocratizado, caro	Ineficiente, caro e burocratizado	Ineficiente, caro e burocratizado
Política externa	Voltado para apoiar ditaduras na América Latina	Voltado para apoiar ditaduras na América Latina	Voltado para apoiar ditaduras na América Latina	Voltado para apoiar ditaduras na América Latina
Saúde	Demora no atendimento, longas filas	Demora no atendimento, longas filas.	Demora no atendimento, ausência de cobertura para determinados procedimentos	Demora no atendimento, remédios caros
Segurança	Aumento da criminalidade e tráfico de drogas.	Aumento da criminalidade e tráfico de drogas.	Aumento da criminalidade e tráfico de drogas.	Aumento da criminalidade e tráfico de drogas.
Trabalho	Redução dos salários	Redução dos salários	Redução dos salários	Redução dos salários

	Argentina	**Brasil**	**Chile**	**Uruguai**
	Falta de vagas de emprego.	Falta de vagas de emprego	Falta de vagas de emprego	Falta de vagas de emprego

Fonte: Elaborado pela autora.

A indeterminação de como o discurso pode se constituir no campo discursivo é um elemento que deve ser destacado. Não há como saber, de antemão, em torno de qual ponto nodal as demandas se articularão em relações de equivalências, nem quão efetivo será este investimento na construção da hegemonia discursiva. Disso decorre que a ascensão dos candidatos é uma operação não necessária, marcada pela contingência e pela precariedade. Pode-se dizer que, entre aqueles discursos que disputavam a produção de sentidos no campo discursivo, ela foi a que leu as demandas populares insatisfeitas com mais precisão e produziu relações de equivalências mais amplas, mobilizando diferentes identidades.

A construção destas relações se dá, no âmbito dos quatro casos analisados, pelo reconhecimento de que existem segmentos que estão desconsiderados e descontentes com a gestão progressista e pela mobilização delas a partir do acolhimento de suas necessidades. Deposita-se, em torno de um único nome, a confiança de que esse representará os anseios de toda a coletividade articulada. A escolha deste discurso, para Laclau, é explicada pelos afetos que ele é capaz de despertar. Inspirado pela teoria de Freud e Copjec, o teórico pós-estruturalista explica que os sujeitos são caracterizados por uma falta constitutiva, que eles buscam a todo momento sanar. Isso faz com que eles depositem o ideal de completude em objetos parciais, que são substituídos quando não conseguem cumprir com a função de preencher o vazio. Esta operação não está na ordem da razão, e mobiliza as estruturas do inconsciente.

No caso dos discursos analisados, a construção discursiva em torno do nome dos candidatos perpassa à compreensão de que, abandonados e solitários, os cidadãos encontraram neste discurso o reconhecimento de suas demandas insatisfeitas, acrescida de uma promessa de que os desejos e anseios do povo importam. No cerne da construção discursiva, está a ideia de zelo e proteção.

O zelo, nos quatro discursos analisados, perpassa a criação de condições favoráveis para que os cidadãos se desenvolvam, prosperem e realizem seus sonhos.

Os quatro candidatos comprometem-se a desenvolver a economia e gerar empregos, para que as condições de vida dos cidadãos sejam aprimoradas. Eles também se preocupam com a segurança das famílias, para que seus hábitos e convivência sejam restabelecidos para os mesmos padrões que tinham antes do aumento da criminalidade.

A noção de cuidado, no contexto dos quatro discursos, implica no reconhecimento de que existem setores que se sentem marginalizados e necessitam maior consideração. A construção discursiva visa trazer visibilidade para estes, denunciar o que eles sentiram e pensaram nos últimos anos de governo progressista e dar-lhes a sensação de acolhimento. Neste sentido, há de se destacar que os quatro discursos, ao mesmo tempo que criticam as gestões de esquerda, buscam solucionar as demandas que eles não mais podem satisfazer: para as filas do sistema de saúde, busca-se alianças no setor privado; para a questão da segurança pública, requer-se mais policiamento, para os baixos salários, busca-se a desregulamentação das relações trabalhistas. Eles não só querem que o povo se oponha à gestão atual, como também querem que eles se identifiquem com seu programa.

Neste sentido, eles propõem que sejam superadas as divisões na sociedade que foram fomentadas e que proliferaram sentimentos de ódio, raiva e rancor. Eles querem ser o resultado da união da vontade de todos os cidadãos, sem que isso implique na eliminação da diferença.

No discurso do candidato argentino, a pluralidade de ideias é um marco central. Macri promete governar para todos, inclusive para quem tem um ideal de pensamento diferente do dele. Ele acusa os governos kirchneristas de promoverem uma perseguição à liberdade de pensamento, fazendo prevalecer somente a narrativa que lhes contempla. Isso fez com que as vozes de oposição fossem silenciadas e não encontrassem respaldo nas instituições do Estado e na política para canalizar seu descontentamento. Lacalle Pou também acredita na diversidade no diálogo, acreditando que o povo uruguaio é capaz de conviver com diferentes concepções e trajetórias. Ele condena a postura unilateral da Frente Ampla, que visa instituir de forma compulsória a sua visão de mundo. Sebastián Piñera também busca a união do povo chileno, sob o argumento de que somente assim o país é forte e competitivo. O caminho da desunião, para o presidenciável chileno, conduz para o desacerto. Bolsonaro também crítica a divisão regional, racial e étnica da população brasileira, atribuída ao discurso da esquerda. Na visão dele, isso enfraquece o país e impede

que ele possa, de forma efetiva, construir uma unidade em torno dos temas que conduzem à soberania territorial e ao desenvolvimento.

A unificação do povo pressupõe não só o antagonismo à esquerda, como também a defesa de um projeto de desenvolvimento liberal. Eles se aproximam na defesa de que as soluções dos problemas populares perpassam o crescimento econômico e melhores condições de emprego. Eles convergem no entendimento de que isso será atingido se implementadas reformas no modelo de gestão do Estado, reduzindo sua influência na economia, promovendo abertura comercial, flexibilização das leis trabalhistas e a racionalização dos gastos sociais. A administração deve ser menos burocrática e auxiliar no empreendedorismo. Os impostos devem ser reduzidos, a fim de propiciar condições para o consumo e desenvolvimento.

Neste sentido, pode-se dizer que os candidatos se colocam em relações de equivalências na construção de seus antagonismos aos governos progressistas, determinando que não são aceitáveis, corretas e verdadeiras as práticas adotadas por aqueles governos. Eles também compartilham do entendimento de que é preciso buscar um modelo de estado mais enxuto e eficiente, uma economia mais competitiva, melhor infraestrutura e mais qualificação profissional, uma política externa que denuncie as violações aos direitos humanos dos venezuelanos, mais segurança pública, menos regulamentação no mercado de trabalho e maior isenção judicial.

Embora os quatro discursos compartilhem diversos sentidos discursivos, também foi possível verificar diferenças entre eles. Quando da análise dos processos de significação em torno de cada um dos nós, verificou-se que os candidatos brasileiro e argentino tiveram posicionamentos divergentes em relação ao armamento do cidadão: enquanto o primeiro candidato defendia que o cidadão de bem deveria ter acesso à armas como forma de defender-se, o segundo acreditava que o desarmamento era indispensável para melhorar a segurança pública. Em relação à questão do meio ambiente, os candidatos argentino, chileno e uruguaio defendem políticas públicas de preservação dos recursos naturais, inclusive com planos para lidar com os efeitos negativos da crise climática. O candidato brasileiro, ao contrário, defendia a desregulamentação de áreas de preservação ambiental, ampliando o rol de locais disponíveis para a mineração, o extrativismo e a atividade agropecuária.

Há particularidades, também, na questão da educação de crianças. Os candidatos brasileiro e chileno colocaram-se em relações de equivalências na defesa de que a educação para a diversidade e inclusão é prerrogativa exclusiva dos pais,

não cabendo à escola intervir ou tratar destes temas. Os candidatos argentino e uruguaio não comentam sobre este tema, demonstrando que o currículo do ensino fundamental não é uma questão política nos contextos locais destes países. Há de se frisar que a questão da educação para direitos humanos, no discurso de Bolsonaro, assume contornos de polarização política: ele acusa o PT de estimular a pedofilia nas escolas, incentivando as crianças a questionarem, desde cedo, sua sexualidade. Através da criação de pânicos morais, inclusive incentivando que os pais fiscalizem a biblioteca da escola de seus filhos, ele se constitui como o único candidato que defende os valores da família e a educação das crianças.

A forma como o candidato brasileiro constrói seus antagonismos o diferencia dos demais discursos analisados. Quando da análise do nó democracia, verificou-se que os presidenciáveis chileno, argentino e uruguaio tinham como finalidade a garantia da liberdade, reconhecendo a importância e legitimidade das eleições como mecanismo isento da escola de candidatos. Ainda que eles acumulassem críticas ao modelo de gestão progressista, inclusive denunciando casos de corrupção que ocorreram nestes governos, eles não se opunham às instituições da democracia representativa e nem traçavam críticas à classe política como um todo.

A construção discursiva de Jair Bolsonaro trilha caminhos muito diferentes. Mesmo sendo parlamentar há mais de vinte e oito anos, ele se coloca como um outsider e um político malquisto nos círculos da política tradicional. Ele busca diferir-se de toda a classe política, corrupta e ineficiente, por não partilhar do apreço por acordos, conchavos e corrupção. Seu discurso mobiliza elementos místicos, articulando sentidos que o vinculam à figura de um messias que recebeu a missão de salvar o povo brasileiro da influência demoníaca dos governos de esquerda. Neste sentido, a sua retórica tem um viés religioso, equiparando sua base de apoio ao povo escolhido por Deus para salvar o Brasil e colocá-lo nos trilhos da moral e do desenvolvimento.

É uma tônica no discurso do candidato brasileiro o ataque às instituições, inclusive o questionamento acerca da lisura dos processos eleitorais. Ao longo de todo o período, ele afirma que a utilização de urnas eletrônicas é uma tática utilizada pela esquerda e pelo governo petista para manter-se no poder por meio de fraudes, inclusive com a manipulação da mídia e das pesquisas de opinião. Seu discurso é marcado pelo viés de extremista, por instigar a polarização violenta contra o PT e contra a esquerda e por criticar a educação em direitos humanos e igualdade de

gênero.

Colocando-se em relações de diferença com os outros três discursos analisados, Bolsonaro constrói relações de antagonismo com as instituições da democracia representativa, mobilizando seu eleitorado contra elas. Ele coloca-se como a verdadeira salvação da democracia, inclusive poupado da morte por Deus para salvar o povo brasileiro da influência demoníaca da ideologia da esquerda. Ele tensiona as relações com os demais poderes, principalmente a justiça eleitoral, descredibiliza a mídia e põe em dúvida o processo eleitoral. Neste sentido, comparado com os outros três discursos analisados, seu discurso tem traços de maior disruptividade e anti-institucionalidade, e ele é o que mobiliza de forma mais ampla e intensa relações de equivalências em torno de seu nome.

A construção discursiva demonstra que os candidatos de direita ascenderam mobilizando sentidos discursivos similares, calcados na defesa do liberalismo como alternativa ao decrescimento econômico verificado nos últimos anos do governo progressista. Estes sentidos estão articulados com outros, que estão relacionados à realidade interna de cada país analisado: eles criticaram de diferentes formas a gestão dos governos progressistas, bem como estabelecem diferentes alianças com o conservadorismo. A construção da hegemonia discursiva, neste sentido, assume elementos gerais e particulares, que são contingencialmente articulados e foram precursores de mudanças significativas na orientação ideológica vigente na região.

Conclusão

O presente estudo debruçou-se sobre o processo de transformação política por que passaram Argentina, Brasil, Chile e Uruguai em períodos eleitorais polarizados que romperam com a tendência de eleger partidos e candidatos à esquerda do espectro político. Guiada pelo questionamento acerca de como se constituiu e se hegemonizou o discurso da direita nos contextos eleitorais, a pesquisa foi desenvolvida considerando o contexto discursivo que deu condições de emergência para mudanças e como ela se operacionalizou.

Tendo como objetivo geral a comparação dos processos de articulação discursiva que culminaram no esgotamento dos governos progressistas argentino, brasileiro, chileno e uruguaio e os processos de transformação política que gerou a hegemonização dos discursos à direita, o procedimento de investigação foi construído para cumprir com cinco objetivos específicos voltados à apreensão das condições de emergência e articulação dos discursos.

O primeiro objetivo versou sobre a compreensão das condições econômicas por trás da crise que assolou a região depois do boom dos commodities. No segundo capítulo, buscou-se analisar o contexto econômico regional nos anos anteriores ao declínio dos governos progressistas. Verificou-se que, desde o período da redemocratização, o tamanho e as funções do Estado são objeto de constante disputa. O neoliberalismo, na década de 1990, reduziu muito as atribuições do governo na ingerência econômica e social. As reformas sugeridas foram efetivas para conter a inflação e os gastos estatais, mas foram maléficas para a acomodação de conflitos e redução da exclusão social. Os quatro países terminaram o século com um vasto contingente populacional vivendo em situações de pobreza.

As esquerdas ascenderam ao poder com a promessa de romper com tal modelo. Contudo, em nenhum dos quatro países analisados houve um efetivo rompimento com as premissas do neoliberalismo. Os governos beneficiaram-se de um período de bonança econômica e de boa arrecadação estatal para desenvolver políticas de inclusão social para a população de baixa renda.

O modelo entrou em recessão a partir de 2012, abalando o delicado equilíbrio mantido. Verificou-se que a região vivia um cenário de desaceleração do crescimento, motivada pela queda no preço dos derivados do petróleo e de produtos agrícolas. Houve uma fuga de capitais e redução na arrecadação dos governos, dificultando a

manutenção do pacto de classes que havia sido consolidado durante a administração progressista. Foi necessário fazer escolhas sobre quem seria contemplado pelas políticas estatais, o que implicou no aumento da pobreza e desigualdade nos quatro países da região.

Esta transformação econômica foi essencial para o realinhamento pragmático das direitas. No capítulo 03, buscou-se cumprir com o segundo objetivo específico, que é a definição de como se situa a direita no campo discursivo. Retornando ao período pós-redemocratização, buscou-se demonstrar que não existe uma única direita na região, mas sim vários grupos que adotam posições distintas. Estão no mesmo campo político os remanescentes do período autoritário e os críticos ao regime, que desejavam a consolidação e estabilização democrática. Da mesma forma, convivem na mesma esfera ideológica os defensores do neoliberalismo como salvação do modelo latino-americano e aqueles que defendem maior intervenção estatal na economia. Todos eles se dizem de direita e reivindicam o conceito, estabelecendo jogos de disputa de hegemonia dentro do campo que tornam, por vezes, difíceis as delimitações das fronteiras discursivas.

Em decorrência da hegemonia no campo discursivo da esquerda na primeira década do século XX, a disputa entre os diferentes grupos da direita se deu em relação a uma parcela muito restrita do eleitorado. O deslocamento do centro político para a esquerda obrigou que os partidos abrandassem as propostas em pontos estratégicos, abandonando posturas mais radicais para angariar maior apoio político. Isso acabou por gerar, entre alguns setores da sociedade uma crise de representação e descrédito em relação à classe política como um todo.

A visão da direita como alternativa política somente começou a mudar quando o pacto em torno do progressismo passou a deixar dissidentes e demandas deixaram de ser atendidas. O terceiro objetivo da pesquisa consistia na identificação de demandas insatisfeitas nos discursos dos quatro candidatos analisados. A partir da análise e classificação dos sentidos discursivos presentes nos planos de governo dos candidatos, vídeos alimentados no canal oficial de cada candidato exclusivamente durante o período eleitoral e nos debates oficiais devidamente registrados na justiça eleitoral de cada país, verificou-se que os quatro discursos teceram diversas críticas ao modelo de gestão progressista. Firmou-se o entendimento de que o Estado, sob sua ingerência, arrecadava muito e gastava mal. Denunciou-se ineficiências na prestação de serviços essenciais, como saúde, educação e segurança. Além disso,

recaiu sob os ombros dos governos progressistas a existência de casos de corrupção e utilização do Estado para perseguir interesses próprios em detrimento da vontade do povo.

Uma vez identificada a existência de demandas insatisfeitas, pode-se verificar as semelhanças nos processos discursivos. Os candidatos da direita encontraram neste vácuo o espaço para a articulação discursiva. Conforme demonstrado no capítulo 6, eles mobilizaram os setores insatisfeitos explorando os sentimentos de solidão e abandono, a partir do afastamento e do desconhecimento dos governos progressistas das necessidades mais básicas dos cidadãos.

As demandas democráticas insatisfeitas, neste sentido, foram incorporadas em cada um dos quatro discursos analisados. Prometendo cuidar do povo, verificou-se que os candidatos desenvolveram uma plataforma de propostas voltados à melhoria de questões centrais que afligiam os eleitores, como melhores condições de trabalho, serviços públicos de qualidade e vida tranquila.

A noção de cuidado foi demonstrada através de promessas para a criação de um ambiente favorável para que os cidadãos se desenvolvam, prosperem e realizem seus sonhos. Prometendo superar as diferenças, os candidatos construíram sua campanha a partir da unificação do povo e da pacificação social. O cerne da ideia defendida por eles está na constatação de que, diferente do que ocorreu com os governos de esquerda, todos serão ouvidos e incluídos no novo governo.

O projeto político por detrás dos quatro discursos guarda mais semelhanças que diferenças. A análise dos sentidos discursivos apontam semelhanças entre os candidatos e permite concluir que eles compartilhavam uma visão de mundo muito similar. Eles reativaram alguns sentidos discursivos populares na década de 1990, vinculados à necessidade de conter o gasto público e operar o Estado com maior eficiência. O governo, para os quatro discursos, deveria ser minimalista, não intervir na economia e nas relações de emprego, ser menos burocrático e mais eficiente.

O desenvolvimento econômico, expresso no crescimento e na geração de emprego e renda, assumiu uma função central nos quatro discursos. O investimento em educação, segurança e infraestrutura teve por finalidade subsidiar os cidadãos para que ele possa, a partir do seu esforço individual, promover o crescimento. O desenvolvimento da nação, como um todo, esteve calcado na livre iniciativa e na capacidade dos indivíduos criarem riqueza, mais do que qualquer política estatal.

A questão moral também aproximou os quatro discursos. Eles compartilhavam

de uma visão baseada na defesa da família como o centro do desenvolvimento social, e uma instituição que deve ser guardada e preservada contra qualquer influência externa. No caso brasileiro e chileno, o antagonismo aos governos progressistas, para além do gerenciamento das políticas públicas, também esteve pela ameaça que eles representavam à preservação do casamento heteronormativo e das tradições. Neste sentido, verificou-se que os elementos regionais que são compartilhados pelos quatro discursos não se limitam a um projeto econômico comum marcado pelo liberalismo econômico, como também incluem a incorporação de uma moral conservadora centrada na família. Por certo, o entendimento de família e a centralidade da questão da religião mudou em cada um dos discursos analisados.

A análise dos sentidos discursivos demonstrou haver, também, diferenças na construção discursiva dos candidatos em elementos de certa relevância, como a tutela do meio ambiente e o armamento. Em relação aos demais, o concorrente brasileiro adota uma postura anti-institucional muito mais radical, construindo inimigos que vão muito além dos governantes progressistas. A sua proposta de intervenção nas políticas públicas também está centrada na defesa intransigente do conservadorismo como um valor social relevante.

Apesar das diferenças, verificou-se que a construção discursiva entre os candidatos pressupõe a identificação de demandas não atendidas, a mobilização dos sentimentos de abandono e cuidado em prol da mobilização do povo. Neste sentido, é inquestionável que a crise do estado e a insatisfação com as escolhas políticas dos líderes progressistas compôs as relações de equivalências. Os quatro discursos analisados atribuem sentido a uma pluralidade de demandas, algumas relacionadas à crise econômica e outras vinculadas ao campo da moral, que foram articuladas em oposição ao ciclo progressista. Neste sentido, pode-se dizer que a crise dos *commodities* é um elemento importante para explicar o fim do ciclo progressista, mas não é único. A hipótese de pesquisa, neste sentido, confirma-se parcialmente.

Há de se ressaltar que os resultados apresentados sugerem possíveis áreas de investigação que podem ser exploradas em estudos futuros, abrindo caminho para uma nova agenda de estudos. As eleições analisadas materializaram mudanças na estruturação do campo político, que passa por um período de transição cujos impactos ainda não foram bem definidos. Registrou-se a vitória eleitoral de candidatos identificados com a direita no espectro político em outros países da região, como a Colômbia, Peru e Equador, o que indica ser fundamental que novas pesquisas sejam

realizadas para aprofundar o caráter desta mudança, buscando particularidades e aspectos regionais do fenômeno. Considerando a complexidade e a diversidade dos países latino-americanos, levantou-se questionamentos relevantes sobre as transformações na gramática política regional, apontando um deslocamento do centro discursivo em direção à direita. A confirmação desta hipótese, aliada ao estudo dos impactos dessas mudanças nas políticas da região, também se apresenta como uma investigação profícua para a compreensão dos desafios e das oportunidades que se colocam para a consolidação da democracia na América Latina.

Referencial Bibliográfico

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ABELES, Martín; VALDECANTOS, Sebastián. South America after the Commodity Boom. In: CALDENTEY, Esteban; VERNEGO, Matías. **Why Latin American nations fail : development strategies in the twenty-first century.** California: University of California Press, 2017. p. 163- 185.

ABRANCHES, Sérgio. **O tempo dos governos incidentais.** São Paulo, Companhia das Letras, 2020.

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão: Raízes e evolução do modelo político brasileiro**. Companhia das Letras: Rio de Janeiro, 2018.

ABUGATTAS, Lawrence; PAUS; Eva. Policy space for a new development strategy for Latin America. **Congress of the Latin American Studies Association**, Montreal, Canadá, 5–8, p. 1-34, Set. 2007.

ALEMÁN, Eduardo; SAIEGH, Sebastián. Legislative Preferences, Political Parties, and Coalition Unity in Chile. **Comparative Politics**, v. 39, n. 3, 2006. p. 253 - 272.

ALENDA, Stéphanie. Anatomía de la derecha chilena: Estado, mercado y valores en tiempos de cambio. F**undo de la Cultura Económica**: Santiago, 2020.

ALMEIDA, Débora Rezende. A Relação Contingente entre Representação e Legitimidade Democrática sob a Perspectiva da Sociedade Civil. **Revista Brasileira das Ciências Sociais**. V. 28, n° 83, p. 42-66, junho de 2013.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

ALTMAN, David. Régimen de Gobierno y Sistema de Partidos en Chile. In: FONTAINE, Arturo; LARROULET, Cristián; NAVARRETE, Jorge; WALKER Ignacio**. Reforma de los partidos políticos en Chile.** Santiago: Libertad y Desarrollo, 2008. p.41-74.

AMAN, Edmund; BAER, Werner. The macroeconomic record of the Lula administration, the roots of Brazil's inequality and attempts to overcome them. Canadá: **Congress of the Latin American Studies Association**, p. 1-32, 5–8 September 2008.

ANINAT, Cristóbal; LONDREGAN, John; NAVIA, Patricio e VIAL, Joaquín. Political Institutions, Policy Making Process, and Policy Outcomes in Chile. **Leviathan – Cadernos de Pesquisa Política**, n. 3, v. 1, 2011. p. 1-28.

ARDITI, Benjamin. Arguments about the Left Turns in Latin America: A Post-Liberal Politics? **Latin American Research Review**, v. 43, n° 3, p. 59-81, 2008.

ARELLANO, José Pablo. Del déficit al superávit fiscal: Razones para una transformación estructural en Chile. **Serie Estudios Socio/Económicos**, v. 1, nº 25, p. 23-45, 2005.

AROCENA, Rodrigo; SUTZ, Judith. **Subdesarrollo e Innovación. Navegando contra el viento.** Organización de Estados Iberoamericanos. Madrid: Cambridge University Press, 2003.

ARTAEGA, Juan José. **Breve historia contemporánea del Uruguay.** 1. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

BALSA, Javier. Aspectos discursivos de la construcción de la hegemonía. **Identidades,** v.1, n° 1, p. 70-90, dez. de 2011.

BARNES, Tiffany; RANGEL, Gabriela. Election Law Reform in Chile: The Implementation of Automatic Registration and Voluntary Voting. **Election Law Journal**, v. 13, n° 4, 2014. p. 570-582.

BARROS, Celso Rocha. Uma história de dois azares e um impeachment. In: Vários Autores. **Democracia em risco? 22 Ensaios sobre o Brasil de hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 175-194.

BARROS, Sebastián. Inclusión radical y conflicto en la constitución del pueblo populista. **Confines relacion. internaci. ciencia política**, v.2 n ° .3, p. 26-52**,** 2006.

BARROS, Tomás Zicman; LAGO, Miguel. **Do que falamos quando falamos de populismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BARRUETO, Felipe; NAVIA, Patricio. Tipologías de democracia representativa en América Latina. **Politica y Gobierto**, v. 20, n° 2, Jan. 2013. p. 265 - 307.

BARTELLI, Ernest; PAYNE, Leight**. Business and Democracy in Latin America.** Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 1995.

BIGLAISER, Glen. Mandate and the Market: Policy Outcomes under the Left in Latin America. **Comparative Politics**, v. 48, n° 2, 2016. p. 185–204.

BLAKE, Charles. Economic reform and democratisation in Argentina and Uruguay: the tortoise and the hare revisited?, **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 40, n° 3, p. 1-26, 1998.

BRINKS, Daniel; LEVITSKY, Steven; MURILLO, Maria Victoria. **Understanding institutional weakness: power and design in Latin American Institutions. Elements in Politics and Society in Latin America.** Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

NACIONAL. Luisa; GRIER, Robin. Explaining the Rise of the Left in Latin America. Latin **American Research Review**, v. 48, n° 1, p. 68-90, 2013.

BOITO JR, Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Revista Lumen**, v. 2, n° 3, 2017. p. 1-10.

BOLSONARO, Jair Bolsonaro faz a última live antes das eleições.**YouTube**, 06/10/2018f. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=9a5OzgmyxQ8

_____. #Elesim: MUITO OBRIGADO PELA HOMENAGEM. **YouTube**,

24/09/2018a16. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=i0GWK0IUqEw

_____.01.09.2018: Bolsonaro no Acre. **YouTube**, 01/09/2018a17. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=PFgkS0Dl2iU

_____. 11/10/2018 - Divulgada pelo datafolha pesquisas para segundo turno. **Youtube**: 11/10/2018 a12. Disponível em: <11/10/2018- Divulgada pelo datafolha pesquisas para segundo turno - YouTube>

_____. Após atentado Bolsonaro fala ao público pela primeira vez. **Youtube**:16/09/2018a13. Disponível em: <Após atentado Bolsonaro fala ao público pela primeira vez. - YouTube>

_____. Band: com a Presidência e um parlamento que atendam as remessas da população vamos mudar o Brasil.**YouTube**; 21/10/2018i. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6155NKQrO20

_____. Bolsonaro e Augusto Nunes no Hospital Albert Einstein sobre atentado que quase matou o Parlamentar. YouTube, 26/09/2018a15. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=Uss4RWkQQmA

_____. Bolsonaro fala ao Brasil. Estamos no segundo turno. **YouTube**, 07/10/2018 a3. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=W03TbRU7So0

_____. Bolsonaro fala com indígenas do Xingu. **YouTube**, 26/10/2018 a10. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=ATP-Zy07ycM

_____. Bolsonaro mostra o perigoso plano de governo escrito pelo PT. **YouTube**:10/2018b. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=9q9ZNMRe5rw

_____. Bolsonaro visita o BOPE. **Youtube**: 15/10/18 a1. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5kcGJDXLRCk

_____. Bolsonaro, Bolsa-Família e Décimo Terceiro. A verdade.**YouTube**, 08/10/2018 a2. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=p9L3bN1PBkw

_____. Chegamos na reta final. Vamos dar o último gás combatendo, com A VERDADE, as mentiras o PT.**YouTube**, 26/10/2018s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=F_v2auHWk8I

_____. COLETIVA DE IMPRENSA: mais sobre nosso possível governo. - **YouTube**, 04/10/2018e. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wqjiPtshOzs

_____. Contra fakenews: a verdade. **Youtube**: 19/10/2018a13. Disponível em: <(649) Contra fakenews: A VERDADE. - YouTube>

_____. CULTURA:Contra o oportunismo político e militantes malandros usando seu dinheiro. **YouTube**, 04/09/2018g. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=W900Yg1VIvo

_____. Debate presidencial na Rede TV. **YouTube**; 17/08/2018j. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=99SmMo1XqzQ&t=8386s

_____. Eleição presidencial 2018. **Youtube**: 09/08/18p. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9EnJeUKwX_c&t=13451s

_____. Em Rio Branco/AC, ao lado de índios, um pronunciamento de união de todos os brasileiros. **YouTube**, 01/09/2018 a8. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=GItC9PcVeKA

_____. Entrevista Rádio Guaíba- RS (23/10/2018)- temas da semana. **YouTube**, 23/10/2018 a6. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=yLuNmAkrkRY

_____. Entrevista à Rádio Jovem Pan após eleição do primeiro turno. **Youtube**, outubro de 2018 a7. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=cQIJEqMxk_g

_____.Entrevista para a CBN-PE (Verdades sobre Haddad e outras). **YouTube**, 05/10/2018k. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=aehGeToq__

_____. Entrevista: Mais fatos que a imprensa não lhe mostrará. **YouTube**, 01/09/2018v. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bijfU-mHYN8

_____. Haddad, o criador do kit-gay: Vamos mudar o rumo da educação. **YouTube**, 01/10/2018t. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RLaXUWxrVJQ

_____. LIVE COM BOLSONARO(04/10/2018). **Youtube**, 04/10/2018 a9. dISPONÍVEL EM: https://www.youtube.com/watch?v=wqjiPtshOzs

_____. Live com Bolsonaro.**YouTube**, 04/10/2018d. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=wqjiPtshOzs

_____. Mais verdades sobre possibilidade de fraude nas urnas de eletrônica. **Youtube**: 05/09/2018 a11. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WvYPO208UAg>

_____. **O Caminho da Prosperidade- Proposta de Plano de Governo**. Brasil, 2018l. Disponível em: https://www.bolsonaropresidente17/planodegoverno

_____. O PT Camaleão. **YouTube**, 10/2018a. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=vsMDEgvwTAM

_____. Ou pegamos pesado na segurança, ou não há país que prospere. **Youtube**: 08.10.2018z. Disponível em: (636) Ou pegamos pesado na segurança, ou não tem economia nem país que prospere. - YouTube

_____. PT é tudo que não presta. **YouTube**,:10/2018c. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=9q9ZNMRe5rw

_____. Rede Record: Bolsonaro, relações internacionais, planos, fake news e mais assuntos do dia.**YouTube**, 16/10/2018h. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CxcJ6tHLPMM

_____. REDETV: entrevista sobre planos para governar! **YouTube**, 12/10/2018o. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=bYcH0z6ScEg.

_____. Saúde: Jair Bolsonaro. **YouTube**,25/08/2018 a5. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=S38GdWXIyjM

_____. Sexo para crianças nas escolas. Jornal O Globo mente mais uma vez. Segue a verdade. **YouTube**, 30/08/2018u. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=ge2x9C4WEfM

_____. Temas do dia envolvendo mais fatos sobre a política nacional. **YouTube,** 02/10/2018m. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=W2ToU3iwsM0

_____. Vamos desbancar o sistema que nos afunda. Ainda há tempo.**YouTube**, 27/08/2018x. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=-YqoQwJvkYI&t=11s

_____. Vamos mudar o Brasil. **YouTube**, 14/09/2018q.Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uvtWDB_aznA

_____. Última entrevista antes do atentado. **YouTube**, 06/09/2018r. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jOuvrsKVWfE

BORBA, Felipe; DUTT-ROSS, Steven. Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral e a formação da opinião pública na eleição presidencial de 2018. **Opinião Pública,** v. 27, n° 3, 2021. p. 851-877.

BRESSER PEREIRA, Luis. Estado y mercado en el nuevo desarrollismo. **Nueva Sociedad**, v. 207, n° 1, p. 110-125, Julho/Agosto 2007

BRUNNER, José Joaquín. El sistema de educación superior en Chile: un enfoque de economía política comparada. **Avaliação**, v. 13, n° 2, p. 451-586, 2008.

BUQUET, Daniel; GALLO, Ariadna. Elección presidencial a tres vueltas: efectos de las primarias abiertas, simultáneas y obligatorias en Argentina y Uruguay. **Opinião Pública**, v. 28, n° 2, mai-ago 2022, p. 292-320.

BUQUET, Daniel; PIÑEIRO, Rafael. La Consolidación de un Nuevo Sistema de Partidos en Uruguay. **Revista Debates**, v. 8, n° 1, 2014. p. 27 - 48.

BURITY, Joanildo. Teoria do Discurso e Educação: reconstruindo o vínculo entre cultura e política. **Revista Teias**. v. 11, n°. 22, p. 07-29, maio/agosto 2010. Disponível em: <http://www.e publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24113/17091>.

BURITY, Joanildo. Cultura e Identidade no campo religioso. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n° 9, v. 1, p. 137-177**,**1997.

BUSTOS, Pablo. **Más allá de la estabilidad. Argentina en la época de la globalización y la regionalización.** Buenos Aires: Fundación Friedrich Ebert, 1995.

CABRAL, José Pedro Cabrera. Trajetória político-ideológica da esquerda uruguaia: 1964-2004. 409 f. **Tese (Doutorado em História) –** Universidade do Vale dos Sinos,

São Leopoldo, 2006.

CAETANO, Gerardo; SELIOS; Lucia; NIETO, Ernest. Descontentos y "cisnes negros": las elecciones en Uruguay en 2019. **Araucaria,** v. 21, n° 42, 2019. p. 277- 311.

CAMPBELL, John. Institutional analysis and the role of ideas in political economy, in: CAMPBELL, John; PEDERSEN, Ove. **The Rise of Neoliberalism and Institutional Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2001. p. 159–190.

CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. A Nova República: sob a espada de Dâmocles. In: STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.563-627.

CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. The Contemporary Faces of the Brazilian Right: An Interpretation of Style and Substance. In: CHALMERS, Douglas; CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo; BORON, Atilio. **The right and democracy in Latin America.** Nova Iorque: Praeger, 1992. p. 99 - 127.

CANO, Wilson. **Soberania e a política econômica na América Latina**. São Paulo: Unesp, 1999.

CARLÉS, Gerardo. El declive del kirchnerismo y las mutaciones del peronismo. **Nueva Sociedad,** v. 249, n° 1, jan. 2014. p. 4 - 15.

CARLÉS, Gerardo. Populismo, regeneracionismo y democracia. **PostData**. v. 15, n° 1, p. 1-24, 2010.

CARUNCHO, Lucía. Partidos de derecha y estilos de liderazgo. Notas sobre el PRO argentino y el PSL brasileño. **Columbia Internacional**, n° 103, v. 1, 2020. p. 85 - 109.

CAS MUDDE. **The far right today**. Cambridge**:** Polity Press, 2019.

CASTAÑEDA, Ernesto; BUCK, Lesley. Remittances, Transnational Parenting, and the Children Left Behind: Economic and Psychological Implications. **The Latin Americanist**, v.55, nº 4, dez. 2011. p. 85 - 110.

CENTENO, Miguel; FERRARO, Agostín. With the Best of Intentions: Types of Development Failure in Latin America. In:CALDENTEY, Esteban; VERNEGO, Matías. **Why Latin American nations fail: development strategies in the twenty-first century**. California: University of California Press, 2017. p. 65-90.

CHAUÍ, Marilena; NOGUEIRA, Marco Aurélio. O pensamento político e a redemocratização do Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n°. 71, v. 1, 2007. p. 173-228.

CORLAVÁN, Alejandro. Sistema Binominal: un Desincentivo a la Participación Electoral. **Claves de Políticas Públicas**, nª 6, v. 1, 2012, p. 33 - 54.

CONAGAM, Catherine. Delegative Democracy Revisited: Ecuador Under Correa. **Journal of Democracy,** v. 23, n° 3, p. 109-118, 2016.

DAVIS, Ricardo. **Entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad: tres**

décadas de política económica en Chile. Buenos Aires: Fundación OSDE-Siglo Veintiuno Editores, 2004.

DE LA TORRE, Carlos. Introduction to Part III - The populist politization of inequalities and differences. In: DE LA TORRE, Carlos. **Routledge Handbook of Global Populism**. Londres, Routledge: 2019. p. 147-148.

DE LA TORRE, Carlos. Populism in Latin America. In: TAGGART, Paul; KALTWASSER, Rovira; OSTIGUY, Pierre; ESPEJO, Páulina. **Oxford Handbook of Populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 195 – 213.

DE LA TORRE, Carlos. **Populist Seduction in Latin America.** Ohio: Ohio University Press, 2010.

DE LA TORRE, Carlos. Power to the people? Populism, Insurrections, Democratization. In: DE LA TORRE, Carlos. **The Promise and Perils of Populism: Global Perspectives**. Kentucky: Kentucky University Press, 2015. p. 1-30.

DEL COGLIANO, Natalia; VARETTO, Carlos. Las elecciones subnacionales de 2015 en Argentina: Estabilidad con cambio. **Revista Uruguaia de Ciência Política**, v. 25, n° 1, 2016. p.131-149

DERRIDA, Jacques. **A Escritura e a Diferença**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

DIJCK, José. Confiamos nos dados? As implicações da datificação para o monitoramento social. **Matrizes**, v. 11, n° 1, 2017. p. 39 - 59.

ECHEGARAY, Fabián. Understanding support for Free-Market Policies in Argentina. **Internacional Journal of Public Opinion Research,** n° 4, v° 5, 2006. p. 369-375.

ECLAC. **Economic Survey of Latin America and the Caribbean 2007–2008**. Santiago: United Nations Economic Commission for Latin America and the Caribbean,2008.

ECLAC. **Economic Survey of Latin America and the Caribbean 2014–2015**. Santiago: United Nations Economic Commission for Latin America and the Caribbean,2015.

ECLAC. **Social Panorama of Latin America, United Nations Economic Commission for Latin America and the Caribbean**, Santiago: 2002.

EDWARD, Sebastián. **Crisis and Reform in Latin America: from despair to hope**. Oxford Univesity Press: Oxford, 1995.

ELIAS, Antonio. Uruguay: la derecha, que no es nueva, se acerca al gobierno. In: ALVARES, Jairo; MARTÍN, Carolina; PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. **Contra Nuestra America: Estrategias de la derecha en el siglo XXI.** Buenos Aires: CLACSO, 2020. p. 297 - 318.

ETCHEMENDY, Sebastián; PALERMO, Victor. **Conflicto y concertación. Gobierno, Congreso y organizaciones de interés en la reforma laboral del primer gobierno de Menem.** Universidad Torcuato di Tella: Buenos Aires, 1997.

FAIRFILD, Tasha; GARAY, Candelaria. Redistribution Under the Right in Latin America: Electoral Competition and Organized Actors in Policymaking. **Comparative Political Studies,** v. 50, n° 14, 2017. p. 1871 – 1906

FAUSTO, Boris. A queda do foguete. In: Vários Autores. **Democracia em risco? 22 Ensaios sobre o Brasil de hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 175-194.

FERNÁNDEZ, Maria Ignacia. Ciudadanía, políticas públicas y bienestar: El estado social chileno y las posibilidades de Desarrollo de la ciudadanía. **Doutorado em Sociologia**. Universidade de Barcelona, 2005.

FERRARI, Marcela. El difícil camino de la normalización en el peronismo boanerense. In: FABRIS, Mariano; TORTORELLA, Roberto. **Democracia en reconstrucción: mosaico histórico de los años ochenta**. Mar del Plata: EUDEM, 2011. p. 163 - 198.

FERRARI, Daniel. Perceptions, resentment, economic distress, and support for right-wing populist parties in Europe. **Politics and Governance**, v. 9, n. 3, p. 274–287, 2021.

FIGUEIREDO, Angelina; LIMONGI, Fernando. Instituições Políticas e Governabilidade: Desempenho do Governo e Apoio Legislativo na Democracia Brasileira. In: MELO, Carlos; SÁEZ, Manuel. **A Democracia Brasileira: Balanço e Perspectivas para o Século 2**1. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

FLORES-MACÍAS, Gustavo. **After Neoliberalism? The Left and Economic Reforms in Latin America**. Oxford University Press: Oxford, 2012.

FRAGA, Roberto. **The Menemist movement: sustaining a popular conservative coalition.** Centro de Estudios Nueva Mayoría: Buenos Aires, 1996.
G1. Candidato de Kirchner lidera as primárias na Argentina. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/08/candidato-de-kirchner-lidera-primarias-na-argentina.htm>. Publicado em: 09 de agosto de 2015. Acesso em: 07 de abril de 2023.

GAMBINA, Julio. **La amenaza mundial de la política exterior de estados unidos.** Colección Cuadernos Sepla. Caderno 3. Sepla, 2017.

GARRETÓN, Manuel Antonio. A redemocratização no Chile: transição, inauguração e evolução. **Lua Nova**. n° 27, v. 1, dez. de 1992. p. 27 - 92.

GARRIDO, Antonio. Gobiernos y estrategias de coalición en democracias presidenciales: el caso de América Latina. **Política y Sociedad**, v. 40, n° 2, 2003. p. 41-62.

GERCHUNOFF, Pablo; TORRE, Juan Carlos. La política de liberalización económica en la administración de Menem. **Desarrollo Económico**, n. 143, V. 1, 1996. p. 77-112

GILLESPIE, Charles. **Negotiating Democracy. Politicians and Generals in Uruguay.** Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

GLYNOS, Jason; STAVRAKAKIS, Yannis. Lacan and political subjectivity: Fantasy and enjoyment in psychoanalysis and political theory. **Subjectivity**. v. 24, n° 1, p. 256 – 274. 2008.

GODOY ARCADA, Óscar. La Transición Chilena a la Democracia: Pactada. **Estudos Político**, v. 74, n° 1, 1999. p. 79 - 106.

GOMES, Angela Maria de Castro. A política brasileira em tempos de cólera. In: Vários Autores. **Democracia em risco? 22 Ensaios sobre o Brasil de hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 175-194.

GRIGGS, Steven; HOWARTH, David. Discourse Theory. In: ANSELL, Christoplher; TORFING, Jacob. **Handbook on Theories of Governance**. Londres**:** Edward Elgar Publishing, 2022. p. 309-322.

GROPPO, Alejandro. **Juan D. Perón y Getulio Vargas: un estudio comparado del populismo latinoamericano.** Vila Maria: Eduvim, 2009.

GRUGEL, Jean; RIGGIROZZI, Pia. Neoliberal disruption and neoliberalism's afterlife in Latin America: What is left of post-neoliberalism? **Critical Social Policy**, v. 38, n° 3, p. 547 – 566, 2018.

GRUGEL, Jean; RIGGIROZZI, Pia. The return of the state in Argentina. **International Affairs**, v. 83, n°1, p. 87-107, 2016.

GUEDES, Paulo. Economista Paulo Guedes na Globo News**. YouTube**, 30/08/2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CTxCmZW_Gvc

GUERRERO, Néstor; VEGA, Maria. Reflexiones Teóricas Sobre Discurso Político E Ideología: Un Análisis Preliminar De Las Políticas De Emprendimiento Del Gobierno De Piñera (Chile 2010-2014). **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, v. 2, n° 24, 2015. p. 105 - 120.

GUTIÉRREZ, Ricardo. Entre movimiento y partido: un análisis de las transformaciones organizativas del peronismo (1983-1995). **Política y Gestión**, n. 5, v. 1, 2003. p. 27-76.

_____. La desindicalización del peronismo y cambio organizativo en el peronismo argentino, 1982-1995. **Política y Gestión**, n. 2, v. 1, 2001. p. 93-112.

GUYER, Julián González. Relações entre Forças Armadas e Sociedade no Uruguai: exercício comparativo com o Chile. In: SAINT-PIERRE, Héctor. **Controle civil sobre os militares e política de defesa na Argentia, no Brasil, no Chile e no Uruguai.**São Paulo: Editora Unesp,2007. p. 94 – 109.

HAGGARD, Stephan; KAUFMANN, Robert. **The Politics of Economic Adjustment: International Constraints, Distributive Conflicts and the State**. Princeton University Press: Princton, 2013.

HAGOPIAN, Frances; GERVASONI, Carlos; MORAES, Juan Andrés. From Patronage to Program: The Emergence of Party-Oriented Legislators in Brazil. **Comparative Political Studies**, v. 42, n° 3, 2009. pp. 360-391.

HALL, Antony. From Fome Zero to Bolsa Familia: social policies and poverty alleviation under Lula'. **Journal of Latin American Studies**, v. 38, n° 4, p. 689- 709, 2006.

HAWKINGS, Kirk; KALTWASSER, Rovira. Introduction: the ideational approach. In: HAWKINS, Kirk; CARLIN, Ryan; LITTVAY, Levente; KALTWASSER, Rovira. **The Ideational Approach to Populism. Concept, Theory and Analysis.** Nova Iorque, Routledge: 2018. p. 7-32.

HOWARTH, David. Applying Discourse Theory: the Method of Articulation. In: HOWARTH, David; TORFING, Jacob. **Discourse Theory in European Politics: Identity, Policy and Governance**. Palgrave Macmillan: Londres, 2005. p. 316 - 329.

_____. **Discourse**. Open University Press: Filadélfia, 2000.

HOWARTH, David; GRIGGS, Steven. Poststructuralist discourse theory and critical policy studies: interests, identities and policy change. In: FISCHER, Frank; TORGERSON, Douglas; DURNOV, Anna; ORSINI, Michael (Ed.). **Handbook of Critical Policy Studies**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2015. p.111-127.

INSTITUTO DATAFOLHA. Avaliação do Governo Bolsonaro. Disponível em: < http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2020/05/28/6b33e92c5fce7dcf946f577e614a7a1dagov.pdf>. Consulta em: 08 de nov. 2020.

INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK (IADB). **Overcoming volatility, Economic and Social Progress in Latin America.** Washington, DC: IADB, 1997.

IVANCICH, Norberto. La institucionalización del Peronismo antes de Menem. **Revista Argentina reciente (Ideología y política contemporáneas)**, n. 2, v. 1, 2004. p. 7-46.

JANSEN, Robert. Populist Mobilization: a New Theoretical Approach to Populism. **Sociological Theory**, v. 29, n° 1, p. 75-96. 2011.

JELLIN, Elizabeth. La justicia después del juicio: legados y desafíos en la Argentina post-dictatorial. In: FICO, Carlos; NASCIMENTO, Maria Paula; FERREIRA, Marieta de Moraes; QUADRAT, Samantha. **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. São Paulo: FGV Editora, 2008. p. 164 - 181.

JENKINS, Rhys. China's Global Expansion and Latin America. **Journal of Latin America Studies**. v. 42, n° 1, p. 809-837, 2013.

KALTWASSER, Rovira. El error de diagnóstico de la derecha chilena y su encrucijada actual. **Estudos Político**s, v. 150, n° 1, 2020. p. 31 - 59.

_____. La (sobre) adaptación programática de la derecha chilena y la irrupción de la derecha populista radical. **Colombia Internacional**, n° 99, v. 1, 2019. p. 29-61.

KARG, Juan Manuel. Macri y la restauración conservadora en Argentina. **Revista Casa de las Americas**, n° 284, v. 1, set. 2016. p. 40-47.

KATZ, Claudio. Contrasentidos del neodesarrollismo. In: ESTRADA ALVEZ, Jairo. **América Latina en la médio de la crisis mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

KAYSEL, André. Regressando ao regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. in: KAYSEL, André; CODAS, Gustavo; VELASCO E CRUZ, Sebastião. **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. Campinas: Editora Unicamp, 2015. p. 49-74.

KINGSTONE, Peter. **Business Preferences, Political Institutions and Neoliberal Reform in Brazil**. Pensilvânia: Penn State Press, 1999.

KINGSTONE, Peter; POWER, Timothy. **Democratic Brazil: Actors, Institutions and Process**. Pisttsburgh: University of Pittsburgh Press, 2000.

KINZO, Maria D'Alva Gil. **Radiografia do quadro partidário brasileiro.** São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1993.

KIRCHHEIMER, Otto. The transformation of the Western European party systems. In: PALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (orgs.). **Political parties and political development.** New Jersey: Princeton University Press, 1966. p. 177-200.

KOSACOFF, Bernardo. **Marchas y Contramarchas de la industria argentina (1958-2008).** Santiago: CEPAL, 2010.

KREMERMAN; Marcos; PAES, Alexander. **Endeudar para gobernar y mercantilizar: el caso de CAE**. Santiago: Fundación Sol, 2016.

KURTZ, Marcus. The Dilemmas of Democracy in the Open Economy: Lessons from Latin America. **World Politics**, v. 56, n° 2, Jan. 2004 , p. 262 - 302.

LACALLE POU, Luis. #PorElPaís en Cerro Largo**. YouTube**, 06/09/2019e. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=MM-eWq6T6uw

_____. #PorElPaís en San José, Flores y Durazno. **Youtube**: 19/10/19m. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=bYRJaWrJ8dk

_____.. #PorElPaís en Tacuarembó, Rivera y Cerro Largo. **Youtube**: 06/09/19. Disponível: https://www.youtube.com/watch?v=GYn0wgUid64

_____. Carta. **YouTube**, 08/11/2019j. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=lRNp8v8jBaI

_____.Congresso Nacional de Jóvenes. **YouTube**, 05/08/2019l. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=VPLD-yEiJao

_____.Debate. **Youtube**:13/11/19c. Diponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0AFsWiqtbGw

_____. Mensaje Final. **YouTube**,: 24/10/2019b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dXpz7xELO38

_____. Mensaje final.**YouTube,** 24/10/2019h. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=dXpz7xELO38

_____. PorElPaís en Fraile Muerto, Aceguá y Rio Branco. **YouTube**, 02/10/2019i. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=2RfH_lpsorA

_____. Resumen del acto de lanzamiento en Parque Vieira. **YouTube**, 03/04/2019k. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=HIgvAgbbyTI&t=56s

_____. Resumen del acto de lanzamiento en Parque Viera. **Youtube**: 10/2019d. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HIgvAgbbyTI&t=56s

_____. Rivera- Tacuarembó. **YouTube**, 11/11/2019g. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=Pplqc-YKOIQ

_____. Ser mejores es una responsabilidad. **YouTube**,13/07/2019f. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=lH-QcePebQ0

_____. Spot - Es ahora. **YouTube**, 15/06/2019m. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=t340itGdB-k

_____..Debate Presidencial Uruguaio.**YouTube** 01/10/29a.Disponível em:< https://www.youtube.com/watch?v=prF_edFBIIc&t=2288s>.

LACLAU, Ernesto. **A Razão Populista**. São Paulo, Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto. An Interview with Ernesto Laclau - Questions from David Howarth. In: HOWARTH, David. **Ernesto Laclau: Pos-Marxism, populism and critique.** Londres: Routledge, 2014. p. 230-241.

LACLAU, Ernesto. Consideraciones sobre el populismo latino-americano. **Caderno del Cendes**, v. 23, n° 62, p. 117 – 122. 2006.

LACLAU, ERNESTO. Laclau en debate: postmarxismo, populismo, multitud y acontecimiento (entrevistado por Ricardo Camargo). **Rev. cienc. polít. (Santiago**), v. 29, n. 3, p. 815-828,2009.

LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tempo**. 2 ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal**. Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical**. Intermeios: São Paulo, 2015.

LACLAU, Ernesto. **Politics and Ideology in Marxist Theory**. Londres: NLB, 1977.

LANZARO, Jorge Luis. **La "segunda" transición en el Uruguay : Gobierno y Partidos en un tiempo de reformas.** Montevidéo: Facultad de Ciencias Sociales, 2000.

_____. Os partidos uruguaios: a transição na transição. **Opinião Pública,** Campinas, v. 9, n. 2, 2003. p. 46-72.

LATINOBARÔMETRO. ***Banco de dados online 2013; 2018*.** Disponível em: https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp. Acesso em: 27 de julho de 2020.

LEIA a íntegra do Consenso de Buenos Aires. **Folha de São Paulo**, São Paulo, n° 27.223, out. de 2003. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u54487.shtml. Acesso em: 14 jul. 2020.

LEVITSKY, Steven. Informal Institutions and Politics in Latin America. In: KINGSTONE, Peter; YASHAR, Debora. **Routledge Handbook of Latin American Politics**. Londres: Routledge, 2012.

LEVITSKY, Steven. **La transformación del justicialismo: del partido sindical al partido clientelista, 1983-1999.** Buenos Aires: Siglo XXI, 2005. 327 p.

LEVITSKY, Steven. Latin America's shifting politics: Democratic survival and weakness. **Journal of Democracy**, v. 29, n° 4, p. 102-113, 2018.

LEVITSKY, Steven; MURILLO, María. Variation in Institutional Strength. **Annual Review of Political Science**. n. 12, v. 1, 2009. p. 115-133.

LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth. **The ressurgence of the latin american left.** Baltimore: The Johs Hopkins University Press, 2011.

LEVITSKI, Steven. Na organized disorganization: informal organization and the persistance of local party structures in Argentine Peronism. **Jornal of Latin American Studies**, n° 33, v. 1, p. 29-65, 2001.

LIMONGI, Fernando. Impedindo Dilma. **Novos Estudos**. v. 1, n° 1 - ed. especial, jun. 2017. p. 5-13

LIMONGI, Fernando; CORTEZ, Rafael. As Eleições de 2010 e o Quadro Partidário. **Novos Estudos**, v. 1, n° 88, 2010. p. 21 -37.

LOPES, Alice; BURITY, Joanildo; MENDONÇA, Daniel. Apresentação. In: LACLAU, Ernesto. MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015. p. 7-33.

LOPES, Alice Casimiro. Democracia nas políticas de currículo. **Tema em Destaque,** v. 42, n° 147, p. 700-715.2012.

LOPES, Alice; MENDONÇA, Daniel; BURITY, Joanildo. A contribuição de Hegemonia e estratégia socialista para as ciências humanas e sociais. In: LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.

LOPES, Selva. Uruguai 1985 - 1993: estrategia e tática da reprodução institucional militar na pós-ditadura. **Tese de doutorado.** Programa de Pós Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Campinas, 1995.

LUCCA, Juán. Análise multinível do populismo argentino nas eleições de 2019. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 16, n.1, p. 96-120, 2022.

LUNA, Juan Pablo. Delegative Democracy Revisited: Chile's Crisis of Representation. **Journal of Democracy**, v. 27, n° 3, p. 129-138, 2018.

_____. Chile's crisis of representation. J**ournal of Democracy**, n° 3, v. 27, jul. 2016. p. 129 - 138.

_____.Crisis de la representación política en América Latina y los ciclos pendulares de coaliciones electorales oligárquicas y antisistema. In: CEPAL. **Inclusión y cohesión social en el marco de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible: claves para un desarrollo social inclusivo en América Latina**. Santiago: CEPAL, 2020. p. 103-106.

_____. Partidos políticos y sociedad en Chile. Trayectoria Histórica y Mutaciones Recientes. In: FONTAINE, Arturo; LARROULET, Navarrete; WALKER, Ignacio. **Reforma de los partidos políticos en Chile.** Santiago: Libertad y Desarrollo, Proyectamérica y cieplan, 2008. p. 75 - 124.

_____. Una promesa llamada Gabriel Boric. **Nueva Sociedad**, v. 299, n° 1, p. 44 **–** 56**.** 2022..

LUNA, Juan Pablo; FILGUEIRA, Fernando. The Left Turns as Multiple Paradigmatic Crises. **Third World Quarterly**, v. 30, n° 2, p. 371-195, 2009.

LUNA, Juan; KALTWASSER, Rovira. Castigo a los oficialismos y ciclo político de derecha en América Latina. **Revista Uruguaia de Ciencia Politica**, n° 30, v. 1, jun. 2021. p. 134 - 155.

LUNA, Juan; KALTWASSER, Rovira. T**he Resilience of the Latin American Right.** Baltimore: Johns Hopkins University Press: 2014.

LUNA, Juan; PIÑEIRO, Rafael; ROSENBLATT, Fernando; VOMMARO, Gabriel. **Diminished Parties. Democratic Representation in Contemporary Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press,2021.

LUZ, Michele Diana. O povo no caleidoscópio: O discurso boslonarista à luz das teorias contemporâneas do populismo. **Tese.** Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pelotas. Jun. 2022. 297 p.

MACHADO, Fernando; SAMPAIO JÚNIOR, Plínio. Capital Internacional e vulnerabilidade externa: os bancos e a sociedade brasileira. **Jornal dos Economistas**, v 275, n° 1, p. 1-12, 2012.

MACIEL, David. A Aliança democrática e a transição política no Brasil. In: PINHEIRO, Milton. **Ditadura: o que resta de transição.** São Paulo: Boitempo, 2014. p.269-301.

MACRI, Mauricio. Argentina Debate Presidencial.YouTube,04/10/2015c. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=a_om-7F5NM8&t=10s

_____. Argentina Debate. **Youtube**: 04/10/15g. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=a_om-7F5NM8

_____. Cierre de Campaña em Humahuaca360.**YouTube**,20/11/2015b. Disponível em: .https://www.youtube.com/watch?v=HFRt60K0xKQ.

_____. Cierre de campaña en Humahuaca 360. **YouTube**, 20/11/2015e. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HFRt60K0xKQ

_____. Con Juliana en Desde el llano. **YouTube**, 17/11/2015f. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=T62_SliHgAs

_____. Debate presidencial completo #ArgentinaDebate 2015 | Mauricio Macri. **Youtube**: 15/11/2015A. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V3E5trfVuNQ> Acesso em: 17/11/2021.

_____. Debate presidencial completo 2015.**YouTube**, 16/11/2015d. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=V3E5trfVuNQ

_____. El país del Y/ Mauricio Macri. **YouTube**, 11/10/2015t. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=Mum8RIr9QhE

_____. Es hoy. Es acá. Es ahora. Discurso de Maurício Macri. **YouTube**, 27/10/2015p. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=SoVNryYfFd4

_____. Es hoy. Maurício Macri. **YouTube,** 27/10/2015m. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SoVNryYfFd4

_____. Lo que no voy a fazer. **Youtube:** 06/10/15h. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=J4qNzQUsCAE

_____. Lo que voy a fazer. **Youtube**: 16/10/15r. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=J4qNzQUsCAE

_____. Lo que no voy a hacer/ Mauricio Macri. **YouTube**, 06/10/2015t. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=J4qNzQUsCAE

_____. Mauricio Macri - Cierre de campaña en Humahuaca 360. **Youtube**: 20/11/15i. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HFRt60K0xKQ

_____. Me importa. **YouTube**, 01/10/2015s. DIsponível em:https://www.youtube.com/watch?v=tqj6Cc9bwmc

_____.Me importa/ Maurício Macri.**YouTube,** 01/10/2015o. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tqj6Cc9bwmc

_____. Mi mensaje a Diego Brancatelli. **YouTube**, 28/10/2015n. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ue7JMSgLumc

_____. Mi mensaje a Diego Brancatelli/ Mauricio Macri. **YouTube**, 28/10/2015r. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=ue7JMSgLumc

_____. Paz. **Youtube:** 29.09.15m. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RcwxhzVnhm

_____. **Plan de Gobierno**. Argentina, 2015j. Disponível em: www.cambiemos.gov/pladelgobierno

_____. Plan Primeiro Emprego. **Youtube**: 29/09/15k. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qioZn_3UdcQ

_____. Si el 25 de octubre lo votaste a Scioli…. **YouTube**,18/10/2015s. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=KfHnNqrf32s

_____. Terminar com el narcotráfico. **Youtube**: 26.09.15l. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YZiXQjBPb20

_____. Unir a todos los argentinos. **Youtube**: 26/09/15q. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SkWhce2IZUE>

_____. Discurso de Mauricio Macri. **YouTube**, 27/10/2015a. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SoVNryYfFd4

MADARIAGA; Aldo; KALTWASSER, Cristóbal. Right-Wing Moderation, Left-Wing Inertia and Political Cartelisation in Post-Transition Chile. **Journal of Latin American Studies,** v. 52, n° 2, mai.2020. p. 343 – 371

MAINWARING, Scott; LIÑAN, Aníbal Pérez.Cross-Currents in Latin America. **Journal of Democracy**, v. 26, n°. 1, p. 114-127, Jan. 2015.

MAINWARING, Scott; SCULLY; Timothy. A institucionalização dos sistemas partidários na América Latina. **Dados**, v. 37, n°. 1, 1994. p. 17 - 51.

MAYORGA, Fernando. Bolivia: populismo, nacionalismo e indigenismo. In: CHERESKY, Isidoro (Ed.): **¿Qué democracia en América Latina?.** Buenos Aires: Clacso / Prometeo, 2012. p. 235-251.

MARCHART, Oliver. **Post-Foundational Political Thought: political difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

MARTINS, Renato. Chile: a democracia e os limites do consenso. **Lua Nova**, n° 49, v. 1, 2000. p. 65 - 85.

MATHIAS, Suzeley Kalil; VALES, Tiago Pedro. O militarismo no Uruguai. **História**. n° 29, v. 2, dez. 2010. p. 50-70.

MEDEIROS, Carlos. Industrialization, Trade, and Economic Growth. In: CALDENTEY, Esteban; VERNEGO, Matías. **Why Latin American nations fail: development strategies in the twenty-first century.** California: University of California Press, 2017. p. 17-44

MEDEIROS, Josué. Regressão democrática na América Latina: do ciclo progressista ao neoliberal autoritário. **Revista das Ciências Sociais**, v. 49, n. 1, p. 1-34, 2018.

MELAZZI, Gustavo. **Mitos y realidades de la economía uruguaya.** Montevideo: Trilce, 2013.

MELO, Carlos Ranulfo; CÂMARA, Rafael. Estrutura da Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 55, n° 1, 2012. p. 71 - 117.

MELO, Marcus André . Norms versus Action: Why Voters Fail to Sanction Malfeasance in Brazil. A**merican Journal of Political Science**, v. 63, p. 385-400, 2019.

MENDONÇA, Daniel de. A Reforma da Previdência de 2003 e a direita brasileira.. In: SCHULZ, Rosangela. (Org.). **Ensaios de Sociologia e Política**. 1ed.Pelotas: Editora da UFPel, 2010. p. 51-94.

_____. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso**. Revista de Sociologia e Política**. v.1, n° 20. p. 135-145, 2003.

_____. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. **Ciencias Sociais Unissinos**, v. 43, n° 3, p. 249-258, 2007.

_____. Democratas têm medo do povo? O populismo como resistência política. **Cadernos CRH**, v. 32, n° 85, p. 185 – 201, 2019.

MENDONÇA, Daniel; BARROS, Sebástian; LINHARES, Bianca de Freitas. O fundamento como “fundamento ausente” nas ciências sociais: Heidegger, Derrida e Laclau. **Sociologias**, v. 18, n° 41, p. 164-194**,** 2016**.**

MENDONÇA, Daniel; PEIXOTO, Leo. Em torno de Ernesto Laclau: pós-estruturalismo e teoria do discurso. In: MENDONÇA, Daniel; PEIXOTO, Leo. **Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau.** Porto Alegre: EdiPUCRS, 2014. p.27-42.

MIERES, Pablo. Elecciones 1994: Una nueva fase de la transformación electoral del Uruguay. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, no 9. Montevidéu, Universidad de la República, Instituto de Ciência Política, 1998.

MIGUEL, Luis Felipe. Brasil: Post-democracia o neo-dictadura?. **Revista de la Red de Intercátedras de Historia de América Latina Contemporánea**, v. 8, p. 77-90, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe; MACHADO, Carlos. Um Equilíbrio Delicado: A Dinâmica das Coligações do PT em Eleições Municipais (2000 e 2004). **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 50, n° 4, 2007. p. 757 - 793.

MODONESI, Massimo. Revoluciones pasivas en América Latina. Una aproximación gramsciana a la caracterización de los gobiernos progresistas de inicio de siglo. In: REY, Mabel Thwaites (ed.) **El Estado en América Latina: continuidades y rupturas**. Santiago de Chile: CLACSO/ARCIS, 2012. P. 78-94.

MOFFITT, Benjamin. How to perform crisis: A model for understanding the key role of crisis in contemporary populism. **Government and Opposition**. v. 50, n° 2, p. 189

– 217**,** 2015.

MOLLO, Maria; SAAD- FILHO, Alfredo. Neoliberal economic policies in Brazil (1994–2005): Cardoso, Lula and the need for a democratic alternative, **New Political Economy**, v. 11, n° 1, p. 99-123, 2006.

MONESTIER, Felipe; PIÑEIRO, Rafael; ROSENBLATT, Fernando. **Types of Democratic Capture in Latin America**. Berlín, Alemania: Fundación Friedrich Ebert, 2019.

MONESTIER, Felipe; VOMMARO, Gabriel. Los Partidos De La Derecha En América Latina Tras El Giro A La Izquierda. Apuntes Para Una Agenda De Investigación. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**. v. 30, n° 1, 2021. p. 7-22.

MOREIRA, Carlos. **Apuntes sobre el primer gobierno del Frente Amplio en Uruguay (2005-2010).** Olivos: Editorial El Grillo Si, 2010.

MOREIRA, Constanza. A esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário. **Opinião Pública**, n° 6, v. 1, abril 2000. p. 17 - 54.

MORENO-BRID, Juan Carlos; PAUNOVIC, Igor. What Is New and What Is Left of the Economic Policies of the New Left Governments of Latin America? **International Journal of Political Economy**. v. 37, n° 3, p. 82-108, 2008.

MORENO-BRID, Juan; GARRY, Stefanie. Economic Performance in Latin America in the 2000s: Recession, Recovery, and Resilience? In:CALDENTEY, Esteban; VERNEGO, Matías. **Why Latin American nations fail: development strategies in the twenty-first century**. California: University of California Press, 2017. p. 141- 167.

MORGAN, Jana; MELÉNDEZ, Carlos. Parties under Stress: Using a Linkage Decay Framework to Analyze the Chilean Party System. J**ournal of Politics in Latin America**, v. 8, n° 3, 2016. p. 25–59.

MOTTA, Sebastián. Utopias re-imagined: a reply to Panizza, **Political Studies**, v. 54, n° 4, p. 898-905, 2006.

MOUFFE, Chantal. **For a left populism**. Londres: Verso: 2018.

MUDDE, Cas, KALTWASSER, Rovira. Exclusionary vs. Inclusionary Populism: Comparing Contemporary Europe and Latin America**. Government and Opposition**, v. 48, n° 2, p. 147-174**,** 2013.

MUDDE, Cas. The populist Zeitgeist. **Government and Opposition**, v. 93, n° 4, p. 541-563**,** 2004.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Rovira. **Populism: a very short introduction**. Oxford, Oxford University Press: 2017.

MUNCK, Gerardo. Building Democracy... Which Democracy? Ideology and Models of Democracy in Post-Transition Latin America. **Government and Opposition**, v. 50, n° 3. Jul. 2015 , p. 364 - 393.

MUNCK, Gerardo. The Origins and Durability of Democracy. In: KINGSTONE, Peter; YASHAR, Debora. **Routledge Handbook of Latin American Politics**. Londres: Routledge, 2012.

MUÑOZ GOMÁ, Oscar. **El modelo económico de la Concertación 1990-2005 ¿Reformas o cambio?** Santiago de Chile: FLACSO, 2007.

NAHOUM, Benjamín. Cien meses de política de vivienda del Frente Amplio. La dialéctica entre lo posible y lo necesario". **Contrapunto**, v. 1, n° 3, p. 115-134, nov. de 2013. P.

NATALUCCI, Ana Laura. La cultura política en el kirchnerismo: Dos hipótesis sobre la politización. **Sudamérica**, v. 12, n° 1, dez. 2014. p. 155 - 171.

NEGRETTO, Gabriel. Processos constituintes y refundación democrática. El caso de Chile em perspectiva comparada. **Revista de Ciencia Política**, v. 35, nº 1, 2015, p. 201-215.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do império aos dias atuais**. Zahar: Rio de Janeiro, 2012.

_____. Votos brancos e nulos nas eleições presidenciais brasileiras. In: Argelina Figueiredo ; Felipe Borba. (Org.). **25 anos de eleições presidenciais no Brasil no Brasil**. 1ed.São Paulo: Appris, 2018, v. , p. 71-85.

NIEDZWIECKI, Sara; PRIBBLE, Jennifer. Social Policies and Center-Right Governments in Argentina and Chile. **Latin American Politics and Society**,v.59, n°3, 2017. p. 72–97.

NOCETTO, Lihuen; PINEIRO, Rafael; ROSENBLATT, Fernando. Uruguay 2019: Fin del ciclo progresista y reestructura del sistema de partidos. **Revista ciencia política**, v. 40, n° 2, 2020, p.511-538.

NOGUEIRA, Marco Aurélio; CHAUÍ, Marilena. O pensamento político e a redemocratização no Brasil. **Lua Nova**, n° 71, v. 1, 2007. p. 173 - 228.

NOLTE, Detlef. El Congreso Chileno y su Aporte a la Consolidación Democrática en Perspectiva Comparada. **Revista de Ciencia Política**, v. 23, n. 2, 2003. p. 43 - 67.

OCAMPO, José. **Income distribution, poverty and social expenditure in Latin America.** Washington, DC: ECLAC, 1998.

OCAMPO, José. Latin America's Mounting Development Challenges. In: CALDENTEY, Esteban; VERNEGO, Matías. **Why Latin American nations fail : development strategies in the twenty-first century.** California: University of California Press, 2017. p. 121-141.

OSTIGUY, Pierre. Peronism and anti-peronism: social-cultural bases of political identity in Argentina. **Latin American Studies Association**, abril de 1997. p. 1-23.

_____. The Socio-Cultural, Relational Approach to Populism. **Participazione & Conflito**. v. 13, n° 1, p. 29-53, 2020.

OSTIGUY, Pierre; MOFFITT, Benjamin. Who would identify with an "Empty Signifier"? The relational, Performative Approach to Populism. In: OSTIGUY, Pierre; PANIZZA, Francisco; MOFFITT, Benjamin. **Populism in Global Perspective: A Performative and Discursive Approach**. Londres: Routledge, 2021. p. 47-72.

PAIVA, Paulo. Lula's political economy: changes and challenges. **Annals of the American Academy of Political and Social Science,** v.606, n°1, p. 196-215, 2006.

PANIZZA, Francisco. A reform without losers: the symbolic economy of civil service reform in Uruguay, 1995–96. **Latin American Politics and Society**, n° 46, v° 3, p. 1-28 2004.

_____. Beyond 'delegative democracy':'old politics' and 'new economics' in Latin America. **Journal of Latin American Studie**s, v. 32, n° 3, 2000. p. 737-763.

_____. **Contemporary Latin America: Development and Democracy Beyond the Washington Consensus.** Londres: Zed Books LTDA, 2009.

_____. Democratic Brazil. Actors, Institutions and Processes. **Bulletin of Latin American Research**, v. 20, n° 3, 2001. p. 380 - 391.

_____. Economic constraints and strategic choices: the case of the Frente Amplio of Uruguay's first year in office. **Bulletin of Latin American Research**, n°. 27, v. 2, p. 176-196, 2008.

_____. Neopopulism and its limits in Collor's Brazil**. Bulletin of Latin American Research**, n° 19, v° 2, p. 177-192, 2000.

_____. Fisuras entre Populismo y Democracia en América Latina. **Stockholm Review of Latin American Studies**, v. 3, n° 1, p. 81-93**,** 2008.

_____. Neopopulism and its limits in Collor's Brazil. **Bulletin of Latin American Research**, v. 19, n°2, p. 177 – 192**,** 2000b,

_____. New wine in old bottles? Old and New Populism in Latin America. **Bulletin of Latin American Research**. v. 19, n° 2, p. 135 – 147, 2000a.

_____. Populism, Social Democracy and the Tale of Two Lefts' in Latin America. In: PANIZA, Francisco. SPANAKOS, Petros. **Conceptualising Comparative Politics.** Londres: Routldge, 2015. P. 192 – 214.

PANIZZA, Francisco; PHILIP, George. The triumph of politics: **The Return of the Left in Venezuela, Bolivia e Equador**. Cambridge: Polity Press**,** 2011.

PANIZZA, Francisco; STAVRAKAKIS, Yannis. Populism, Hegemony, and the Political Construction of "The People". A Discoursive Approach. In: OSTIGUY, Pierre; PANIZZA, Francisco; MOFFITT, Benjamin. **Populism in Global Perspective: A Performative and Discursive Approach**. Londres: Routledge**,** 2021.

PANIZZA, Francisco; MIORELLI, Romina. Taking discourse seriously: Discursive institutionalism and post-structuralist discourse theory. **Political Studies**, v. 61, n° 2, 2013. p. 301-318.

PANIZZA, Francisco; PHILIP, Geoge. Second generation reform in Latin America: reforming the public sector in Uruguay and Mexico. **Journal of Latin American Studies**, n° 37, v° 4, p. 667-691, 2005.

PANIZZA, Francisco; PHILIP, George. Second generation reform in Latin America: Reforming the public sector in Uruguay and Mexico. **Journal of Latin American Studies**, v. 37, n° 4, 2005. p. 667 – 691.

PARTIDO NACIONAL. **Programa de gobierno**. Agosto 2019.Apresentação em pdf.Disponível em: https://lacallepou.uy/descargas/programa-de-gobierno.pdf

PAULANI, Leda. **Brasil Delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAUS, Eva. Confronting the Middle Income Trap: Insights from Small Latecomers.**St Comp Int Dev**, n°.47, v. 1, p. 115-138, 2012.

PEREIRA DA SILVA, Fabricio. A tradição do pensamento político na nova hegemonia das direitas: Algumas questões preliminares. **Em Debate**, v. 10, p. 46-53, 2018.

_____.O Fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**. v. 4, n°2, p. 165-178, 2018.

PERIODISTA, José Antononio Neme. Debate Anatel. Youtube, 12/12/17. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XKWweujMy_Q>

PIÑERA, Sebastián. **Programa de Gobierno 2018-2022**. Chile: 2017a. Disponível em: https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/siteal_chile_6013.pdf

_____. De Arica a Punta Arenas se sienten los tempos mejores. **Youtube**: 16/12/17h. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zxdpVjd1DyU

_____. De Arica a Punta Arenas se sienten los tiempos mejores-Capítulo 10. **YouTube**,16/12/2017o. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=zxdpVjd1DyU4

_____. Agradezco a nuestros amigos Evangélicos por su labor, fe y voluntad. **YouTube**, 06/12/2017m. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=iVoZgjqaLos

_____. “El primer y más importante derecho del hombre es el derecho a la vida”. **YouTube,** 22/07/2017j. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6gV_HYNdwFI

_____. Debate Presidencial Anatel 2017. **Youtube:** 06/11/17c. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=M0SbMU0QFds>

_____. EN ESTA ELECCIÓN, LO IMPORTANTE ERES TÚ. **YouTube**, 13/12/2017l. Disponível em::https://www.youtube.com/watch?v=ImBN2BBaTJY

_____. EN VIVO- Debate Anatel 2017: PIÑERA y Guiller frente a frente**. YouTube**, 11/12/2017f. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vZQiJRlbQQU

_____. EN VIVO-Debate Anatel 2017: PIÑERA y Guillier frente a frente. **YouTube**, 11/12/2017e. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vZQiJRlbQQU

_____.ESTUDIA TRANQUILO. **YouTube,** 06/12/2017g. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=yN4MMN9uyqA

_____. La injustiça duele y la vamos a cambiar. **Youtube**:09/12/19i. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RzUQDna1O6c

_____. Mejores momentos Sebatian PIÑERA en Estado Nacional. **YouTube**,: 13/08/2017d. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=m1I_yJMMhzI

_____. Potenciaremos Educación Técnico Profesional- Capítulo 9. **YouTube**, 11/12/2017n. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=pAHTblLcfWY

_____. Entrega de Propuestas Programáticas.**YouTube**, 09/2017b.Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=AiyErWbmoFo

PIÑERO, Rafael; ROSENBLATT, Fernando; NOCETTO, Lihuen. Uruguay 2019: Party System Restructuring and the End of the Progressive Cycle. **Revista de Ciencia Politica (Santiago)**, v. 40, n° 2, jun. 2020. p. 511 - 538.

PINTO, Céli Regina. The Brazilian society and the hunger question (1993-2003). **Sociedade e Estado**, v. 20, n° 1, p. 195 – 230, 2005.

PORTES, Alejandro; NAVA, Jean. Institutions and National Development: A Comparative Study. **Revista Espanhola de Sociologia**, v. 26, n°1, p. 1-35, jan. 2016

PORTES, Andrew; HOFFMAN, Kent. Latin American class structures: their composition and change during the neoliberal era. **Latin American Research Review**, n°. 38, v. 1, p. 41-82, 2003.

POWER, Timothy. **The Political Right in Postauthoritarian Brazil. Elites, Institutions, and Democratization**. University Park: Penn State University Press, 2000.

QUEIROLO, Rosario. ¿Qué significa el «giro a la derecha» uruguayo?. **Nueva Sociedad**, n° 287, v. 1, jun. 2020. p. 98 - 107.

QUINHALHA, Renan. Desafios para a comunidade e o movimento LGBT no governo Bolsonaro. In: Vários Autores. **Democracia em risco? 22 Ensaios sobre o Brasil de hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 256-273.

RAMA, German. **La democracia en Uruguay.** Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano: 1987.

RAY, Rebecca; GALLAGHER, Kevin. China in Latin America: Social and Environmental Lessons for Institutions in a Commodity Boom. In: CALDENTEY, Esteban; VERNEGO, Matías. **Why Latin American nations fail : development strategies in the twenty-first century**. California: University of California Press, 2017. p. 186-213.

REMMER, Karen. The rise of leftist-populist governance in Latin America: The roots of electoral change. **Comparative Political Studies**, v. 45, n° 1, p. 947-975, 2012.

RESNICK, Danielle. Varieties of African Populism in Comparative Perspective. In: DE LA TORRE, Carlos. **The Promise and Perils of Populism: Global Perspectives**. Kentucky: Kentucky University Press, 2015. p. 317-336.

RETAMOZO, Martín; SCHUTTENBERG, Mauricio. La política, los partidos y las elecciones en Argentina 2015: ¿Hacia un cambio en el campo político?. **Análisis Político**, v. 29, n° 86, 2016. p. 113-140.

RILLA, José. La tradición contra los partidos en el Uruguay. **História**, n° 23, v. 1-2, 2004. p. 161 - 196.

RINESI, Eduardo. ¿Qué es el kirchnerismo? In: FREINBRUN, Nicolás; HAMAWI, Rodolfo; SOCÍAS, Manual. **Qué es el kirchnerismo. Escritos desde una época de cambio.** Buenos Aires: Peña Lillo, 2011.

RIVERA, Velásquez; JESÚS, Edgar. La transición a la democracia en Chile según la derecha. **Estudios Políticos**, n. 29, v. 1, jul-dez. 2006. p. 188-215.

ROBERTS, Kenneth. El Ressurgimento del populismo latinoamericano. In: DE LA TORRE, Carlos; PERUZZOTTI. **El retorno del Pueblo: Populismo y nuevas democracias em América Latina**. Quito: FLACSO**,** 2008. P. 55-75.

_____. Parties, Populism and Democratic Decay. In: ROBERTS, Kenneth. **When Democracy Trumps Populism: European and Latin American Lessons for the United States**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019. p. 132-153.

_____. Populism, political conflict, and grass-roots organization in Latin America. **Comparative Politics**, v. 42, n° 1, p. 127 **–** 148**,** 2006.

_____. Populism, Political Mobilization and Crisis of Political Representation. In: DE LA TORRE. **The Promise and Perils of Populism: Global Perspectives**. Kentucky: Kentucky University Press, 2015. p. 140- 158.

ROBERTS, Kenneth. (Re)Politicizing Inequalities: Movements, Parties, and Social Citizenship in Chile. **Journal of Politics in Latin America**, v. 8, n° 3, 2016. p. 125-154

_____.. Parties, Party Sistem, and Political Representation. In: KINGSTONE, Peter; YASHAR, Debora. **Routledge Handbook of Latin American Politics**. Londres: Routledge, 2012.

_____.The Mobilization of Opposition to Economic Liberalization. **Annual Review of Political Science**, v. 11, n° 1, jun. 2008. p. 327 - 349.

_____.Neoliberalism and the transformation of populism in Latin America, **World Politics**, v. 48, n° 1, p. 82-116, 2002.

ROCHA, Camila. "Menos Marx, Mais Mises: Uma Gênese da Nova Direita Brasileira". **Tese de Doutorado.** Departamento de Ciência Política. Universidade de São Paulo.

Orientador: Adrian Gurza Lavalle. São Paulo, 2018.

ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** v. 17, n° 49, 2002. p.71-92.

RUZ, Miguel Angel; PALMA, Julieta Análisis del proceso de elaboración e implementación del sistema Chile Solidario. **Instituto de Asuntos Públicos**, Universidad de Chile, 2005.

SANDBY-THOMAS, Peter. **Legitimising the Chinese Communist Party since Tiananmen: A Critical Analysis of the Stability Discourse**. Londres: Routledge, 2011.

SANTANDER, Pedro; ELÓRTEGUI, Claudio; GONZÁLES, Cristián; ALLENDE-CID, Héctor; PALMA, Wenceslao. Redes sociais, inteligência computacional e previsão eleitoral: o caso das primárias presidenciais do Chile 2017. **Cuadernos.info**, v. 41, n° 1, 2017, p. 41- 56.

SANTOS, Carlos; NARBONDO, Ignacio, OYHANTCABAL, Gabriel; GUTIÉRREZ, Ramón. Seis tesis urgentes sobre el neodesarrollismo en Uruguay**. Contrapunto**, v. 2, n° 1, p. 13-32, jul. 2013.

SANTOS, Fábio Luis Barbosa. **Uma História da Onda Progressista Sul-Americana.** São Paulo: Elefante, 2018.

SANTOS, Rayani Mariano dos. As disputas em torno das famílias na câmara dos deputados entre 2007 e 2018: familismo, conservadorismo e neoliberalismo. 2019. xii, 289 f., il. **Tese** (Doutorado em Ciência Política)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006

SCHAVELZON, Salvador. The end of progressive narrative in Latin America. **Internautas**, 2016. Disponível em: http://www.alternautas.net/blog/2016/5/24/the-end-of-the-progressive-narrative-in-latin-america.

SCHUTTENBERG, Maurício. La oposición al kirchnerismo. Una aproximación a los posicionamientos y reconfiguraciones de la ‘centro derecha’ (2003-2011). **Sudamérica**, v. 3, n° 1, out. 2014. p. 51 - 74.

SCHUTTENBERG, Mauricio; ROSENDO, Juan Pablo. El kirchnerismo antes del kirchnerismo. Aproximaciones ideológicas en los albores del gobierno de Néstor Kirchner. **Estado y Políticas Públicas**, v. 1, n° 5, 2015. p. 63-80.

SELCHER, Walter. **Political Liberalisation in Brazil: Dynamics, Dilemmas and Future Prospects.** London: Westview Press, 1986.

SEMPOL, Diego. La historiografía blanca sobre el pasado reciente: entre el testimonio y la historia. In: FICO, Carlos; NASCIMENTO, Maria Paula; FERREIRA, Marieta de Moraes; QUADRAT, Samantha. **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. São Paulo: FGV Editora, 2008. p. 95 - 116.

SENRA, Ricardo. Câmara aprova pela primeira vez emenda de Jair Bolsonaro. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/camara-aprova-pela-primeira-vez-emenda-de-jair-bolsonaro.html> Publicado em: 17/06/2015. Acesso em: 19/04/2023.

SIAVELIS, Peter. Encalves de la transición y democracia chilena. **Revista de Ciência Política**, v. 29, nº1, 2000. p. 3-21.

SILVA, Lira; SANDOVAL, Carlos. **Desarrollo económico local/ regional y fomento productivo: La experiencia chilena.** Santiago de Chile: Editorial Cepal, 2005.

SILVAGE, Carlos; QUIROGA, Maria; NICOLAS, Katzer. La demonización del populismo como estrategia política en la Argentina reciente. **Revista Eletrónica de Psicología Politica**, v. 44, n° 6, Jun. 2020. p. 80 - 95.

SINGER, André. **Esquerda e Direita no eleitorado brasileiro.**São Paulo: EDUSP, 2000.

_____. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016).** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos Estudos**, v.85, n° 1, nov. 2009. p. 83- 102.

SINGER, André; VENTURINI, Gustavo. Sismografia de um terremoto eleitoral. . In: Vários Autores. **Democracia em risco? 22 Ensaios sobre o Brasil de hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 355-376.

SMITH, Peter. **Democracy in Latin America: Political Change in Comparative Perspective.** Oxford: Oxford University Press, 2005.

_____. ¿ Hegemonía o post-hegemonía? Discurso, representación y la (s) venganza (s) de lo Real. **Teoría y Crítica de la Psicología**. v. 13, n° 3, p. 57-80, 2019.

_____. The Lacanian Left: Psychoanalysis, **Theory. Politics**, v. 7, n° 3, . p. 172-187, 2007.

STAVRAKAKIS, Yannis; PANIZZA, Francisco. Populism, Hegemony and the Political Construction of the People. In: OSTIGUY, Pierre; PANIZZA, Franciso; MOFFITT, Benjamin. **Populism in global perspective. A performative and discursive approach**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2021. p. 21 - 46.

SOLANO, Éster. A bolsonarização do Brasil. In: Vários Autores. **Democracia em risco? 22 Ensaios sobre o Brasil de hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 307 - 321.

_____. 'It?s all corrupt': The Roots of Bolsonarism in Brazil. In: VORMANN, Boris; WEINMAN, Michael. (Org.). **The Emergence of Illiberalism Understanding a Global Phenomenon**. Londres: Routledge, 2020. p. 210-223.

SOUSA, Adam; VETTORASSI, Andrea; DE ANDRADE JÚNIOR, Péricles. A Doxa Conservadora no Brasil: mídia evangélica e eleições presidenciais em 2018. **Ponta**

de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, v. 15, n. 28, 2021. p. 115 - 139.

SPRINGER, Gary; MOLINA, Jorge. The Mexican financial crisis: genesis, impact and implications. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 37, n° 2, p. 57-81, 1995.

STOLOWICZ, Beatriz. **El posneoliberalismo no es más que un manual táctico conservador para apuntalar al gran capital.** México: Rebelión, 2011.

SUPERIOR TRIBUNAL ELEITORAL. Boletim de urna – 2° Turno. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/votacao-e resultados/boltim_urna_2_turno> . Acesso em: 01 nov. 2020.

_____. Impressão de registro põe em risco sigilo e liberdade de voto. STF. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=451785. Publicado em: 16/09/2020. Acesso em: 19/04/2023

SULLIVAN, Giullian. Political reactionism as affective practice: UKIP supporters and non-voters in pre-Brexit England. **Politics and Governance**, v. 9, n. 3, p. 260–273, 2021.

SVAMPA, Maristela. Posprogresismos, polarización y democracia en Argentina y Brasil. **Nueva Sociedad**, v. 282, n° 1, p. 121-134, 2019.

_____. **Neo-extractivism in Latin America: Socio-environmental Conflicts, The Territorial Turn, and New Political Narratives (Elements in Politics and Society in Latin America).** Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. **Revista Debates**, v. 7, n° 2. mai-ago, 2013. p. 94 - 114.

TAROUCO, Gabriela. Esquerda, direita e eleições presidenciais no Brasil. **Dossiê Eleições,** v. 36, n° 101, 2022. p. 133- 146.

TAVOLARO, Sérgio; TAVOLARO, Lília. Accounting for Lula's second term electoral victory: "leftism" without a political project?, **Constellations**, v. 14, n° 3, p. 426-444, 2007.

TEDESCO, Luis. **Democracy in Argentina. Hope and Disillusion**, London: Frank Cass, 1999.

TELLES, Helcimara. Corrupção, legitimidade democrática e protestos: o boom das direitas na política nacional? In: SOLANO, Ester; ROCHA, Camila (Org.). **As Direitas nas Redes e nas Ruas: A crise política no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 55-90.

TORO MAUREIRA, Sergio; VALENZUELA BELTRAN, Macarena. Chile 2017: ambiciones, estrategias y expectativas en el estreno de las nuevas reglas electorales. **Revista ciencia política**. v. 38, n. 2, 2018, p. 207-232.

URBINATI, Nadia. **Democracy Disfigured: Opinion, Truth, and the People.** Cambridge: Harvard University Press, 2014.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Lista de Candidaturas**. Disponível em: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais (tse.jus.br). Disponível em: 2018a. Acesso em:04/04/22.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **TSE indefere pedido de registro de candidatura de Lula à Presidência da República**. Disponivel em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Setembro/tse-indefere-pedido-de-registro-de-candidatura-de-lula-a-presidencia-da-republica>. Publicado em: 01/09/2018. Acesso em: 04/04/22.

VARAS, Augusto. **El gobierno de Piñera, (2010 -2014). La fronda aristocrática rediviva.** Santiago: Catalonia, 2015.

VELLINGA, Menno. **Democracia y politica en America Latina.** México: Siglo XXI Editores, 1993.

VIEIRA, Soraia. **O partido da social democracia brasileira: trajetória e ideologia**. Curitiba: CRV, 2016.

VOMMARO, Gabriel. "Meterse en política": la construcción de pro y la renovación de la centroderecha argentina. **Nueva Sociedad**, v. 254, n° 1, 2014. p. 57 - 72.

_____. "Unir a los argentinos": el proyecto de «país normal» de la nueva centroderecha en Argentina. **Nueva Sociedad**, n° 261, v. 1, jan. 2016. p. 4-12.

_____. De la construcción partidaria al gobierno: PRO-Cambiemos y los límites del ‘giro a la derecha’ en Argentina. **Colombia Internacional**, n° 99, v. 1, 2019. p. 91-120.

_____. La centroderecha y el "cambio cultural" argentino. **Nueva Sociedad**, n° 270, v. 1, Ago. 2017. p. 4-13.

VOMMARO, Gabriel; MORRESI, Sérgio. Unidos y diversificados: la construcción del partido PRO en la CABA. **Sociedad Argentina de Análisis Político**, n° 8, v. 2, 2015. p. 375-417.

WEFFORT, Francisco. Classes populares e políticas: contribuição do estudo do populismo. **Tese.** São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1968.

WEYLAND, John. Populism in the age of neoliberalism. in: CONNIFF, Michael. **Populism in Latin America.** London: Alabama University Press, 1999. p. 172–179.

WEYLAND, Kurt. A political-strategic approach. In: TAGGART, Paul; KALTWASSER, Rovira; ESPEJO; Paulina (Ed). **The Oxford Handbook of Populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 48 -72.

WEYLAND, Kurt. Clarifying a contested concept: Populism in the study of Latin American politics. **Comparative Politics**, v. 10, n° 1, p. 1 **–** 22**,** 2001.

_____. Economic voting reconsidered: crisis and charisma in the election of Hugo Chávez. **Comparative Political Studies**, v. 36, n° 7, P. 822 – 848**,** 2003.

_____. Neopopulism and neoliberalismo in Latin America: Unexpected affinities. **Studies in comparative international development**, v. 31, n° 1, P. 3-31**,**1996.

_____. The rise of Latin America's two lefts: insights from rentier state theory. **Comparative Politics**, v. 41, n° 2, p. 145 – 164**,** 2009.

WIARDA, Howard. **Democracy and Its Discontents: Development, Interdependence, and US Policy in Latin America.** Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 1995.

WILLIAMSON, John. **Latin American Economic Adjustment: How Much Has Happened?,** Washington: Institute for International Economics, 1990.

WILLIAMSON, John. Strategy research: governance and competence perspectives. **Strategic Management Journal**, v. 20, n° 1, p. 1087-1108, dez. 1999.

WILLIAMS, James. **Pós-Estruturalismo**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

YAFFÉ, Jaime. **Al centro y adentro: la renovación de la izquierda y el triunfo del Frente Amplio en Uruguay.** Montevidéu: Linardi y Risso, 2005.

ZANOTTI, Lisa; ROBERTS, Kenneth. (Aún) la excepción y no la regra: la derecha populista radical en américa latina. **Revista Uruguaya de Ciência Política**. v. 30, n° 1, P. 23 – 48**,** 2021.

ZIBECHI, Raul. Debajo y detrás de las grandes movilizaciones. **OSAL Observatorio Social de América Latina**, v. 14, n. 34, p. 16-36, nov. 2013.

ZIBLATT, Daniel. **Conservative Parties and the Birth of Democracy.** New York: Cambridge University Press, 2017.

ZUCCO JR, Cesar. Legislative Coalitions in Presidential Systems: The Case of Uruguay. **Latin American Politics and Society**, V. 55, n° 1, 2013. p. 96 - 118.

ZUNINO, Estebán; MARÍN, Manuel. Los Medios y las elecciones: la agenda informativa de la campaña presidencial del 2015 en la Argentina. **Más Poder Local**, n° 30, v. 1, jan. 2017. p; 56-66.